



**Diagnóstico Urbano e Diretrizes para o  
Desenvolvimento Urbano de Mara Rosa (GO):  
Conexões entre Mineração,  
Agricultura e Infraestrutura Ferroviária**

Andressa Pina de Melo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

Andressa Pina de Melo

**Diagnóstico Urbano e Diretrizes para o  
Desenvolvimento Urbano de Mara Rosa (GO):**

Conexões entre Mineração, Agricultura  
e Infraestrutura Ferroviária

GOIÂNIA  
2025

Processo: 23070.035370/2025-04 Documento: 5490071



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

### TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Andressa Pina de Melo

Título do trabalho: Diagnóstico urbano e diretrizes para o desenvolvimento urbano de Mara Rosa (GO): conexões entre mineração, agricultura e infraestrutura ferroviária

#### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO!

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(a)(s) autor(a)(es)(as) e ao(a) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



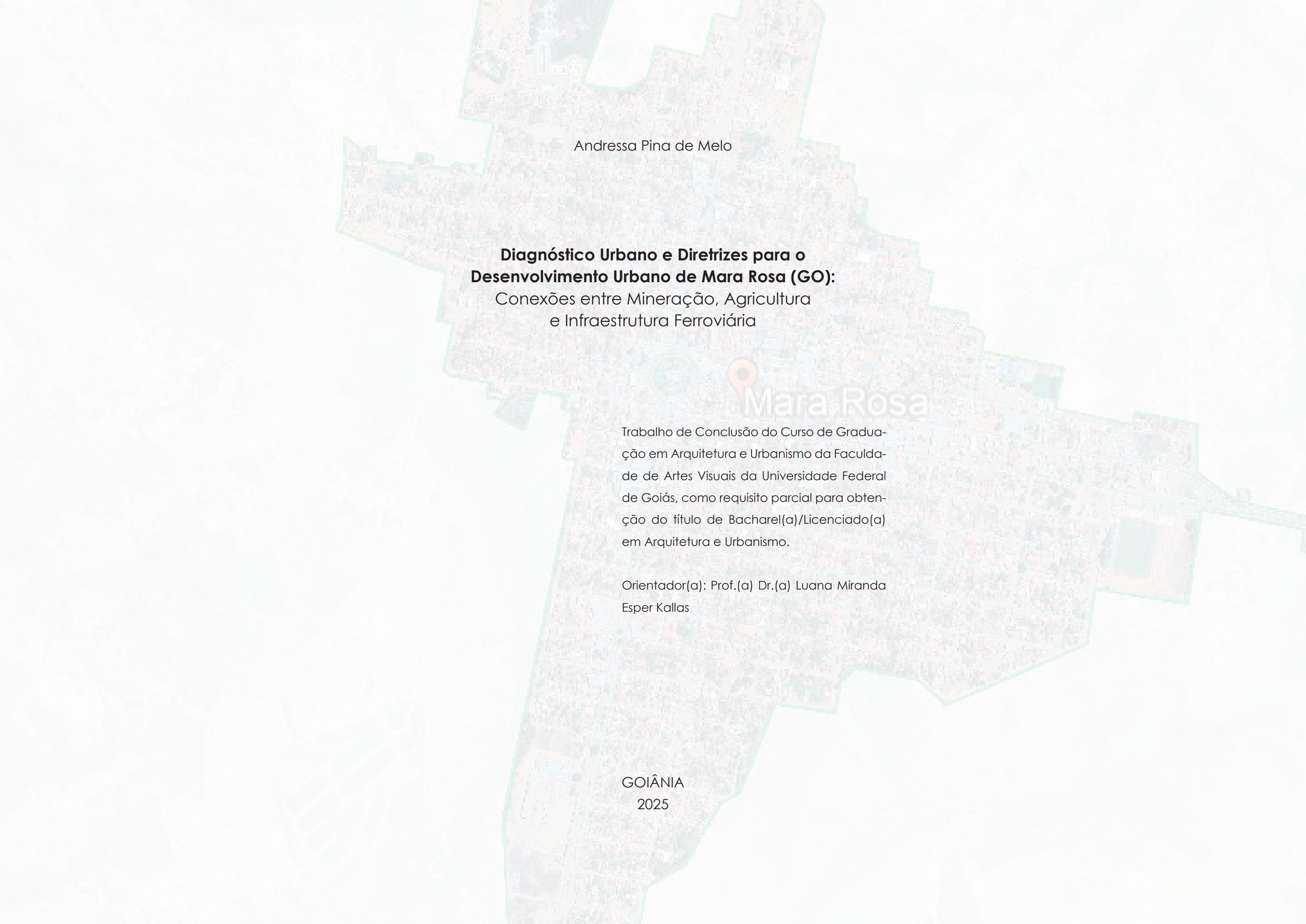
Documento assinado eletronicamente por **Luana Miranda Esper Kallas, Professora do Magistério Superior**, em 08/07/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Pina De Melo, Discente**, em 09/07/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5490071** e o código CRC **EE9D1388**.



Andressa Pina de Melo

**Diagnóstico Urbano e Diretrizes para o  
Desenvolvimento Urbano de Mara Rosa (GO):  
Conexões entre Mineração, Agricultura  
e Infraestrutura Ferroviária**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel(a)/Licenciado(a) em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Luana Miranda  
Esper Kallas

GOIÂNIA  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

PINA DE MELO, Andressa  
Diagnóstico Urbano e Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano de Mara Rosa (GO): Conexões entre Mineração, Agricultura e Infraestrutura Ferroviária [manuscrito] / Andressa PINA DE MELO. - 2025.  
139 f.

Orientador: Profa. Dra. Luana Miranda Esper KALLAS.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Arquitetura e Urbanismo, Goiânia, 2025.  
Bibliografia. Anexos.

1. Diagnóstico Urbano. 2. Diagnóstico Participativo. 3. Cidades Mineradoras. 4. Mara Rosa. I. KALLAS, Luana Miranda Esper, orient.  
II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de 2025 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Diagnóstico urbano e diretrizes para o desenvolvimento urbano de Mara Rosa (GO): conexões entre mineração, agricultura e infraestrutura ferroviária”, de autoria de Andressa Pina de Melo, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Artes Visuais da UFG. Os trabalhos foram instalados pela prof.<sup>a</sup> Luana Miranda Esper Kallas - orientadora com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof.<sup>a</sup> Érika Cristine Kneib (FAV/UFG), Prof. Juan Carlos Guillen Salas (FAV/UFG) e Leidiane Aparecida da Cruz (membra externa). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 8,1 , tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Juan Carlos Guillen Salas, Usuário Externo**, em 08/07/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Miranda Esper Kallas, Professora do Magistério Superior**, em 08/07/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Cristine Kneib, Professora do Magistério Superior**, em 08/07/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leidiane Aparecida Da Cruz, Usuário Externo**, em 09/07/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5490075** e o código CRC **B1715814**.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal desenvolver um diagnóstico urbano do município de Mara Rosa, localizado no norte do estado de Goiás. A pesquisa visa compreender as dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e ambientais que impactam o município, tendo como eixos estruturantes a agricultura (com destaque para o cultivo do açafrão), a mineração e a integração ferroviária regional. A metodologia adotada articula diagnóstico técnico e participativo, envolvendo análise de dados secundários, pesquisa de campo e aplicação de questionário de satisfação com os moradores. A partir dessa base empírica, foram identificadas as principais problemáticas e potencialidades urbanas, subsidiando a formulação de diretrizes urbanísticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e ao fortalecimento econômico local. O estudo destaca ainda os desafios enfrentados por pequenos municípios em planejar e gerir seu território diante de pressões do capital mineral e mudanças infraestruturais significativas, propondo caminhos para uma governança mais participativa e resiliente.

Palavras Chave: Diagnóstico Urbano, Diagnóstico Participativo, Cidades Mineradoras, Mara Rosa.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to develop an urban diagnosis of the municipality of Mara Rosa, located in the northern region of the state of Goiás, Brazil. The research seeks to understand the territorial, social, economic, and environmental dynamics that influence the municipality, focusing on three main axes: agriculture (highlighting turmeric cultivation), mining, and regional railway integration. The methodology combines technical and participatory diagnosis, including the analysis of secondary data, field research, and the application of a satisfaction survey with residents. Based on this empirical foundation, key urban challenges and potentials were identified, supporting the formulation of urban guidelines aimed at sustainable development, social inclusion, and local economic strengthening. The study also highlights the challenges faced by small municipalities in planning and managing their territories in the face of mineral capital pressures and significant infrastructural changes, proposing pathways for more participatory and resilient governance.

Keywords: Urban Diagnosis, Participatory Diagnosis, Mining Cities, Mara Rosa.

# DEDICATÓRIA & AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dedico este trabalho a Deus,

“E, quanto fizerdes por palavras ou por obras, fazei tudo em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai.” Colossenses 3:17 (ARC)

Agradeço a Deus por ter estado ao meu lado todos esses anos, e me amparado em momentos de necessidade. Sempre cuidou de mim, nos pequenos detalhes, preparou minha permanência aqui e os recursos necessários para concluir este curso. Sem Ele, nada seria possível.

“Filho meu, ouve a instrução de teu pai e não deixes a doutrina de tua mãe. Porque diadema de graça serão para a tua cabeça e colares para o teu pescoço.” Provérbios 1:8-9 (ARC)

Agradeço a minha família por todo o apoio desde que decidi me dedicar aos estudos, sempre me apoiando e confiando no meu potencial, mesmo estando longe.

A minha mãe Karla Cristina Pina, que sempre acreditou em mim e me impulsionou a buscar meus sonhos, nada disso teria acontecido sem seu exemplo de coragem e resiliência. Obrigada pelas noites mal dormidas, por toda dedicação e por todas as orações, sonhamos juntas com esse dia.

Ao meu pai Antônio Tobias que sempre me ensinou a ser uma pessoa responsável, íntegra e honesta, refletindo o caráter de Cristo

em minha conduta e me ensinou o caminho correto a ser trilhado, escolhi esta profissão pois o senhor é o meu exemplo de vida profissional.

Agradeço ao meu irmão Pablo Tobias por toda admiração e por acreditar em mim. Além dos laços sanguíneos, é nossa cumplicidade que nos une. Eu sei que posso sempre confiar em você e contar com a sua ajuda em qualquer situação, seja ela boa ou ruim. Eu agradeço a Deus por sua vida, você é pra sempre meu “maninho”.

Agradeço a minha querida avó Maria de Lourdes Pina, pois sempre me apoiou de todas as formas possíveis e intercede por minha vida todos os dias, a senhora é meu exemplo de mulher de Deus e de fé.

Agradeço aos meus tios Luís Carlos Tobias e Telma Alves e toda sua família que sempre estiveram presentes na minha criação e me prestaram apoio e muito amor em toda essa caminhada de vida, os considero como meus segundos pais. Agradeço também aos meus tios Sinésio Ferreira Gomes e Waldinéia Ladislau que me apoiaram e me acolheram com carinho durante toda a minha caminhada. Em especial a minha tia que me ajudou muito na etapa final deste trabalho, sem sua ajuda não seria possível.

“Melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho. Porque, se um cair, o outro levanta o seu companhei-

ro; mas ai do que estiver só; pois, caindo, não haverá outro que o levante.” Eclesiastes 4:9-10 (ARC).

Não sou uma pessoa de muitas amizades, mas neste período em que estive na UFG pude conhecer minha “irmã gêmea” Izadora Matos. Nada que eu escreva aqui seria suficiente para explicar o quanto você foi e é importante para mim. Admiro sua força frente a tudo que passou, e admiro ainda mais sua personalidade. Você é luz na minha vida, e merece tudo de bom que esta vida puder oferecer, o céu é o limite! Você é uma pessoa que Deus colocou no meu caminho para me acompanhar e ajudar nesses anos, e espero levá-la para sempre em minha vida e em meu coração.

“O sábio de coração será chamado prudente, e a doçura dos lábios aumentará o ensino.” Provérbios 18:21 (ARC)

Durante toda minha caminhada acadêmica tive o prazer de conhecer professores essenciais no meu gosto pelo ambiente acadêmico. Foram pessoas que me ensinaram a amar estudar por meio de suas aulas e conselhos, na Escola Municipal Paulo Freire e Colégio Estadual Nossa Senhora de Lourdes. Durante todo o meu ensino médio no Instituto Federal de Uruaçu não poderia deixar de citar meu querido amigo e Prof. Dr. Weber Mendes de Paula, desenvolvemos incríveis projetos juntos e tornou meus dias mais suportáveis em Uruaçu.

“A maior atração de uma cidade é a qualidade de vida de seus moradores.” Jaime Lerner.

Nesta reta final a minha querida orientadora professora Dr. Luana Kallas, você é uma pessoa incrível, cheia de luz e muito competente. Agradeço pela paciência e pelos anos de amizade e aprendizado. Juntamente com o professor Dr. Juan Guillen e a professora Dr. Erika Kneib vocês me influenciaram a me apaixonar pelo urbanismo, motivo pelo qual este trabalho foi desenvolvido.

“A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” - Paulo Freire.

Agradeço também a todo o corpo docente da FAV/UFG pelos anos de aprendizagem. Deixo aqui um agradecimento especial ao Professor Dr. Janes Cleiton Alves de Oliveira pela parceria e confiança no meu trabalho. Todos vocês foram peças fundamentais na minha formação enquanto pessoa e contribuíram de alguma forma para que eu chegasse aqui hoje.

Por fim, gostaria de agradecer as pessoas que tem me ajudado a conseguir dados e informações na Prefeitura de Mara Rosa, mostrando-se dispostos a contribuir com este trabalho:

- Flávio Moura - Prefeito de Mara Rosa
- Clemingos Correia - Secretário de Saúde
- Divino Ferreira Gomes - Secretário de Finanças
- Pedro Henrique Alves Martins - Secretaria de Meio Ambiente
- Evaristo Tristão de Moura Filho Dorville - Servidor Público
- Dorvilê Ferreira dos Santos - Escrivário do Gabinete do Prefeito
- Israel Paulino de Oliveira - Escrivário
- Tiago Francisco da Silva - Vereador do Município de Mara Rosa

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</b>	<b>30</b>
	1.1 JUSTIFICATIVA	14		4.1 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA	30
	1.2 MOTIVAÇÃO	14		4.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA: O AÇAFRÃO DE MARA ROSA	34
	1.3 OBJETIVO	15		4.2.1 Associação dos Prdutores de Açafrão de Mara Rosa (Cooperaçãofrão)	36
	1.4 METODOLOGIA	15		4.3 PANORAMA DA ATIVIDADE MINERAL EM MARA ROSA	37
	1.4.1 Diagnóstico Urbano	15	4.3.1 Passivos Ambientais da Mineração	38	
	1.4.2 Pesquisa de Satisfação	16	4.3.2 Impactos da Mineração no Território e no Planejamento Urbano	41	
	1.4.3 Proposição de Diretrizes	17	4.4 MARA ROSA E A MALHA FERROVIÁRIA	42	
<b>2</b>	<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>18</b>	<b>5</b>	<b>5. DIAGNÓSTICO URBANO</b>	<b>44</b>
	2.1 POLÍTICAS URBANAS	18		5.1 USO DO SOLO	44
	2.2 DIAGNÓSTICO URBANO	19		5.2 SISTEMA VIÁRIO	46
	2.3 CIDADES PEQUENAS	20		5.3 CENTRALIDADES	50
	2.4 CIDADES MINERADORAS	21		5.4 SAÚDE	52
	2.4.1 Conflitos da Mineração	21		5.5 EDUCAÇÃO	54
2.4.2 Impactos Econômicos e Ambientais	22	5.6 LAZER	56		
2.4.3 Políticas Urbanas de Mineração	23	5.6 ARBORIZAÇÃO	58		
	2.4.3.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	24	5.7 ÁREAS VERDES	59	
<b>3</b>	<b>3. ESTUDO DE CASO: ALTO HORIZONTE (GO)</b>	<b>26</b>	5.8 TOPOGRAFIA	60	
	3.1 COMPARAÇÃO ALTO HORIZONTE E MARA ROSSA	29	5.10 VAIOS URBANOS	61	
			5.11 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	62	
			5.12 ESGOTAMENTO SANITÁRIO	64	



6

<b>6. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO</b>	<b>66</b>
6.1 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS MORADORES DE MARA ROSA (GO)	66
6.2 CENTRO	68
6.3 SETOR OESTE	74
6.4 VILA UNIÃO	80
6.5 SETOR NOVO HORIZONTE	86
6.6 RESID. VISTA BELA	92
6.7 SETOR AEROPORTO	98
6.8 RESID. CARLOS DIAS DE MEDEIROS	103
6.9 RESID. BELA VISTA	108
6.10 SETOR SOL NASCENTE	112
6.11 SETOR SOLAR PARK ESTRELA D'ALVA	116
6.12 SETOR VILA NOVA	119
6.13 SETOR BOA VISTA	122
6.14 SETOR NORTE	125
6.15 SETOR NOVO HORIZONTE II	128
6.16 SETOR PORTAL DO SOL	130

7

<b>7. DIRETRIZES URBANAS</b>	<b>132</b>
------------------------------	------------

8

<b>8. CONCLUSÃO</b>	<b>136</b>
---------------------	------------

9

<b>9. REFERÊNCIAS</b>	<b>137</b>
-----------------------	------------

10

<b>9. ANEXO</b>	<b>141</b>
-----------------	------------

# 1 INTRODUÇÃO

Mara Rosa, município localizado no norte do estado de Goiás, caracteriza-se por sua relevância socioeconômica vinculada a três grandes influências: a agricultura, com destaque para a produção de açafrão; a mineração, especialmente de ouro; e a presença estratégica das ferrovias. Essas atividades estruturam a dinâmica econômica local e influenciam diretamente a organização urbana, a ocupação territorial e as condições de vida da população.

Este trabalho acadêmico visa desenvolver um Diagnóstico Urbano para o município de Mara Rosa - Goiás, enfatizando os desafios e as oportunidades específicas dessa localidade. Mara Rosa enfrenta, como muitas cidades Brasileiras, questões relacionadas ao crescimento urbano desordenado, déficit de infraestrutura e necessidade de maior integração entre seus aspectos socioeconômicos e territoriais.

Buscou-se realizar uma análise da realidade urbana do município, utilizando o Diagnóstico Urbano como ferramenta para compreender como pequenos centros urbanos enfrentam os desafios do desenvolvimento urbano em contextos multifacetados, suas características, identificar problemas e potencialidades. Além disso, serão propostas diretrizes urbanísticas voltadas para o desenvolvimento urbano considerando a preservação ambiental, a inclusão social e o fortalecimento econômico.

Assim, este estudo contribui não apenas para a futura atualização de um instrumento jurídico fundamental (Plano Diretor), mas também para a construção de uma cidade mais resiliente e prepa-

rada para os desafios contemporâneos, respeitando suas particularidades culturais e territoriais.

A relevância da pesquisa está em promover uma abordagem integrada do Diagnóstico Técnico e de um Diagnóstico Participativo, que reflita as necessidades locais e dialogue com as perspectivas de crescimento regional.



## 1.1 JUSTIFICATIVA

Mara Rosa é um município localizado na região norte do estado de Goiás, marcado por uma diversidade econômica que influencia diretamente sua organização urbana e desenvolvimento territorial. Todo o município, bem como a cidade de Mara Rosa tem sido impactado por mudanças que giram em torno de três eixos:

### **Agricultura:**

Introduzido pelos bandeirantes no século XVI e se adaptando à região, o Curcuma longa tornou-se a base de uma cultura consolidada, a ponto de Mara Rosa ser reconhecida como a Capital do Açafrão em Goiás (SEBRAE, 2024) sendo 26% da produção nacional deste insumo proveniente do município de Mara Rosa (DATA SEBRAE, 2018). A produção de açafrão em Mara Rosa é uma atividade agrícola tradicional, reconhecida por indicações geográficas, que valoriza a cultura local e fortalece a economia familiar, contribuindo para a identidade regional.

### **Cidade Mineradora:**

A empresa Hochschild Mining investiu cerca de R\$ 1 bilhão na implantação da Unidade Mara Rosa até o primeiro semestre de 2024. A unidade extrai até 8 000 t de minério por dia, com uma produção anual de até 80 000 onças de ouro<sup>1</sup> (cerca de 2 toneladas) ao longo de uma década (GOIÁS, 2024). A mineração, configura-se como um dos principais motores econômicos do município, atraindo investimentos significativos e gerando efeitos profundos sobre a estrutura urbana, o mercado de trabalho e as condições ambientais.

### **Obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO):**

Mara Rosa se tornará um ponto de interligação entre a FICO e a Ferrovia Norte-Sul, reforçando o escoamento da produção agrí-

cola do Vale do Araguaia aos portos Brasileiros como Santos (SP) e Itaqui (MA), abrindo também caminho para futuras integrações à Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) e até à Transoceânica, ligando o Atlântico ao Pacífico. As ferrovias representam um elemento estratégico para o escoamento da produção regional, fomentando a integração do município com outras áreas e ampliando as oportunidades econômicas.

As consequências dessas influências podem tanto trazer desafios quanto benefícios para o município, desde que sejam avaliadas antecipadamente e que as decisões do município estejam bem respaldadas. A ideia de criar um Diagnóstico Urbano visa servir como subsídio para uma futura revisão do Plano Diretor do Município buscando o desenvolvimento urbano do mesmo e o bem estar social.

## 1.2 MOTIVAÇÃO

Planejar pequenas cidades é fundamental para promover o desenvolvimento urbano, melhorar a qualidade de vida da população e prevenir problemas futuros. Essas localidades enfrentam desafios importantes que demandam planejamento, como o controle da expansão urbana desordenada e a gestão de recursos ambientais e infra estruturas.

O planejamento permite identificar as necessidades de serviços básicos, como saneamento, saúde e educação, garantindo alocação eficiente de recursos e oferecendo melhores condições de vida aos moradores. Além disso, contribui para o fortalecimento da economia local, fomentando atividades produtivas específicas, como o turismo e a agricultura, e atraindo investimentos.

Outro aspecto relevante é a capacidade de pequenas cidades se prepararem para desafios maiores, como mudanças climáticas e pressões demográficas, que podem afetá-las diretamente.

Com um planejamento adequado, é possível preservar áre-

as verdes, proteger recursos hídricos e equilibrar desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Através dessa abordagem, o uso do solo pode ser ordenado para atender às demandas sociais, promovendo inclusão e qualidade de vida.

Assim, o planejamento urbano em pequenas cidades não apenas resolve problemas imediatos, mas também constrói uma base sólida para o futuro, conectando essas localidades de maneira harmoniosa às dinâmicas regionais e nacionais.

## 1.3 OBJETIVOS

De acordo com o artigo 41 da Lei 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE), o plano diretor é obrigatório para cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.**

O Diagnóstico Urbano sistematiza dados, promove a participação social e fornece subsídios para propostas que respondam às especificidades locais e aos desafios globais, como as mudanças climáticas. A análise integrada do território urbano permite identificar fragilidades e potencialidades que fundamentam estratégias de planejamento mais equitativas e resilientes.

Nesse contexto, a realização de uma pesquisa de satisfação com os moradores constitui um instrumento valioso de diagnóstico participativo, permitindo a escuta ativa da população sobre as

condições de vida, infraestrutura urbana, serviços públicos e percepção da gestão municipal.

Ao captar as demandas, críticas e sugestões diretamente da comunidade, a pesquisa contribui para a formulação de diretrizes mais alinhadas às necessidades reais dos cidadãos, fortalecendo a transparência, a corresponsabilidade e o caráter democrático do planejamento urbano.

Com base nessa análise, serão propostas diretrizes urbanas que visem promover o desenvolvimento urbano e inclusivo, assegurando uma gestão eficiente do território, a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento da economia local, alinhadas aos princípios do Estatuto da Cidade.

## 1.4 METODOLOGIA

A metodologia será estruturada em três etapas principais. O processo será conduzido por meio de métodos qualitativos e quantitativos, buscando integrar análise de dados secundários e primários, além de considerar a participação da comunidade local, e a proposta de diretrizes urbanas.

### TCC 1

#### 1.4.1 Diagnóstico Urbano

O diagnóstico urbano é uma etapa fundamental para a compreensão das dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e ambientais que conformam o espaço urbano.

Neste estudo, a metodologia adotada tem por objetivo identificar as características, os problemas e as potencialidades do município, subsidiando a formulação de propostas fundamentadas na realidade local.

Para tanto, será realizada uma abordagem metodológica mista, integrando técnicas quantitativas e qualitativas, com foco na análise territorial e na escuta ativa da população.

A coleta de dados será dividida em três frentes principais: Levantamento de dados secundários: será realizada uma análise de dados disponíveis em bases oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Serão coletadas informações demográficas, socioeconômicas, de infraestrutura urbana, uso e ocupação do solo, cobertura vegetal, rede viária, mobilidade e acesso a equipamentos públicos. Esses dados fornecerão uma base técnico-quantitativa do território.

Análise espacial: Utilização de imagens de satélite para identificar padrões de ocupação, áreas de risco, expansão urbana e uso de áreas públicas.

Pesquisa de campo: Realização de visitas técnicas com o objetivo de identificar as necessidades reais e os problemas urbanos mais prementes, como mobilidade, infraestrutura básica (saneamento, saúde, educação), habitação e uso do solo.

A análise dos dados será feita de forma integrada, cruzando as informações estatísticas com os registros de campo e as contribuições da população. Serão utilizados recursos como mapas temáticos, gráficos, quadros comparativos e análises descritivas para sistematizar os resultados e evidenciar os principais desafios e oportunidades urbanas do município.

## TCC 2

### 1.4.2 Pesquisa de Satisfação

Esta etapa baseia-se na aplicação de uma pesquisa de satisfação com os moradores, instrumento essencial para compreender as percepções da população em relação à qualidade de vida urbana, à infraestrutura disponível, aos serviços públicos e às dinâmicas socioespaciais do município.

Essa abordagem se insere no escopo das metodologias participativas, reconhecendo a importância da escuta ativa da comunidade no processo de formulação e avaliação de políticas públicas e estratégias de planejamento territorial.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário estruturado, aplicado de forma digital, considerando a acessibilidade dos participantes.

O questionário será dividido em blocos temáticos, abordando aspectos como: Perfil do Morador, Bairro e Moradia, Saúde Pública, Educação Pública, Mobilidade e Transporte, Meio Ambiente e Lazer e percepção geral sobre Gestão Pública e Participação. A amostragem será estratificada por bairros, com o objetivo de captar diferentes realidades dentro da cidade e garantir a representatividade dos dados coletados.

A escolha pela pesquisa de satisfação como instrumento se justifica por sua capacidade de identificar necessidades reais, demandas reprimidas e expectativas da população, contribuindo para um diagnóstico urbano mais completo e sensível às especificidades locais.

A valorização da percepção dos moradores é fundamental para construir um retrato fiel das condições de vida no território analisado, evitando diagnósticos exclusivamente técnicos e descolados da vivência cotidiana dos cidadãos.

Além disso, esta abordagem está alinhada aos princípios da gestão democrática da cidade, conforme preconizado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que destaca a participação popular como componente essencial no planejamento urbano.

O envolvimento da comunidade no diagnóstico urbano fortalece a transparência, a legitimidade e a eficácia das ações públicas, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de uma cultura participativa e de corresponsabilidade social.

A análise dos dados coletados será feita com base em métodos quantitativos e qualitativos. As respostas fechadas serão tratadas estatisticamente, com uso de tabelas e gráficos, enquanto as

respostas abertas serão submetidas à análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias e padrões discursivos que revelem o olhar da população sobre a cidade.

### 1.4.3 Proposição de Diretrizes

Com base nas análises realizadas nas etapas anteriores, serão elaboradas propostas de diretrizes urbanas para orientar o desenvolvimento futuro de Mara Rosa. As diretrizes visam promover um crescimento ordenado, urbano e inclusivo. A metodologia para a elaboração dessas diretrizes incluirá:

**Estudo de melhores práticas e referências:**

Focando em modelos de gestão urbana, como a integração de áreas verdes, mobilidade urbana eficiente e uso racional do solo.

**Formulação de propostas de políticas públicas:**

Proposição de políticas urbanas focadas na melhoria da qualidade de vida, inclusão social e sustentabilidade, como a revitalização de áreas degradadas, o incentivo à construção de moradias populares, a ampliação de espaços públicos e a promoção da economia local.

**Simulação de cenários futuros:**

Prever os impactos das propostas de planejamento no longo prazo, considerando variáveis como o crescimento populacional, mudanças climáticas e a expansão de atividades econômicas, como a mineração e o cultivo de açafrão.

# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

## 2.1 POLÍTICAS URBANAS

A construção das políticas urbanas no Brasil está intimamente ligada ao processo histórico de urbanização e à necessidade de ordenar o uso e ocupação do solo diante do crescimento populacional e territorial das cidades. A partir da segunda metade do século XX, o país passou por profundas transformações espaciais, marcadas por intensos fluxos de mobilidade populacional rural e intra urbana, além do crescimento vegetativo, o que gerou novas demandas por infraestrutura, serviços públicos, moradia e organização territorial.

Embora as formações urbanas existam desde o início do processo colonizatório, foi apenas em 1938 que ocorreu um marco importante na configuração legal das cidades Brasileiras. O Decreto-Lei 311/1938 transformou todas as sedes de freguesia e vilas em cidades, independentemente de suas características estruturais e funcionais, indicando uma evolução legal relativamente recente da urbanização no Brasil (Veiga, 2008). Este processo culminou, posteriormente, na Constituição de 1946, que estabeleceu a exigência de um “núcleo urbano” para a concessão da autonomia municipal, conforme o artigo 28 (Brasil, 1946).

O fenômeno urbano, como nos lembra Lefebvre (2002), possui uma evolução que é simultaneamente espacial e temporal, à medida que se expande e modifica o espaço ao longo do tempo.

Essa expansão resultou na constituição de uma rede urbana Brasileira polarizada por algumas cidades de grande e médio porte, e marcada por uma multiplicidade de municípios pequenos (IBGE, 2010a). No estado de Goiás, por exemplo, 77,23% dos municípios possuem até 20 mil habitantes (IBGE, 2022), o que evidencia a predominância de pequenos núcleos urbanos no estado.

Nos municípios menores, o tecido urbano se desenvolve sobre os resquícios da vida agrária, alterando não apenas o espaço físico visível, mas todas as manifestações sociais que refletem o predomínio do urbano sobre o rural (Lefebvre, 2002). Entretanto, o planejamento urbano Brasileiro ainda é recente, fragmentado e fortemente centrado no espaço urbano, com pouca incidência sobre o meio rural, onde o uso do solo é historicamente empírico, baseado na prática de seus usuários.

O marco legal mais significativo das políticas urbanas Brasileiras é o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257 (Brasil, 2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. A autonomia administrativa dos municípios Brasileiros é recente, mas trouxe consigo uma série de atribuições legais nas áreas social, econômica, ambiental e territorial.

O Estatuto da Cidade representa um avanço na consolidação das políticas urbanas, pois institui instrumentos que permitem aos municípios exercerem juridicamente ações de planejamento territorial, controle do uso e ocupação do solo, parcelamento urbano e incentivo ao desenvolvimento local (Brasil, 2001). Assim, a partir de sua promulgação, os municípios Brasileiros passaram a dispor de uma ferramenta concreta para promover o ordenamento territorial e qualificar o desenvolvimento urbano.

Contudo, a efetivação do Estatuto da Cidade encontrou obstáculos consideráveis. Como ressalta Carranza (2015), a inde-

pendência administrativa permitiu aos municípios trilhar caminhos próprios no campo jurídico e executivo, mas também escancarou a fragilidade de muitos deles — sobretudo os pequenos — em gerir seu território e infraestrutura.

Essa dificuldade se reflete nos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic, 2018), segundo os quais apenas 2.866 dos 5.570 municípios Brasileiros possuíam Plano Diretor, representando 51% do total (IBGE, 2018). A situação é ainda mais crítica entre os municípios com menos de 20 mil habitantes – classificados como pequenos pelo IBGE (2010) –, onde 77% não possuem plano diretor.

Esse déficit revela problemas estruturais, como a ausência de informação e de capacitação técnica nas gestões locais, bem como interesses políticos contrários ao planejamento urbano democrático. Como observa Coutinho (2011), a má gestão municipal, frequentemente voltada a grandes fazendeiros e empreendedores regionais, dificulta o crescimento econômico e compromete a vida social nos pequenos centros urbanos.

Apesar desses desafios, é possível identificar potencialidades nos instrumentos do Estatuto da Cidade, inclusive em pequenos municípios. Embora esses municípios não sejam obrigatoriamente contemplados pela Lei nº 10.257/01, existem oportunidades para a regulamentação e aplicação de seus instrumentos, que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento territorial local.

A aplicação desses instrumentos, quando bem orientada, atua como um elemento catalisador, ao permitir uma melhor alocação de investimentos públicos, promover parcerias entre Executivo municipal, sociedade civil e setor privado, e abrir canais para captação de recursos externos.

Mesmo em localidades de menor porte, é possível otimizar o uso do solo e fomentar o desenvolvimento urbano, desde que haja organização interna e articulação entre os diversos atores locais.

Todavia, um dos grandes desafios para o planejamento urba-

no nos pequenos municípios é romper com a lógica de padronização imposta pelas cidades de porte médio e grande. Como destaca Jeudy (2005), as cidades tendem a se tornar cada vez mais uniformes, o que ignora as especificidades locais. Nesse processo de homogeneização, surgem espaços de exclusividade e segregação — como o padrão centro-periferia — que se reproduzem mesmo em pequenos centros urbanos, onde o valor do solo e o acesso à moradia definem quem pode ocupar determinadas áreas (Villalça, 2001).

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são um exemplo de política voltada à inclusão urbana, mas que, muitas vezes, resultam no confinamento das populações mais pobres em áreas periféricas, perpetuando a exclusão espacial e social. Isso ressalta a importância de políticas urbanas que reconheçam e atuem sobre a diversidade dos territórios, rompendo com modelos únicos e inadequados às realidades locais.

## 2.2 DIAGNÓSTICO URBANO

O diagnóstico urbano consiste em uma etapa essencial no processo de planejamento e gestão das cidades, sendo responsável pela sistematização e análise integrada das condições físicas, socioeconômicas, ambientais e institucionais do território urbano (Lopes, 2017).

Sua relevância está na capacidade de fornecer um panorama detalhado da realidade local, que serve como base para a elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento adequadas às especificidades do município.

Esse diagnóstico é realizado por meio de etapas que envolvem a coleta, organização e interpretação de dados secundários e primários, contemplando aspectos como a estrutura urbana, infraestrutura de serviços, dinâmicas sociais e econômicas, além dos

impactos ambientais. Dentre os métodos utilizados, destacam-se análises cartográficas, estatísticas, censitárias e a observação direta, complementadas por técnicas qualitativas como entrevistas e grupos focais (Lopes, 2017).

No diagnóstico urbano, é importante distinguir entre diagnóstico técnico e diagnóstico participativo. O diagnóstico técnico é conduzido por profissionais especializados, baseando-se em dados objetivos para oferecer uma visão ampla e sistemática do território.

Já o diagnóstico participativo envolve a população local como agente ativo no processo, por meio de consultas, pesquisas de satisfação e outras formas de engajamento social. Essa abordagem valoriza o conhecimento empírico dos moradores sobre as condições, necessidades e potencialidades da cidade, fortalecendo a participação cidadã e a legitimidade do planejamento urbano (Silva, 2018).

A escuta dos moradores, por meio de instrumentos como pesquisas de satisfação, é fundamental para captar percepções e demandas da comunidade, promovendo um diagnóstico mais completo e sensível às realidades cotidianas (Silva, 2018).

A integração do diagnóstico técnico com o participativo resulta em um panorama mais rico e legitimado, que subsidia a formulação de diretrizes urbanas alinhadas aos anseios sociais e aos desafios contemporâneos, contribuindo para o desenvolvimento urbano inclusivo, conforme preconiza o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001).

## 2.3 CIDADES PEQUENAS

As cidades pequenas, por sua escala reduzida, configuram-se como espaços singulares dentro da rede urbana Brasileira. Neste contexto, o presente trabalho compreende como cidades pequenas aquelas com menos de 20 mil habitantes, caracterizadas

por unir elementos da urbanidade e ruralidade, por possuírem uma maior proximidade nas relações interpessoais e por manterem um cotidiano mais lento em comparação aos grandes centros urbanos.

A cidade pequena é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, nestes casos podendo-se falar em habitat rural concentrado. (Corrêa, 2011).

A dinâmica das cidades pequenas deve ser entendida não apenas a partir do núcleo urbano, mas também das relações com o meio rural, o qual exerce papel fundamental na estrutura socioeconômica e cultural desses municípios.

Cada cidade se insere em uma rede urbana com funções e serviços distintos, e é imprescindível uma análise local para entender a realidade particular de cada uma (Corrêa, 2011).

Conforme destaca Corrêa (2011), há fatores primordiais para a formação das pequenas cidades, tais como: a matriz cultural da área, a antiguidade do povoamento, a estrutura agrária, a densidade demográfica reduzida, as relações com o mercado, o nível de renda da área e a acessibilidade.

Esses elementos são essenciais para compreender os distintos perfis das cidades pequenas, ainda que não sejam exclusivos, pois há sempre uma variabilidade local que define identidades e realidades próprias.

Outro traço marcante das cidades pequenas é a dependência de centros urbanos maiores para acesso a serviços de maior complexidade e oferta de comércio especializado. Essa limitação funcional muitas vezes está associada a um quadro econômico restrito, que acarreta na carência de empregos e atividades diversificadas.

De acordo com Bacelar (2009, p. 6), quando a base produtiva e de empregos é pequena, os habitantes vivem quase em total estado de dependência do poder público, com destaque para as prefeituras, que passam a ser o maior empregador dessas localidades.

O núcleo urbano dessas cidades geralmente se forma em torno da igreja, do comércio local, de pequenas e médias indústrias e, principalmente, da máquina pública, que concentra a maioria dos empregos formais.

No entanto, Carranza (2015) observa que há uma recorrente queixa da falta de oportunidades, revelando a ausência de estratégias voltadas à estruturação da economia local. Essa ausência de planejamento contribui para aquilo que Carranza (2015) denomina como “marginalização camuflada”, especialmente sobre os segmentos mais vulneráveis da população.

A industrialização do campo também impactou fortemente as pequenas cidades. Houve, conforme Corrêa (2011), evasão do rural para o urbano, perda do capital oriundo da economia agrária, fragmentação da propriedade fundiária e aumento da emigração, provocando impactos significativos na estrutura social e produtiva dessas localidades.

Do ponto de vista ambiental, surgem múltiplos desafios. No campo, destacam-se o empobrecimento do solo pela monocultura, a exaustão dos recursos hídricos e o desmatamento.

Já nas áreas urbanas, são recorrentes problemas como ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental, descarte inadequado de resíduos sólidos e falta de saneamento básico. Esses problemas refletem tanto a ausência de planejamento quanto a fragilidade técnica e orçamentária das administrações municipais.

Outro aspecto importante está nas relações sociais e na apropriação do espaço urbano. As transformações no meio ambiente natural, somadas às mudanças no modo de vida rural, influenciam o cotidiano das cidades pequenas.

Há manifestações que expressam esse cotidiano nas interações diárias, como o uso das calçadas nos fins de tarde, símbolo da vida social mais próxima e da apropriação coletiva do espaço.

A escala reduzida das cidades pode, contudo, representar um potencial positivo para o desenvolvimento social, desde que se adotem políticas públicas que contemplem habitação, cultura, serviços básicos e inclusão social.

A cidade pequena pode ser um espaço privilegiado para ações de conscientização e planejamento, principalmente no que tange à acessibilidade e à garantia de direitos para todas as idades e condições físicas.

Contudo, os desafios são muitos. As pequenas cidades frequentemente não possuem corpo técnico capacitado, enfrentam entraves orçamentários e sofrem com a estagnação econômica, o que gera esvaziamento populacional à medida que os moradores migram em busca de melhores oportunidades.

Diante disso, torna-se essencial a formulação de diretrizes específicas para as cidades de pequeno porte, que considerem suas particularidades econômicas, sociais, ambientais e territoriais.

## 2.4 CIDADES MINERADORAS

A atividade mineral tem sido historicamente um dos pilares da formação territorial e econômica do Brasil, especialmente em regiões do interior. Cidades mineradoras, como é o caso de Mara Rosa (GO), apresentam dinâmicas próprias, moldadas pela presença de empreendimentos extrativistas de grande porte, que influenciam de maneira significativa o tecido urbano, a economia local e as relações sociais.

### 2.4.1 Conflitos da Mineração

A mineração é reconhecida como uma atividade estratégica para a economia Brasileira, por sua significativa participação

no PIB, geração de divisas por meio das exportações e estímulo ao desenvolvimento local, mesmo em períodos de instabilidade econômica global (IBRAM, 2014). No entanto, a presença de empreendimentos minerários em áreas urbanas e rurais tem provocado intensos conflitos territoriais e socioambientais, desafiando a capacidade do poder público de regular adequadamente o uso do solo e garantir os direitos das populações atingidas.

Diversos autores têm questionado a real capacidade da mineração de promover desenvolvimento sustentável nos territórios em que se instala. A atividade mineral está associada a uma série de dilemas, como a dependência financeira de um recurso não renovável, a ocorrência de ciclos de prosperidade e colapso econômico ("boom-colapso"), a reestruturação abrupta das economias locais, o crescimento populacional desordenado e a consequente pressão sobre a infraestrutura urbana (Milanez et al., 2010; Milanez et al., 2017).

Essas transformações produzem tensões sociais, como o aumento da violência, o agravamento das desigualdades e a apropriação de territórios tradicionalmente ocupados por comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas e outros povos tradicionais, que veem suas terras sendo usurpadas em nome da acumulação capitalista (Wanderley, 2019).

Do ponto de vista ambiental, a mineração contribui para o assoreamento de corpos hídricos, poluição atmosférica e do solo, deposição inadequada de rejeitos e desmatamento — efeitos particularmente acentuados em minas a céu aberto.

A dificuldade de conciliar os interesses econômicos da mineração com os objetivos das políticas urbanas se revela no conflito entre a lógica extrativista e o planejamento territorial. A pesquisa de Araújo et al. (2014), que analisou 105 empreendimentos minerários em 22 estados Brasileiros, demonstra que os impactos sociais são mais intensos nas comunidades diretamente vizinhas às minas. Já os efeitos econômicos, embora possam impulsionar a arrecadação de impostos e provocar um surto de urbanização nos mu-

nicípios-sede, como evidenciado por Milanez et al. (2019), não se distribuem de forma equitativa pela região. Cidades periféricas a polos mineradores, como demonstrado por COELHO et al. (2005), apresentam baixa capacidade de arrecadação e poucos investimentos públicos, revelando assimetrias territoriais e desigualdade no acesso aos benefícios da mineração.

Outro ponto crítico está relacionado ao encerramento das atividades minerárias. Muitas vezes, as empresas abandonam os empreendimentos sem realizar o descomissionamento adequado, deixando passivos ambientais e áreas degradadas. A ausência de planejamento e recursos para a recuperação das áreas impactadas transfere ao poder público a responsabilidade de discutir, junto à sociedade civil, os mecanismos legais para a reabilitação dos espaços afetados (Taveira, 2003; Tonidandel, 2011).

Nesse contexto, a regulação urbana deve incorporar instrumentos que assegurem o controle social sobre os processos minerários, garantindo transparência, participação popular e o cumprimento das responsabilidades socioambientais das empresas. Para isso, torna-se essencial o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade que considerem os recursos naturais, humanos e institucionais, servindo como base para o monitoramento dos impactos e a formulação de políticas públicas eficazes (Enriquez, 2007; Villas Bôas, 2011). O diálogo entre governo, sociedade civil e setor privado surge, portanto, como um elemento fundamental para a mediação dos conflitos e para a construção de alternativas de desenvolvimento territorial mais justas e resilientes.

#### **2.4.2 Impactos Econômicos e Ambientais**

A mineração pode representar um vetor de dinamização econômica local, sobretudo em municípios de pequeno porte, como Mara Rosa, ao atrair investimentos, gerar emprego e aumentar a arrecadação municipal por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM). No entanto, esse crescimento é, muitas vezes, volátil e dependente do ciclo de ex-

ploração do minério, o que pode levar à chamada “síndrome do enclave” — quando a economia local se torna excessivamente dependente de um único setor, sem geração de cadeias produtivas sustentáveis (IGAM, 2020).

A mineração representa, para Mara Rosa, uma oportunidade de fortalecimento econômico. Além da geração de centenas de empregos diretos e indiretos, há expectativa de incremento na arrecadação por meio da CFEM e de tributos municipais.

Contudo, os benefícios econômicos vêm acompanhados de riscos estruturais. A forte dependência de uma atividade extrativa e não renovável pode tornar o município vulnerável a ciclos de alta e baixa do mercado internacional de commodities, dificultando o planejamento de longo prazo e a sustentabilidade das finanças locais (IGAM, 2020).

No plano ambiental, os impactos são igualmente significativos, incluindo o desmatamento, o uso intensivo de recursos hídricos e a possibilidade de contaminação do solo e da água, especialmente em áreas próximas ao empreendimento. Os processos de licenciamento e compensação ambiental nem sempre são capazes de mitigar de forma efetiva os danos causados pela mineração, especialmente quando há fragilidade institucional e ausência de planejamento urbano integrado (Acselrad, 2009).

Em Mara Rosa, isso se torna ainda mais urgente diante da ausência de um planejamento urbano consolidado e da necessidade de revisão do Plano Diretor, de modo a garantir que os ganhos econômicos não comprometam a qualidade ambiental e a justiça social no município.

### 2.4.3 Políticas Urbanas e Mineração

A mineração é uma atividade estratégica para a economia Brasileira, porém seus benefícios sociais e econômicos nem sempre são plenamente usufruídos pelas comunidades locais. Da mesma forma, os impactos socioambientais frequentemente superam a capacidade de resposta dos municípios mineradores. Diante des-

se cenário, torna-se essencial a construção e a implementação de políticas públicas sólidas e eficazes, que articulem desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental (UN, 2012).

A formulação e execução das políticas públicas envolve diversas etapas, desde a definição dos problemas e planejamento inicial até a implementação e avaliação dos resultados. Esse processo considera os custos, a urgência das soluções, o cenário local e a necessidade política, conforme argumentam Jann e Wegrich (2007). No caso da mineração, porém, o histórico revela a baixa efetividade de políticas públicas específicas, sendo raras as iniciativas que apresentaram retorno satisfatório (IBRAM, 2018).

**TABELA 1** - Tipos de Políticas Públicas

TIPO DE POLÍTICA PÚBLICA	DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
<b>Distributivas</b>	Foca em atender demandas específicas de indivíduos, grupos ou regiões.	Benefícios direcionados a setores pontuais; Baixo nível de conflito; Ações segmentadas e localizadas.
<b>Regulatórias</b>	Define normas, padrões e regras para organizar o funcionamento dos serviços públicos e da sociedade.	Grande visibilidade pública; Envolve burocracia e interesses diversos; Regula comportamentos e estruturas.
<b>Redistributivas</b>	Busca reequilibrar o acesso a recursos e oportunidades entre grupos sociais.	Envolve ganhos e perdas entre grupos; Visa maior equidade social; Pressupõe mudanças estruturais.
<b>Constitutivas</b>	Estabelece as regras institucionais do sistema político e administrativo.	Define competências e estruturas de poder; Regula o funcionamento do Estado; Base para elaboração das demais políticas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Lowi (1964;1972 apud Souza, 2006) e Azevedo (2017).

Entre os principais instrumentos criados para orientar o setor, destacam-se o Plano Nacional de Mineração 2030 (Brasil, 2010), o Programa 2040 (Brasil, 2015), a Agenda 21 Mineral (Brasil, 2003) e o Ordenamento Territorial Geomineiro (Brasil, 2006 apud Brasil, 2010). A efetivação desses programas demanda uma ação articulada

entre órgãos federais e estaduais, como a Agência Nacional de Mineração (ANM), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (Scliar, 2003).

Ainda assim, para que tais políticas tenham impacto efetivo, é necessário que estejam em sintonia com a realidade econômica, social e ambiental dos municípios afetados (IBRAM, 2013). Um dos mecanismos centrais de política pública no contexto minerário é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), também conhecida como royalty da mineração. Esta política tem como objetivo transformar uma riqueza finita — a jazida mineral — em um valor social perene, revertido em investimentos sustentáveis (Brasil, 2011).

Contudo, para que esses recursos sejam realmente revertidos em melhorias duradouras, é fundamental que haja controle social e transparência nos gastos públicos. A participação popular na definição de prioridades de investimento da CFEM é essencial, assim como o fortalecimento dos instrumentos de fiscalização e auditoria (Carvalho et al., 2012). Além disso, conforme enfatiza Enriquez (2007), os municípios mineradores devem utilizar os recursos provenientes da mineração como meio para diversificar sua matriz produtiva, buscando reduzir a dependência econômica da atividade e se preparar para o esgotamento das jazidas.

#### **2.4.3.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)**

A CFEM é um recurso financeiro cobrado pelo Estado Brasileiro em função da extração de recursos minerais em seu território. O Brasil possui uma grande diversidade mineral, arrecadando a CFEM sobre a exploração de 184 diferentes substâncias minerais.

No entanto, a maior parte da arrecadação está concentrada na mineração de ferro, que corresponde a aproximadamente 78% do total arrecadado. Outros minerais importantes na arrecadação são o ouro, com cerca de 4%, o cobre, com 3%, e a bauxita, com 2%.

Minas Gerais responde por 44,96% da arrecadação, com 687 municípios arrecadadores (ANM, 2025). Entre eles, cinco municípios concentram 59% da arrecadação: Itabira 11,03%; Nova Lima 10,20%; Congonhas 10,05%; Conceição do Mato Dentro 9,34%; Itabirito 9,31% e Mariana 9,25%.

Por sua vez, o Pará responde por 40,64% da arrecadação, com 100 municípios arrecadadores. Entre eles apenas três municípios concentram 89% da arrecadação no estado: Parauapebas 51,71%; Canaã dos Carajás 31,53% e Marabá 6,05%.

Goiás é o terceiro maior arrecadador de CFEM no país, com 219 municípios arrecadadores. Entre eles, quatro municípios concentram 63% da arrecadação: Alto Horizonte 29,98%; Barro alto 13,03%; Catalão 10,48% e Ouidor 9,72%.

É importante compreender que a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) está diretamente relacionada à mineração, especialmente à mineração de grande escala e industrial.

Essa atividade é majoritariamente realizada por empresas que atuam no Brasil, mas que, em geral, são controladas por grupos internacionais. Essas empresas extraem grandes volumes de minérios para atender a mercados globais e repassam uma parcela significativa de seus lucros para fora do país.

No que diz respeito ao conceito da CFEM, deve-se esclarecer que ela não é um tributo, como impostos ou taxas, mas sim um pagamento decorrente da natureza patrimonial dos recursos minerais. A Constituição Federal de 1988 definiu que a propriedade do solo é distinta da propriedade dos minerais, que são bens da União. A legislação prevê que a exploração mineral pode ser concedida a empresas mediante o pagamento dessa compensação financeira.

Art. 20. São bens da União: (...) IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo; § 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de

petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. (Brasil, 1988)

Assim, a CFEM representa uma obrigação das empresas mineradoras de repassar ao Estado uma parcela da riqueza gerada pela exploração de recursos minerais, que são bens esgotáveis. Trata-se do mecanismo pelo qual o Estado obtém parte da renda gerada pela exploração desses recursos.

**TABELA 2** - Alíquotas para fins de incidência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

TAXAS DA CFEM	
Alíquota	Substância Mineral
1%	Rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas ao uso imediato na construção civil; rochas ornamentais; águas minerais e termais
1,50%	Ouro
2%	Diamante e demais substâncias minerais
3%	Bauxita, manganês, nióbio e sal-gema
3,50%	Ferro, com observações previstas na Lei e alíquota do ferro pode variar entre 2% a 3,5%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Lei 13.540 de 18 de dezembro de 2017.

É comum interpretar a CFEM como uma indenização pelos danos causados pela mineração, interpretação equivocada que surge da associação do termo “compensação” no contexto do licenciamento ambiental. No processo de licenciamento, “compensação” refere-se a ações que as empresas mineradoras devem executar para minimizar ou reparar impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes de suas atividades.

Portanto, cabe às empresas realizar suas operações com o menor impacto ambiental possível e, caso não consigam, devem compensar as comunidades afetadas. O ônus da compensação por danos ambientais não deve recair sobre os governos federal, estadual ou municipal, mas sim sobre as mineradoras responsáveis pelos impactos.

# 3 ESTUDO DE CASO ALTO HORIZONTE (GO)

IMAGEM 1 - Vista Superior de Alto Horizonte



Fonte: Google Earth, 2025.

Alto Horizonte, localizado no norte do estado de Goiás, a aproximadamente 330 km de Goiânia, foi emancipado politicamente em 1991, a partir do desmembramento do município de Mara Rosa (Prefeitura de Alto Horizonte, 2024). Inicialmente, sua economia era fundamentada na agricultura familiar e na pecuária leiteira, atividades típicas de pequenos municípios do interior goiano.

No entanto, mudanças significativas ocorreram a partir dos anos 2000, com o início de atividades de prospecção mineral na região. Em 2007, a empresa Yamana Gold iniciou a extração de ouro

IMAGEM 2 - Contraste Yamana Gold x Alto Horizonte



Fonte: Google Earth, 2025.

e cobre na mina Chapada, posteriormente adquirida, em 2019, pela Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A., subsidiária da multinacional Lundin Mining (Jornal Opção, 2023).

A atividade mineral produziu intensos efeitos urbanos: o processamento de minérios sulfetados atinge cerca de 65 000 toneladas/dia, com produção anual estimada em 24 Mtpa; infraestrutura como planta de beneficiamento e barragem de rejeitos foi estruturada e submetida à ANM e auditorias constantes (Lundin Mining, 2025).

Com a instalação do empreendimento, a cidade passou a experimentar um acelerado crescimento populacional e econômico. Em 2000, a população era de 2.564 habitantes, passando para 6.072 em 2022, de acordo com o Censo do IBGE (IBGE, 2021). Esse crescimento está diretamente ligado à mineração, que impulsionou a arrecadação do município, principalmente através da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

Alto Horizonte tornou-se o maior arrecadador da CFEM em Goiás, consolidando-se como um dos principais polos de mineração do estado (Oliveira, 2014). O PIB per capita, antes modesto, passou a ser o maior do estado, chegando a cerca de R\$ 188 400 em 2024, impulsionado por um PIB total estimado em R\$ 1,3 bilhão (Caravela, 2024). Ao mesmo tempo, houve incremento nos serviços locais, como o ISSQN (passou de 0,04% para 10,5% da receita) e valorização imobiliária e fundiária (IPTU), reforçando o vínculo entre mineração e desenvolvimento urbano (Erick et al., 2023).

**IMAGEM 3** - Pessoas cadastradas no Cadastro Único no município de Alto Horizonte



Fonte: CECAD 2.0, 2025.

No entanto, observa-se concentração de renda elevada e indicadores sociais ainda desafiadores — mesmo com crescimento econômico, parte da população permanece vulnerável (ERICK et al., 2023). No ano de 2025, aproximadamente 25,39% (1.542 pessoas) da população encontrava-se em situação de vulnerabilidade social.

Essa realidade reforça um desafio comum a municípios mine- radores: a dificuldade de converter riqueza mineral em desenvolvi-

mento humano duradouro. A alta arrecadação, embora positiva em termos fiscais, não se traduz necessariamente em melhoria da qualidade de vida da população local, exigindo políticas públicas eficazes e planejamento estratégico voltado à diversificação econômica e à redução da dependência da mineração.

O presidente da Câmara Municipal de Alto Horizonte, vereador Atailton Pereira de Souza (União Brasil), avalia que a chegada da mineradora Maracá teve grande impacto no desenvolvimento da cidade, mas critica decisões recentes da atual administração. [...] Segundo ele, o município quase não depende de recursos federais, devido à forte receita proporcionada pela atividade mineral. "Com pouco mais de seis mil habitantes, temos arrecadação proporcional à de cidades muito maiores. Isso deveria se traduzir em mais benefícios para a população", afirmou. (Jornal Opção, 2024)

Embora o Portal da Transparência municipal facilite o acesso aos dados, as classificações se mostram genéricas, dificultando a identificação precisa dos destinos desses recursos (Prefeitura de Alto Horizonte, 2025).

**TABELA 3** - Empenho dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

DESPESA E EMPENHO (JAN/2025 A JUN/2025)		
Função	Valor	%
Urbanismo	R\$ 4.954.484,95	50,75%
Administração	R\$ 1.346.505,02	13,79%
Cultura	R\$ 1.173.998,00	12,03%
Educação	R\$ 1.168.472,50	11,97%
Saúde	R\$ 869.672,86	8,91%
Transporte	R\$ 170.648,40	1,75%
Agricultura	R\$ 45.487,00	0,47%
Desporto e Lazer	R\$ 32.684,00	0,33%
Habitação	R\$ 500,00	0,01%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 9.762.452,73</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pela Transparência Pública da Prefeitura de Alto Horizonte, 2025.

São apresentadas apenas cinco funções principais. Observa-se que a maior parte das verbas foi direcionada às funções Urbanismo (50,75 %). A forma genérica de registro só permite maior detalhamento ao se consultar a seção “bem fornecido ou serviço prestado”.

A partir daí, percebe-se que os recursos da CFEM foram aplicados em despesas rotineiras da burocracia municipal — como a manutenção de secretarias — ou em atividades de infraestrutura urbana já existentes, por exemplo, vias públicas, calçadas, limpeza urbana e serviços correlatos (Prefeitura de Alto Horizonte, 2025).

O gasto mais expressivo foi direcionado à execução de serviços em sistema de abastecimento de água e elementos de galerias de águas pluviais no Loteamento Residencial Planalto e execução de obras/serviços de meio fio com sarjetas, meio fio sem sarjeta nos setores do município, correspondendo a 17,19 % da CFEM — um montante de aproximadamente R\$ 1,6 milhão destinado à função Saneamento. Outras aplicações relevantes incluem: execução de obras/serviços de meio fio com sarjetas, meio fio sem sarjeta nos setores do município (R\$ 1,2 milhão 12,42%).

Rogério vê com preocupação a possibilidade de a mineradora encerrar suas atividades no município. “Se a mineração vai embora, nós vamos pensar com o que a cidade vai viver. A prefeitura emprega bastante gente, mas porque tem a mineradora. Se não fosse ela, a prefeitura não teria a renda que tem. A gestão municipal tem que pensar no depois, senão a cidade pode acabar”, alertou. [...] E conclui: “Se hoje a mineradora saísse, teria que demitir funcionários.” (Jornal Opção, 2024)

Embora exista a destinação de parte dos recursos ao saneamento básico — um investimento relevante — chama atenção a ausência de aplicação da CFEM em áreas voltadas à diversificação econômica, sustentabilidade ou inovação tecnológica. Considerando que a mineração depende de recursos finitos, é preocupante que Alto Horizonte, após mais de uma década de mine-

ração em larga escala, não tenha implementado projetos estruturantes voltados à redução da dependência mineral (Prefeitura de Alto Horizonte, 2025).

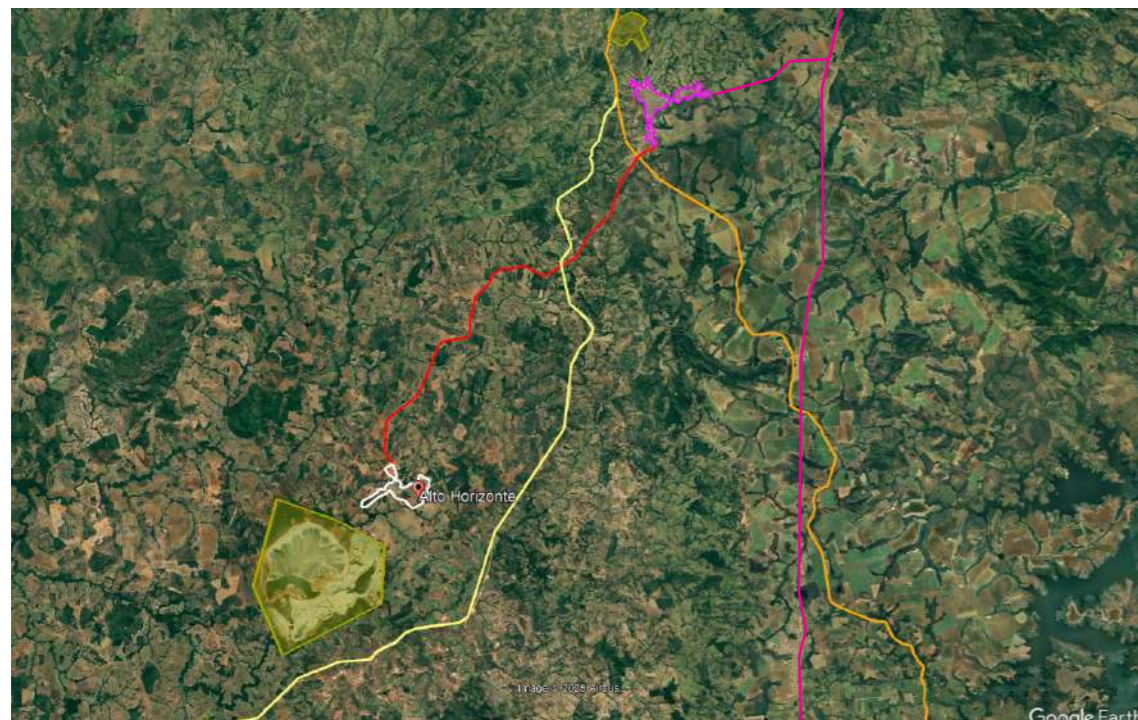
Segundo reportagem do Jornal Opção (2024), moradores locais relatam preocupação com a qualidade da educação oferecida, destacando que, apesar dos altos repasses oriundos da mineração, e boas escolas municipais, não há preparação da população para o futuro em relação a investimentos para formação de nível técnico e superior.

Pai de uma estudante da rede municipal, Ricardo Pereira Ramos avalia positivamente a educação pública em Alto Horizonte, mas acredita que os recursos oriundos da mineração podem ser mais bem aproveitados. [...] “Faculdade é mais difícil de trazer, mas dá para criar mais cursos técnicos, principalmente voltados para a área da mineração. Isso ajudaria os jovens daqui a terem mais oportunidades”, completou. (Jornal Opção, 2024)

Essas críticas refletem uma percepção coletiva de que os recursos oriundos da mineração não estão sendo adequadamente revertidos em políticas públicas estruturantes e duradouras. Em um cenário de crescimento populacional provocado pela instalação e operação de grandes empreendimentos minerários, espera-se que o setor educacional acompanhe as novas demandas do município. No entanto, a ausência de um planejamento de longo prazo tem gerado um descompasso entre arrecadação e qualidade dos serviços prestados.

## 3.1 COMPARAÇÃO ALTO HORIZONTE E MARA ROSA

IMAGEM 4 - Conexões entre Alto Horizonte e Mara Rosa



Fonte: Google Earth modificado pelo Autor, 2025.

### LEGENDA

- Mineradoras em operação
- Mara Rosa
- Alto Horizonte
- Ferrovia Norte Sul (FNS)
- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)
- BR-153
- GO-347

A distância entre os centros urbanos de Mara Rosa e Alto Horizonte é de aproximadamente 35 km, por vias pavimentadas e de fácil acesso.

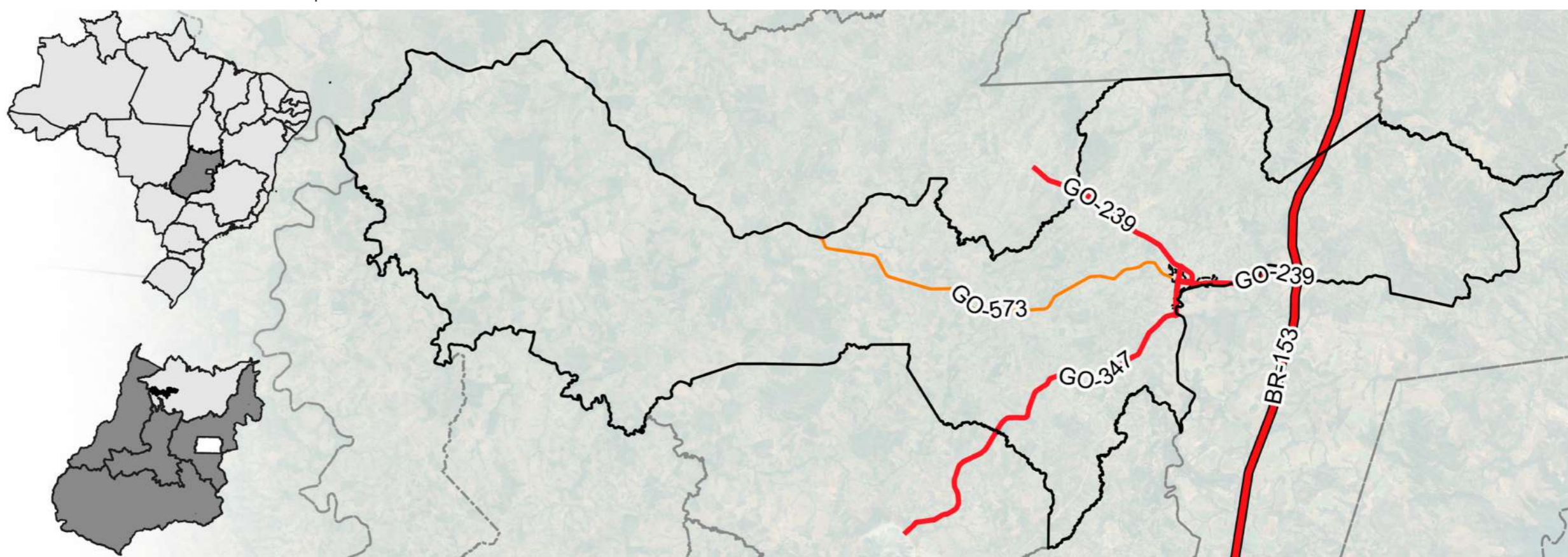
Comparando Alto Horizonte com Mara Rosa, ambos vivenciam impactos significativos da mineração, mas com padrões distintos de gestão. Mara Rosa mantém economia mais diversificada, com presença expressiva do agronegócio (açúcar) e projeto ferroviário. Já Alto Horizonte concentra sua dinâmica exclusivamente na mineração, o que representa maior dependência mineral.

Essa concentração coloca Alto Horizonte em risco de dependência econômica, essencialmente ao setor mineral, enquanto Mara Rosa, por integrar outras atividades, demonstra potencial maior de resiliência (desde que mantenha essa dinâmica econômica). As vantagens geradas em Mara Rosa pelas ferrovias e plantações de açúcar configuram uma malha produtiva mais complexa e sustentável, contrastando com a “síndrome do enclave” presente em Alto Horizonte, onde a mineração domina as dinâmicas locais.

A comparação evidencia que, embora Alto Horizonte detenha elevado PIB per capita e se destaque como pólo minerador, a dependência econômica e espacial impõe desafios à diversificação e à sustentabilidade urbana. Por sua vez, Mara Rosa apresenta maior potencial para equilíbrio entre mineração e outras vocações territoriais, exigindo planejamento urbano integrado e políticas públicas robustas para mitigar vulnerabilidades e promover desenvolvimento resiliente.

# 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO: MARA ROSA (GO)

IMAGEM 5 - Principais acessos a Mara Rosa



Fonte: Autor, 2025.

## 4.1 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA

O município de Mara Rosa está localizado na Mesorregião Norte do Estado de Goiás, compondo a Microrregião de Porangatu. Sua área territorial é de 1.703,95 km<sup>2</sup>, caracterizada predomi-

nantemente pelo bioma Cerrado. O município é atravessado por importantes rodovias, como a BR-153 (Belém-Brasília), além das estaduais GO-239 e GO-445, o que garante acessibilidade logística terrestre ao município (Quinan, 2006).

Mara Rosa encontra-se a cerca de 350 km da capital estadual, Goiânia, e apresenta uma densidade populacional de 6,31

hab./km<sup>2</sup> e sua população é de 10.700 habitantes (IBGE, 2022). O município possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,691 (IBGE, 2010).

Historicamente, a região era conhecida como “sertão de Amaro Leite”, em referência a um dos primeiros desbravadores do território goiano. A ocupação inicial remonta ao século XVIII, com a descoberta de ouro às margens do Rio do Ouro, em 1742, o que impulsionou a formação do arraial de Santo Antônio de Amaro Leite, então vinculado à cidade de Goiás (Azevedo, 1987; Marinozzi 2002).

Essa descoberta atraiu garimpeiros e aventureiros, originando o povoado chamado Amaro Leite, em homenagem ao seu fundador. No século XIX, o povoado foi elevado a distrito pela Lei Provincial nº 14 de 1835, inicialmente vinculado ao município de Pilar de Goiás e, posteriormente, ao de Uruaçu em 1933 (Mara Rosa, 2024).

**Emancipação do Município de Alto Horizonte (1991)**

Nesse contexto deve-se ressaltar o então vereador Emivaldo Sebastião Borges, que entrou com um requerimento pedindo a separação da então “Chapada Grande” do município de Mara Rosa, ou seja, criando o distrito de Alto Horizonte. O requerimento foi aprovado e sancionado pelo chefe do Executivo de Mara Rosa. Com essa medida, o povoado foi elevado a Distrito, a partir do dia 16 de janeiro de 1991. (Prefeitura de Alto Horizonte,, 2024).

**Emancipação do Município de Nova Iguaçu de Goiás (1991)**

Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Iguaçu de Goiás, pela Lei Estadual n.º 11.406, de 16-01-1991, desmembrado de Mara Rosa. Sede no atual distrito de Nova Iguaçu de Goiás (ex-povoado). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. (Prefeitura de Nova Iguaçu de Goiás, 2024).

**Emancipação do Município de Amaralina (1995)**

Elevado à categoria de município com a denominação de

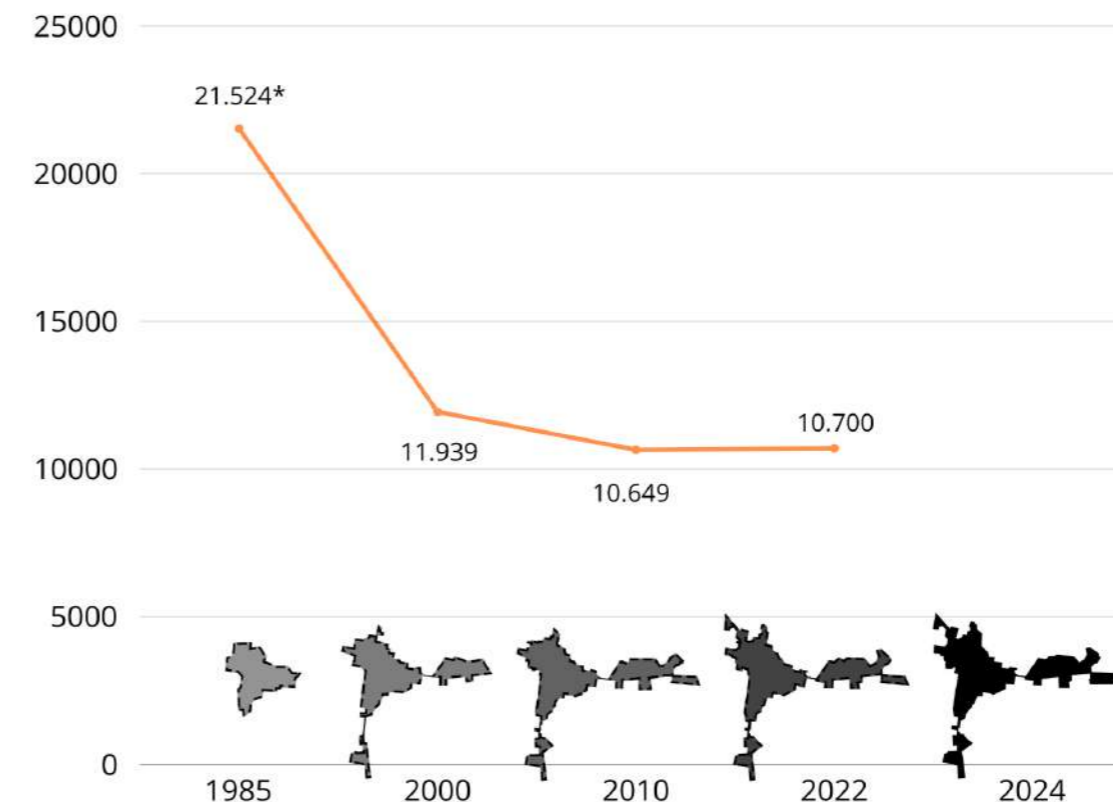
Amaralina, pela Lei Estadual n.º 12.802, de 27-12-1995, desmembrado de Mara Rosa. Sede no atual distrito de Amaralina. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997 (Prefeitura de Amaralina, 2024).

**IMAGEM 6** - Emancipações dos Municípios de Alto Horizonte, Nova Iguaçu de Goiás e Amaralina oriundos do Município de Mara Rosa



Fonte: Autor, 2025.

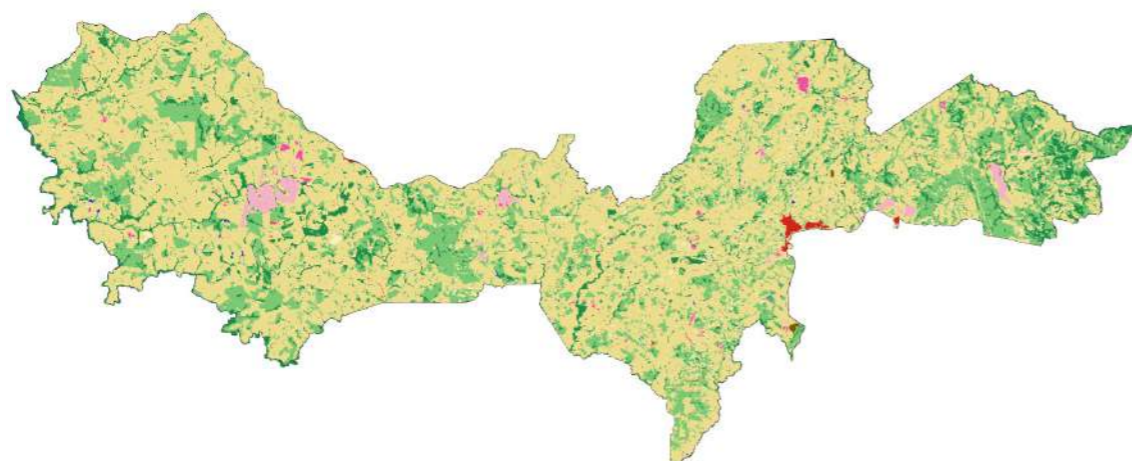
**GRÁFICO 1** - Evolução da Mancha Urbana, População e Densidade Demográfica do município de Mara Rosa - GO.



\* População antes da separação dos municípios de Alto Horizonte (1991), Amaralina (1995) e Nova Iguaçu de Goiás (1991) do município de Mara Rosa.

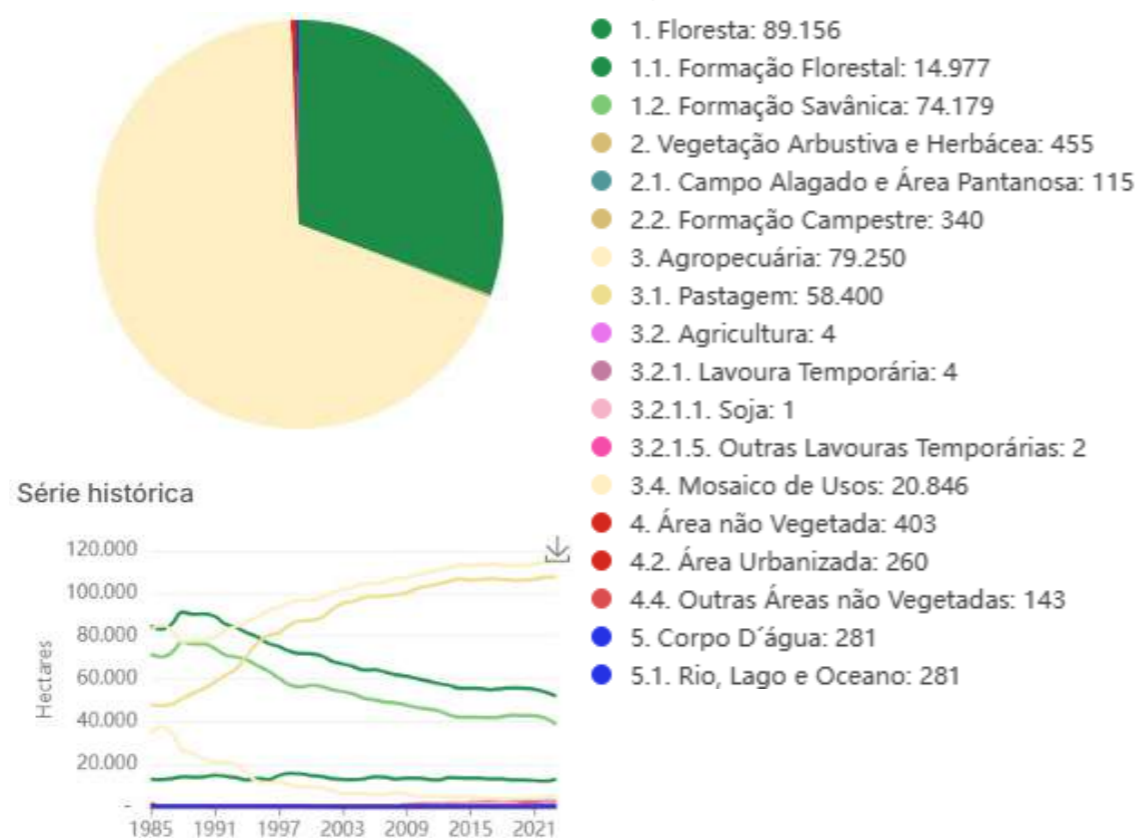
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, 2022.

**IMAGEM 7 - Cobertura do Solo**



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados disponibilizados pelo MapBiomas, 2023.

**IMAGEM 8 - Estatística e Legenda MapBiomas**



Fonte: MapBiomas, 2023.

Um determinante é o bioma no qual o município está inserido. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bioma é um grande conjunto de vida – vegetal e animal – caracterizado por uma vegetação predominante, além de condições geológicas e climáticas semelhantes. Os biomas também refletem processos históricos que moldaram as paisagens, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria (IBGE, 2023).

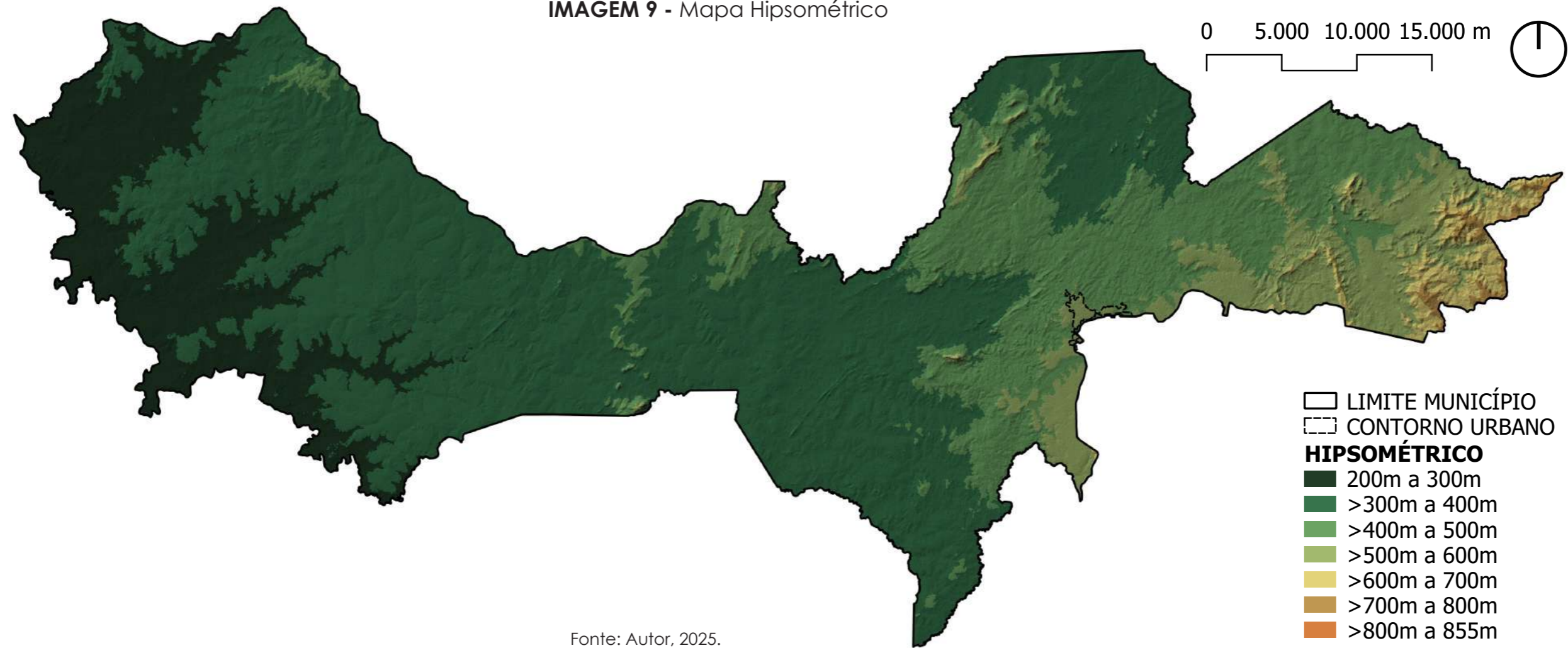
A ocupação do espaço rural apresenta grande diversidade, com paisagens compostas por pastagens naturais e plantadas, áreas de reflorestamento, vegetação nativa e lavouras de culturas anuais. O cultivo do açafrão (*Curcuma longa L.*) ocupa posição de destaque nas áreas planas, próximas aos rios, sendo conduzido em sua maioria por agricultores familiares com baixa mecanização.

A cidade é reconhecida como a “capital do açafrão”, por concentrar aproximadamente 26% da produção nacional (Data SEBRAE, 2018), além de preservar um rico patrimônio histórico e natural, incluindo gravuras rupestres atribuídas à cultura Caiapó.

O desenvolvimento das atividades econômicas no município seguiu a dinâmica do Estado de Goiás, com predominância inicial da mineração, acompanhada pela agricultura de subsistência (Silva; Souza, 1967).

O açafrão foi trazido à região por Amaro Leite, sendo utilizado para marcar jazidas e como alimento para os escravos, o que marca a introdução da cúrcuma na agricultura local (Silva; Souza, 1967). A colonização familiar moderna ganhou força durante a “Marcha para o Oeste”, nos anos 1940, estabelecendo as bases da atual configuração socioeconômica (SEBRAE, 2005).

IMAGEM 9 - Mapa Hipsométrico



Fonte: Autor, 2025.

O mapa hipsométrico apresentado oferece uma visão detalhada das variações altimétricas. Essa informação é crucial para compreender as características geográficas da região e suas implicações no planejamento urbano e ambiental. As informações de altitude ajudam a orientar decisões sobre ocupação do solo, manejo de recursos naturais e localização de infraestrutura.

Em termos morfológicos, o **município apresenta relevo predominantemente plano, com altitudes que variam, em sua maior parte, entre 300 e 500 metros.** Essas características favorecem a

mecanização agrícola, especialmente na formação de lavouras e pastagens. As regiões mais elevadas, com altitudes entre 500 e 700 metros, estão situadas principalmente a leste da rodovia BR-153 (Belém-Brasília) e próximas ao núcleo urbano. Já as áreas com altitudes superiores, que chegam a 900 metros, concentram-se na porção oriental do território municipal (Marques, 2011).

## 4.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA: O AÇAFRÃO DE MARA ROSA

A *Curcuma longa* L., conhecida popularmente como cúrcuma ou açafrão-da-terra, é uma planta originária do sul da Ásia que encontrou condições ideais de cultivo na região de Mara Rosa, Goiás, tornando-se uma espécie amplamente adaptada ao cerrado local (Andrade, 2004). Sua utilização é diversa, englobando funções como especiaria culinária, corante natural e ingrediente medicinal.

Apesar de sua produção ocorrer em diversas regiões do Brasil, os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo concentram os maiores volumes. No caso de Mara Rosa, o cultivo da cúrcuma destaca-se especialmente pelo seu vínculo com a agricultura familiar, sendo essa a principal fonte de renda para muitos pequenos produtores locais (Andrade, 2004)

Segundo dados do IBGE (2007) e do MIDC (2007), Mara Rosa liderou a produção nacional de açafrão no ano de 2007, respondendo por cerca de 74% do total cultivado no país, com um volume de comercialização que chegou a movimentar aproximadamente dois milhões de reais, conforme a Agência Rural (2007). Em 2008, o açafrão permaneceu entre as principais culturas da região, superando inclusive outras atividades agrícolas em termos de volume produzido.

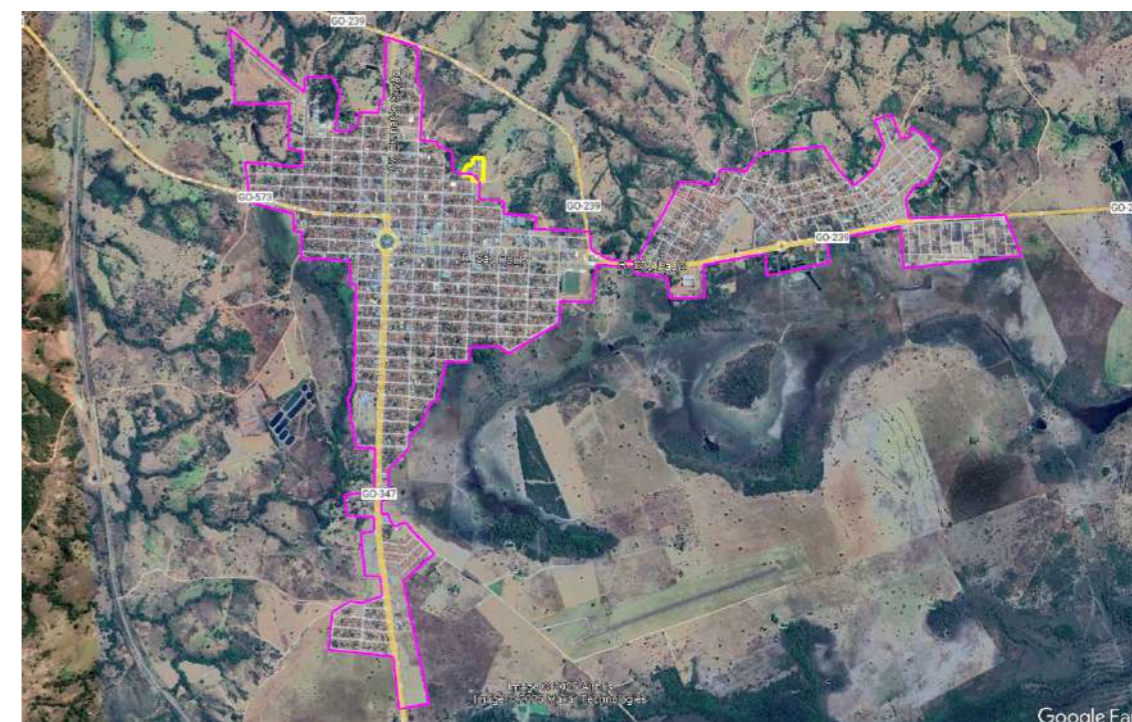
O município de Mara Rosa está inserido na zona de clima tropical semi úmido, classificado como Aw segundo o sistema Köppen-Geiger. Essa tipologia climática caracteriza-se por apresentar duas estações bem definidas ao longo do ano: uma chuvosa, com predominância de precipitações entre os meses de outubro e abril, e outra seca, que compreende o período de maio a setembro. Estima-se que cerca de 95% das chuvas anuais concentram-se na estação úmida.

Esse regime climático exerce influência direta sobre o calen-

dário agrícola local, especialmente no cultivo do açafrão (*Curcuma longa* L.), atividade tradicional e de grande importância econômica para o município. A colheita do açafrão geralmente se inicia no mês de maio, no início do período seco, e se estende até o início das primeiras chuvas, quando tem início o novo ciclo de plantio, que pode prosseguir até o mês de janeiro do ano subsequente.

Durante a estação seca, as folhas da planta naturalmente murcham e secam, marcando o início da colheita dos rizomas. Nessa fase, os agricultores realizam a queima controlada da vegetação seca em pequenas áreas, com o objetivo de limpar o solo, eliminar parasitas como carrapatos e facilitar o arranquio das raízes. Esse processo, de acordo com relatos dos produtores locais, também ajuda a manter o solo solto e preparado para o próximo ciclo agrícola.

IMAGEM 10 - Localização Cooperativa de Açafrão



Fonte: Google Earth modificado pelo Autor, 2025.

### LEGENDA

- Mara Rosa
- Cooperaçãofrão

Tais características da região, somadas à simplicidade do cultivo e ao fácil acesso às mudas, contribuíram para consolidar a competitividade da produção local (Silva, 2001; Marinozzi, 2002). A possibilidade de secagem ao sol, com baixo custo, torna-se uma vantagem significativa para os agricultores goianos.

Entretanto, nem todos os aspectos do setor são positivos. Marinozzi (2002) aponta que a ausência de uma estrutura organizacional mais sólida no setor produtivo tem comprometido sua competitividade. Entre os problemas observados estão a incidência tributária desfavorável para o produto nacional e o uso de técnicas de processamento e beneficiamento de baixa qualidade. O resultado disso são produtos com impurezas – como palhas, partículas de argila e resíduos orgânicos – e elevados índices de contaminação por micro-organismos.

Atualmente, o município conta com cerca de 300 hectares de cultivo comercial de açafraão, atingindo uma produtividade média de seis toneladas por hectare de produto seco. Essa produção é majoritariamente absorvida por indústrias nacionais dos setores alimentício e de corantes. Estima-se que mais de 300 produtores estejam diretamente envolvidos na atividade, gerando empregos para aproximadamente mil pessoas, número que pode dobrar durante a safra (Marinozzi, 2002).

#### IMAGEM 11 - Selo de Identificação Geográfica



**Indicação Geográfica:** Mara Rosa

**Espécie:** Indicação de Procedência

**Requerente:** Cooperativa dos Produtores de Açafraão de Mara Rosa – COOPERAÇAFRÃO

**Produto:** Açafraão

**Publicação da Concessão:** RPI nº 2352, de 02 de fevereiro de 2016

Fonte: [www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs](http://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs)

A busca pela Indicação Geográfica (IG) do açafraão de Mara Rosa, liderada pela Associação dos Produtores de Açafraão de Mara Rosa (Cooperaçafraão), visou mais do que ampliar a visibilidade do produto. O objetivo foi assegurar maior proteção tanto aos produtores quanto aos consumidores, promovendo segurança e autenticidade no mercado.

Trabalho de dez anos, que envolveu os esforços do Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O selo de Indicação Geográfica (IG) tem se consolidado como um importante diferencial competitivo para pequenos e médios produtores Brasileiros, especialmente aqueles que buscam acessar mercados internacionais mais exigentes, como os da Europa, Estados Unidos e Japão (Salamomni, 2010). A prática, que já é tradicional em países europeus há séculos, garante a origem e a qualidade dos produtos, sendo um indicativo de autenticidade e procedência.

De acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a certificação por Indicação Geográfica pode agregar até 30% ao valor do produto no comércio exterior, funcionando também como um trunfo em negociações comerciais internacionais, da mesma forma que ocorre com marcas registradas ou patentes (INPI, 2010).

Além de representar uma valorização econômica direta, a IG atua como uma estratégia de fortalecimento das comunidades produtoras, promovendo desenvolvimento socioeconômico e incentivando práticas sustentáveis e tradicionais de produção (Pereira, 2010). Ao garantir um diferencial reconhecido internacionalmente, o selo se torna não apenas uma ferramenta de valorização de produtos locais, mas também um instrumento de proteção da identidade cultural e produtiva de uma região.

### 4.2.1 Associação Dos Produtores De Açafirão De Mara Rosa (Cooperação)

A introdução da comercialização do açafirão representou um marco na vida dos agricultores familiares da região de Mara Rosa. Com a esperança de elevar sua renda, muitos produtores se depararam com sérias dificuldades, principalmente pela falta de conhecimento técnico e de experiência com o cultivo comercial dessa especiaria, considerada relativamente nova nesse contexto. Esse cenário acabou por favorecer os atravessadores, que se apropriaram de grande parte dos lucros, enquanto os agricultores lidavam com baixa rentabilidade.

Diante desse desafio, surgiu entre os produtores a proposta de criar uma cooperativa. A organização coletiva se mostrou uma alternativa viável para enfrentar os entraves enfrentados por essa classe menos favorecida, buscando agregar valor ao seu produto e garantir melhores condições de vida aos agricultores e suas famílias.

A fundação da Cooperativa dos Produtores de Açafirão de Mara Rosa – Cooperação, ocorrida em 1º de junho de 2003 com 23 membros, representou um passo importante nesse processo. Seu primeiro presidente, o agricultor familiar Zenino da Silva, assumiu a liderança mesmo com pouca instrução formal, destacando-se por sua disposição e comprometimento com a causa dos pequenos produtores.

Logo após a criação da cooperativa, em 2005, foi implantado o Arranjo Produtivo Local (APL) do açafirão. Segundo definição do SEBRAE, um APL é composto por um conjunto de empresas concentradas geograficamente e atuando em torno de uma atividade econômica principal. Em Mara Rosa, o SEBRAE identificou características típicas de um polo produtivo, pois o elo presente na região refere-se exclusivamente à produção (Coimbra, 2005).

A atuação da cooperativa teve impacto direto na valorização do produto. O preço pago pelo açafirão aos produtores au-

mentou cerca de 45%. No entanto, conforme apontam estudos da Universidade Federal de Goiás (UFG), ainda havia margem para um incremento superior a 250% na renda do produtor, caso se alcançasse maior pureza e granulometria no processamento final do produto (Bartholo et al., 2004).

A limitação da estrutura industrial no município também compromete o pleno aproveitamento da produção. A capacidade de beneficiamento da cooperativa só consegue processar cerca de 30% da produção dos cooperados.

Boa parte da produção ainda é beneficiada de forma artesanal, nas propriedades dos agricultores – sobretudo daqueles que não fazem parte da cooperativa. O processo, além de lento, é condicionado à disponibilidade de água e lenha. A água utilizada para o cozimento do açafirão vem, em sua maioria, de represas e córregos, os quais sofrem escassez e perda de qualidade durante o período seco, época em que a colheita ocorre.

Por essa razão, muitos produtores acabam não lavando o açafirão antes do cozimento, o que impacta negativamente o padrão final do produto. Mesmo os que utilizam cisternas ou poços artesianos evitam esse processo devido ao esforço e custo envolvidos.

A lenha, por sua vez, é amplamente usada no cozimento artesanal, embora seu consumo não seja registrado pelos produtores. A cooperativa, em contrapartida, utiliza cerca de 1,5 m<sup>3</sup> de lenha por dia em sua caldeira, sendo capaz de processar até 9 toneladas de açafirão diariamente.

O parque de equipamentos nas propriedades também apresenta limitações. Muitos produtores ainda utilizam utensílios manuais, como panelas de alumínio, fatiadores e brunidores simples.

Apenas uma minoria dispõe de equipamentos elétricos. Observa-se, portanto, que apesar de haver pesquisas voltadas à melhoria da qualidade e ao desenvolvimento de novas tecnologias, o avanço na mecanização e no beneficiamento do açafirão tem ocorrido de forma muito lenta, sem inovações significativas que

contribuam para o aumento efetivo da produtividade em Mara Rosa e arredores.

Em conversa com o prefeito Flávio Moura, foi relatado que a Cooperaçafrão enfrenta atualmente uma situação de irregularidade, acumulando uma dívida superior a 500 mil reais em impostos não pagos. Segundo o gestor municipal, a cooperativa passou por um longo período de má administração, no qual seus dirigentes teriam utilizado a instituição em benefício próprio.

Ainda de acordo com o prefeito, o município chegou a realizar aportes mensais à cooperativa e elaborou um Plano de Reestruturação com o objetivo de recuperar sua capacidade operacional. No entanto, esse plano não foi executado pelos membros da entidade.

Atualmente, a Cooperaçafrão encontra-se inativa, aguardando a implantação da futura Secretaria Municipal de Agricultura, que deverá assumir a responsabilidade pela fiscalização e reorganização da cooperativa.

**IMAGEM 12** - Cooperativa de Açaçfrão



Fonte: Autor, 2025.

## 4.3 PANORAMA DA ATIVIDADE MINERAL EM MARA ROSA

O conhecimento geológico da região de Mara Rosa se intensificou a partir da segunda metade da década de 1970, quando se identificaram formações vulcânicas análogas às faixas do tipo greenstone belts encontradas no sul da África. O território municipal está inserido em duas grandes unidades geológicas. A mais antiga é composta por rochas do embasamento cristalino, como gnaisses, granitos e migmatitos, classificados como Pré-Cambrianos Indiferenciados. Já a unidade mais recente é formada por rochas metamórficas como xistos, quartzitos, anfibolitos e gnaisses de granulção fina (Marques, 2011).

Do ponto de vista econômico, essas formações apresentam grande relevância para a prospecção mineral no Brasil, comparável à importância dos escudos africanos no contexto internacional. Entre os recursos minerais identificados na região, destacam-se metais como ouro, prata, cobre, níquel, cobalto, cromo, zinco, urânio, ferro, manganês e chumbo, além de minerais industriais como talco, asbesto, berilo, esmeralda e magnesita (Marques, 2011).

A exploração de minerais preciosos, como o ouro, tem histórico de relevância na região desde a década de 1990, quando empresas estrangeiras passaram a atuar na extração mineral. Mais recentemente, o setor vem sendo retomado com novos empreendimentos, refletindo o potencial geológico da área.

A extração de ouro no município contribui para o desenvolvimento econômico local e para a diversificação da economia de Goiás, além de reforçar a importância do estado no cenário nacional de mineração. Com o crescimento do setor mineral em Mara Rosa, o município poderá consolidar-se como um polo estratégico de mineração no Brasil, agregando valor ao estado de Goiás e ampliando as oportunidades para o país no mercado global de minerais.

A Hochschild Mining, empresa peruana, iniciou a produção comercial de ouro no Projeto Mara Rosa em 13 de maio de 2024. Este é o primeiro empreendimento da empresa no Brasil. O projeto foi entregue antes do prazo previsto, demonstrando eficiência operacional e estabelecendo um precedente para futuros investimentos da empresa no Brasil.

A mina de Mara Rosa, que atualmente opera em capacidade nominal de 8 000 t de minério por dia, com uma produção anual de até 80 000 onças de ouro (cerca de 2 toneladas) ao longo de uma década (Goiás, 2024), resultando em arrecadações significativas para a CFEM.

Esse crescimento reflete o impacto direto da mineração na economia local, garantindo maior redistribuição de royalties para áreas impactadas pela atividade minerária, conforme diretrizes da Agência Nacional de Mineração (ANM). Esses royalties têm a função de mitigar impactos ambientais e sociais, além de promover o desenvolvimento sustentável nos territórios minerados. Para Mara Rosa, a parceria com empresas e o suporte governamental são cruciais para maximizar os benefícios dessa exploração.

Apesar dos benefícios econômicos, a mineração também traz desafios. A gestão dos impactos ambientais e sociais é fundamental para garantir que a atividade seja sustentável. A empresa mineradora que opera em Mara Rosa deve seguir rigorosos critérios de preservação ambiental e práticas sustentáveis, evitando problemas como desmatamento, poluição de rios e comprometimento da qualidade de vida da população.

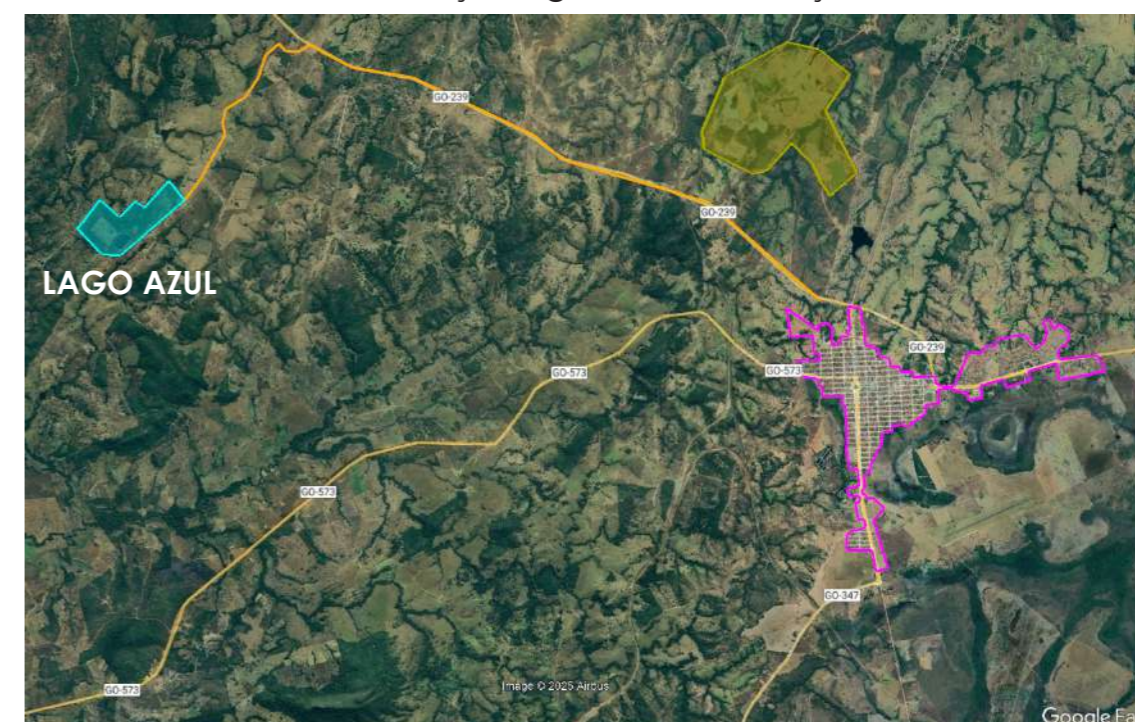
### 4.3.1 Passivos Ambientais da Mineração em Mara Rosa

A estrutura produtiva da mineração em Mara Rosa é marcada por ciclos de intensa exploração seguidos por períodos de paralisação, conforme os investimentos e a valorização internacional dos minerais. As atividades são majoritariamente concentradas em áreas específicas, com presença de grandes empreendimentos e,

em menor escala, por iniciativas de garimpo informal.

A presença dessas atividades provoca diversos impactos no espaço urbano. Entre os positivos, destacam-se a atração de investimentos, a melhoria de algumas infraestruturas e o aumento da arrecadação tributária. No entanto, os impactos negativos também são relevantes: há sobrecarga de serviços públicos, pressão sobre a habitação e o uso do solo urbano, além de impactos ambientais decorrentes da extração, como degradação do solo, alteração de cursos d'água e riscos de contaminação por rejeitos.

**IMAGEM 13** - Localização Lago Azul em relação a Mara Rosa



Fonte: Google Earth modificado pelo Autor, 2025.

#### LEGENDA

- Mineradora em operação
- Mara Rosa
- Rota de Acesso Mara Rosa > Lago Azul

Nas proximidades da área urbana de Mara Rosa encontra-se o conhecido "Lago Azul", uma formação resultante do abandono de uma antiga mina de ouro, desativada no final da década de 1990. O local corresponde a uma cava deixada pela extração mi-

neral realizada pela empresa australiana Western Mining Company (WMC), que atuou na região com foco na exploração aurífera.

De acordo com a legislação ambiental vigente à época, era responsabilidade da mineradora realizar o reaterro da escavação após o encerramento das atividades. No entanto, esse procedimento não foi realizado, resultando na formação de uma grande depressão a céu aberto.

**IMAGEM 14** - Lago Azul Atualmente

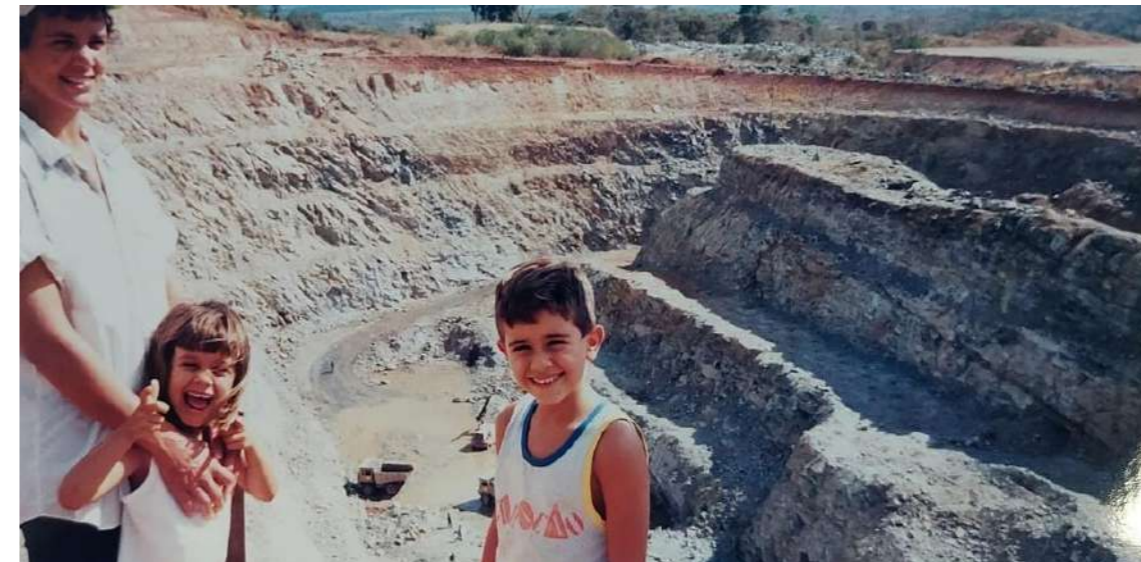


Fonte: Google Earth, 2025.

Com o passar do tempo, a água proveniente do lençol freático preencheu o espaço, originando um lago com dimensões expressivas: aproximadamente 150 metros de largura, 500 metros de comprimento e uma profundidade média estimada em 75 metros.

“O Lago Azul, por sua vez, se encontra ambientalmente comprometido, pois está em processo de mineralização e condicionamento geológico intenso, tendo apresentado elevadas concentrações de diversos analitos potencialmente tóxicos, a saber: alumínio, cádmio, chumbo, cobre, manganês, níquel e zinco.” (Bárbara et al., 2017)

**IMAGEN 15, 16 e 17** - Antiga cava da Mina de Zacarias (Lago Azul)



Fonte: Prefeito Flávio Moura.

**IMAGEM 18** - Lago Azul e o Turismo Irregular



Fonte: <https://www.pousadas.vip/sobre/lago-azul-mara-rosago-cidade-ocidental-go>

Atualmente, tramita uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás contra diversas empresas e pessoas físicas envolvidas na atividade mineradora no município de Mara Rosa. Os réus da ação são: Baribrás Mineração Ltda., Consórcio Torque – AZVA, Cilson Nogueira de Lima Júnior (proprietário do imóvel), Jenipapo Recursos Naturais Ltda. e Amarillo Mineração do Brasil Ltda. – esta última vinculada ao grupo internacional Hochschild Mining.

A ação tem como objetivo central a responsabilização dos envolvidos pelos danos ambientais supostamente causados durante o processo de exploração mineral na Mina de Zacarias, localizada no município de Mara Rosa. O Ministério Público pleiteia a reparação integral ou compensatória dos passivos ambientais gerados, especialmente em relação à área conhecida como “Lago Azul” — uma antiga cava de mineração atualmente preenchida por água do lençol freático.

De acordo com a petição inicial, as empresas Mineração Jenipapo S.A. e Metallica Brasil S.A., à época ligadas à Hochschild

Mining, teriam encerrado abruptamente as atividades de extração no município em 1995, sem promover a adequada recuperação ambiental da área afetada. O órgão ministerial aponta, ainda, que a região permanece com sinais evidentes de degradação, incluindo riscos de contaminação hídrica e ausência de medidas mitigadoras.

O Lago Azul, formado na antiga cava da Mina de Zacarias, tem sido utilizado de maneira irregular por praticantes de mergulho recreativo, sem controle sanitário, autorização ambiental ou monitoramento técnico. Tal uso indevido amplia os riscos à saúde pública e agrava a situação jurídica e ambiental do local, evidenciando a urgência de responsabilização e de ações corretivas por parte dos agentes envolvidos.

#### **Requerimentos Ministério Público:**

- I - Proibição de atividades turísticas ou minerárias no local, sob multa diária de R\$ 100 mil;
- II - Apresentação de Investigação de Passivo Ambiental (IPA), em 60 dias, por Baribrás, Torque - AZVA e Amarillo, sob multa diária de R\$ 50 mil;
- III - Cercamento imediato da área pelos réus Baribrás e Cilson, em 30 dias, sob multa diária de R\$ 50 mil;
- IV - Averbação da lide na matrícula do imóvel.

#### **Ao final, requereu:**

- I - Declaração de responsabilidade solidária das rés;
- II - Elaboração e execução de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), compreendendo remoção/estabilização de rejeitos, tratamento da água, revegetação e monitoramento hídrico por 10 anos;
- III - Indenização por danos ambientais irreversíveis, a ser arbitrada em liquidação, revertida ao Fundo Municipal do Meio Ambiente de Mara Rosa;
- IV - Campanha educativa sobre riscos tóxicos e instalação

de placas de advertência.'

Todos os elementos fáticos e documentais reunidos no processo dizem respeito à área da Mina Zacarias. Nesse sentido, as alegações do Ministério Público não estabelecem relação direta entre os danos ambientais descritos e o empreendimento da Mina de Posse, explorado atualmente pela empresa Hochschild Mining, por meio da Amarillo Mineração do Brasil Ltda.

A empresa Hochschild Mining, por sua vez, esclareceu no processo que jamais operou ou deteve titularidade sobre direitos minerários referentes à Mina Zacarias. A atuação da companhia está restrita à Mina de Posse, cuja titularidade foi transferida legalmente em 2000 pela empresa Jenipapo para a então Metálica Brasil S.A., atualmente denominada Amarillo Mineração do Brasil Ltda.

Dessa forma, a tentativa de vincular a Hochschild aos danos alegadamente causados na Mina Zacarias carece de fundamento técnico e jurídico, uma vez que a empresa nunca desenvolveu atividades no referido local e, portanto, não pode ser responsabilizada por passivos ambientais que não decorrem de sua atuação. O processo segue em aberto.

### 4.3.2 Impactos da Mineração no Território e no Planejamento Urbano

A mineração exerce papel estratégico na dinâmica socioeconômica do território, sendo fonte de empregos diretos e indiretos. A geração de postos de trabalho costuma estar concentrada nos períodos de instalação e operação plena das minas.

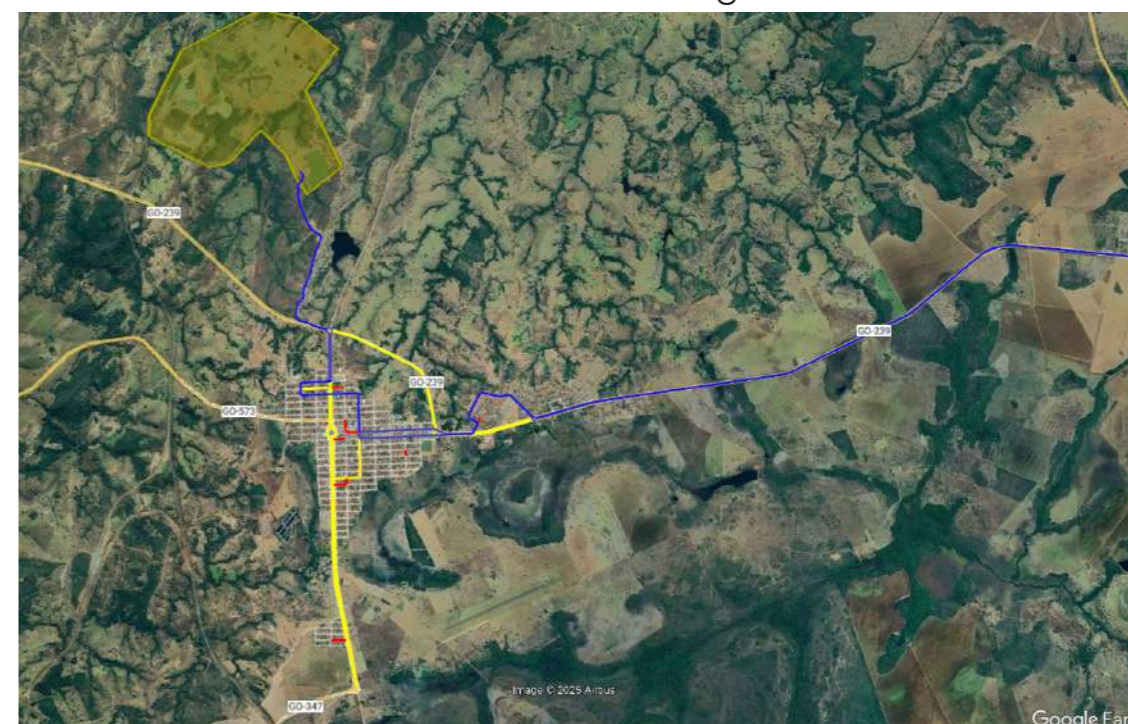
Além disso, a concentração territorial das atividades mineradoras, muitas vezes em áreas afastadas do núcleo urbano, gera fluxos migratórios temporários e altera o uso do solo rural.

Em determinadas regiões do município, a circulação constante de caminhões tem gerado uma série de transtornos, como o desgaste acelerado das vias, acidentes de trânsito, ocorrência de fissuras e rachaduras em residências próximas ao tráfego pesado, além da elevação dos níveis de poeira nas estradas não pavimen-

tadas, impactando diretamente na qualidade de vida dos moradores locais, como será visto no tópico de Mobilidade e Transporte da Pesquisa de Satisfação dos Moradores.

A relação da mineração com o território exige uma abordagem integrada de gestão, que envolva não apenas o controle ambiental e a fiscalização da exploração, mas também de infraestrutura viária, políticas públicas voltadas à diversificação econômica e à qualificação da mão de obra local.

**IMAGEM 19** - Transporte de Colaboradores e de Cargas  
Hochschild Mining



Fonte: Google Earth modificado pelo Autor com kml cedido pela Secretaria do Meio Ambiente de Mara Rosa.

#### LEGENDA

- Mineradora em operação
- Rota de Ônibus (transporte de colaboradores)
- Rota de Cargas (BR153-Mina) Dias e horários: de segunda a sexta, das 07:30 às 12:00 e 13:00 às 16:00
- Restrição de Tráfego (Escolas)

## 4.4 MARA ROSA E A MALHA FERROVIÁRIA Brasileira

A trajetória ferroviária de Mara Rosa se iniciou no contexto da expansão da malha ferroviária nacional, com a antiga Ferrovia Norte-Sul passando pelo município como parte do projeto de integração das regiões Centro-Oeste e Norte ao restante do país. Embora, por muitos anos, a infraestrutura existente não tenha sido plenamente utilizada, a presença da ferrovia sempre representou uma possibilidade latente de transformação econômica.

Na busca por soluções logísticas mais eficientes e sustentáveis para o escoamento da produção do agronegócio Brasileiro, os projetos de infraestrutura multimodal têm sido criteriosamente avaliados por órgãos das esferas federal, estadual e municipal. Essas análises técnicas visam garantir que os investimentos estejam alinhados ao conceito de sustentabilidade em suas dimensões econômica, ambiental e social.

Nesse contexto, foi conduzido um estudo comparativo de diferentes empreendimentos logísticos, com foco em projetos voltados ao transporte, especialmente os associados à cadeia produtiva da soja.

A primeira etapa do estudo consistiu na identificação dos principais projetos em tramitação junto a entidades representativas do setor. Em seguida, procedeu-se à análise de viabilidade e sustentabilidade, com base em indicadores compatíveis com os três pilares da sustentabilidade. Os projetos mais bem avaliados foram, então, priorizados na agenda pública de investimentos.

Entre os empreendimentos destacados, encontrou-se em 3º lugar a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), no trecho compreendido entre Água Boa (MT) e Mara Rosa (GO), classificada como prioridade estratégica. A integração da FICO com a Ferrovia Norte-Sul (FNS) adiciona importante valor logístico ao projeto, ampliando sua capacidade de movimentação para mais de 11

milhões de toneladas de grãos, especialmente soja, originados no Mato Grosso e em outras regiões produtoras do país.

Mara Rosa está situada em uma posição central e acessível no estado de Goiás, perto de importantes rotas rodoviárias e da FNS. Essa localização facilita a coleta e distribuição de cargas para várias regiões, conectando o Centro-Oeste aos mercados do Sudeste e do Norte do Brasil, tornando Mara Rosa um ponto ideal para a concentração e o escoamento de produtos.

Com a recente expansão da mineração, a presença das ferrovias torna-se ainda mais importante para facilitar o transporte de minerais. A FICO e FNS oferecem uma alternativa mais barata e eficiente ao transporte rodoviário para o escoamento da produção agrícola e mineral.

Além dos ganhos operacionais, o projeto prevê uma significativa economia no custo de transporte, estimada em R\$ 329 milhões anuais — equivalente a uma redução de aproximadamente 2,94% sobre os valores praticados atualmente. Tal economia, associada à ampliação da oferta de transporte ferroviário em áreas com os maiores custos logísticos médios do país, como as regiões Centro-Oeste e Norte, reforça a urgência de priorizar esses investimentos.

A relevância das ferrovias FICO e FNS reside, portanto, na sua capacidade de promover maior equidade no acesso às soluções logísticas e elevar a competitividade do agronegócio nacional, sobretudo em áreas historicamente desfavorecidas em termos de infraestrutura de transporte (De Castro Schlag; Campos, 2018).

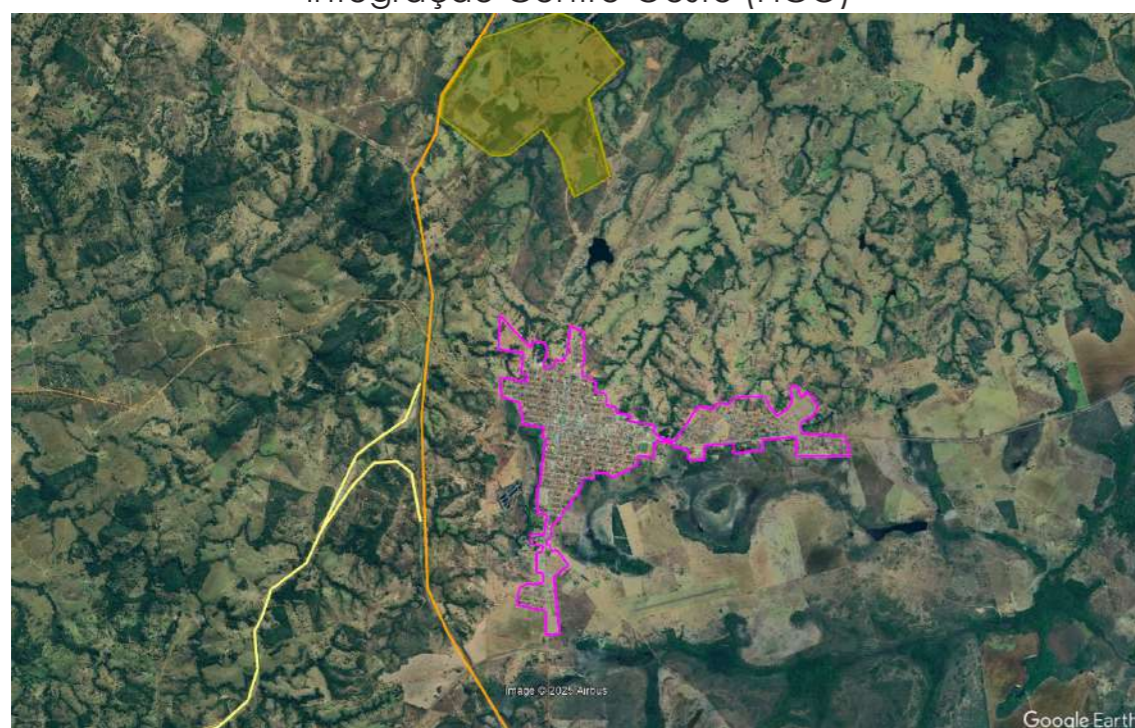
O traçado inicialmente previsto para o trecho 3 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 3) contempla o percurso entre Barreiras (BA) e Figueirópolis (TO), com aproximadamente 505 km de extensão. **No entanto, o projeto encontra-se atualmente em fase de reavaliação por parte do governo federal, que estuda a possibilidade de alterar o destino final da ferrovia para o município de Mara Rosa (GO), em substituição a Figueirópolis.**

**Essa mudança estratégica no traçado visa promover a conexão direta da Fiol não apenas com a Ferrovia Norte-Sul (FNS),**

mas também com a **Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)**, ampliando significativamente a capilaridade da malha ferroviária nacional. O objetivo do governo é estruturar a concessão de um extenso corredor ferroviário que abranja os trechos da Fiol 1, Fiol 2 e da Fico até Lucas do Rio Verde (MT).

Esse empreendimento foi recentemente incluído no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, no momento, encontra-se em fase de elaboração de estudos técnicos e de revisão dos projetos executivos, conforme informações da Revista Ferroviária (2024).

**IMAGEM 20** - Localização Ferrovia Norte-Sul (FNS) e Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)



Fonte: Google Earth modificado pelo Autor, 2025.

### LEGENDA

- Mineradora em operação
- Mara Rosa
- Ferrovia Norte Sul (FNS)
- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)

O projeto da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) foi estruturado em duas fases distintas de implantação. A primeira etapa, com aproximadamente 383 quilômetros de extensão, será executada pela mineradora Vale S.A. e conectará municípios dos estados de Goiás e Mato Grosso.

Em Goiás, o traçado abrangerá Mara Rosa, Alto Horizonte, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Terezinha, Crixás, Nova Crixás e Aruanã. Já no Mato Grosso, o percurso incluirá as localidades de Coca-linho, Nova Nazaré e Água Boa. A segunda fase está prevista para se estender de Água Boa até Lucas do Rio Verde (MT), ampliando ainda mais a capacidade logística da região Centro-Oeste.

O início oficial da contagem de prazo das obras da FICO – no trecho compreendido entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT), denominado FICO I – foi estabelecido em 18 de abril de 2023, conforme consta na Decisão SUFER nº 52, de 14 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União. Posteriormente, a Decisão SUFER nº 145, de 1º de dezembro de 2023, estipulou que a conclusão das obrigações de investimento desse trecho deverá ocorrer até abril de 2028 (INFRA S.A., 2024).

Do ponto de vista regional, a ferrovia também pode estimular a diversificação econômica, o surgimento de pólos industriais e centros de armazenagem e distribuição, contribuindo para a geração de empregos e a ampliação da arrecadação municipal. A efetivação dos ganhos logísticos, no entanto, depende da articulação entre o poder público, os setores produtivos e os operadores logísticos, além da existência de políticas públicas de incentivo à industrialização e à ocupação planejada do entorno da ferrovia.

# 5 DIAGNÓSTICO URBANO: MARA ROSA (GO)

## 5.1 USO DO SOLO

Conforme apontam Villaça (2001) e Santos (2002), a organização do uso do solo reflete as dinâmicas socioeconômicas de uma cidade e sua relação com os processos de centralidade. **No mapa, observa-se uma predominância de lotes residenciais (3455 lotes equivalentes a 66,80% dos lotes encontrados).** Essa concentração residencial está alinhada a um padrão ortogonal de malha urbana, favorecendo a acessibilidade e a circulação.

**O núcleo central apresenta uma alta concentração de atividades comerciais, configurando uma centralidade típica de cidades médias ou pequenas.** Segundo Lynch (1997), o núcleo central de uma cidade desempenha papel crucial para a funcionalidade urbana, sendo o principal ponto de atração para serviços e comércio. Além disso, observa-se a **presença de usos mistos em áreas pontuais, sugerindo a integração de atividades comerciais e residenciais**, o que, de acordo com Jacobs (2011), contribui para a vitalidade e a segurança urbana.

**Equipamentos públicos e áreas destinadas ao lazer, como espaços de educação, praças e esportes, estão distribuídos de forma limitada.** Esses elementos são fundamentais para a criação de cidades mais inclusivas e humanizadas, como defendido por Gehl (2013), especialmente em relação à promoção do bem-estar e à qualidade de vida dos moradores.

**As margens do perímetro urbano apresentam uma significati-**

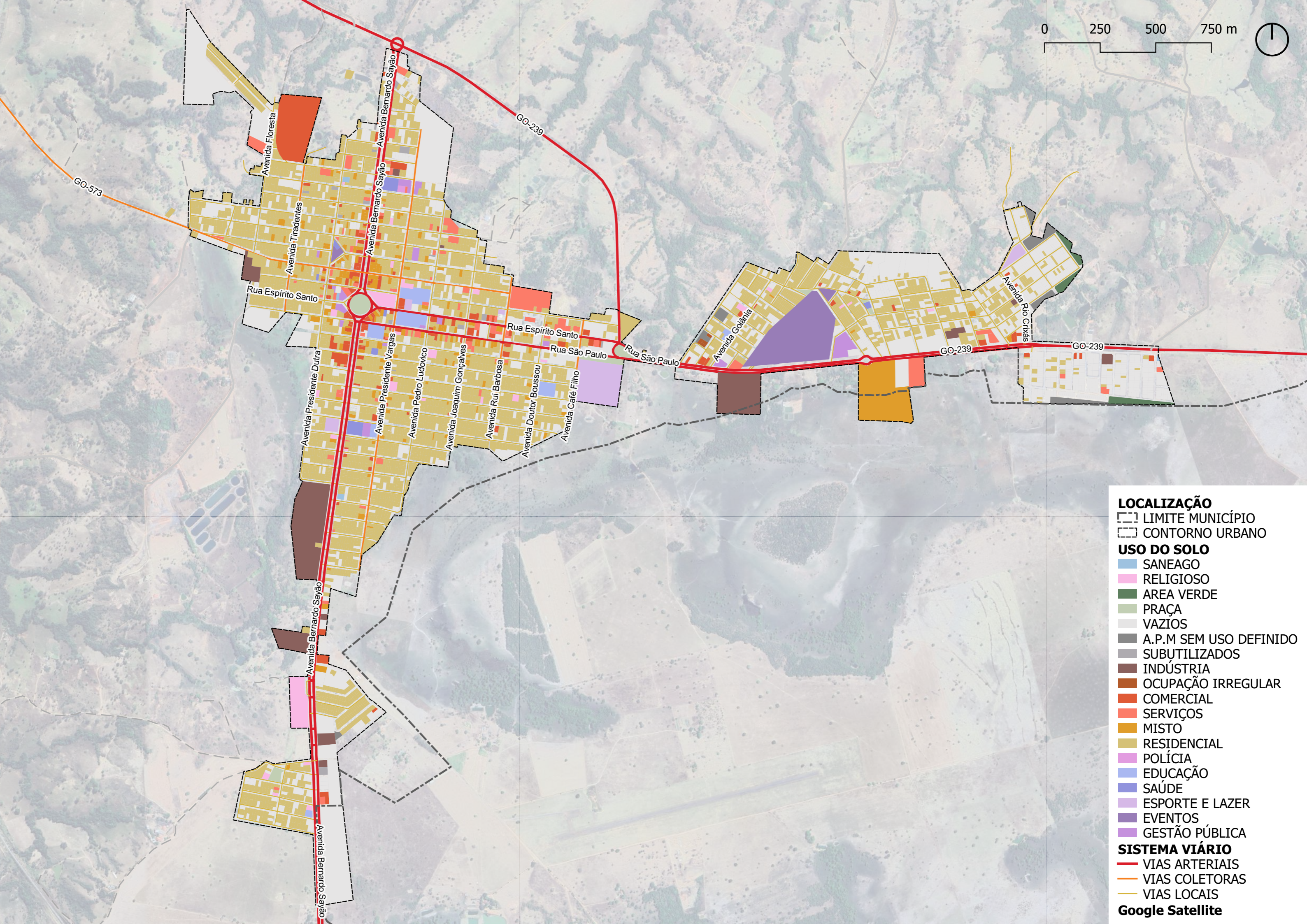
**va quantidade de áreas subutilizadas ou sem uso definido.** De acordo com Villaça (2001), tais espaços representam oportunidades estratégicas para expansão urbana planejada, especialmente em cidades que enfrentam o crescimento desordenado. Além disso, áreas industriais localizadas nas bordas reduzem os conflitos de uso com as zonas residenciais.

No entanto, **a cidade apresenta uma certa fragmentação espacial**, com duas áreas urbanas principais conectadas por uma via central. Lefebvre (2001) destaca que a fragmentação pode comprometer a coesão social e territorial, especialmente quando a infraestrutura de transporte é insuficiente para integrar as diferentes partes do espaço urbano.

O mapa revela uma **distribuição pontual de áreas verdes, indicando esforços limitados de preservação ambiental.** Segundo McHarg (1969), a preservação de elementos naturais no planejamento urbano é essencial para mitigar os impactos ambientais e promover o equilíbrio ecológico. O avanço da urbanização para áreas periféricas subutilizadas pode representar um risco para esses recursos naturais, reforçando a necessidade de políticas que integrem planejamento ambiental ao crescimento urbano.

**O mapa de usos do solo reflete um espaço urbano em processo de consolidação, com potencial para expansão planejada. Investimentos em infraestrutura, políticas de ocupação do solo e preservação dos recursos naturais serão determinantes para o desenvolvimento urbano da cidade.**

0 250 500 750 m



**LOCALIZAÇÃO**

- LIMITE MUNICÍPIO
- CONTOURNO URBANO

**USO DO SOLO**

- SANEAGO
- RELIGIOSO
- AREA VERDE
- PRAÇA
- VAZIOS
- A.P.M SEM USO DEFINIDO
- SUBUTILIZADOS
- INDÚSTRIA
- OCUPAÇÃO IRREGULAR
- COMERCIAL
- SERVIÇOS
- MISTO
- RESIDENCIAL
- POLÍCIA
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- ESPORTE E LAZER
- EVENTOS
- GESTÃO PÚBLICA

**SISTEMA VIÁRIO**

- VIAS ARTERIAIS
- VIAS COLETORAS
- VIAS LOCAIS

Google Satellite

## 5.2 SISTEMA VIÁRIO

A categorização das vias em arteriais, coletoras e locais evidencia a hierarquia viária necessária para sustentar as funções urbanas. Esses elementos estão em conformidade com os princípios de hierarquização viária, conforme descrito por Gehl (2013), que destaca a importância da integração entre acessibilidade e qualidade urbana.

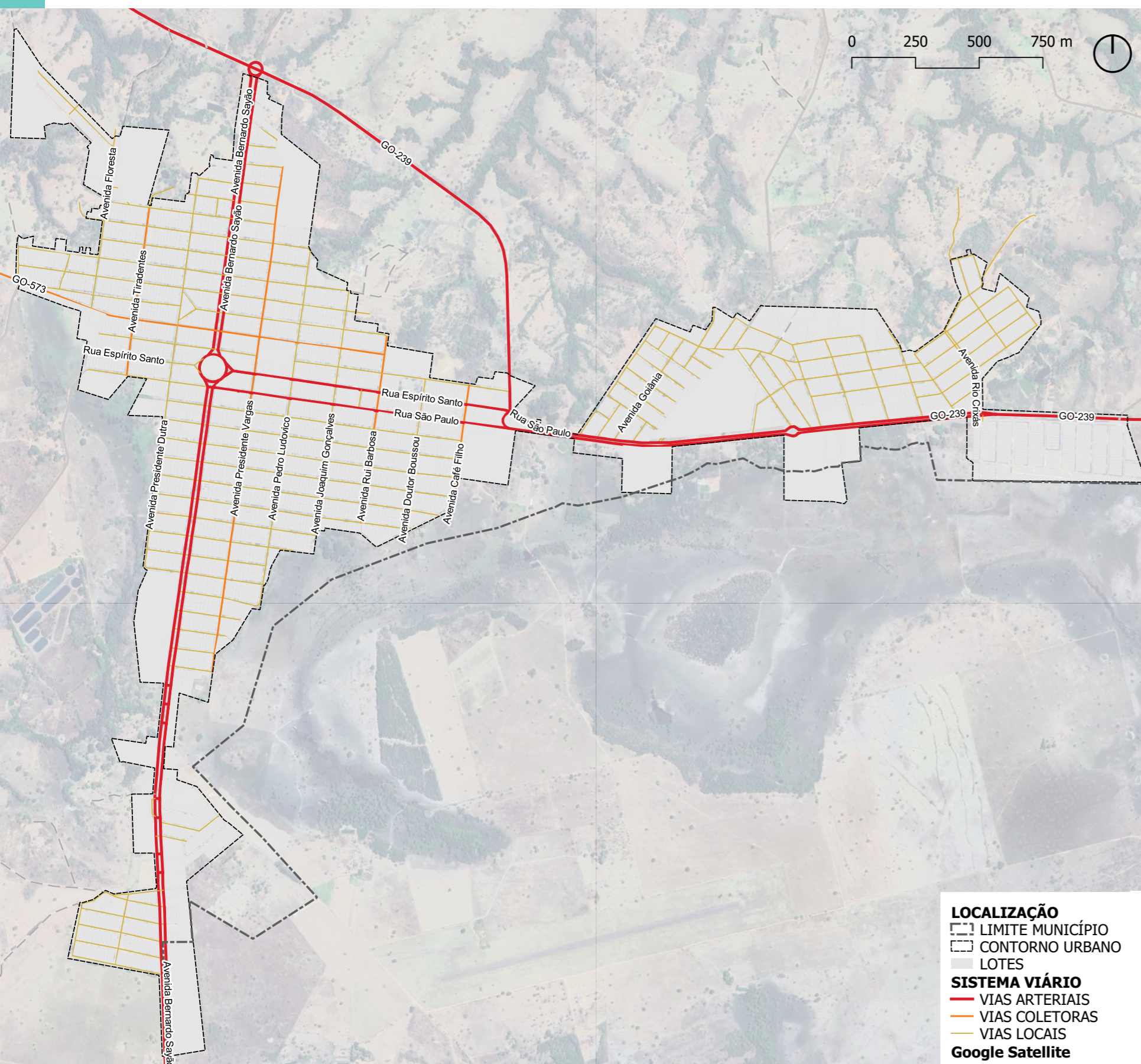
**Vias Arteriais:** Como são as principais artérias da cidade, essas vias atraem estabelecimentos comerciais que dependem de visibilidade e fácil acesso para maximizar o fluxo de clientes. No caso de Mara Rosa, as vias arteriais são:

- Avenida Bernardo Sayão
- Rua Espírito Santo
- Rua São Paulo/ GO-239

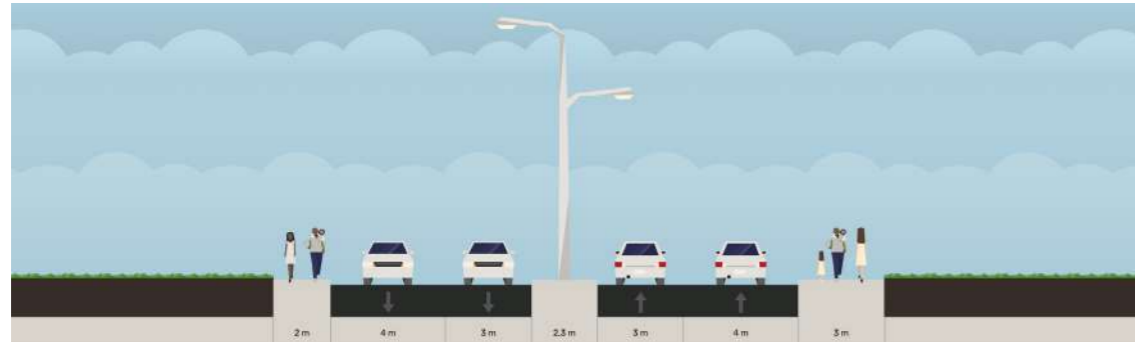
**Vias Coletoras:** Conectam as arteriais às vias locais, garantindo acessibilidade. Permite uma interação mais direta com os pedestres, criando ambientes mais agradáveis para atividades de compra e socialização. No caso de Mara Rosa, as vias coletoras são:

- Avenida Café Filho
- Avenida Rui Barbosa
- Avenida Presidente Vargas
- Avenida Tiradentes
- Rua Santa Catarina/ GO-573

**Vias Locais:** Atendem as áreas residenciais e serviços de menor porte. Demais vias do município.



**IMAGEM 21** - Perfil Viário - GO-239



Fonte: Elaborado pelo Autor usando o site Streetmix.

**IMAGEM 22** - GO-239 na Entrada da Cidade



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 23** - Perfil Viário - Rua São Paulo



Fonte: Elaborado pelo Autor usando o site Streetmix.

**IMAGEM 24** - Rua São Paulo



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 25** - Perfil Viário - Avenida Bernardo Sayão



Fonte: Elaborado pelo Autor usando o site Streetmix.

**IMAGEM 26** - Avenida Bernardo Sayão



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 27** - Perfil Viário - Avenida Presidente Vargas



Fonte: Elaborado pelo Autor usando o site Streetmix.

**IMAGEM 28** - Avenida Presidente Vargas



Fonte: Google Street View, 2023.

O acesso a Mara Rosa, vindo pela BR-153 se dá pela GO-239, que faz um contorno na cidade e segue para o distrito de Amaralina (GO). Nela foram identificados alguns pontos críticos referentes a péssima pavimentação, falta de conservação das calçadas e lotes baldios. O que gera insatisfação e insegurança aos moradores.

A literatura urbana aponta que infraestruturas urbanas degradadas impactam negativamente não apenas a mobilidade, mas também o desenvolvimento econômico local e a coesão social, além de gerarem custos indiretos à administração pública com acidentes, saúde pública e manutenção emergencial (Carranza, 2015; Corrêa, 2011).

**IMAGEM 29** - GO-239 - Degradação Calçadadão GO-239



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 31** - Degradação Calçadadão GO-239



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 30** - GO-239 - Degradação Asfalto



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 32** - Degradação Asfalto



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 33** - Degradação Asfalto



Fonte: Autor, 2025.

## IMAGENS 34, 35 e 36 - Ausência de Calçadas/ Degradadas



Fonte: Autor, 2025.

Observa-se que a precariedade da pavimentação asfáltica é uma das queixas mais recorrentes da população local. A insatisfação com o estado das ruas foi mencionada de forma explícita em praticamente todos os bairros durante a Pesquisa de Satisfação do Morador que será apresentada no capítulo seguinte, indicando um problema urbano estrutural de alcance municipal, que afeta tanto a mobilidade quanto a segurança dos cidadãos.

Constatou-se que várias ruas da cidade não possuem calçadas, ou que as calçadas existentes são estreitas, irregulares ou mal conservadas, o que obriga pedestres a caminhar na rua, aumentando o risco de acidentes, especialmente para crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Portanto, a demanda por melhoria na pavimentação asfáltica em Mara Rosa representa um consenso popular e se configura como um dos principais desafios urbanos identificados pela população, exigindo planejamento, orçamento e priorização na gestão pública local.

## 5.3 CENTRALIDADES

O conceito de centralidade em urbanismo refere-se a áreas que concentram atividades econômicas, culturais ou sociais, servindo como polos de atração e interação. As centralidades estão identificadas com base nos usos misto, comércio, serviços e indústria. A integração de usos mistos é um princípio-chave em urbanismo sustentável, pois promove diversidade funcional, reduz a necessidade de deslocamentos longos e fomenta a vitalidade urbana (Jacobs, 1961).

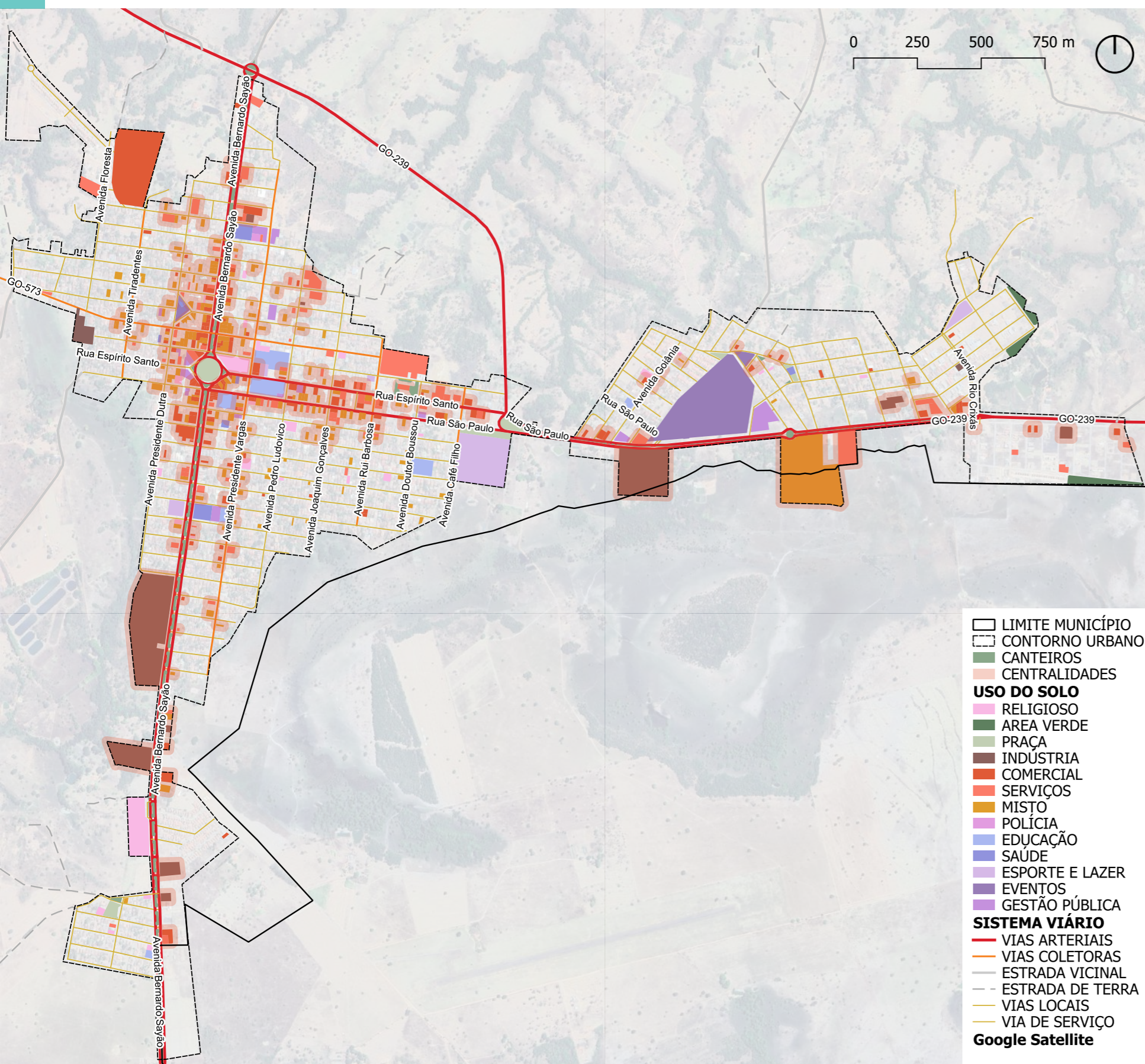
Muitas cidades apresentam um crescimento urbano estruturado ao longo de eixos principais, definidos pelas vias arteriais alimentados pelas coletoras, no caso de Mara Rosa, **grande parte das atividades comerciais acontecem no decorrer da Avenida Bernardo Sayão, Rua São Paulo e Rua Espírito Santo**. De acordo com Gehl (2013), a presença de comércio em vias arteriais contribui para manter as ruas vivas e seguras, pois geram movimento ao longo de todo o dia.

Na Rua Espírito Santo, que dá acesso a cidade, vindo pela GO-239, há uma concentração de comércio e serviços voltados para a parte de manutenção de carros, lanternagem e afins.

IMAGEM 37 - Rua Espírito Santo



Fonte: Google Street View, 2023.



O comércio da Avenida Bernardo Sayão e Rua São Paulo é bem heterogêneo, bancos, lotérica, panificadoras, lojas de roupas, lojas de móveis, assistência técnica, sorveterias, lanchonetes, mercados e afins. A Região do Centro onde estas duas avenidas mais incidem também é a região com maior número de equipamentos públicos de saúde, educação e órgãos públicos, o que faz com que o trânsito de pessoas seja constante.

**IMAGEM 38** - Avenida Bernardo Sayão



Fonte: Google Streed View, 2023.

**IMAGEM 39** - Rua São Paulo



Fonte: Google Streed View, 2023.

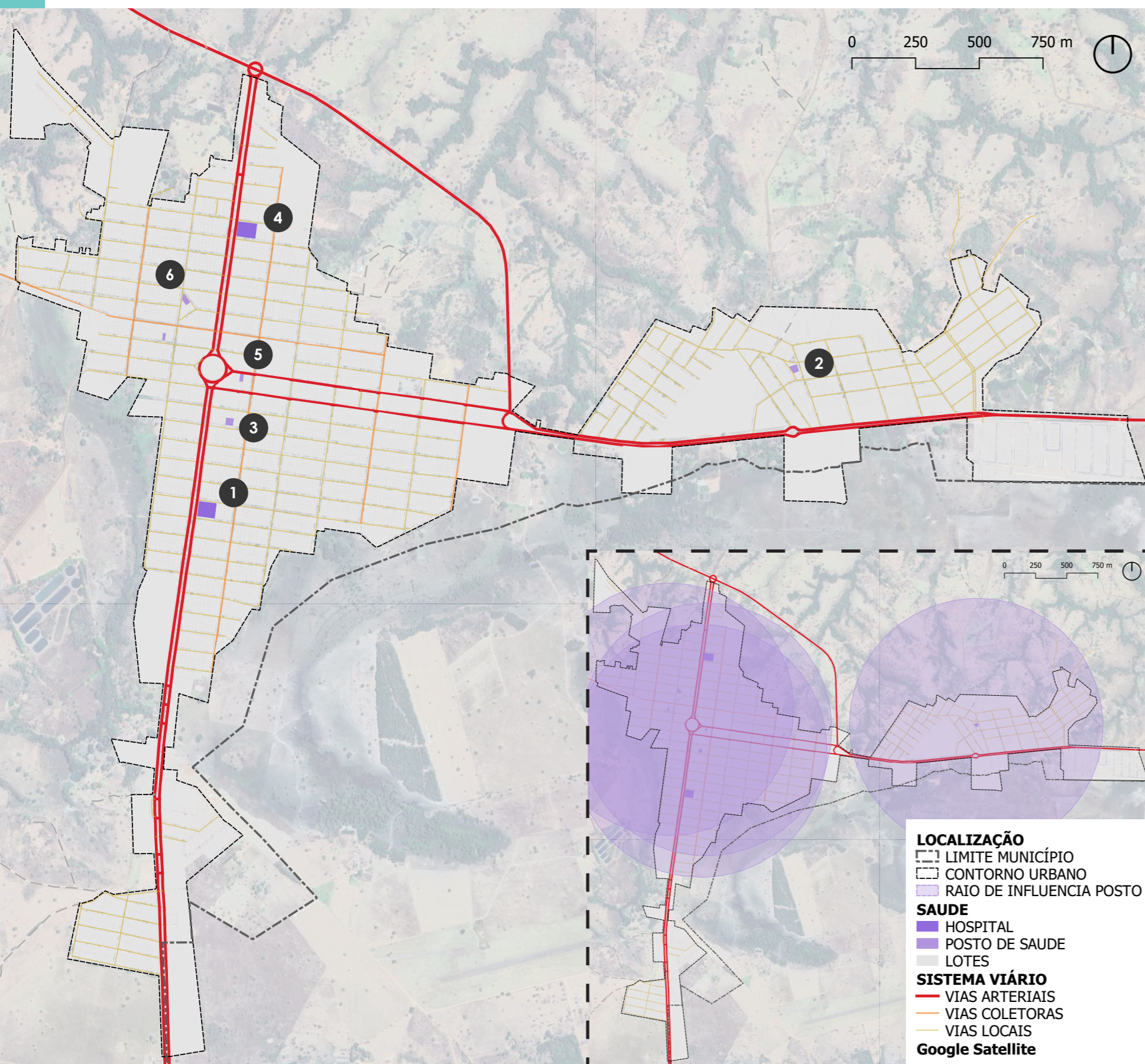
Mara Rosa, embora seja uma cidade de pequeno porte, apresenta centralidades urbanas bem definidas e em transformação, em razão do seu crescimento impulsionado principalmente pela mineração, pelo agronegócio (açaçfrão) e pelas infraestruturas logísticas (BR-153 e ferrovia FICO).

O Centro continua sendo a principal área polarizadora, mas novos bairros ganham destaque pela atração de novos empreendimentos, como é o caso dos setores na entrada da cidade, que por estarem masi distantes do Centro, tem desenvolvido sua própria centralidade, recebendo novos empreendimentos de grande porte, como lojar de material de construção, sendo o atual vetor de crescimento do município.

**IMAGEM 40** - GO-239 Entrada Setor Resid. Bela Vista



Fonte: Google Streed View, 2023.



## 5.4 SAÚDE

O município de Mara Rosa, apresenta uma infraestrutura básica de saúde composta por cinco unidades de atendimento, incluindo um hospital municipal, três Unidades de Saúde da Família (USF), um hospital e maternidade privado, e um posto do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), totalizando 21 leitos, conforme informações da prefeitura municipal.

Ao se analisar a suficiência dessa estrutura, é pertinente recorrer ao conceito de raios de influência dos equipamentos urbanos e comunitários, conforme o Plano Diretor de Goiânia (2022). O referido plano estabelece padrões de acessibilidade territorial para serviços públicos, conforme sua complexidade e abrangência, com base na frequência de uso, especialização e tempo de resposta (Goiânia, 2022).

O raio de influência para equipamentos de saúde de atenção primária, como as **USFs**, é de **500 a 1.000 metros**, o que implica que tais unidades devem estar distribuídas de forma a garantir cobertura adequada de todos os bairros urbanos. Duas das unidades identificadas encontram-se no Centro (**3** - USF Luzia Souza Angeli (Bata) e **5** - USF Pr. Ricardo Braga dos Santos), sendo que apenas uma unidade encontra-se no Setor Novo Horizonte II (**2** - USF Dr. Renato de Araújo Braz). **Os setores Residencial Carlos dias de Medeiros e Setor Aeroporto não são atendidos pelos raios dessas unidades, mas são cobertos pela abrangência do raio do Hospital Municipal (5.000 metros).**

Para a atenção secundária e terciária, como hospitais e maternidades, o plano considera raios de influência municipais a regionais, que ultrapassam os limites locais, podendo chegar a 60 km ou mais, es-

pecialmente quando se trata de atenção de alta complexidade (Goiânia, 2022).

Apesar de Mara Rosa conta com 2 hospitais, (1 - Hospital Municipal José Inocêncio de Oliveira e 4 - Hospital e Maternidade Santo Antônio - Privado), observa-se que, como município de pequeno porte, **dispõe de estrutura hospitalar para atendimentos de média complexidade**, mas não atende casos de alta complexidade, recorrendo ao encaminhamento de pacientes para centros regionais de referência, como Goiânia. Essa prática está alinhada com o que se espera de municípios de porte semelhante, conforme diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que prevê uma regionalização dos serviços de saúde (Brasil, 2011).

É importante destacar que o número total de leitos (21) é **relativamente baixo, inclusive para atendimentos de baixa complexidade**, considerando que a Organização Mundial da Saúde recomenda 2,5 leitos por 1.000 habitantes (OMS, 2010). Com uma população estimada de aproximadamente 10.000 habitantes, Mara Rosa **deveria contar com cerca de 25 leitos para atender ao parâmetro internacional mínimo**, o que sugere uma leve deficiência na capacidade hospitalar local.

A existência de uma unidade do SAMU (6) no município é um ponto positivo, pois permite o atendimento de urgência e a estabilização dos pacientes até seu encaminhamento a centros mais especializados, o que mitiga parcialmente a insuficiência de estruturas hospitalares de média e alta complexidade.

A infraestrutura de saúde de Mara Rosa atende de forma razoável à atenção primária e possui estratégias adequadas para suprir deficiências nas demais esferas de atendimento, respeitando os raios de influência regionais previstos no Plano Diretor de Goiânia. Ainda assim, investimentos em aumento de leitos e ampliação dos serviços locais poderiam trazer maior autonomia ao município e reduzir a dependência de centros maiores.

**IMAGEM 41** - Hospital Municipal José Inocêncio de Oliveira



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 42** - USF Dr. Renato de Araújo Braz



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 43** - USF Luzia Souza Angeli (Bata)



Fonte: Prefeitura de Mara Rosa.

**IMAGEM 44** - Hospital e Maternidade Santo Antônio (Privado)



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 45** - USF Pr. Ricardo Braga dos Santos



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 46** - Posto de Ambulâncias - SAMU



Fonte: Google Street View, 2023.

## 5.5 EDUCAÇÃO

O Plano Diretor de Goiânia define raios de cobertura com base na categoria dos equipamentos:

**Educação infantil (CMEIs/Creches):** raio de influência de 300 metros, visando fácil acesso às crianças em idade pré-escolar;

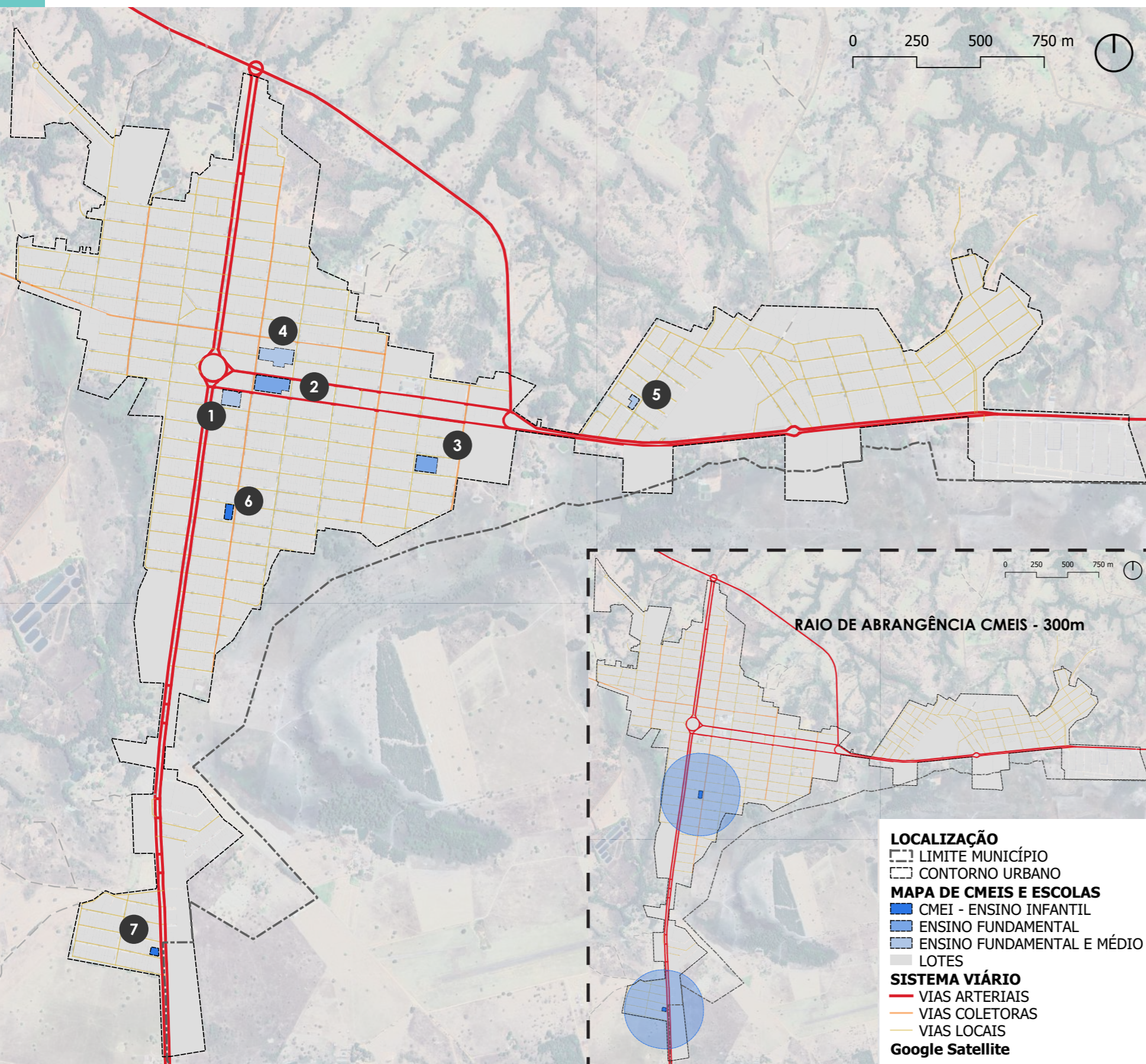
**Ensino Fundamental (EF):** Raio de abrangência máximo: 1.500 m.

**Ensino Médio (EM):** cobertura municipal, servindo a alunos de diferentes bairros, com raio de influência de 3.000 metros.

A estrutura educacional de Mara Rosa conta com 7 instituições de ensino:

- 1 - Escola CEPI José Feliciano (Integral)
- 2 - Colégio CEPI Presidente Castelo Branco (Integral)
- 3 - Colégio CEPI Prof. Júlio Cavalcante (Integral)
- 4 - Escola São Pedro
- 5 - Escola Edu Aguiar Maia
- 6 - CEMEI Municipal Menino Jesus
- 7 - CMEI Maria das Graças

A existência de apenas 2 CMEIs, com 150 vagas para toda a população infantil, é insuficiente (constatou-se a insuficiência dos raios de abrangência, conforme mapa). Considerando que municípios pequenos frequentemente apresentam demandas divergentes em diferentes regiões urbanas. A demanda reprimida indica a necessidade de expansão dessa etapa da educação, seja com mais unidades ou aumento de vagas .



A oferta de 3 centros de ensino integral (CEPI) e outras duas escolas municipais e estaduais sugere cobertura adequada em relação aos raios de influência do Ensino Fundamental e Médio. As unidades estão distribuídas nos bairros Centro e Novo Horizonte, ficando mais distante dos bairros mais periféricos.

As escolas de Ensino Fundamental e Ensino médio atendem a população tanto em quantidade quanto em qualidade. Porém quando analisamos o IDEB de 6,0 para anos iniciais e 5,5 para anos finais do Ensino Fundamental vemos que essa estrutura ainda pode melhorar em qualidade de ensino para os alunos.

**IMAGEM 47** - Escola CEPI José Feliciano (Integral)



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 48** - Colégio CEPI Presidente Castelo Branco (Integral)



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 49** - Escola São Pedro



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 51** - CMEI Maria das Graças



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 53** - Colégio CEPI Prof. Júlio Cavalcante (Integral)



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 50** - Escola Edu Aguiar



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 52** - CEMEI Municipal Menino Jesus



Fonte: Google Street View, 2023.

## 5.6 LAZER

A carência de espaços de lazer em cidades de pequeno porte, como Mara Rosa (GO), revela-se um dos principais desafios para a promoção do bem-estar social, da saúde pública e da qualidade de vida urbana. Conforme apontam Carranza (2015) e Baccalar (2009), o lazer é componente essencial da dinâmica urbana, pois contribui para a coesão social, o uso saudável do tempo livre, a valorização do espaço público e a integração intergeracional. A ausência ou precariedade desses espaços compromete diretamente o desenvolvimento humano e urbano.

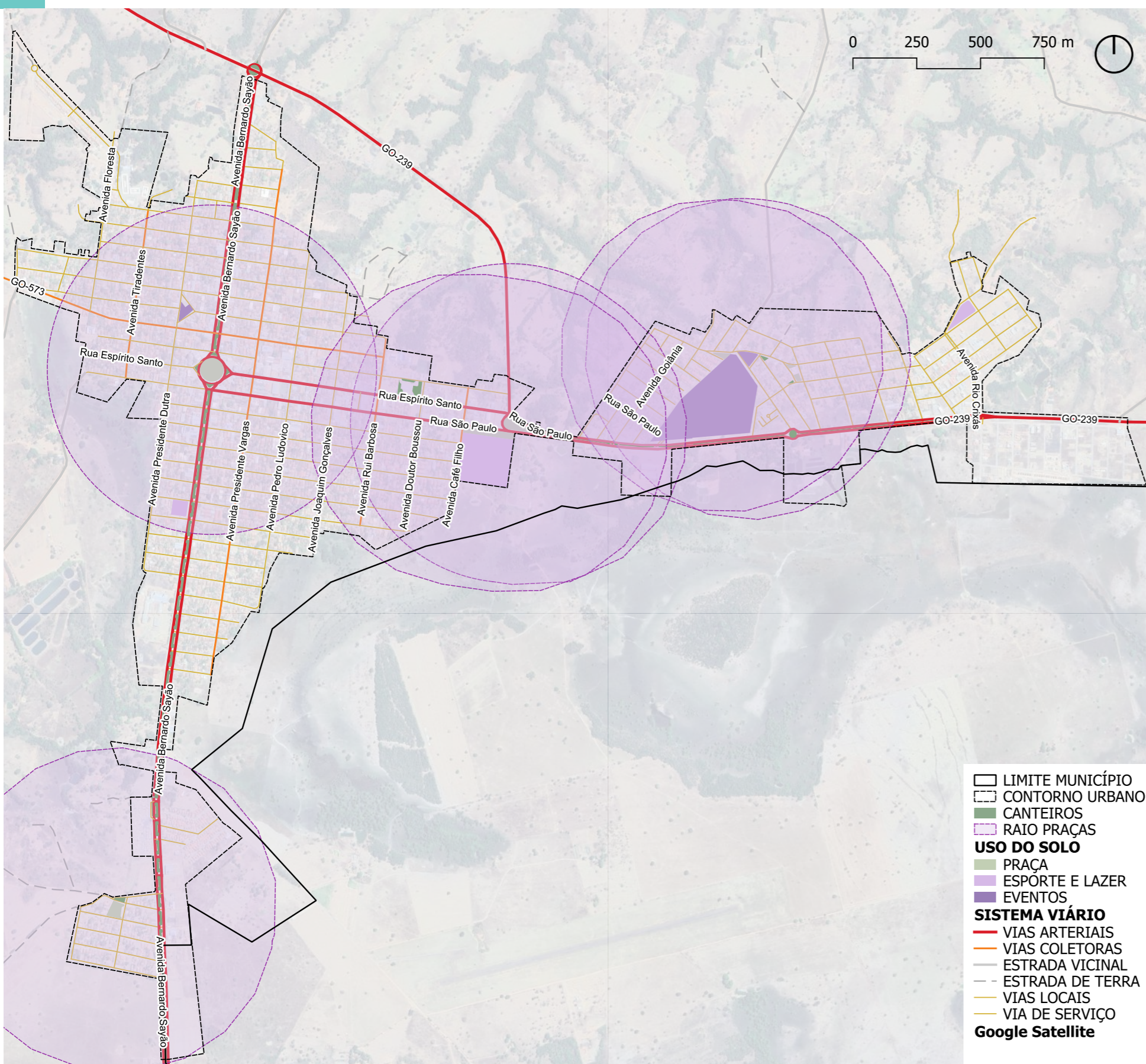
No caso de Mara Rosa, foi possível identificar os seguintes equipamentos públicos de lazer:

- 1 - Parque de Exposições Agropecuárias Brasil de Araújo
- 2 - Estádio Municipal Anderson Furtado
- 3 - Praça do Coreto
- 4 - Praça do Cristo Redentor
- 5 - Praça do Milhão (Entrda da Cidade)
- 6 - Praça - Setor Novo Horizonte II
- 7 - Ginásio de Esportes de Mara Rosa
- 8 - Feira Coberta (Centro Comercial Hortifrutigranjeiro)
- 9 - Quadra de Esporte - Setor Vista Bela

O Parque de Exposições Agropecuárias é muito utilizado na época de Pecuária, e nele acontecem eventos esporádicos por causa do salão de eventos do Sindicato Rural, como eventos de dia das mães, dia dos pais, etc.

O Ginásio de Esportes e o Estádio Municipal passaram por reformas recenrer para revitalização. E são muito utilizados pelos jovens da cidade, principalmente o Ginásio.

A única praça bem servida de equipamentos urbanos é a praça situada na entrada da cidade, a Praça do Milhão. As demais praças costumam ser



apenas decorativas, sendo muito pequenas para servirem de pista de caminhada.

A ausência estrutural de áreas de lazer tem impactos diretos sobre a saúde, convivência comunitária e o envolvimento da juventude em atividades produtivas, além de contribuir para a segmentação territorial entre os bairros centrais e periféricos. Conforme a Organização Mundial da Saúde (2010), o acesso equitativo a áreas verdes e de lazer é determinante para a saúde pública e o desenvolvimento sustentável das cidades.

Além disso, a ausência de políticas públicas que estimulem o uso coletivo do espaço urbano — por meio de festivais, feiras culturais, atividades esportivas ou lazer educativo — limita o potencial de dinamização social e econômica das áreas urbanas. Como aponta Corrêa (2011), a vivência do espaço urbano passa pela apropriação simbólica e prática dos territórios, o que somente é possível com a presença de espaços coletivos bem planejados, acessíveis e seguros.

**IMAGEM 54** - Praça do Cristo Redentor



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 55** - Praça do Coreto



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 56** - Ginásio de Esportes de Mara Rosa



Fonte: Autor, 2025.

**IMAGEM 57** - Praça do Milhão



Fonte: Google Street View, 2023.

**IMAGEM 58** - Praça do Coreto



Fonte: Autor, 2025.

## 5.7 ÁREAS VERDES

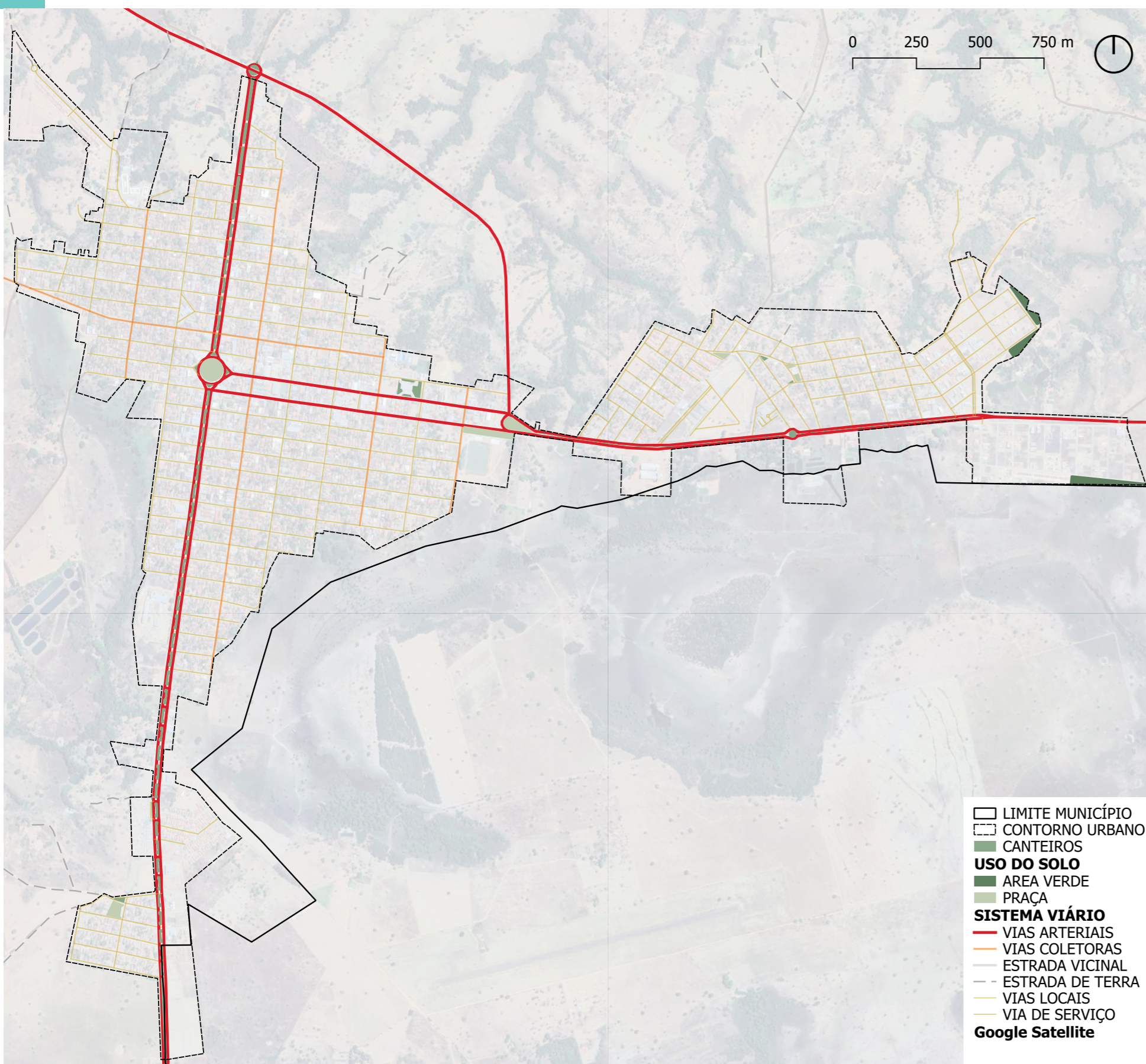
O conceito de áreas verdes urbanas está associado a espaços abertos que possuem cobertura vegetal e que desempenham funções ecológicas, estéticas, sociais e recreativas dentro do espaço urbano. Segundo a legislação Brasileira e a literatura técnica, área verde é todo espaço da cidade ocupado predominantemente por vegetação, seja de forma natural ou planejada, com função de proteção ambiental, lazer ou embelezamento urbano.

Áreas verdes "correspondem a todos os espaços urbanos com predominância de vegetação arbórea, arbustiva e/ou herbácea, natural ou implantada, pública ou privada, que proporcionam benefícios ecológicos, paisagísticos e sociais à população urbana".

A Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) também reconhece áreas verdes urbanas como espaços relevantes para a preservação de recursos hídricos, contenção de processos erosivos, regulação do clima local, preservação da biodiversidade, entre outras funções ecológicas.

Em levantamento realizado, observou-se que a demanda por áreas verdes, praças equipadas e espaços de lazer arborizados é uma das mais recorrentes. Em comentários espontâneos feitos pelos moradores, também há sugestões de implantação de parques com áreas verdes, lagos urbanizados e espaços floridos, com forte apelo estético e ambiental.

A ausência de áreas verdes no perímetro urbano de Mara Rosa representa uma limitação significativa para a sustentabilidade urbana e o bem-estar da população.



## 5.8 ARBORIZAÇÃO

Os canteiros e a arborização urbana são elementos de infraestrutura verde que desempenham papéis fundamentais na mitigação de impactos ambientais. Eles contribuem para a redução das ilhas de calor, a melhora da qualidade do ar e a promoção de espaços de convivência.

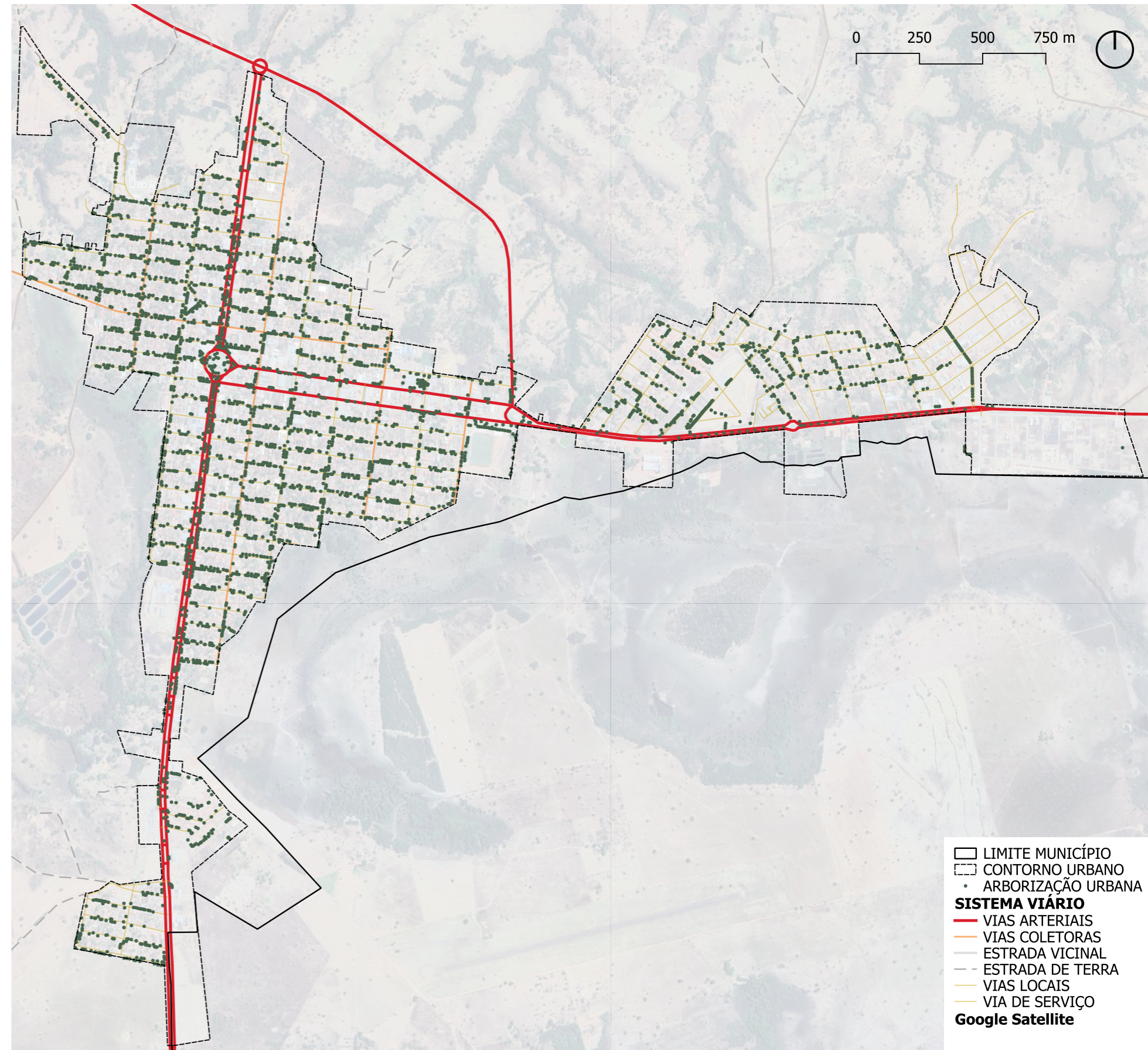
Apesar de no mapa a arborização urbana parecer visualmente "suficiente", andando pelas ruas vemos que as calçadas não são projetadas para serem caminháveis e muitas vezes as árvores não oferecem sombra adequada aos pedestres.

A ausência de arborização urbana nos setores mais novos pode ser compreendida como reflexo da falta de uma política ambiental integrada ao planejamento territorial. O Plano Diretor Municipal ainda carece de diretrizes claras para a preservação ambiental e a criação de unidades de conservação urbanas ou periurbanas, como hortas comunitárias, bosques ou corredores ecológicos.

**IMAGEM 59** - Arborização Rua Baia



Fonte: Google Street View



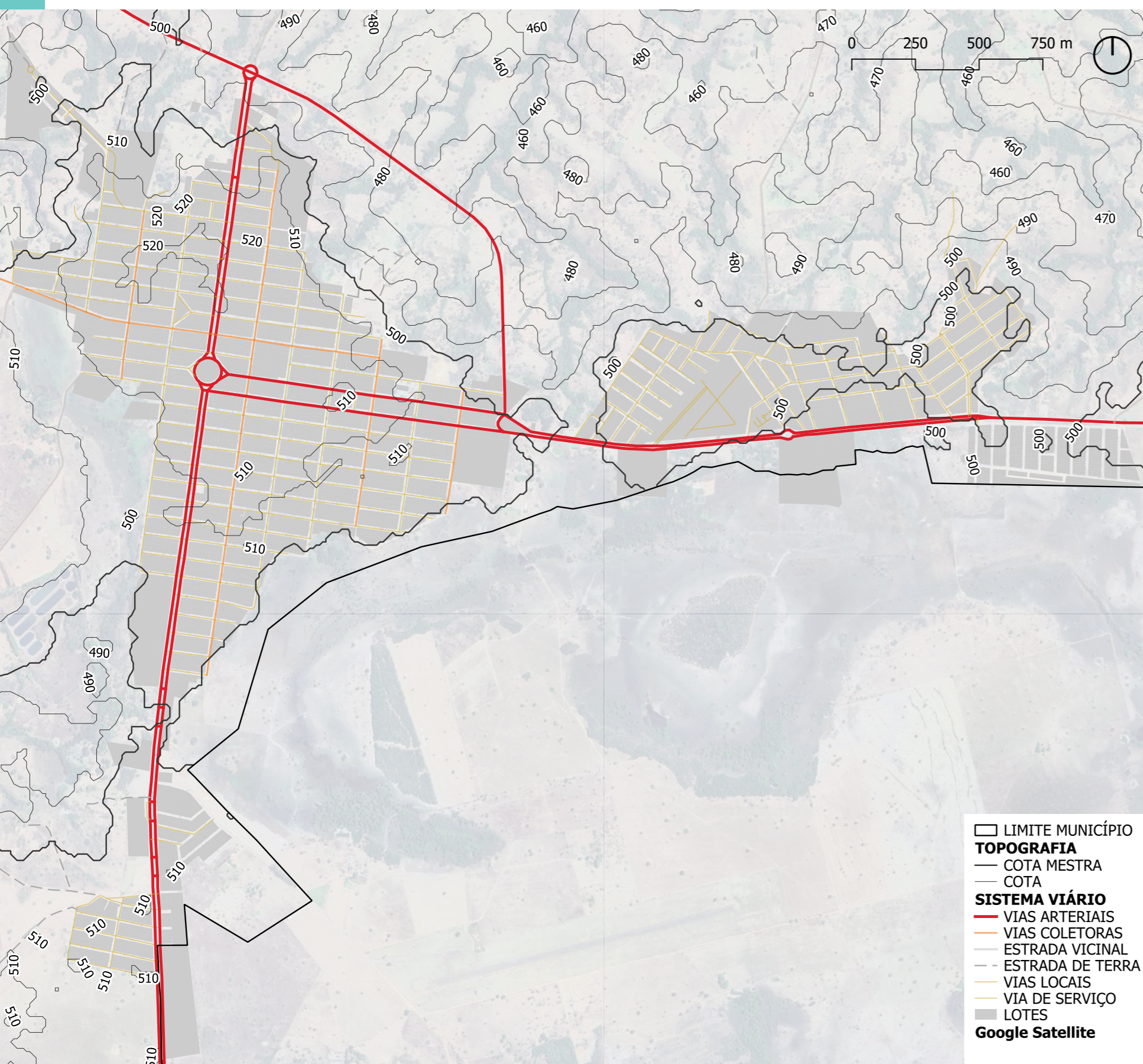
## 5.9 TOPOGRAFIA

Em termos morfológicos, a maior parte da cidade de Mara Rosa encontra-se em uma região muito plana. A maior parte da cidade tem cotas entre 500m e 520 metros. Embora a topografia plana favoreça, a princípio, a expansão territorial e a construção civil, essa característica também impõe uma série de limitações e vulnerabilidades.

Um dos principais problemas observados em cidades planas é a drenagem urbana ineficiente, como é o caso de Mara Rosa. Nessas áreas, a ausência de declividades naturais dificulta o escoamento das águas pluviais, o que pode gerar alagamentos frequentes, sobretudo em períodos de chuvas intensas.

Além disso, a falta de variação altimétrica dificulta a implantação de sistemas de esgotamento sanitário e pluvial baseados em gravidade, exigindo maior uso de estações de bombeamento, o que aumenta os custos de manutenção e operação da infraestrutura urbana (Silva; Gomes, 2015).

Ademais, áreas planas frequentemente coincidem com regiões de baixa drenabilidade natural, como várzeas as quais, quando ocupadas de forma inadequada, comprometem os ecossistemas locais e aumentam os riscos de desastres ambientais (Ferreira, 2010).

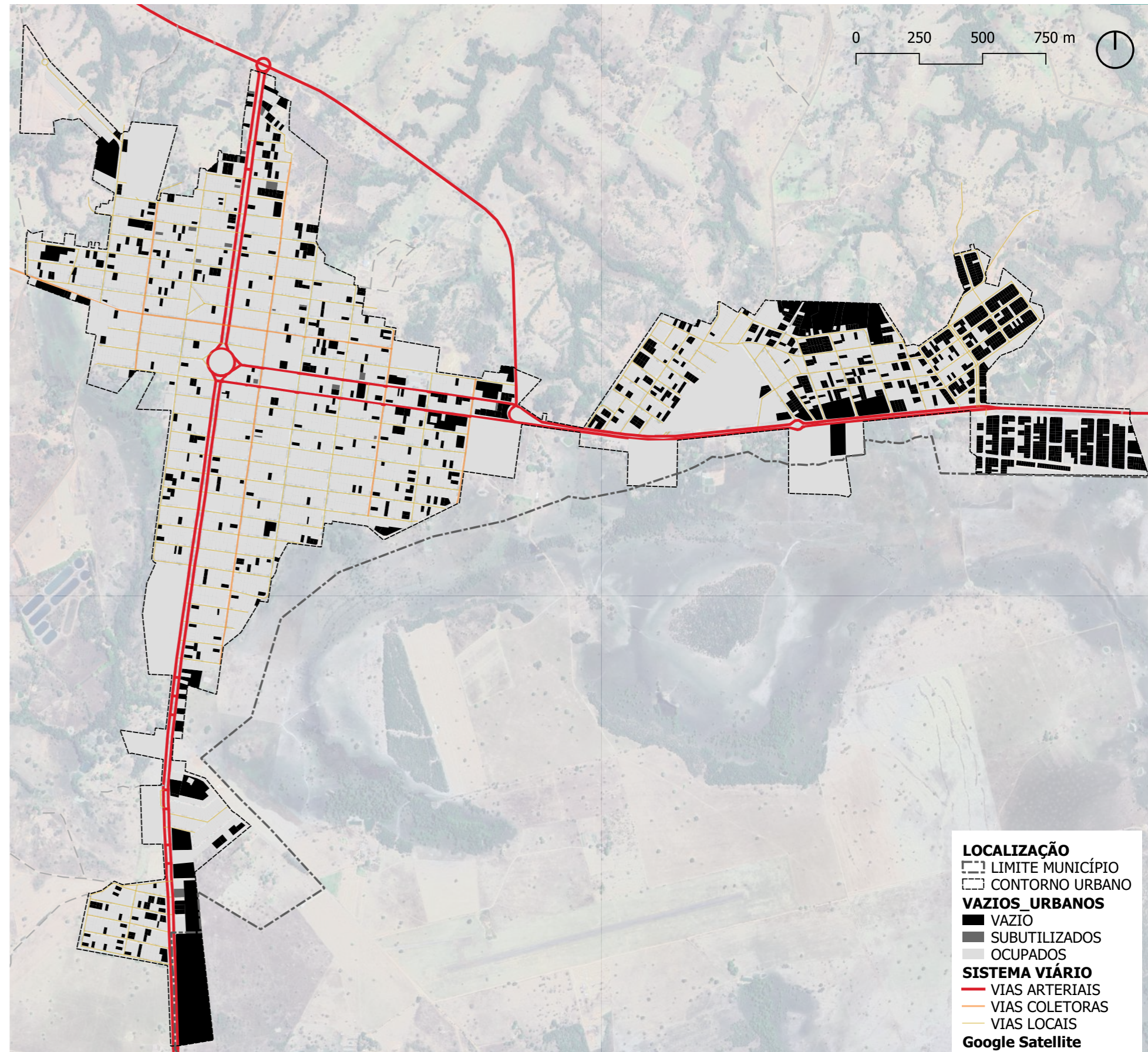


## 5.10 VAZIOS URBANOS

Os vazios urbanos representam áreas não edificadas dentro do perímetro urbano, sendo frequentemente caracterizadas por baixa utilização ou abandono. Segundo Villaça (2001), os vazios urbanos podem ser consequência da especulação imobiliária, falhas de planejamento ou mudanças econômicas que desaceleram a ocupação. Segundo Gehl (2013), a proximidade de vazios urbanos a infraestruturas já estabelecidas reduz custos de urbanização, tornando essas áreas mais viáveis economicamente.

Vazios urbanos mal aproveitados contribuem para a expansão desordenada da cidade (sprawl), aumentando custos de infraestrutura e serviços públicos. Edificações subutilizadas não maximizam o potencial do terreno. Essas zonas indicam a possibilidade de requalificação urbana, seja para habitação, comércio ou áreas verdes.

No caso de Mara Rosa, vemos que no Centro e setores imediatamente anexos a ele possuem poucos espaços vazios, enquanto que os bairros mais “periféricos” dispõem de muitos lotes disponíveis. Os setores mais novos tem crescido muito com a demanda de novos moradores chegando na cidade, porém isso aumentou consideravelmente o preço dos lotes.



## 5.11 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O diagnóstico do sistema de abastecimento de água do município de Mara Rosa baseia-se nas informações fornecidas pela SANEAGO – Companhia de Saneamento de Goiás –, atual responsável pela operação dos serviços públicos de água e esgoto da cidade. De acordo com os dados fornecidos pela concessionária, **o fornecimento de água tratada atende a todas as regiões urbanizadas do município.**

A qualidade da água distribuída é regularmente controlada pela empresa, que afirma manter os níveis de potabilidade dentro dos padrões exigidos pelas normas sanitárias vigentes. As estruturas envolvidas no tratamento da água – como os depósitos, equipamentos de dosagem de produtos químicos e demais instalações – foram descritas como adequadas ao pleno funcionamento do sistema.

**A captação da água que abastece Mara Rosa é realizada a partir de fontes subterrâneas, mais especificamente por meio de poços tubulares profundos.** A SANEAGO detém as devidas outorgas legais para a operação desses poços, conforme exigido pelo órgão regulador estadual.

Os poços tubulares profundos são estruturas técnicas utilizadas para extrair água dos aquíferos subterrâneos profundos, por meio de bombeamento. A execução dessas obras deve seguir os critérios estabelecidos pelas normas técnicas da ABNT, em especial as normas NBR 12212 e NBR 12244. A concepção e o dimensionamento dessas estruturas variam de acordo com as características geológicas do solo, podendo incluir formações sedimentares, rochosas ou regiões com ocorrência de cavernas.

O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Mara Rosa possui capacidade instalada para produzir até 2.304 m<sup>3</sup> de água por dia. No entanto, dados referentes ao ano de 2022 apontam que a média diária de produção efetiva foi de aproximadamente 2.200 m<sup>3</sup>. Durante os períodos de estiagem, foi observada uma redu-

ção na vazão dos poços responsáveis pelo abastecimento da cidade.

Segundo informações fornecidas pela concessionária SANEAGO, o índice de perdas do sistema é de 25,62%, um percentual inferior à média nacional, que é de 41,3%, conforme registrado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2021).

O município não dispõe de Estação de Tratamento de Água (ETA) convencional. O processo de tratamento utilizado baseia-se na desinfecção por meio da cloração. Diferentemente do tratamento convencional, que envolve etapas como coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção, em Mara Rosa a água captada é submetida à adição de hipoclorito de sódio (NaOCl). Esse procedimento visa a eliminação de microrganismos patogênicos, garantindo que a água esteja em condições adequadas para o consumo humano.

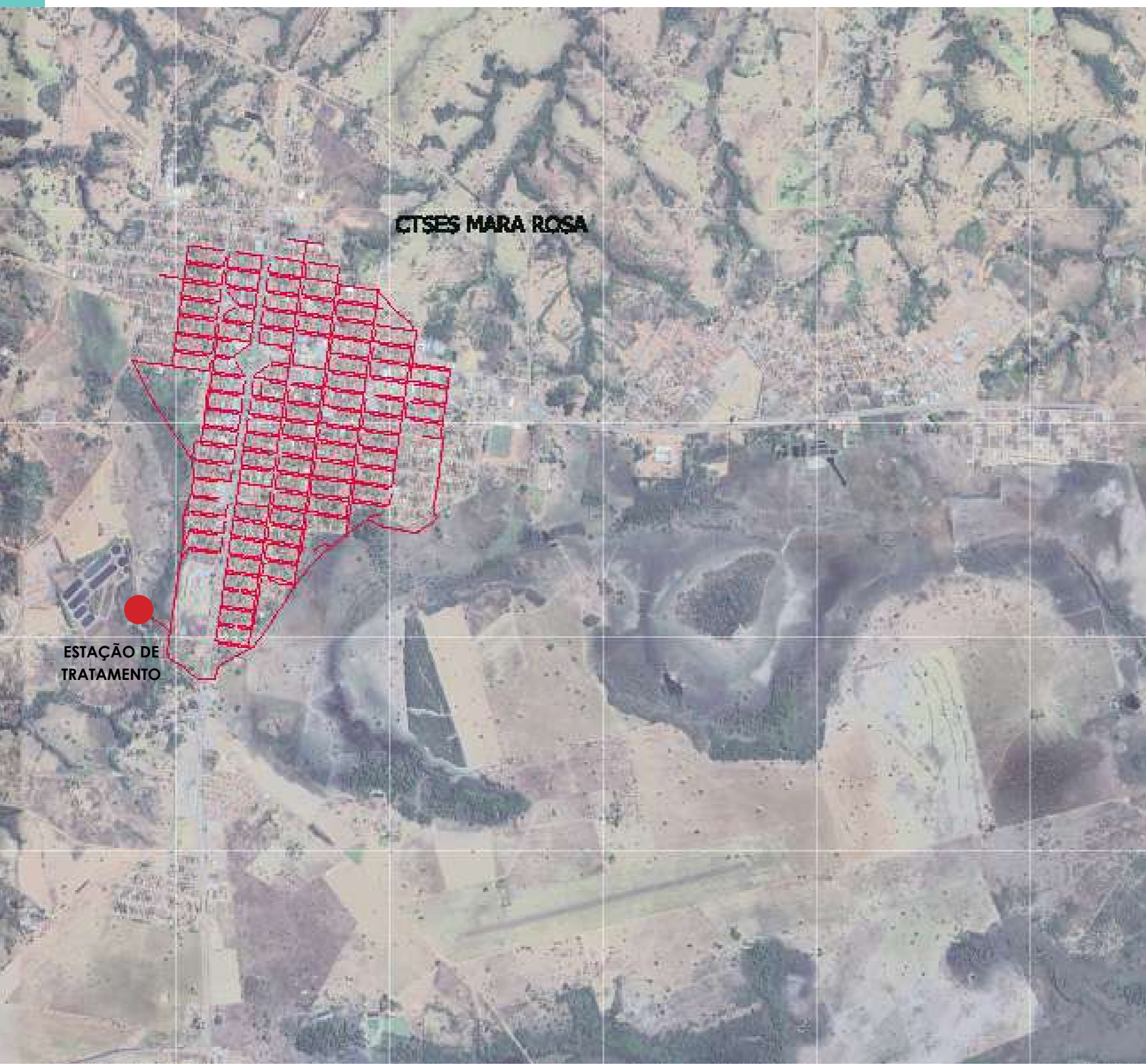
**IMAGEM 60** - Estação de Tratamento de Água



Fonte: Google Street View, 2025.



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Mara Rosa (GO).



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Mara Rosa (GO).

## 5.12 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2022, **aproximadamente 57,7% da população total de Mara Rosa contava com cobertura de serviços de esgotamento sanitário**. Esse índice situa-se abaixo da média do estado de Goiás, que é de 73,42%, porém ligeiramente acima da média nacional, fixada em 56,0% no mesmo ano (SNIS, 2022).

O Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) é composto por um conjunto de instalações e obras que têm como finalidade a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação adequada dos efluentes domésticos e industriais. Conforme a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), tal estrutura é fundamental tanto para a proteção da saúde da população quanto para a conservação ambiental.

A prestação dos serviços de água e esgoto em Mara Rosa é realizada mediante delegação, por meio de contrato de concessão firmado entre o município e a Companhia de Saneamento de Goiás (SANEAGO), conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviços Públicos nº 127/01.

**O município conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)**, localizada na Fazenda Poção do Quebra Frasco, na zona rural, que iniciou suas operações em dezembro de 2000. A unidade utiliza um processo biológico de tratamento, baseado na ação de microrganismos como

bactérias e algas, que promovem a decomposição da matéria orgânica presente nos esgotos. O tratamento é realizado por meio de lagoas de estabilização, uma tecnologia bastante difundida no Brasil por sua eficiência e baixo custo operacional.

As lagoas de estabilização promovem a remoção de matéria orgânica através de processos como a oxidação bacteriana (em meio aeróbio ou anaeróbio) e a atividade fotossintética das algas. Em termos de desempenho, essas lagoas podem alcançar eficiência média de remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) entre 75% e 85%, além de possibilitar a eliminação de até 99,9% dos coliformes fecais presentes nos efluentes.

A ETE de Mara Rosa apresenta vazão média de operação de 35 litros por segundo, com uma vazão média afluenta de 12 l/s. A infraestrutura da unidade inclui interceptores, linhas de recalque e uma estação elevatória com dimensões de 4 metros por 1,7 metros e profundidade útil de 0,5 metro, conforme dados fornecidos pela SANEAGO.

**Um desafio enfrentado pelo sistema local de esgotamento é a ocorrência de ligações irregulares de águas pluviais na rede de esgoto.** Esse tipo de ligação clandestina representa um sério risco ambiental e operacional, pois sobrecarrega a rede, originalmente projetada apenas para o transporte de esgoto sanitário. O excesso de volume proveniente das águas das chuvas pode causar extravasamentos, dificultar o funcionamento da ETE e comprometer a qualidade do serviço prestado à população.

**Para garantir um crescimento urbano ordenado e assegurar o fornecimento de infraestrutura essencial à população, é necessário que o empreendedor — seja pessoa física ou jurídica — implemente, previamente à ocupação, toda a infraestrutura do novo loteamento.** Isso inclui a instalação de redes de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento de água tratada, rede de esgotamento sanitário, pavimentação das vias e sistema de drenagem de águas pluviais.

No município de Mara Rosa, observa-se a necessidade de fortalecimento da fiscalização por parte da administração pública local, especialmente quanto à liberação de constru-

ções e obras. A atuação mais efetiva dos órgãos competentes visa coibir a ocorrência de ligações irregulares e evitar a execução de infraestrutura inadequada, fatores que podem comprometer metas futuras de universalização do saneamento básico.

Apesar de o sistema de coleta de esgoto existente dispor de capacidade de tratamento de até 35 litros por segundo, o corpo hídrico receptor — o Poço do Quebra Frasco — já apresenta sinais de saturação, recebendo atualmente um volume médio de 12 L/s. Projeções indicam que, até 2033, a rede deverá crescer 32,32% para acompanhar a demanda populacional.

Diante desse cenário, o sistema de esgotamento sanitário opera com uma carga superior à que o receptor consegue absorver com segurança, estimada em cerca de 23 L/s. Tal desequilíbrio evidencia a urgência de intervenções estruturais que permitam ampliar a capacidade do afluenta receptor. Sem essas ações, aumentam os riscos de transbordamento, degradação ambiental e impactos negativos à saúde pública.

**IMAGEM 61** - Lagoa de Estabilização



Fonte: Autor, 2025.

# 6 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

## 6.1 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS MORADORES DE MARA ROSA (GO)

Foi realizada uma pesquisa com 440 moradores do município de Mara Rosa. A amostra representa 4% da população municipal, estimada em 10.700 habitantes (IBGE, 2022), o que confere representatividade estatística suficiente para análises qualitativas e quantitativas. O período de coleta de respostas se estendeu entre os dias 24 de Abril de 2025 a 06 de Maio de 2025, com o objetivo de avaliar a satisfação dos moradores em relação ao município, dividida em 7 blocos temáticos:

**Perfil do Morador:** Nesta seção, foram coletadas algumas informações básicas sobre os moradores do município — como faixa etária, tempo de moradia na cidade e ocupação. Esses dados nos ajudam a compreender melhor o perfil dos participantes da pesquisa e identificar as necessidades e prioridades de diferentes grupos da população.

**Bairro e Moradia:** Nesta seção, buscou-se entender como o participante da pesquisa enxerga as condições de moradia e habitação em seu bairro. O objetivo era saber se as casas e terrenos atendem às necessidades da população e se o bairro oferece qualidade de vida aos seus moradores. Avaliou-se também a oferta e qualidade dos serviços básicos oferecidos pela Prefeitura, como água, esgoto, iluminação, limpeza e conservação das ruas e ma-

nutenção dos espaços públicos. Esses serviços são essenciais para o bem-estar e a saúde da população.

**Saúde Pública:** Neste tópico, procurou-se saber a opinião do morador sobre a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pelo município, incluindo o atendimento em postos, hospitais, campanhas de prevenção e facilidade de acesso aos serviços.

**Educação Pública:** Este tópico teve como objetivo analisar a qualidade da educação pública em Mara Rosa, proporcionando uma visão abrangente sobre os principais aspectos relacionados ao ensino. O objetivo foi identificar desafios e propor melhorias alinhadas às necessidades locais.

**Mobilidade e Transporte:** Nesta seção, buscou-se saber como o morador avalia as condições de mobilidade no município — considerando o trânsito de veículos, as condições das ruas, sinalização, segurança para pedestres e ciclistas e acessibilidade para todos, inclusive idosos e pessoas com deficiência. Mesmo sem transporte público, é fundamental garantir que todos possam se deslocar com segurança e qualidade pela cidade.

**Meio Ambiente e Lazer:** Essa seção avaliou a presença e a manutenção de áreas verdes, praças, parques e espaços de lazer no município, além das ações de proteção ambiental. Espaços públicos bem cuidados e um meio ambiente preservado contribuem para uma cidade mais saudável e agradável.

**Gestão Pública e Participação:** Aqui, procurou-se saber se o morador se sente ouvido e representado nas decisões que afetam a cidade. O Estatuto da Cidade valoriza a participação popular

por meio de audiências públicas, conselhos e consultas para discutir o futuro do município.

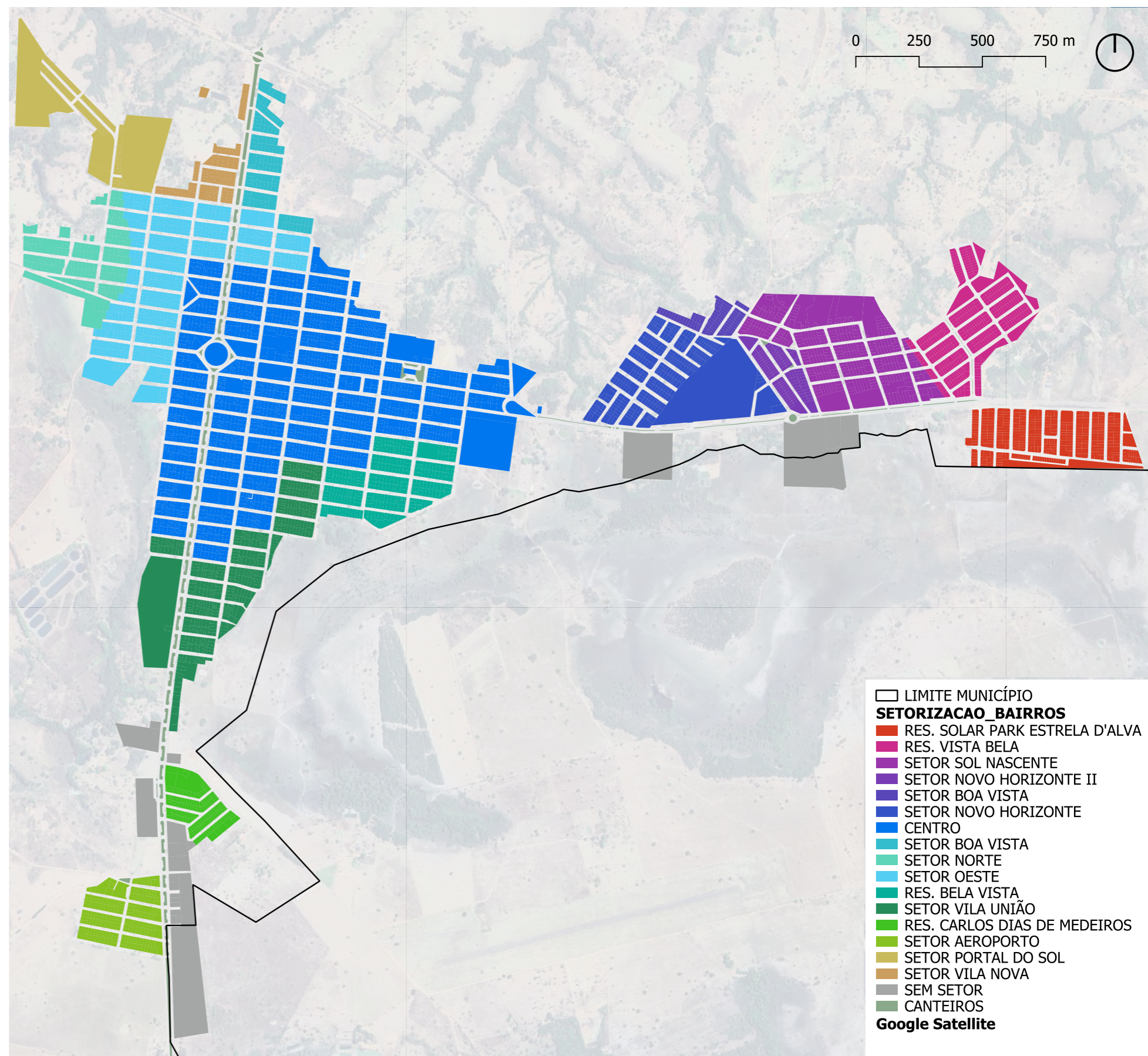
Os participantes responderam a um questionário com 37 perguntas, sendo 36 fechadas. Além das questões fechadas, a pesquisa continha um campo destinado a comentários gerais dos moradores sobre a cidade, permitindo a coleta de percepções qualitativas e espontâneas.

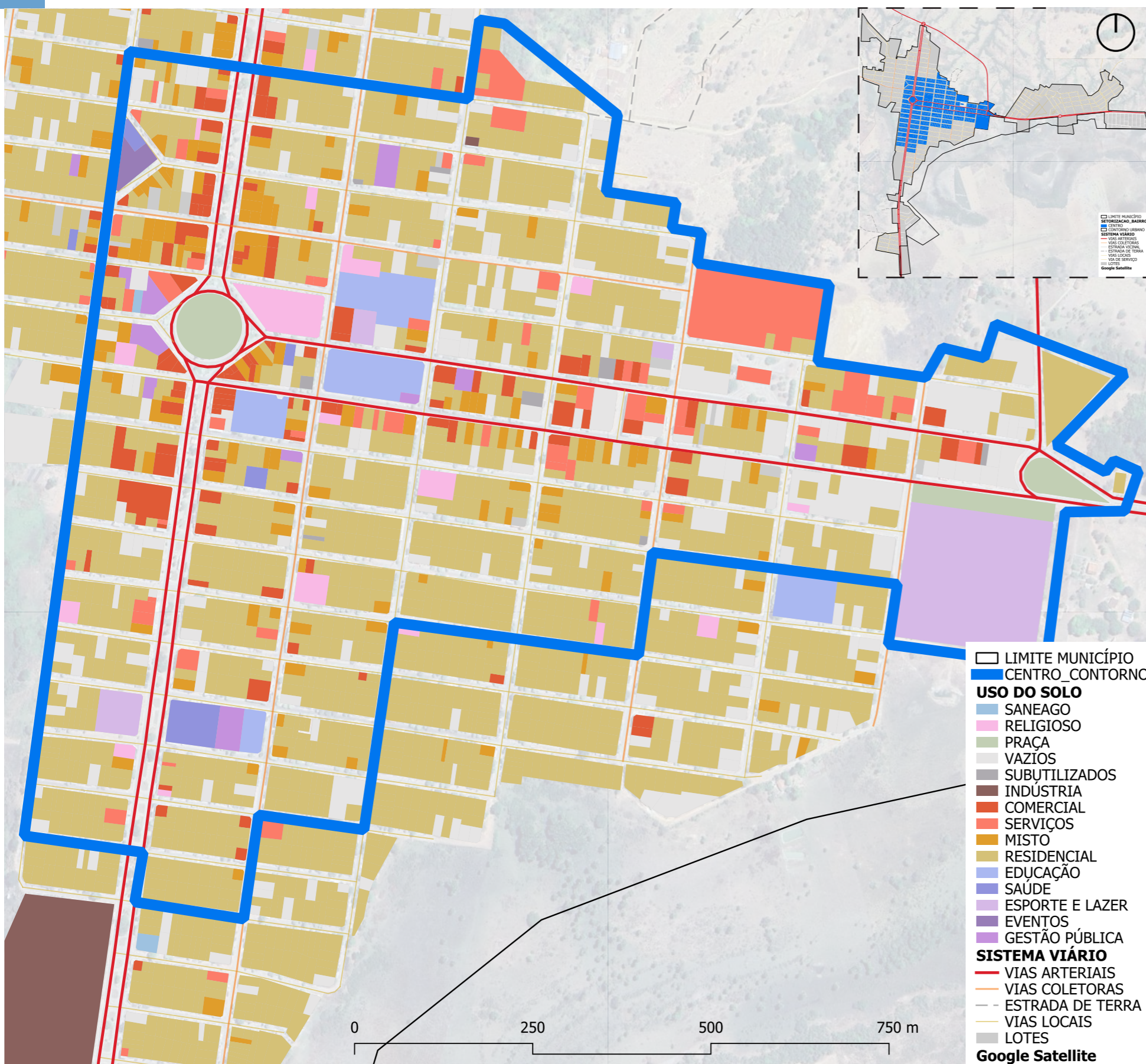
**BAIRROS identificados na pesquisa (15):**

- Centro - 196 respostas (44,5%)
- Setor Oeste - 59 respostas (13,4%)
- Setor Vila União - 43 respostas (9,8%)
- Setor Novo Horizonte - 25 respostas (5,7%)
- Residencial Vista Bela - 20 respostas (4,5%)
- Setor Aeroporto - 15 respostas (3,4%)
- Residencial Carlos Dias de Medeiros - 13 respostas (3,0%)
- Residencial Bela Vista - 11 respostas (2,5 %)
- Setor Sol Nascente - 11 respostas (2,5%)
- Setor Solar Park Estrela D'alva - 8 respostas (1,8%)
- Setor Vila Nova - 4 respostas (0,9%)
- Setor Boa Vista - 3 respostas (0,7%)
- Setor Norte - 3 respostas (0,7%)
- Setor Novo Horizonte II - 1 resposta (0,2%)
- Setor Portal do Sol - 1 resposta (0,2%)

**Total de respostas nos Bairros: 413**

Na pesquisa também foram indentificados 3 distritos e respostas provenientes da zona rural somando ao todo 27 participações. Estas foram desconsideradas por este trabalho se tratar de um diagnóstico focado na área urbana do município de Mara Rosa.





## 6.2 CENTRO

### 6.2.1 PERFIL DO MORADOR

Observa-se um conjunto de características sociais, econômicas e demográficas que evidenciam a centralidade e relevância do Centro no contexto local., sendo que o Centro concentra 44,50% de todos os entrevistados na Pesquisa de Satisfação.

**Faixa Etária:** Verifica-se predominância de adultos jovens e de meia-idade, com baixa representação da população idosa — apenas 7,65% dos entrevistados possuem mais de 60 anos. Este dado revela um possível desequilíbrio etário, o que pode influenciar diretamente nas demandas por políticas públicas, principalmente em áreas como saúde preventiva, assistência social e lazer, voltadas para um público predominantemente ativo e economicamente produtivo.

**Gênero:** Há uma ligeira predominância do sexo feminino (52%), o que acompanha a tendência nacional de maior proporção de mulheres, como apontado pelo IBGE (2022) contra 48% de homens.

**Etnia:** Com predominância de pessoas autodeclaradas pardas (mais de 60%), seguidas por brancos, pretos (3,57%) e amarelos (5,10%). Nenhum entrevistado se declarou indígena. Essa diversidade revela a presença de uma população heterogênea, historicamente miscigenada, comum em municípios da região Centro-Oeste (IBGE, 2022).

**Escolaridade:** Mais de 35% dos moradores possuem

ensino superior completo, e 18,89% têm pós-graduação. Outros 35% possuem ensino médio completo. Apenas 6,63% declararam ter apenas o ensino fundamental e um único respondente declarou não possuir nenhuma escolarização. Este cenário revela um alto grau de capital humano, o que pode ser interpretado como uma vantagem competitiva para o desenvolvimento urbano.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Apenas três entrevistados declararam alguma deficiência (física, visual ou cognitiva). Contudo, essa baixa incidência pode refletir subnotificação ou falta de acessibilidade para que essa população participe da pesquisa, o que requer maior atenção em futuras investigações.

**Composição Domiciliar:** Mais de 50% das residências são ocupadas por 2 ou 3 pessoas. Apenas 9,18% vivem em domicílios com cinco pessoas, e 1,53% em domicílios com mais de cinco. Vinte entrevistados (cerca de 10%) vivem sozinhos. Esse padrão é coerente com as transformações contemporâneas nos arranjos familiares, caracterizadas pela redução do tamanho das famílias urbanas (Brasil, 2010).

**Ocupação:** Observa-se o predomínio de servidores públicos (37%), seguidos por empresários e autônomos (33% somados). Trabalhadores com carteira assinada (CLT) representam 15%, enquanto os aposentados e estudantes são minoria. Apenas 4,59% estão desempregados. Esse perfil confirma uma das principais características das cidades pequenas no Brasil: a alta dependência do setor público como motor de estabilidade econômica local (IBGE, 2022; Rolnik, 2016).

**Renda Familiar:** A renda familiar também é bastante positiva, já que mais de 20% dos entrevistados ganham acima de R\$ 7.590,00; quase 20% tem renda de até este valor; e mais de 15% declararam ganhar de 3.036,00 até 4.554,00. Outros 15% dos pesquisados preferiram não declarar sua renda, e os que ganham o salário mínimo

são apenas 9,18% dos entrevistados. Esse cenário reforça a centralidade do bairro no contexto socioeconômico do município, funcionando como uma zona de concentração de renda e serviços.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência :** Dos entrevistados, 55% nasceu e vive na cidade sua vida toda. Praticamente 30% estão em Mara Rosa há mais de 10 anos, outros 5,10% chegaram a menos de 10 anos, e outros 7,66%, a menos de 5 anos. Quanto à pergunta se pretende continuar morando em Mara Rosa, a grande maioria, 91% respondeu que sim. Outros 4,59% responderam que talvez permaneçam na cidade, e outros 3,57% definitivamente voltarão para suas cidades, quando terminarem seus negócios ali, demonstrando forte vínculo afetivo, importante para políticas de participação social e gestão democrática urbana.

**O Centro de Mara Rosa revela-se como uma área consolidada e estruturada, com moradores de alto grau de escolaridade, renda acima da média municipal e inserção significativa no setor público e de serviços.** Esse perfil reforça a importância da região como espaço de referência simbólica e funcional, sendo estratégica para o planejamento urbano e para a formulação de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

## 6.2.2 BAIRRO E MORADIA

Do total de 196 entrevistados, **59% consideram o bairro ótimo para residir e outros 31% o avaliam como bom.** Esses dados evidenciam que a qualidade do ambiente urbano e a satisfação com a localidade são elementos preponderantes na percepção dos moradores, reforçando a ideia de que o Centro atende satisfatoriamente às necessidades básicas da população (Villaça, 2001; Corrêa, 2011).

**Em relação à moradia própria, os dados também reforçam essa avaliação positiva, pois quase 50% dos entrevistados classifi-**

**cam a própria casa como ótima e outros 39% como boa.** Esta percepção positiva da qualidade da residência sugere que o Centro, além de infraestrutura urbana consolidada, também concentra residências adequadas aos padrões esperados pelos seus habitantes (Carranza, 2015).

**A infraestrutura urbana aparece como um fator decisivo para essa satisfação. Serviços como coleta de lixo, iluminação pública, abastecimento de água, esgotamento sanitário e pavimentação são apontados como ótimos ou bons por mais de 80% dos respondentes.** A coleta de lixo, por exemplo, foi considerada ótima por 57,7% e boa por 35,3%, refletindo uma boa gestão municipal nesse quesito.

Além disso, a pavimentação e a manutenção do bairro também receberam avaliação majoritariamente positiva (48% ótimo e 33,7% bom), evidenciando que a qualidade das vias públicas e a conservação urbana têm sido priorizadas pelo poder público local, aspecto que contribui para a qualidade de vida da população (Gehl, 2013). Por outro lado, quando analisadas as percepções que indicam regularidade ou insatisfação (cerca de 14% a 22% em diversos itens), **observa-se a necessidade de ajustes pontuais, especialmente em áreas como a oferta de terrenos e a manutenção permanente das vias e da iluminação pública.**

Assim, a percepção global do Bairro Centro pelos moradores entrevistados confirma que a infraestrutura básica e a qualidade ambiental são fundamentais para a satisfação e bem-estar urbano (Corrêa, 2011; Carranza, 2015). Entretanto, o pequeno percentual de insatisfeitos e a menção a melhorias necessárias indicam que o processo de planejamento e gestão urbana precisa ser contínuo e participativo, reforçando a importância da escuta ativa da comunidade para o aprimoramento da qualidade do ambiente construído e da qualidade de vida local.

### 6.2.3 SAÚDE PÚBLICA

Os dados obtidos junto aos moradores do Centro demonstram um índice elevado de satisfação com o atendimento e a infraestrutura da saúde pública local. A maioria (62,2%) considera o atendimento ótimo, e 28,5% o avaliam como bom, o que reflete a **percepção positiva da população quanto à qualidade da assistência prestada.** Esses dados são relevantes, pois evidenciam que a rede de saúde municipal está conseguindo oferecer um nível de atendimento satisfatório para a maioria da população.

Além disso, o índice de moradores que conseguem sempre agendar suas consultas (81,6%) reforça o bom nível de acesso, um aspecto fundamental para a prevenção e o cuidado contínuo da saúde. Por outro lado, os 16,3% que conseguem agendar apenas às vezes e os 2,04% que nunca conseguem agendar consultas indicam a necessidade de melhorias na gestão da demanda e da capacidade operacional do sistema local, especialmente em períodos de maior procura por serviços médicos.

**A avaliação da infraestrutura também é bastante positiva, pois 85,7% acreditam que a saúde pública atende às necessidades da população.** Isso reforça que o município está alinhado às metas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que busca garantir o acesso integral e de qualidade a toda a população (Brasil, 1990). Apesar disso, 12,75% entendem que o serviço atende apenas parcialmente e 1,53% apontam que a infraestrutura não atende. Esses resultados sugerem que há margens para investimentos pontuais, especialmente em equipamentos e infraestrutura física.

**Quanto às ações de prevenção e campanhas, 59,1% avaliaram o serviço como ótimo e 32,6% como bom, o que indica que as políticas públicas no campo da saúde preventiva têm sido bem-sucedidas e contribuem para a redução da incidência de doenças evitáveis,** corroborando o que propõem os princípios do SUS quanto à priorização da atenção básica e da vigilância em saúde (Brasil, 2017). Contudo, o pequeno percentual que não tem conhecimento dessas iniciativas (1,02%) e os que as avaliam como péssimas (0,51%) demonstram que há necessidade de maior divulgação

e alcance dessas campanhas.

Assim, o panorama traçado a partir da pesquisa no Centro evidencia que **a saúde pública em Mara Rosa atende satisfatoriamente a maior parte da população local**, mas que há desafios a superar para garantir um atendimento cada vez mais equitativo e eficiente.

## 6.2.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Do total de 196 entrevistados, 57,1% consideram a infraestrutura escolar como ótima e 35,7% como boa, **o que reflete um nível elevado de satisfação com a qualidade física das unidades educacionais e os recursos disponíveis**. Apenas 6,63% a classificam como regular, e 0,51% a avaliam como péssima.

**Em relação à adequação do currículo escolar às expectativas da sociedade, 82,1% dos entrevistados entendem que o currículo atende às demandas locais** e apenas 2,55% apontam que ele não atende. A valorização da proposta pedagógica da rede pública reflete o previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), que busca garantir qualidade e relevância do ensino para o desenvolvimento humano e social.

**No que diz respeito ao acesso à matrícula em escola pública, 58,6% afirmam que conseguem matricular seus filhos, outros 37,7% responderam que não tem filhos ou os têm já adultos** e apenas 3,57% encontram dificuldades nesse processo. Esse resultado evidencia a efetividade da política de universalização do ensino básico prevista na Constituição Federal (Brasil, 1988).

E respondendo à pergunta de terem ou não filhos em idade escolar, **34,6% responderam não ter filhos**. 14,2% tem filhos na 1ª fase do ensino fundamental; 13,7% na pré-escola; 13,7% os filhos já passaram da idade escolar; 11,2% no ensino fundamental 2; 6,63% no ensino médio e 5,61% no ensino superior.

**Os dados obtidos junto aos moradores do Centro de Mara Rosa demonstram que a maioria da população avalia positivamente**

**a infraestrutura da educação pública no município.**

## 6.2.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

**Observa-se que 76,4% dos entrevistados avaliam positivamente a qualidade das ruas e avenidas (38,2% ótimo e 38,2% bom), o que indica um nível satisfatório da infraestrutura viária para a maioria da população**. Entretanto, 7,14% avaliam as vias como ruins ou péssimas, o que evidencia a necessidade de manutenção em determinados trechos (Brasil, 2001; Corrêa, 2011).

Em relação à segurança para pedestres e ciclistas, 53,5% percebem que é seguro deslocar-se a pé ou de bicicleta, 33,6% consideram parcialmente seguro e **12,7% sentem-se inseguros, o que revela que a infraestrutura voltada a esses modais ainda carece de investimentos em sinalização, iluminação e faixas exclusivas (Gehl, 2013)**. Sobre o fluxo de veículos, 36,7% o avaliam como bom, 20,4% como ótimo e 30,6% regular, o que sugere que há uma percepção geral de fluidez no tráfego, mas com espaços para melhorias, especialmente em horários de pico (Corrêa, 2011).

A sinalização viária foi considerada adequada por 57,1%, parcialmente adequada por 32,1% e inadequada por 10,7%, demonstrando que **há consenso sobre a importância da melhoria da sinalização para a segurança e a organização do trânsito local (Brasil, 2023)**.

**Em termos de deslocamento para o trabalho, os dados apontam que 42,8% dos moradores trabalham no próprio Centro e que o carro (59,1%) e a motocicleta (15,8%) são os principais meios de transporte, seguidos por bicicleta (11,7%) e deslocamento a pé (9,69%)**. Essa predominância do transporte individual motorizado pode aumentar os congestionamentos e a poluição ambiental, além da perda de qualidade de vida, como argumenta Gehl (2013) em sua análise sobre mobilidade urbana e espaço público.

**Além disso, 47,4% dos entrevistados julgam necessário o transporte público e 74,49% afirmam que usariam o transporte coletivo se ele fosse implementado**, o que reflete uma demanda clara por um

sistema eficiente e acessível. **Por fim, 37,2% acreditam que o transporte coletivo não seja necessário** e 15,3% não souberam opinar, o que aponta para o potencial impacto positivo que tal medida poderia trazer para a qualidade da mobilidade urbana e a redução da dependência do transporte individual (Brasil, 2021; SNIS, 2021).

Assim, a análise Centro revela um panorama que, **embora relativamente positivo quanto às condições das vias, exige melhorias na segurança para pedestres e ciclistas, na qualidade da sinalização e no incentivo a modais sustentáveis, como o transporte coletivo**, que pode contribuir para maior qualidade ambiental e melhor mobilidade urbana (Gehl, 2013; Brasil, 2023).

### 6.2.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

A percepção dos moradores do Centro de Mara Rosa sobre meio ambiente e lazer revela avaliações predominantemente positivas, **refletindo um alto grau de satisfação com as condições urbanas locais**. Dos 196 entrevistados, que representam 44,5% do total da amostra da pesquisa, **52,5% consideraram “ótima” a quantidade de espaços de lazer, e 34,6% os classificaram como “bons”, totalizando mais de 87% de avaliações positivas**. A qualidade da manutenção desses espaços também foi bem avaliada: 60,7% disseram que ela é “ótima” e 31,1% a classificaram como “boa”.

**No tocante à preservação ambiental, os dados apontam que 74,4% dos moradores acreditam que há preservação do meio ambiente no bairro**, enquanto 19,3% consideram que a preservação é apenas parcial, o que sugere um reconhecimento coletivo das práticas sustentáveis aplicadas no Centro.

**Esses resultados demonstram que a presença de áreas de lazer bem cuidadas e a percepção positiva sobre o meio ambiente contribuem significativamente para a qualidade de vida urbana, conforme destacado por Gehl (2013)**, que defende que o uso ativo e integrado de espaços públicos e verdes está relacionado à vitalidade urbana e ao bem-estar da população.

### 6.2.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da participação democrática dos moradores do Centro de Mara Rosa revela um **índice relativamente positivo de envolvimento com as decisões públicas locais**. Dos 196 entrevistados que residem nesse bairro — o qual representa 44,5% da amostra total da pesquisa, abrangendo 15 bairros — **68,3% afirmaram sentir-se representados nas decisões de interesse público**, enquanto 26% se sentem apenas parcialmente representados e 5,6% não se sentem representados.

Além disso, destaca-se que **54% dos moradores já participaram de consultas públicas, o que indica uma predisposição significativa à participação cidadã**. No entanto, 35% nunca participaram, e cerca de 10% demonstraram interesse em participar futuramente, sinalizando que ainda há margem para ampliar a mobilização e os mecanismos de escuta ativa por parte do poder público.

Conforme destaca Avritzer (2002), a consolidação da democracia participativa depende da criação de canais permanentes de diálogo entre a população e o Estado, sobretudo em pequenas cidades, onde o vínculo com a gestão pode ser mais direto. **Nesse contexto, a experiência do Centro de Mara Rosa demonstra potencial de engajamento que pode ser fortalecido com políticas de transparência, educação cidadã e institucionalização de conselhos e fóruns locais**.

### 6.2.8 COMENTÁRIOS

Os comentários espontâneos da população sobre o Centro revelam uma avaliação amplamente positiva da administração municipal, especialmente no que se refere à limpeza urbana, à organização geral e à percepção de zelo pelos espaços públicos. Moradores expressam orgulho pela atual gestão, descrevendo o bairro como “bem organizado” e afirmando que “está tudo ótimo do jeito que está” ou “a cidade está bem cuidada em todas as áreas”.

O Centro concentra também infraestrutura consolidada, com ruas pavimentadas, iluminação pública, acesso facilitado a equipamentos urbanos e serviços de saúde e educação. A boa percepção da gestão pública é recorrente, assim como a satisfação com o estado atual da cidade, quando comparada a períodos anteriores.

Essas percepções convergem com os dados da pesquisa de perfil do morador, que indicam que o Centro abriga uma das populações com maior nível de escolaridade (ensino superior e pós-graduação), renda média mais alta (com alta incidência de moradores com renda acima de R\$ 7.590,00) e predominância de ocupações estáveis, como servidores públicos e empresários. Também é um dos bairros com maior número de residentes com formação técnica ou universitária, o que contribui para uma atitude crítica e participativa nas demandas urbanas.

### Demandas Recorrentes

Apesar da avaliação positiva geral, os moradores do Centro também apontaram demandas pontuais importantes, que podem ser agrupadas em eixos temáticos:

- **Mobilidade e Trânsito:** Vários comentários solicitam melhoria na  **sinalização de trânsito, implantação de faixas elevadas, radares, mão única em vias principais e educação no trânsito**. Aponta-se também para o aumento do fluxo de veículos, incluindo ônibus ligados à mineração, o que está gerando congestionamentos e acidentes com frequência.
- **Lazer e Equipamentos Urbanos:** Uma das principais demandas é a construção de um  **clube municipal, bem como áreas de lazer para crianças, idosos e jovens**. Moradores também sugerem a  **revitalização de praças e calçadas, com iluminação, acessibilidade e segurança**.
- **Saúde:** Há  **pedidos por especialidades médicas**, como ortopedistas, cardiologistas e pediatras, além de equipamentos para exames como ressonância magnética e to-

mografia. A população manifesta desejo por atendimento mais humanizado e acesso ampliado,  **reduzindo a necessidade de deslocamento a outros municípios**.

- **Saneamento e Limpeza:** Apesar da boa percepção geral, houve menção à necessidade de  **mais lixeiras, limpeza de lotes baldios, controle de pragas urbanas e melhorias na coleta seletiva de resíduos**.
- **Habitação e Infraestrutura:** Alguns comentários destacam o  **alto valor do aluguel e a necessidade de programas de moradia popular ou doação de lotes**. Há sugestões de  **implantação de sistema de drenagem pluvial** para evitar alagamentos.
- **Segurança:** Há propostas para o retorno do destacamento da polícia militar, implantação de guarda municipal e reforço da vigilância urbana, especialmente à noite.

**O Centro de Mara Rosa se consolida como núcleo urbano privilegiado no município, reunindo estrutura consolidada, população escolarizada e economicamente ativa, além de ser um dos principais pontos de referência comercial, administrativo e de serviços da cidade.**

Entretanto,  **os dados qualitativos demonstram que a consolidação da infraestrutura não elimina a necessidade de avanços**, sobretudo no campo da mobilidade urbana, oferta de lazer e serviços especializados de saúde. A população demonstra engajamento cívico, valorizando as conquistas, mas também apontando pontos de melhoria com objetividade, o que é um indicativo de maturidade democrática e social (Rolnik, 2016; Maricato, 2011).

## 6.3 SETOR OESTE

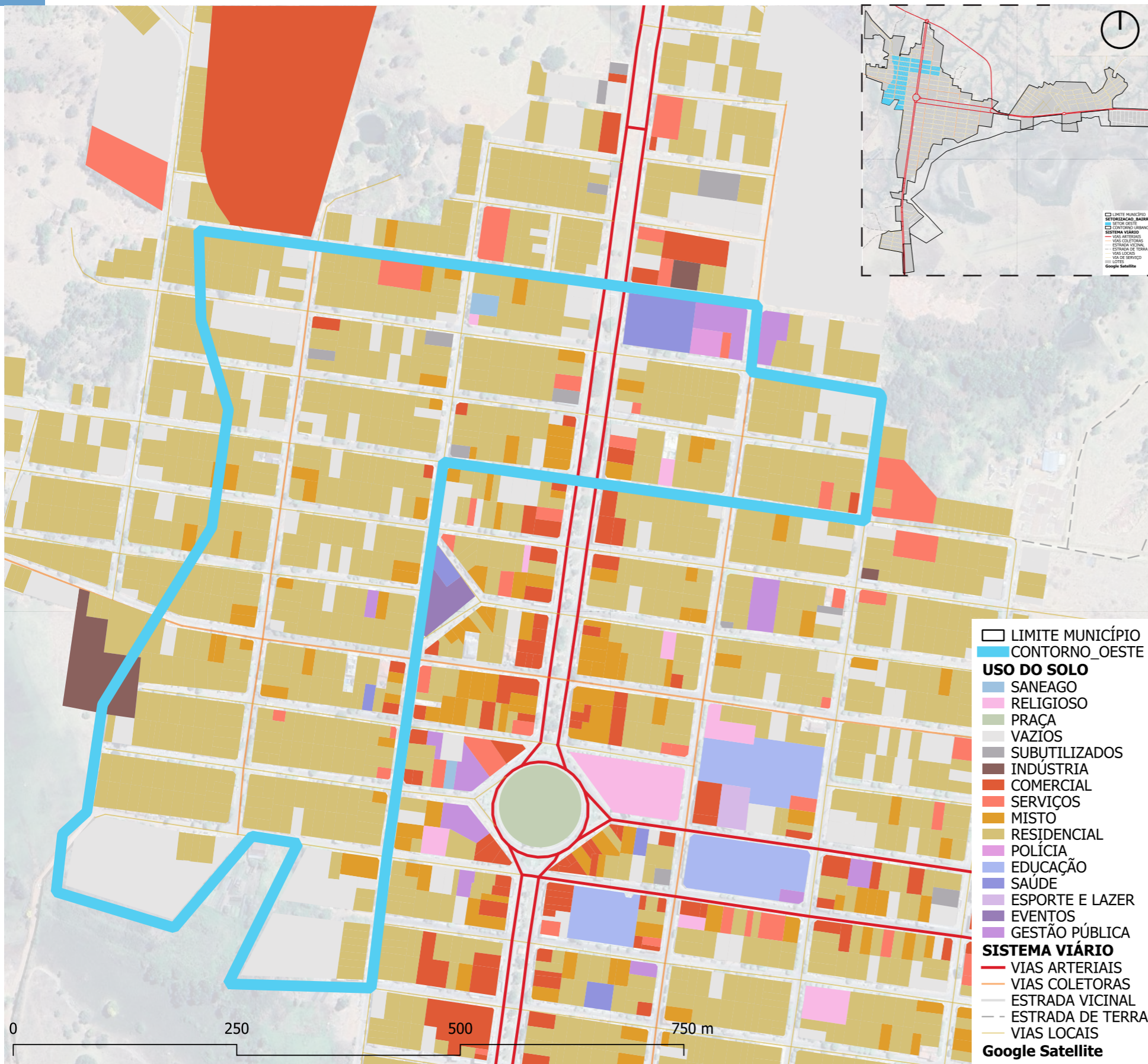
### 6.3.1 PERFIL DO MORADOR

A análise do perfil dos moradores do Setor Oeste, revela um panorama socioeconômico que reflete tanto as características típicas de bairros urbanos consolidados quanto algumas especificidades que devem ser consideradas no planejamento e formulação de políticas públicas locais. Representando 13,4% da amostra total, o **Setor Oeste é o segundo bairro com maior número de entrevistados**, o que reforça sua relevância dentro do tecido urbano local.

**Faixa Etária:** Os dados demonstram uma população majoritariamente jovem e adulta, com mais da metade dos entrevistados abaixo dos 40 anos. A baixa participação de pessoas com mais de 60 anos (3,39%) indica uma menor presença da população idosa, o que pode sinalizar a necessidade de maior atenção futura à infraestrutura de suporte ao envelhecimento populacional, considerando a tendência nacional de aumento da longevidade (IBGE, 2022).

**Gênero:** A diferença é grande ente os entrevistados por sexo. Cerca de 40% homens e quase 60% de mulheres, sendo que uma pessoa preferiu não declarar sua identidade sexual. Essa predominância acompanha a tendência nacional de maior proporção de mulheres, como apontado pelo IBGE (2022).

**Etnia:** Mostra uma diversidade significativa, com maioria de autodeclarados pardos (mais de 60%), seguida de pretos (14%), amarelos (10%) e brancos (8,47%).



Essa diversidade revela a presença de uma população heterogênea, historicamente miscigenada, comum em municípios da região Centro-Oeste (IBGE, 2022) como no bairro Centro.

**Escolaridade:** Cerca de 50% dos entrevistados têm ensino médio completo, e outros 47% possuem ensino superior, sendo que mais de 20% contam ainda com pós-graduação. Apenas 3,39% concluíram apenas o ensino fundamental. Esse perfil evidencia um bairro com elevado capital educacional.

**Pessoas com deficiência (PCD):** 5% dos entrevistados (3 pessoas) declararam possuir alguma deficiência física, visual ou cognitiva. Embora seja um número pequeno, essa informação é fundamental para orientar políticas de acessibilidade e inclusão urbana, conforme estabelecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

**Composição Domiciliar:** Apresenta uma média de 2 a 4 pessoas por residência, com destaque para domicílios com três pessoas (30%). Apenas 8,47% dos entrevistados moram sozinhos. Esse padrão é coerente com as transformações contemporâneas nos arranjos familiares, caracterizadas pela redução do tamanho das famílias urbanas (Brasil, 2010) como no bairro Centro.

**Ocupação:** Verifica-se forte presença de servidores públicos (44,07%), o que é característico de cidades de pequeno e médio porte no interior Brasileiro, onde o setor público é o principal empregador (ROLNIK, 2016). Os trabalhadores com carteira assinada representam 20%, empresários 18,64% e autônomos 10,17%. O desemprego entre os entrevistados é baixo (4,59%), sinalizando relativa estabilidade econômica no setor.

**Renda Familiar:** 22,04% dos entrevistados possuem renda acima de R\$ 7.590,00; 20,34% têm renda entre R\$ 4.554,00 e R\$ 7.590,00; e

15,25% vivem com um salário mínimo. Sete pessoas (11,87%) optaram por não declarar a renda. Esse padrão revela um bairro com parte significativa da população com condições econômicas favoráveis, mas também com presença de grupos mais vulneráveis, o que exige políticas públicas que atendam a essa diversidade.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** 73% dos entrevistados nasceram em Mara Rosa e 17% vivem no município há mais de dez anos. A maioria absoluta (85%) declarou que pretende continuar morando na cidade, reforçando o sentimento de pertencimento e a estabilidade da população local.

O Setor Oeste apresenta um perfil populacional equilibrado, com boa escolaridade, diversidade étnico-racial, predominância feminina e alto índice de ocupação no setor público. Tais características devem ser consideradas na formulação de diretrizes para a promoção da qualidade de vida e da equidade territorial no município.

### 6.3.2 BAIRRO E MORADIA

Segundo os dados da pesquisa, **76,5% dos entrevistados avaliam o Setor Oeste como ótimo ou bom lugar para viver**, o que corrobora a percepção de qualidade urbana apontada por Corrêa (2011) ao destacar que a percepção da qualidade do lugar depende tanto da infraestrutura disponível quanto da relação que o morador estabelece com o ambiente.

**Em relação às condições da própria moradia, 80% dos respondentes consideram suas casas boas ou ótimas**, reforçando a tendência nacional de maior satisfação com o imóvel quando há adequação às condições básicas, como acesso a saneamento e iluminação (IBGE, 2023). **Nesse sentido, a qualidade da iluminação e da coleta de lixo no setor foi considerada boa ou ótima por mais de 80% da amostra**, um indicativo de que os serviços básicos são

satisfatoriamente prestados no bairro (SNIS, 2021).

**A percepção sobre a disponibilidade de terrenos ainda aparece como ponto crítico: 56% apontam insuficiência, o que remete à necessidade de novos loteamentos e políticas públicas voltadas para a regularização fundiária e habitação social (Brasil, 2017).** Esse dado também vai ao encontro da reflexão de Villlaça (2001), que afirma que a escassez de terrenos urbanizados tende a agravar o valor da terra e restringir o acesso à moradia digna.

Quanto à infraestrutura de saneamento, abastecimento e pavimentação, a maioria avalia positivamente o fornecimento de água (89% ótimo ou bom) e a pavimentação das vias (cerca de 65% ótimo ou bom). **Por outro lado, a rede de esgoto, embora majoritariamente considerada boa por 58,3% da população, ainda conta com quase 17% de avaliação ruim ou péssima, evidenciando uma necessidade de investimentos para melhoria da qualidade ambiental e da saúde pública no bairro (SANEAGO, 2023).**

**Os serviços de manutenção e limpeza urbana também são bem avaliados** (83,5% entre ótimo e bom), o que reflete um cuidado constante da gestão municipal com a estética e a conservação dos espaços públicos — fator que contribui para o senso de pertencimento e qualidade de vida (Corrêa, 2011; Brasil, 2023).

**Assim, o Setor Oeste desponta como um bairro com infraestrutura básica consolidada e percepção geral positiva, mas que ainda enfrenta desafios quanto à disponibilidade de terrenos e melhoria de esgotamento sanitário,** demandando ações integradas entre o poder público e a sociedade civil para garantir o crescimento equilibrado e sustentável da área (Villlaça, 2001; Brasil, 2017).

### 6.3.3 SAÚDE PÚBLICA

Do total de 59 entrevistados, **93,1% classificam o atendimento da saúde municipal como ótimo ou bom (55,9% e 37,2%, respectivamente), o que evidencia a percepção satisfatória da população quanto à qualidade da assistência médica local.**

**A maioria dos moradores (79,6%) afirma que consegue agendar consultas regularmente,** enquanto apenas 3,39% relatam dificuldades constantes para marcar atendimentos, o que sugere que o sistema está dimensionado para a demanda existente, evitando longas filas e tempos de espera que são frequentes em centros urbanos maiores (MS, 2023; Brasil, 2023).

**Em relação à infraestrutura da saúde pública, 81,3% dos entrevistados avaliam que o que existe atende às necessidades do setor, reforçando a percepção positiva quanto ao acesso a unidades básicas e equipamentos adequados.** Por outro lado, a percepção parcial da infraestrutura (16,9%) e a avaliação negativa (1,69%) indicam que há espaço para melhorias pontuais, possivelmente no que se refere à ampliação da estrutura física e ao **aumento do número de profissionais especializados (Brasil, 1999; OMS, 2010).**

**No quesito campanhas de prevenção e promoção da saúde, 49,1% classificam essas ações como ótimas e 33,8% como boas,** o que reforça o impacto das iniciativas públicas voltadas para a educação em saúde e a prevenção de agravos. Contudo, a parcela que avalia essas campanhas como regulares (11,8%), ruins (1,69%) ou péssimas (1,69%) **aponta a necessidade de maior investimento em comunicação e alcance dessas ações preventivas,** especialmente para públicos que podem estar menos informados (Brasil, 2023; OMS, 2010).

**Assim, o cenário do Setor Oeste reflete um sistema de saúde pública que, de modo geral, atende às expectativas da maioria da população, embora existam oportunidades para ajustes** que possam garantir maior equidade e qualidade da assistência, sobretudo no que tange à infraestrutura e campanhas preventivas mais inclusivas.

### 6.3.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

**A percepção da qualidade da infraestrutura da educação pública municipal é majoritariamente positiva, com 49,1% dos en-**

**trevistados considerando-a ótima e 37,2%, boa.** Apenas 11,8% classificam a infraestrutura como regular e 1,69% como ruim. Esse panorama reflete avanços na política educacional local, especialmente no que diz respeito ao acesso e à qualidade física das unidades escolares, que são fundamentais para garantir um ambiente propício à aprendizagem e ao bem-estar de estudantes e profissionais da educação (Brasil, 2017; INEP, 2023).

**A percepção sobre o currículo da educação básica também é favorável: 81,3% acreditam que ele atende às expectativas da sociedade.** Entretanto, 16,9% entendem que o currículo atende apenas parcialmente e 1,69% avaliam que ele não atende, o que aponta a necessidade de maior diálogo entre escola e comunidade para aperfeiçoar o processo educativo e torná-lo mais inclusivo e participativo.

**Em relação ao acesso à educação, 57,6% relatam conseguir matricular os filhos na rede pública, evidenciando que a infraestrutura existente atende a maior parte da demanda local.** Por outro lado, a porcentagem que relata dificuldades (5,09%) e o número elevado que não têm filhos em idade escolar (37,2%) indicam que o sistema precisa continuar atento às projeções demográficas e às especificidades do público que ingressa e permanece na escola.

Assim, a análise do Setor Oeste aponta para a **necessidade de continuar investindo na qualidade da educação básica, fortalecendo a infraestrutura, promovendo maior integração entre a escola e a comunidade e ampliando políticas públicas que garantam o direito à educação a todos**, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE) e as diretrizes nacionais para a educação básica.

### 6.3.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

**A maioria avalia as ruas e avenidas como boas (35,5%) ou regulares (33,8%), enquanto apenas 25,4% as consideram ótimas.** Uma proporção menor classifica a infraestrutura viária como ruim

ou péssima (cerca de 5%). **Esse índice revela uma necessidade de melhorias no pavimento e na manutenção das vias**, tendo em vista que a qualidade da infraestrutura urbana impacta diretamente a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos (Corrêa, 2011).

A percepção quanto à segurança no trânsito também reflete o caráter dual da mobilidade local: **44% sentem-se seguros ao andar a pé ou de bicicleta, contra 40% que entendem que a segurança é parcial e 15,2% que a percebem como inexistente.** Essa sensação reflete a **necessidade da implantação de medidas que aumentem a segurança viária, como faixas exclusivas para ciclistas e pedestres e melhorias na sinalização (Gehl, 2013).**

**No que diz respeito ao fluxo de veículos e à sinalização, a avaliação predominante é de regularidade (37,2%) e parcial adequação da sinalização (45,7%).** Esses dados são coerentes com o que Villaza (2001) afirma sobre a relação entre infraestrutura e a qualidade da mobilidade urbana: **falhas nos dispositivos de sinalização e no ordenamento do fluxo acabam por comprometer a segurança e a funcionalidade do trânsito.**

**Sobre o transporte para o trabalho, há predominância do uso de carros (40,6%) e motocicletas (33,8%), o que sinaliza uma dependência significativa do transporte individual motorizado.** Tal cenário contribui para o crescimento da frota local e pode, a longo prazo, sobrecarregar o sistema viário e a qualidade ambiental da cidade (Gehl, 2013). **Por outro lado, apenas 15,2% utilizam bicicletas e 5,09% deslocam-se a pé, reforçando a necessidade de investir em infraestrutura para mobilidade ativa e transporte coletivo.**

**Em relação ao transporte público, 67,7% gostariam que houvesse um sistema urbano regular, e 76,2% declararam que usariam o serviço.** Tal apontamento evidencia a carência e a potencial demanda por transporte coletivo, que, quando implementado com qualidade, pode reduzir os impactos do transporte individual e melhorar o deslocamento da população (Brasil, 2017).

Nesse sentido, a criação de um transporte público eficiente e integrado, além da melhoria da infraestrutura para pedestres e

ciclistas, pode contribuir para uma mobilidade mais democrática e sustentável em Mara Rosa.

### 6.3.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Com relação aos espaços de lazer, 38,9% consideram-nos “ótimos” e 35,5% os classificam como “bons”, totalizando 74,4% de aprovação. **Ainda assim, 20,3% dos entrevistados julgam esses espaços como “regulares”, enquanto uma minoria os considera “ruins” (3,39%) ou inexistentes (1,69%).**

**No que tange à preservação ambiental, a avaliação também é favorável: 74,5% acreditam que há preservação ambiental efetiva no bairro,** 18,6% consideram a preservação apenas parcial, e 5,09% afirmam que não há conservação ambiental adequada. Um entrevistado não soube responder à questão.

Essa percepção positiva está alinhada ao conceito de qualidade urbana defendido por Gehl (2013), que ressalta que **ambientes urbanos com espaços públicos bem estruturados e elementos naturais preservados promovem bem-estar coletivo e vitalidade social.** Além disso, a relação entre lazer e sustentabilidade integra uma agenda importante para cidades em crescimento, como aponta o Ministério das Cidades (2023), que destaca o papel dos espaços públicos na promoção da coesão territorial e inclusão social.

### 6.3.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No Setor Oeste, bairro que apresentou o segundo maior índice de participação na pesquisa — representando 13,4% dos entrevistados — **os dados indicam uma percepção moderadamente positiva em relação à representatividade política local. 64% dos moradores declararam sentir-se representados pela administração pública,** enquanto 27% sentem-se apenas parcialmente representados e 8,48% não se consideram representados.

Quanto à **participação direta em processos de con-**

**sulta pública,** os números mostram um equilíbrio entre os que já participaram (42,3%) e os que **nunca o fizeram (47,4%),** com 10% manifestando interesse em se engajar futuramente.

Essa dinâmica revela a necessidade de fortalecimento da democracia participativa. Como destacam Souza (2006) e Avritzer (2002), a participação cidadã efetiva não depende apenas da disposição dos moradores, mas também de um ambiente institucional favorável, que incentive, eduque e acolha a contribuição popular nos processos decisórios.

### 6.3.8 COMENTÁRIOS

Trata-se de uma área com infraestrutura urbana consolidada, mas que também vem enfrentando tensões derivadas do crescimento urbano desordenado e da intensificação de fluxos logísticos e populacionais.

Além disso, os comentários evidenciam satisfação com serviços básicos, como postos de saúde, limpeza pública e iluminação, destacando a atenção da atual gestão municipal às demandas da população. Frases como “posto de saúde com profissionais bem capacitados” e “iluminação perfeita, só tenho a agradecer” reforçam essa percepção.

#### Demandas Recorrentes

Apesar da estrutura existente, o bairro Setor Oeste apresenta diversas demandas críticas recorrentes nos comentários, as quais podem ser agrupadas em seis eixos principais:

- **Mobilidade e Trânsito:** A maior preocupação relatada refere-se ao trânsito, especialmente com o **aumento do fluxo de caminhões ligados à mineração e à ferrovia, o que tem gerado acidentes, insegurança viária e lentidão em diversas vias.** Implantação de **semáforos,** especialmente em avenidas e cruzamentos perigosos; Estacionamento alternado em ruas estreitas (ex: Rua Espírito Santo e Rua

São Paulo); **Melhoria da sinalização horizontal e vertical; Quebra-molas em áreas escolares e residenciais; Propostas de criação de uma guarda municipal de trânsito e implantação de modelo semelhante ao da SMT de Goiânia; Campanhas de educação para o trânsito.**

- **Lazer e Equipamentos Urbanos:** Criação de **praças equipadas com áreas de lazer e academias ao ar livre;** Implantação de um **clube recreativo municipal gratuito;** **Requalificação dos espaços públicos** com melhorias no paisagismo, arborização e acessibilidade; **Propostas de controle da poluição sonora,** especialmente gerada por veículos com som automotivo.
- **Saúde: Necessidade de instalação de leitos de UTI no hospital municipal; Inclusão de programas de acompanhamento infantil (CD) nos postos de saúde; Contratação de especialistas médicos,** como pediatras, ortopedistas e cardiologistas;
- **Infraestrutura e saneamento:** Outra demanda fortemente presente é a **ausência ou precariedade da rede de esgoto,** apontada como um problema crônico no bairro. **Diversos relatos solicitam a ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto em todo o Setor Oeste; Recapeamento asfáltico.** Falta de **drenagem pluvial e problemas com empoçamento de água;** Necessidade de **melhorias em iluminação pública** em trechos específicos.
- **Habitação e custo de vida: A falta de moradias populares e o encarecimento dos aluguéis são desafios evidentes no bairro.** Comentários indicam que famílias têm deixado Mara Rosa por não conseguirem mais arcar com os custos habitacionais; **Propostas para construção de casas populares e implementação de programas habitacionais municipais são recorrentes; Sugestão de doação de lotes para famílias carentes.**
- **Segurança:** Melhorias na **segurança pública,** com mais

rondas policiais e ações preventivas.

- **Desenvolvimento econômico e qualificação:** Entre os comentários mais propositivos e estruturados, **destaca-se a sugestão da criação de um Distrito Agroindustrial, aproveitando a posição logística estratégica de Mara Rosa e propostas de incentivos fiscais para atrair indústrias;** Investimento em infraestrutura urbana e tecnológica; **Parcerias com instituições de ensino para oferta de capacitação técnica e profissionalizante.**

O bairro apresenta grande capacidade de organização comunitária e pode ser considerado prioritário para intervenções nas áreas de mobilidade urbana, saneamento básico, habitação e requalificação dos espaços públicos. **Além disso, iniciativas de desenvolvimento econômico local, como a criação de um distrito agroindustrial, apontam caminhos viáveis para redução da minero-dependência e ampliação da autonomia produtiva municipal.**

## 6.4 VILA UNIÃO

### 6.4.1 PERFIL DO MORADOR

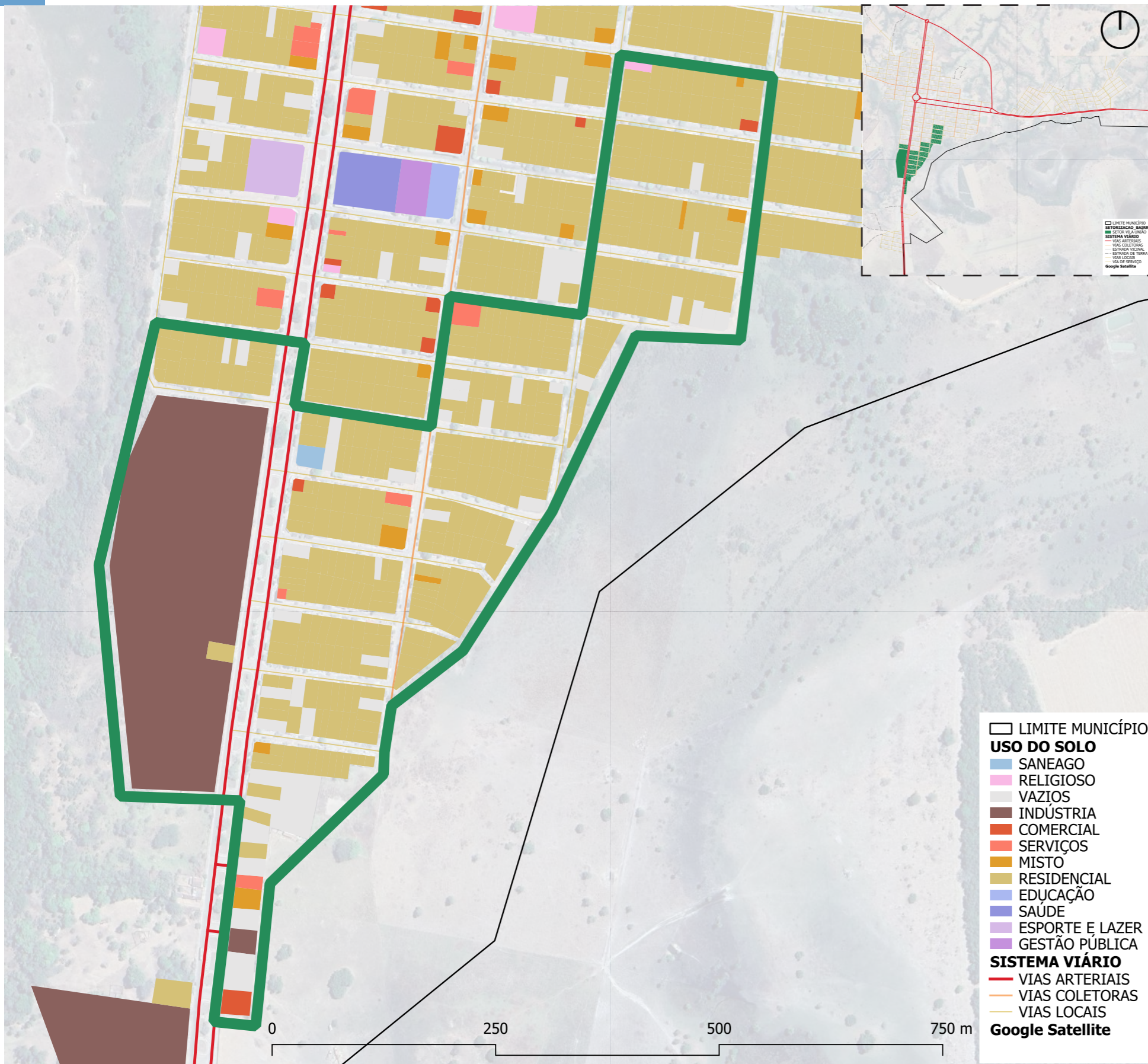
A partir da amostra representativa de 43 entrevistados, observam-se aspectos fundamentais que podem subsidiar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da qualidade de vida local e à inclusão social.

**Faixa Etária:** Cerca de 80% dos moradores estão entre 19 e 59 anos, ou seja, em idade ativa do ponto de vista econômico. A presença de apenas um morador com mais de 60 anos confirma a predominância de uma população relativamente jovem, o que influencia diretamente a dinâmica do mercado de trabalho local, o consumo de bens e serviços, e a demanda por políticas voltadas ao emprego e qualificação profissional (IBGE, 2022).

**Gênero:** A proporção entre homens e mulheres está equitativa neste bairro: 22 homens e 21 mulheres.

**Etnia:** Apresenta predominância de moradores que se autodeclararam pardos (aproximadamente 70%), seguidos por brancos (20%), pretos (7%) e amarelos (4,65%). Esse padrão é coerente com as transformações contemporâneas nos arranjos familiares, caracterizadas pela redução do tamanho das famílias urbanas (Brasil, 2010) como no bairro Centro.

**Escolaridade:** Cerca de 54% dos entrevistados têm ensino médio, contra apenas 2 sem instrução formal, 9,30% com ensino fundamental, 32% com ensino supe-



rior e 11,63% com pós-graduação. Esses dados revelam um capital educacional expressivo, compatível com as exigências crescentes do mercado de trabalho.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Apenas um dos 43 entrevistados no Bairro Vila União disse ter deficiência física.

**Composição Domiciliar:** Predominância de casas com quatro moradores (37%). Moradores sozinhos representam 14%, e domicílios com cinco ou mais pessoas, 11,63%. Este perfil evidencia arranjos familiares medianos, o que pode impactar nas políticas de habitação e nos serviços de saúde e educação, demandando espaços públicos multifuncionais e adaptados às diferentes configurações familiares (Brasil, 2022).

**Ocupação:** Como nos bairros anteriores, a prevalência de servidores públicos ocorre, são quase 35% dos entrevistados. Há também expressiva participação de empresários e autônomos (aproximadamente 35% somados), o que indica certo dinamismo econômico local, e 23,25% de Trabalhadores com carteira assinada. Apenas uma pessoa declarou estar desempregada, reforçando a estabilidade do perfil ocupacional.

**Renda Familiar:** Mais de 25% dos entrevistados têm renda entre R\$ 4.554,00 e R\$ 7.590,00, e cerca de 9,3% afirmaram ganhar acima desse valor. Ainda que 14% vivam com um salário mínimo, a presença de 14% dos entrevistados com rendas entre R\$ 3.036,00 e R\$ 4.554,00 e outros 23% entre R\$ 1.518,00 e R\$ 3.036,00 reforçam uma realidade socioeconômica heterogênea, mas com predomínio de classes médias.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** Cerca de 81% dos entrevistados nasceram em Mara Rosa e mais de 11% vivem no município há mais de dez anos. Mais de 97% manifestaram a intenção

de permanecer na cidade. Este elevado índice de fixação sugere um sentimento de pertencimento.

O Bairro Vila União se destaca por possuir uma população relativamente jovem, equilibrada entre os gêneros, com boa escolaridade, predominância de servidores públicos e estabilidade econômica. Essas características contribuem para consolidar o bairro como um espaço com forte identidade comunitária e alto potencial de participação em processos de planejamento urbano inclusivos.

## 6.4.2 BAIRRO E MORADIA

**Segundo a pesquisa, 72% (soma dos que avaliam como ótimo e bom) percebem o bairro de forma favorável e apenas 6,98% o veem como ruim.**

**Quanto às moradias, 68% das pessoas disseram que suas residências são boas ou ótimas, enquanto apenas 7% as avaliam negativamente.** Essa avaliação remete ao entendimento de que a qualidade da habitação contribui para o bem-estar da população e para a redução das desigualdades urbanas (Brasil, 2017). **Essa percepção positiva reflete-se também na avaliação da iluminação pública, do abastecimento de água e da coleta de lixo, que têm altos índices de satisfação (todos acima de 85% de ótimo ou bom), indicadores que têm impacto direto na saúde e qualidade de vida da comunidade (Corrêa, 2011).**

**Além disso, a pavimentação e a manutenção urbana são bem avaliadas pelos entrevistados, com 80% das respostas indicando que as condições são ótimas ou boas.** Tais fatores são fundamentais para a mobilidade e para a redução de acidentes e impactos ambientais (Gehl, 2013). **Em relação à rede de esgoto, a satisfação quase unânime entre os moradores reforça a importância da universalização do saneamento básico, que é essencial para a saúde pública e a dignidade das pessoas (Brasil, 2017).**

Desse modo, o panorama geral do bairro Vila União revela

que **a boa infraestrutura básica e o acesso a serviços públicos adequados promovem maior qualidade de vida e bem-estar para os moradores**, reforçando a relação entre políticas públicas urbanas e satisfação da população local (Brasil, 2017; Villlaça, 2001).

### 6.4.3 SAÚDE PÚBLICA

Como evidenciado na pesquisa, **58,1% dos entrevistados consideram o atendimento ótimo, e 30,2%, bom.**

Além disso, **86% dos moradores relataram não encontrar dificuldades para agendar consultas, e 83,7% acreditam que a infraestrutura atende adequadamente às necessidades da comunidade.** Esses dados sugerem que, no Vila União, a estrutura de saúde atende aos princípios básicos estabelecidos para a Atenção Primária à Saúde, que busca a resolutividade, o acesso e a continuidade do cuidado (Brasil, 2017). **Entretanto, a parcela que reporta dificuldades para agendamento (6,98%) e que avalia a infraestrutura apenas parcialmente suficiente (13,9%) destaca a necessidade de melhorias constantes para a redução das desigualdades no atendimento (SANTOS, 2019).**

**Ainda que as campanhas preventivas tenham boa avaliação (62,7% as consideram ótimas),** a percepção de que há espaço para melhorias evidencia a importância da educação em saúde e do reforço de políticas preventivas, indispensáveis para o controle e a redução das doenças crônicas e transmissíveis.

Dessa forma, o cenário apresentado pelos moradores da Vila União aponta que o sistema local, embora satisfatório para a maioria, precisa investir em maior alcance e qualificação das ações preventivas e da estrutura assistencial para garantir um atendimento cada vez mais humanizado e eficiente.

### 6.4.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Os dados sobre a percepção da educação pública pelos moradores do bairro Vila União **apontam um cenário majoritariamente positivo quanto à infraestrutura educacional, com 93% (55,8% ótimo e 37,2% bom) avaliando bem esse aspecto.**

Em relação ao currículo escolar, **86% dos entrevistados consideram que ele atende às expectativas da sociedade,** o que demonstra sintonia entre o que é ofertado pela rede pública e as demandas educacionais, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que busca integrar o currículo às necessidades regionais e sociais (Brasil, 2018). **Por outro lado, 13,9% entendem que o atendimento ocorre apenas parcialmente, evidenciando que há necessidade de melhorias que tornem o ensino mais inclusivo e alinhado às especificidades locais, especialmente para os que têm filhos na idade escolar.**

**O acesso às matrículas também foi considerado adequado por 58,1% dos moradores, dos pesquisados 34,8% ainda não tem filhos.** Por fim, a diversidade de etapas escolares relatadas pelos entrevistados — desde a educação infantil até o ensino superior — reflete a heterogeneidade da demanda educacional no bairro e a importância da continuidade das políticas públicas voltadas para a educação em todos os níveis (INEP, 2023).

Assim, os dados evidenciam que o Vila União vivencia avanços em infraestrutura e acesso educacional, mas que permanece a necessidade de constantes investimentos e monitoramento para garantir a qualidade e a equidade no atendimento a todas as faixas etárias e níveis educacionais (Brasil, 2017; UNESCO, 2015).

### 6.4.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Os dados coletados junto aos moradores evidenciam que a percepção quanto às condições das ruas e avenidas do setor é predominantemente positiva, com **48,8% dos entrevistados classificando-as como ótimas e 30,2% como boas.** Contudo, uma parcela relevante **(11,6%) avalia essas condições como ruins, o que remete**

à necessidade de melhorias para que a mobilidade urbana proporcione maior conforto e segurança para todos (Gehl, 2013; Corrêa, 2011).

Sobre a segurança para pedestres e ciclistas, **53,4% sentem-se seguros, e 32,5% parcialmente seguros, o que indica que ainda existem riscos no deslocamento ativo e que devem ser mitigados** por meio de melhor sinalização, iluminação e infraestrutura voltada a essas formas de mobilidade, especialmente em trechos mais perigosos (Villaça, 2001; Brasil, 2012).

No que diz respeito ao fluxo de veículos, 51,1% avaliam como bom e apenas 16,2% como ótimo, refletindo que o trânsito atende parte das expectativas da população, **embora quase 19% o considerem ruim, apontando gargalos que devem ser tratados por políticas de planejamento viário (Gehl, 2013).**

**A sinalização de trânsito foi considerada adequada por 60,4% dos moradores, embora 20,9% não concordem e 18,6% a vejam como apenas parcialmente correta.** Esses dados reforçam a importância da sinalização clara e padronizada para reduzir acidentes e tornar o tráfego mais ordenado (Corrêa, 2011; Brasil, 2012).

**Em relação ao deslocamento para o trabalho, a maioria (41,8%) trabalha em bairro próximo, e o uso do automóvel é o meio predominante (39,5%), seguido da motocicleta (25,5%) e da bicicleta (27,9%).** Esses números indicam que há uma diversidade de modais em uso, porém ainda há espaço para o estímulo a formas mais sustentáveis, como a bicicleta e o transporte coletivo (Brasil, 2012).

**Sobre o transporte público, 48,8% gostariam que houvesse ônibus urbano, e 55,8% afirmam que o usariam caso existisse,** o que reflete uma demanda latente por políticas que incentivem a implementação e do transporte coletivo, em alinhamento às recomendações da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Brasil, 2012).

Assim, a realidade apresentada demanda que o poder público invista tanto na infraestrutura viária quanto na implementação e melhoria do transporte coletivo, bem como em ações que promovam a segurança dos modais ativos (Gehl, 2013; Brasil, 2012).

## 6.4.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

A percepção sobre os espaços de lazer é predominantemente positiva. 58,1% dos moradores consideram que existem espaços de lazer adequados, enquanto 25,5% os classificam como “bons”. Já 9,3% avaliam negativamente, dizendo que são “ruins”, e 6,98% os consideram apenas “regulares”.

**Quanto à manutenção desses espaços, 55,8% julgam-na como “ótima” e 27,9% como “boa”,** evidenciando um bom nível de conservação percebido pela maioria dos entrevistados. Contudo, ainda há 13,9% que apontam manutenção “regular” e 2,33% que a consideram “ruim”.

**A preservação do meio ambiente também se destaca no bairro, com 81,3% afirmando que ela é efetiva, 9,3% considerando-a parcial e 6,98% alegando que não há preservação ambiental.**

**Esses dados indicam que, apesar de haver críticas pontuais, o bairro mantém um bom nível de aceitação quanto aos aspectos de lazer e meio ambiente.** Essa percepção está em consonância com a literatura que destaca a importância de áreas verdes e equipamentos públicos para a qualidade de vida urbana (Gehl, 2013; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2023), principalmente em municípios de pequeno porte, como destaca Carranza (2015), onde a presença e o cuidado com os espaços públicos têm papel central na coesão social.

## 6.4.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No bairro Vila União, observa-se um nível significativo de percepção positiva sobre representatividade política local: **69,7% dos moradores declararam sentir-se representados,** 20,9% parcialmente representados e 9,3% não se sentem representados.

Quanto à participação em consultas públicas, os dados mostram que **48,8% dos entrevistados nunca partici-**

param, enquanto 39,5% já participaram de alguma forma, e 11,6% manifestaram desejo de participar futuramente.

Esse cenário evidencia um potencial de ampliação do engajamento cívico no bairro, reforçando a importância de políticas públicas que incentivem a inclusão dos moradores nos processos decisórios.

#### 6.4.8 COMENTÁRIOS

O bairro Vila União se apresenta como uma área residencial de média densidade, com presença expressiva de trabalhadores formais e autônomos, e nível educacional médio, conforme apontado pelos dados da pesquisa de perfil dos moradores.

A localidade demonstra vínculo com o núcleo urbano central, mas mantém características típicas de bairros periféricos em processo de consolidação.

Os principais pontos positivos mencionados pelos moradores incluem:

- Boa percepção da gestão pública municipal, com elogios explícitos à atuação do prefeito e da primeira-dama, o que indica satisfação institucional e valorização das ações da administração atual;
- Reconhecimento de avanços em áreas como limpeza urbana e manutenção de serviços básicos, com alguns moradores declarando estar “muito satisfeitos” ou que a cidade está “ótima para se viver”;

#### Demandas Recorrentes

Apesar da boa avaliação institucional e de aspectos estruturais razoavelmente estabelecidos, os comentários revelam uma série de demandas e problemas urbanos ainda não resolvidos, que se agrupam nos seguintes eixos temáticos:

- **Mobilidade e Trânsito:** A ampliação da frota veicular e o aumento da circulação de caminhões ligados à minera-

ção têm refletido negativamente também na Vila União. **Há ausência de sinalização viária básica (faixas de pedestres, placas) e pedidos frequentes por quebra-molas em pontos estratégicos**, especialmente na Avenida Bernardo Sayão; **A falta de organização no trânsito foi mencionada**, indicando a necessidade de ações coordenadas de fiscalização e educação viária; **A poluição sonora**, especialmente com som automotivo excessivo, foi relatada como um problema que “tira a paz” dos moradores. **Propostas para transporte coletivo escolar e universitário também aparecem como demandas**, refletindo a falta de mobilidade acessível para moradores que dependem de instituições fora do bairro ou da cidade.

- **Lazer e Equipamentos Urbanos:** Há forte demanda pela criação de áreas de lazer, parques e clubes recreativos públicos; Pedidos específicos por campos de futebol society, praças equipadas e espaços de convivência ao ar livre, com equipamentos para práticas esportivas; Moradores sugerem requalificação dos canteiros centrais e melhoria na arborização urbana para tornar o bairro mais agradável e saudável.
- **Saúde:** Comentários pontuais indicam insatisfação com a qualidade do atendimento nas unidades de saúde, secretarias e hospitais; Sugestões incluem a contratação de pediatras e melhoria na atenção básica à saúde;
- **Infraestrutura:** Comentários indicam a falta de calçadas regulares e iluminação pública insuficiente em trechos do bairro, o que compromete a segurança noturna.
- **Habitação e custo de vida:** Reclamações sobre o aumento abusivo dos aluguéis; Solicitações por programas habitacionais acessíveis para famílias de baixa renda; Propostas para maior facilidade no acesso a lotes urbanizados e subsídios, principalmente para moradores com renda intermediária, que “não se enquadram nos critérios de gratuidade”.

de, mas também não conseguem pagar os altos valores do mercado".

A Vila União é um bairro com grande potencial de crescimento, cuja população é marcada por nível educacional médio, diversidade étnica e ocupações laborais variadas, incluindo autônomos, CLT e servidores públicos. Apesar disso, o bairro enfrenta desafios relacionados à urbanização incompleta, principalmente no que tange à pavimentação, sinalização, lazer e moradia acessível.

As falas dos moradores demonstram um alto grau de engajamento e percepção crítica, com sugestões detalhadas e propositivas, indicando capacidade social para a construção participativa de políticas públicas. Investimentos em infraestrutura viária, moradia popular e criação de espaços de lazer são prioridades urgentes, sendo essenciais para garantir qualidade de vida, coesão social e sustentabilidade urbana no bairro.

## 6.5 NOVO HORIZONTE

### 6.5.1 PERFIL DO MORADOR

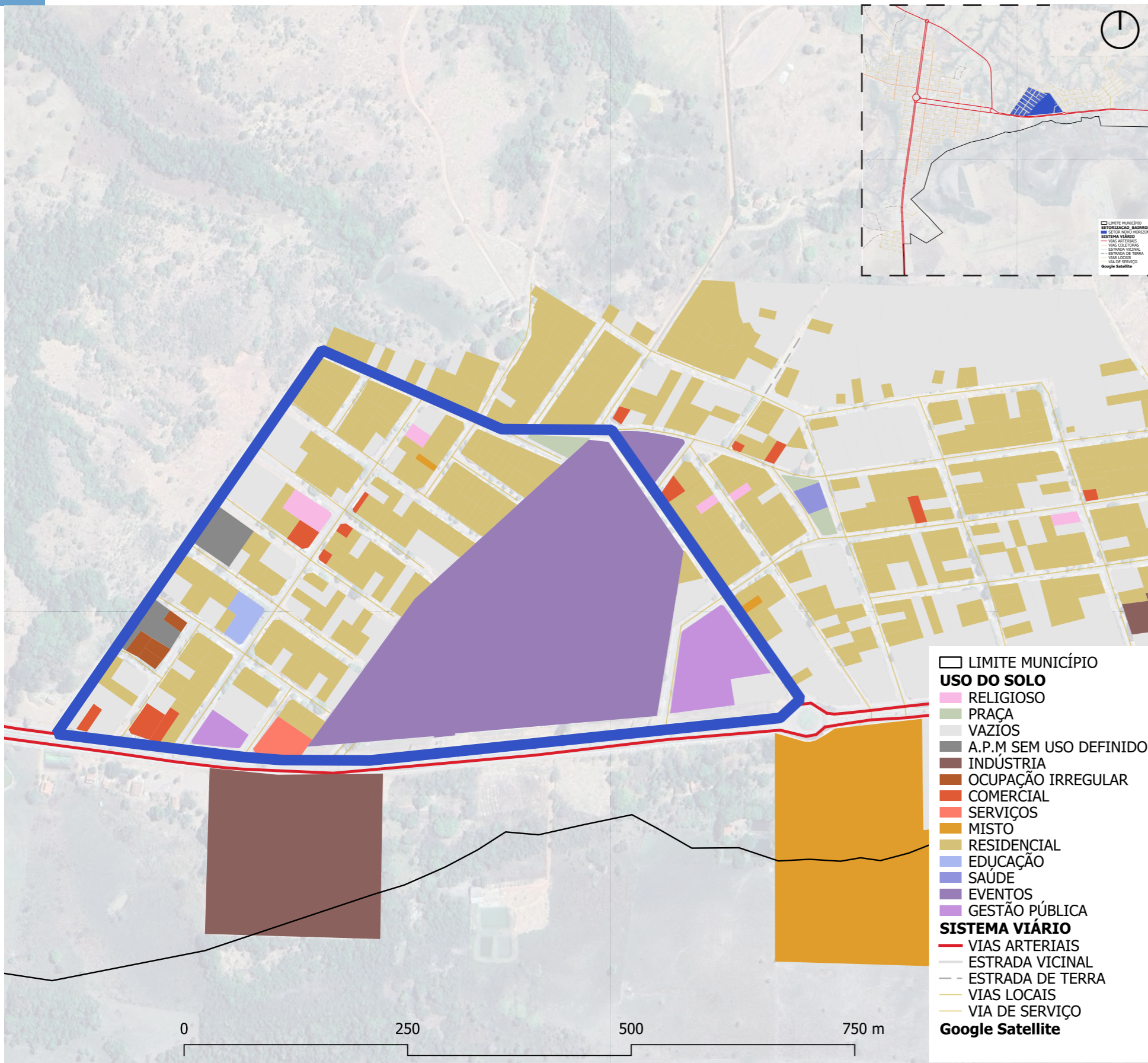
Do total dos entrevistados nesta pesquisa, 5,70% moram no Setor Novo Horizonte. A análise do perfil dos moradores do Bairro Setor Novo Horizonte revela um território com predomínio de população jovem, com forte presença de trabalhadores formais e tendência de estabilidade residencial.

**Faixa Etária:** Observa-se que todos os entrevistados tinham até 59 anos, o que demonstra uma população consideravelmente jovem. A maioria está concentrada nas faixas de 30 a 39 anos (44%) e 40 a 49 anos (28%), com 20% entre 19 e 29 anos, e apenas 8% acima dos 50 anos. Essa predominância de adultos economicamente ativos contribui para o dinamismo local, sobretudo na ocupação de postos de trabalho formais e no consumo de serviços e infraestrutura urbana (IBGE, 2022).

**Gênero:** 56% de mulheres contra 44% de homens.

**Etnia:** Mais da metade dos moradores se declara parca (56%), seguidos por brancos (28%), pretos (8%) e amarelos (4%). Essa diversidade étnica está em consonância com o padrão observado em outros bairros do município.

**Escolaridade:** O bairro possui um perfil educacional predominantemente intermediário. Cerca de 64% dos entrevistados possuem ensino médio completo, 20% têm ensino superior e 12% têm pós-graduação. Ape-



nas 16% possuem apenas o ensino fundamental. Nenhum morador declarou ausência de instrução formal. Este perfil indica um potencial interessante para políticas de qualificação profissional e acesso ao ensino técnico, especialmente se alinhadas às vocações econômicas da cidade (Brasil, 2022).

**Pessoas com deficiência (PCD):** Ninguém se declarou portador de qualquer deficiência.

**Composição Domiciliar:** A maioria dos moradores vive com três pessoas (36%), padrão que indica arranjos familiares medianos. Cerca de 8% moram sozinhos e apenas 4% em casas com cinco pessoas, o que pode refletir um padrão de organização familiar estável e compatível com o tamanho da população local.

**Ocupação:** Apresenta um diferencial relevante em comparação aos demais bairros de Mara Rosa. O Setor Novo Horizonte concentra a maior proporção de trabalhadores com carteira assinada (CLT), representando 36% dos entrevistados. Esse dado sugere uma maior formalização das relações de trabalho no bairro. Os autônomos representam 28%, enquanto os servidores públicos somam 20%, indicando uma diversificação das formas de inserção no mercado de trabalho.

**Renda Familiar:** A renda familiar foi omitida por 36% dos entrevistados, o que pode indicar insegurança em relação à exposição financeira ou mesmo desigualdade de renda. Dos que informaram, 20% ganham entre R\$ 3.036,00 e R\$ 4.554,00, mesma proporção daqueles que recebem até um salário mínimo. Outros 12% informaram renda entre R\$ 1.518,00 e R\$ 3.036,00. Embora parte da população tenha renda média, a presença significativa de famílias de baixa renda reforça a necessidade de políticas públicas de habitação, assistência social e geração de emprego.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** A maioria (64%) dos entrevistados nasceu em Mara Rosa, outros 20% vivem há mais de uma década na cidade, e apenas 16% chegaram mais recentemente. A grande maioria (88%) pretende continuar morando no município, enquanto apenas um entrevistado afirmou ter intenção de deixá-lo.

O Setor Novo Horizonte apresenta um perfil marcadamente jovem, com elevada taxa de formalização do trabalho e presença de famílias em arranjos médios, o que indica estabilidade socioeconômica moderada. A alta taxa de permanência e o nível de escolaridade intermediário representam potencialidades importantes para ações integradas de qualificação profissional, moradia digna e mobilidade urbana.

## 6.5.2 BAIRRO E MORADIA

A maioria (40%) considera ótimo viver no bairro, seguido por 24% que o julgam bom e 32% que o classificam apenas como regular. **Esses dados sinalizam um nível satisfatório, mas reforçam a necessidade de aprimoramento de determinados serviços públicos.**

**No que diz respeito à infraestrutura domiciliar, quase a metade (48%) avalia a própria casa como ótima e 28% como boa.** Tal percepção reflete os avanços do setor habitacional, embora haja 20% que consideram a própria casa apenas regular e 4% como ruim, o que pode estar relacionado à necessidade de políticas públicas voltadas para habitação popular e regularização fundiária (Brasil, 2017; Brasil, 2018).

Em relação aos serviços urbanos, a coleta de lixo e a iluminação pública são quase unanimemente bem avaliadas pelos entrevistados, com 56% e 36% considerando-as ótimas, respectivamente, e outros 40% e 36%, boas. **Por outro lado, a rede de esgoto e a pavimentação necessitam maior atenção, pois, enquanto 24% e 8% dos entrevistados consideram o esgoto pés-**

simo e ruim, 20% também apontam a pavimentação como regular ou ruim. Essas falhas impactam diretamente a saúde pública e a qualidade ambiental do setor (IBGE, 2023; Brasil, 1999).

Assim, a análise desses dados do Novo Horizonte sugere que, apesar da satisfação geral com o bairro e os serviços essenciais como abastecimento e iluminação, **há desafios evidentes em áreas como esgotamento sanitário e pavimentação**, que demandam investimentos e uma gestão mais integrada entre os órgãos públicos e a população (Gehl, 2013; Villaça, 2001).

### 6.5.3 SAÚDE PÚBLICA

Cerca de 60% dos entrevistados avaliam o atendimento como ótimo e 16% como bom, enquanto apenas 4% o julgam ruim.

A facilidade para agendamento de consultas também foi destacada positivamente por 72% dos respondentes, que afirmam não encontrar dificuldades para marcar atendimentos. Isso reflete uma relativa eficiência no acesso aos serviços de atenção primária, considerada a porta de entrada do sistema de saúde e fundamental para a redução da demanda em níveis mais complexos da rede (Starfield, 2002).

Sobre a infraestrutura disponível, 72% apontam que as unidades atendem adequadamente às necessidades do bairro, o que indica que o investimento público em equipamentos e instalações está sendo percebido pelos usuários. Já 28% acreditam que há necessidade de melhorias, o que reforça a importância da manutenção e ampliação contínua da infraestrutura para garantir a qualidade e a equidade do atendimento.

A percepção das ações preventivas e das campanhas educativas foi considerada ótima por 60% e boa por 28% dos moradores entrevistados, o que reflete o impacto positivo dessas iniciativas no nível local. De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde, as ações preventivas são indispensáveis para a redução da morbimortalidade e para a melhora da qualidade de vida da população (Brasil, 2006).

Em suma, o panorama geral do bairro Novo Horizonte indica um nível satisfatório de acesso e qualidade percebida pelos usuários, além da importância da continuidade dos investimentos e da manutenção de políticas públicas que promovam a saúde coletiva e preventiva (Brasil, 1990)

### 6.5.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Aproximadamente 64% dos entrevistados consideram a infraestrutura ótima e 28% boa, evidenciando que os investimentos do poder público em equipamentos escolares, manutenção e infraestrutura têm gerado impactos positivos na percepção da comunidade. Além disso, 80% avaliam que o currículo escolar atende às expectativas da sociedade, o que evidencia uma adequação entre a proposta pedagógica e as demandas locais. Isso reforça a importância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que busca garantir qualidade e equidade educacional em todo o território nacional (Brasil, 2017).

No que se refere à matrícula, 72% informam que conseguem matricular os filhos com facilidade, o que representa um bom índice de acesso e cobertura educacional, especialmente quando comparado a realidades em que o déficit de vagas escolares compromete o direito à educação (INEP, 2021), 20% disseram que não tem filhos. Por outro lado, 8% relatam dificuldades no acesso, o que evidencia a necessidade de maior planejamento por parte da gestão municipal para ampliação da rede escolar e redução da fila de espera, garantindo o preceito constitucional da universalização da educação básica (Brasil, 1996).

Em termos etários, verifica-se que a maioria dos filhos desses entrevistados está cursando o ensino fundamental I (28%), seguido por ensino médio (16%), fundamental II (12%) e pré-escola (8%). Tais dados evidenciam a diversidade das demandas educacionais que o setor precisa absorver, tornando indispensável o alinhamento entre políticas públicas, transporte escolar, estrutura física e recursos

humanos (Luck, 2011).

Assim, a percepção geral aponta avanços significativos, mas reforça que o planejamento educacional e a gestão participativa são fundamentais para manter e aprimorar a qualidade da educação, que constitui a base para o desenvolvimento humano e social da comunidade (Freire, 1996; Luck, 2011).

### 6.5.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Aproximadamente 40% dos entrevistados avaliam as condições das ruas e avenidas como boas, seguidos por 28% que as consideram regulares e 20% que avaliam o estado da pavimentação como ótimo, evidenciando uma percepção mista quanto à qualidade do sistema viário.

A sensação de segurança para pedestres e ciclistas também se mostra dividida, pois **44% apontam que essa segurança é apenas parcial e 16% dizem que o ambiente viário não é seguro para essas formas de deslocamento**. Segundo Gehl (2013), ambientes urbanos que priorizam a caminhabilidade e a bicicleta, com infraestrutura segura e bem sinalizada, promovem maior qualidade de vida e menor dependência do automóvel.

**No que diz respeito ao fluxo de veículos e à sinalização, a maioria avalia que o trânsito e a sinalização são regulares (52% e 48%, respectivamente), o que reforça a necessidade de maior controle e qualificação dessas áreas.** Tal fato está em consonância com a literatura que aponta a sinalização como componente indispensável para a segurança viária e a redução de acidentes (Brasil, 2022).

**O padrão de deslocamento revela que quase metade dos entrevistados utiliza o carro particular (48%), o que corrobora a realidade nacional de dependência do transporte individual motorizado (Vasconcellos, 2012).** Por outro lado, há um percentual relevante que utiliza motocicleta (24%) e bicicleta (8%), além da parcela que se desloca a pé (8%). Isso demonstra que há potencial para implementação de políticas públicas que estimulem mo-

dais mais sustentáveis e infraestrutura cicloviária adequada, como previsto na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Brasil, 2012).

**Ao serem questionados sobre o transporte coletivo, 52% acreditam que ele é necessário e 76% disseram que usariam o serviço, caso disponível.** Esses números evidenciam a demanda reprimida por transporte público eficiente e seguro, que poderia reduzir o uso de veículos individuais e o congestionamento (Brasil, 2012; Vasconcellos, 2012).

Assim, a análise mostra que o Setor Novo Horizonte **precisa investir em infraestrutura viária, sinalização, transporte coletivo e políticas para pedestres e ciclistas**. Essas medidas são fundamentais para garantir uma mobilidade mais democrática, equitativa e ambientalmente correta, de acordo com as diretrizes nacionais e internacionais de mobilidade sustentável (Brasil, 2001; Vasconcellos, 2012; Gehl, 2013).

### 6.5.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

No setor Novo Horizonte, com 25 entrevistados, **observa-se que 48% consideram ótima a existência de espaços de lazer, enquanto 32% avaliam como bom e 16% como regular**. Apenas 4% dos entrevistados relataram inexistência de espaços de lazer no local. Quanto à manutenção desses espaços, as opiniões se dividem entre ótima (44%), boa (44%) e regular (12%). Em relação à preservação ambiental, 56% acreditam que o setor está adequadamente preservado, 32% consideram a preservação parcial, 8% afirmam que não está preservado e 4% não souberam opinar.

Esses dados indicam uma percepção majoritariamente positiva sobre os espaços de lazer e sua manutenção no setor, assim como uma avaliação favorável sobre a preservação ambiental, o que sugere avanços nas políticas urbanas locais e na consciência ambiental da população.

### 6.5.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No Setor Novo Horizonte, **56% dos participantes afirmaram sentir-se representados nas decisões públicas municipais**, enquanto 32% se sentem parcialmente representados e 12% não se consideram representados. Em relação à participação cidadã, **68% nunca participaram de consultas públicas**, 28% já participaram e 4% demonstraram interesse em participar no futuro.

Esses dados indicam uma baixa cultura de participação política direta, o que, segundo Avritzer (2002), pode comprometer a eficácia das políticas públicas e o fortalecimento da cidadania ativa. Como aponta Souza (2006), a ampliação dos canais participativos e o estímulo à deliberação popular são fundamentais para garantir maior legitimidade e equidade na gestão urbana.

### 6.5.7 COMENTÁRIOS

O Setor Novo Horizonte é um bairro em expansão, com características marcantes de periferização urbana, mas que concentra uma população ativa, formada por famílias com filhos pequenos, trabalhadores CLT e autônomos.

A pesquisa revelou uma estrutura social composta majoritariamente por moradores com ensino médio e renda média entre R\$ 1.518,00 e R\$ 3.036,00, refletindo nível intermediário de vulnerabilidade social.

Entre os principais pontos positivos observados estão:

- Participação comunitária ativa, com relatos que demonstram conhecimento das necessidades do bairro e colaboração com a gestão municipal;
- Reconhecimento de melhorias recentes em áreas gerais da cidade, como saúde e administração, mesmo diante das dificuldades locais;
- Localização que permite futura integração logística com os eixos de desenvolvimento urbano e industrial de Mara Rosa, especialmente com os projetos de mobilidade e infraestrutura.

### Demandas Recorrentes

Apesar da boa avaliação institucional e de aspectos estruturais razoavelmente estabelecidos, os comentários revelam uma série de demandas e problemas urbanos ainda não resolvidos, que se agrupam nos seguintes eixos temáticos:

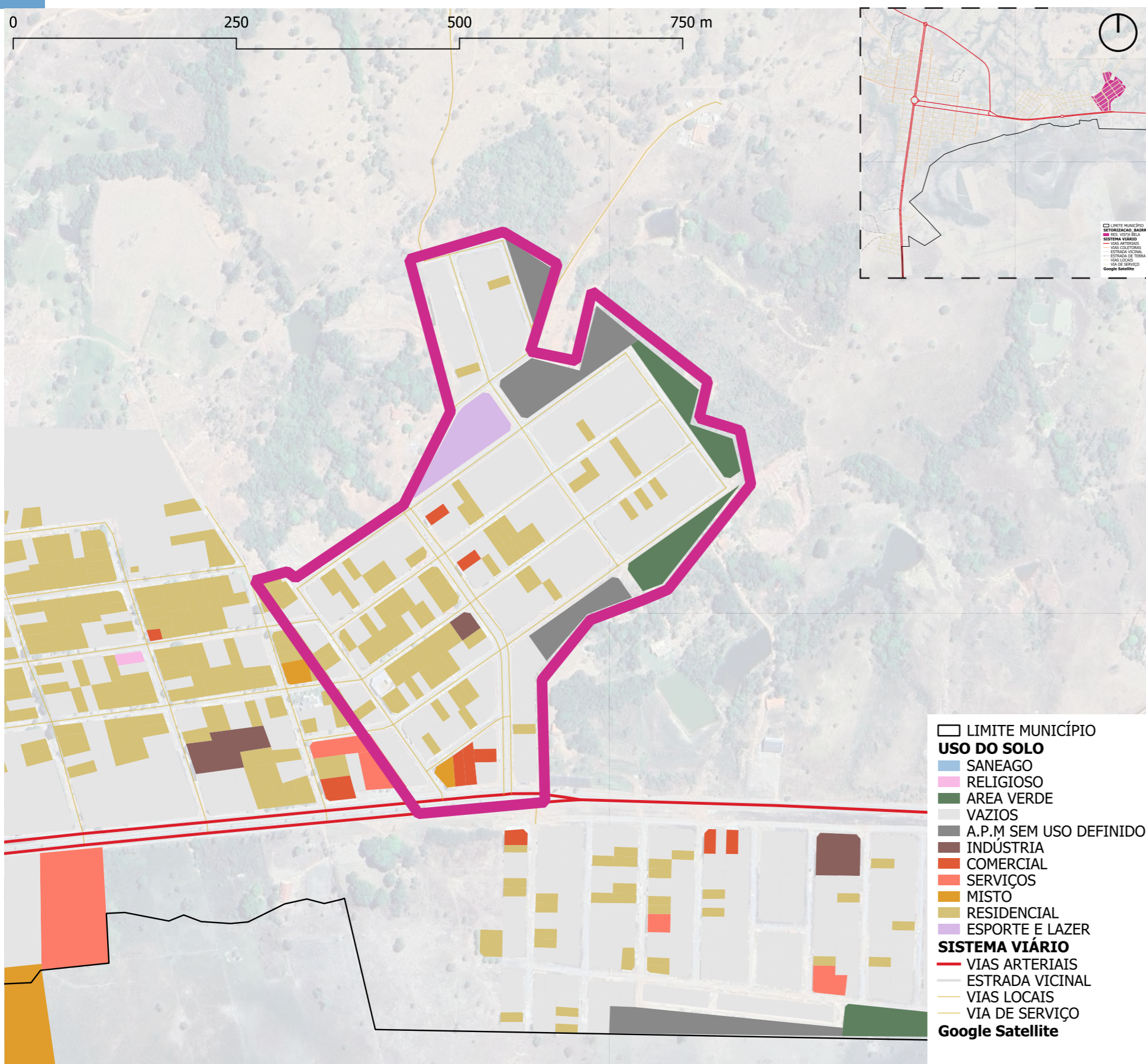
- **Mobilidade e Trânsito: Asfalto deteriorado ou inexistente em vários trechos; Solicitações de sinalização de trânsito** para segurança dos pedestres e motoristas, com destaque para o crescimento do tráfego urbano.
- **Lazer e Equipamentos Urbanos: Moradores solicitam a construção de clubes recreativos públicos, parques e quadras esportivas;** Mencionam a ausência de espaços para caminhada e convivência;
- **Educação infantil e creches: Mães relatam dificuldades em conciliar trabalho com o cuidado dos filhos pequenos;** Propostas incluem ambientes de lazer pós-escola para crianças de 1º ao 5º ano, o que reflete a urgência de políticas públicas voltadas à primeira infância e à assistência às mulheres trabalhadoras; A ausência de creches públicas no bairro compromete o acesso equitativo à educação infantil.
- **Infraestrutura e Saneamento: A maior carência apontada é a ausência da rede de esgoto, mencionada em diversos relatos.** A não implantação do esgotamento sanitário afeta diretamente a saúde e a qualidade de vida, sendo apontada como “demanda urgente”; Moradores solicitam que a gestão trate o tema com “carinho e responsabilidade”; **A ausência de drenagem é evidenciada em problemas como acúmulo** de água na Rua Goiás, o que gera riscos de alagamento e proliferação de vetores. Falta de iluminação pública eficiente, aumentando a sensação de insegurança;
- **Habitação e custo de vida:** Moradores demandam **programas habitacionais populares, com lotes para famílias**

**de baixa renda;** Há também sugestões de criação de loteamentos empresariais, para fomentar o pequeno empreendedorismo e gerar empregos no próprio bairro.

- **Segurança:** A segurança também é um ponto de atenção, com pedidos por mais rondas policiais e melhor iluminação para inibir ações de risco.

O Setor Novo Horizonte, embora abrigue uma população economicamente ativa e participativa, revela uma série de fragilidades urbanas associadas ao seu processo recente de ocupação. Os moradores expressam de forma clara as principais deficiências em infraestrutura básica, acesso à educação infantil, habitação e lazer, e demonstram interesse em colaborar com soluções construtivas para o desenvolvimento do bairro.

Trata-se de um território com potencial de transformação significativa a partir de políticas públicas integradas de saneamento, mobilidade, assistência social e ordenamento urbano. A implantação de programas de habitação popular, a construção de creches públicas e a melhoria das condições viárias são ações prioritárias para garantir equidade territorial e justiça social no município de Mara Rosa.



## 6.6 RESID. VISTA BELA

### 6.6.1 PERFIL DO MORADOR

**Faixa Etária:** Cerca de 45% dos entrevistados estão entre 19 e 39 anos, enquanto apenas 5% têm mais de 60 anos. Este dado é compatível com a tendência de urbanização mais recente do bairro, que passou a atrair famílias e indivíduos em idade produtiva, contribuindo para o dinamismo econômico local (IBGE, 2022).

**Gênero:** O bairro apresenta um predomínio masculino (60%), seguido por 35% de mulheres e 5% de pessoas que preferiram não se identificar.

**Etnia:** O bairro revela um padrão distinto dos demais bairros da cidade: 45% dos moradores se autodeclararam brancos, seguidos por 40% de pardos e 20% de pretos. Este dado sugere uma maior heterogeneidade étnica em comparação com outras regiões do município, onde a maioria se autodeclara parda. A diversidade pode ser explicada pela migração recente de moradores de outras localidades para o bairro, atraídos por sua infraestrutura e padrão de moradia.

**Escolaridade:** Dos entrevistados, 55% possuem ensino superior ou pós-graduação, enquanto 25% concluíram o ensino médio e 20% o ensino fundamental. Nenhum entrevistado declarou não ter instrução.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Ninguém se declarou portador de qualquer deficiência.

**Composição Domiciliar:** A maioria das famílias vive

em lares com até quatro pessoas (35%), enquanto 10% dos entrevistados residem sozinhos. Essa configuração familiar compacta, somada à renda mais elevada, tende a refletir em maior consumo de bens e serviços, bem como em padrões de moradia mais estruturados e em áreas de expansão urbana planejada.

**Ocupação:** Os servidores públicos representam 30%, seguidos por 25% de empresários e 25% de autônomos, além de 20% de trabalhadores com carteira assinada (CLT). Não foram registrados desempregados. Esse cenário confirma a inserção produtiva da maioria dos moradores, com destaque para a presença de profissionais liberais e empreendedores, o que sugere uma comunidade economicamente ativa e menos dependente do setor público do que outros bairros analisados.

**Renda Familiar:** 40% dos entrevistados recebem acima de R\$ 7.590,00, enquanto 20% situam-se na faixa de R\$ 4.554,00 a R\$ 7.590,00. Um quarto dos entrevistados optou por não informar sua renda. Nenhum morador declarou ganhar apenas um salário mínimo. Estes dados colocam o Residencial Vista Bela entre os bairros com maior poder aquisitivo de Mara Rosa, o que exige atenção à infraestrutura, segurança, lazer e serviços condizentes com esse padrão de vida.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** 60% dos entrevistados nasceram em Mara Rosa, 30% residem há mais de uma década, e apenas 10% chegaram mais recentemente. A maioria (95%) pretende permanecer no município, o que reforça a percepção de estabilidade e pertencimento.

O Residencial Vista Bela se destaca como um bairro de classe média emergente, com elevada qualificação educacional, alto poder aquisitivo e forte inserção produtiva. Esses elementos, aliados à intenção de permanência de seus moradores, apontam para a

necessidade de investimentos específicos em infraestrutura, lazer, segurança e mobilidade urbana, de modo a acompanhar o processo de valorização e consolidação urbana do bairro.

## 6.6.2 BAIRRO E MORADIA

**Boa parte dos entrevistados (40%) considera ótimo morar no setor e 75% avaliam sua própria residência como ótima**, o que reflete uma boa percepção da qualidade da moradia particular. Esses dados estão em sintonia com o entendimento de Villlaça (2001), que aponta a qualidade da habitação como fator central para a percepção da qualidade de vida urbana.

Em relação à infraestrutura básica, a maioria avalia positivamente a coleta de lixo (85% entre ótimo e bom) e o abastecimento de água (90% entre ótimo e bom), serviços que são indispensáveis para garantir a saúde e o bem-estar da população.

**Por outro lado, a iluminação pública e o esgotamento sanitário apresentam avaliações mais divididas, o que reflete lacunas na prestação desses serviços. Problemas com iluminação pública (5% consideram péssima e 25% regular) e rede de esgoto — avaliada como ruim e péssima por 40% dos entrevistados — demonstram que há melhorias urgentes a serem feitas para que o setor alcance patamares de qualidade ambiental e sanitária adequados (Brasil, 2017).**

Um ponto crítico levantado pelos moradores do bairro foi a pavimentação das **vias públicas, considerada péssima por 40% e regular por 30% dos participantes**. Segundo o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), a infraestrutura viária é fundamental para assegurar a mobilidade e o acesso aos serviços, e sua degradação impacta diretamente a qualidade de vida da população e a valorização do espaço urbano (Gehl, 2013).

**Por fim, a percepção quanto à manutenção e limpeza do setor reflete a necessidade de maior cuidado e investimentos públicos**, pois 40% avaliam o serviço como regular, ruim ou péssimo. Isso reforça o que apontam as diretrizes urbanísticas e os

instrumentos do Plano Diretor (Brasil, 2001), que preveem a necessidade de participação da comunidade e maior atuação da gestão municipal para garantir qualidade ambiental, infraestrutura básica e equidade no acesso aos serviços urbanos.

Assim, a análise do Residencial Bela Vista evidencia um setor que possui bons índices de satisfação quanto às condições da própria moradia e alguns serviços públicos, **mas que também enfrenta desafios importantes em infraestrutura viária, saneamento básico e manutenção urbana**, demandando ações integradas e participativas que assegurem o pleno direito à cidade e à qualidade de vida da população.

### 6.6.3 SAÚDE PÚBLICA

O índice elevado de avaliação “ótimo” (70%) e “bom” (15%) no atendimento reforça o entendimento da qualidade percebida pelos usuários, que também afirmam facilidade para marcar consultas (75% sem dificuldades). Esses indicadores são relevantes pois evidenciam que, nesse setor, a população tem acesso aos serviços de saúde com maior agilidade e eficácia, o que contribui diretamente para a satisfação da comunidade (Brasil, 2000).

Além disso, 80% dos entrevistados acreditam que a infraestrutura da saúde atende às demandas do município. Por outro lado, 20% apontam que o atendimento ocorre apenas parcialmente, o que indica que, apesar da avaliação positiva da maioria, há lacunas que ainda necessitam de melhorias para garantir maior cobertura e qualidade no atendimento a todos os moradores.

Quanto às ações de prevenção e campanhas de saúde, 60% avaliam o serviço como ótimo e 25% como bom, o que corrobora o entendimento de que a promoção da saúde e a prevenção são indispensáveis para a redução de agravos e a melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, 10% informam desconhecimento sobre essas campanhas e 5% consideram que são regulares, apontando a necessidade de maior investimento em comunica-

ção e engajamento social para ampliar o alcance dessas ações.

Assim, a análise do Residencial Vista Bela revela que, embora os indicadores apontem para uma boa percepção da qualidade da saúde pública, **ainda há desafios a serem superados para atingir a plena universalidade e equidade preconizadas pelo SUS, especialmente no que diz respeito à estrutura e à participação social no planejamento e execução das políticas de saúde.**

### 6.6.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Os dados coletados no Residencial Vista Bela apontam uma avaliação bastante positiva em relação à infraestrutura da educação pública local, **com 60% dos moradores considerando a estrutura das escolas públicas ótima e 40% como boa.** Esses números indicam que a qualidade física das unidades educacionais atende às expectativas da maioria da população pesquisada, o que corrobora a importância do investimento em infraestrutura para a melhoria do ensino, conforme apontam estudos sobre a relação entre qualidade física das escolas e o desempenho escolar.

Além disso, 75% dos entrevistados afirmam que o currículo escolar atende às expectativas da comunidade, o que sugere que o projeto pedagógico da rede pública esteja em consonância com os anseios das famílias e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por outro lado, 25% entendem que o currículo atende apenas parcialmente, apontando a necessidade de ajustes que tornem o ensino mais próximo das demandas educacionais e regionais, promovendo maior contextualização e participação social (Saviani, 2009).

No que se refere à matrícula, 65% conseguem garantir vagas para os filhos, e os 35% restantes não têm filhos em idade escolar, o que demonstra que o acesso ao ensino está adequado à realidade do bairro. Quanto aos níveis de ensino frequentados pelos filhos das famílias que participaram da pesquisa, verifica-se uma distribuição equilibrada entre os diferentes segmentos da educação básica e superior, o que evidencia a diversidade etária e de

etapas educacionais entre os moradores do Residencial Vista Bela.

Assim, os resultados indicam que o bairro **dispõe de boa estrutura física e que, em geral, a qualidade do ensino atende às expectativas da comunidade**, ainda que haja espaço para maior alinhamento entre currículo e demandas da população local, conforme destacado por autores que reforçam a importância da participação social no planejamento educacional.

### 6.6.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Há uma avaliação dividida quanto à qualidade das ruas e avenidas, com 25% considerando ótimas, outros 25% boas, e o mesmo percentual (25%) regular, além de 15% que percebem como ruins e 10% como péssimas. **Esses números refletem um cenário de heterogeneidade da infraestrutura, o que pode impactar diretamente a qualidade da mobilidade e o bem-estar da população**, pois a pavimentação adequada contribui tanto para a redução de acidentes quanto para a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2006).

No que se refere à segurança para pedestres e ciclistas, **50% julgam o ambiente seguro, 45% parcialmente seguro e 5% o percebem como inseguro**. Essa percepção reflete a necessidade de **maior investimento em infraestrutura voltada a pedestres e ciclistas, como faixas exclusivas, calçadas adequadas e ciclofaixas**, o que está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que priorizam os modos não motorizados e o transporte coletivo (Brasil, 2012).

Em relação ao fluxo de veículos e trânsito, **45% o classificam como regular e 35% como bom, o que sugere que o volume veicular e a organização do tráfego são percebidos como desafios no cotidiano local**. Por outro lado, a maioria (75%) considera a sinalização adequada, o que aponta que, apesar das deficiências, há algum nível de ordenamento viário implementado (Vasconcellos, 2012).

A predominância do carro como principal meio de transporte (75%), seguido da motocicleta (15%), bicicleta (5%) e desloca-

mentos a pé (5%), reforça o caráter rodoviarista da mobilidade local e evidencia o baixo uso de modais sustentáveis e transporte coletivo, que atualmente não existe formalmente no município. Entretanto, **45% da população avaliam que o transporte público seria necessário e 70% afirmam que usariam o serviço caso fosse implementado**. Esse dado reforça a potencial demanda e a oportunidade para o poder público investir em transporte coletivo, promovendo maior acesso e democratização da mobilidade urbana, além de redução do impacto ambiental (Litman, 2020).

Assim, a percepção dos moradores do Residencial Vista Bela quanto à mobilidade e transporte destaca a necessidade urgente de políticas públicas que melhorem a infraestrutura viária e ampliem as opções de transporte coletivo e ativo, em consonância com os princípios da mobilidade urbana sustentável preconizados por leis e políticas nacionais (Brasil, 2012; Litman, 2020).

### 6.6.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

No Residencial Vista Bela, com 20 entrevistados, 45% consideram ótimos os espaços de lazer, outros 45% avaliam como bons, 15% como regulares, e 5% afirmam que não existem espaços de lazer no bairro. Em relação à manutenção desses espaços, 55% consideram ótima, 25% boa, 15% regular, e um entrevistado relatou ausência de manutenção. Sobre a preservação ambiental, 80% dos entrevistados apontam que o bairro está preservado, 15% avaliam como parcialmente preservado, e 5% não souberam opinar.

### 6.6.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No Residencial Vista Bela, 20 moradores participaram da pesquisa sobre gestão democrática. **55% dos entrevistados declararam sentir-se representados pelo poder público**, enquanto 35% relataram sentir-se parcialmente representados e 10% afirmaram não se sentir representados. No que diz respeito à participação cida-

dã, **65% já participaram de audiências públicas**, 30% nunca participaram e 5% manifestaram interesse em participar futuramente.

**Essa tendência aponta para uma melhor cultura de participação social em comparação a outros bairros do município, indicando um grau mais elevado de engajamento cívico e conscientização política.** Segundo Avritzer (2002), a participação efetiva dos cidadãos nas decisões públicas fortalece a legitimidade institucional e contribui para a construção de uma governança mais democrática e equitativa. Conforme destaca Souza (2006), quanto mais os moradores se percebem como parte ativa na construção das políticas públicas, mais eficiente e inclusivo tende a ser o planejamento urbano.

### 6.6.8 COMENTÁRIOS

O Residencial Vista Bela é um bairro relativamente novo, com ocupação recente e perfil populacional jovem. Os dados da pesquisa de perfil indicam que 60% dos moradores estão na faixa etária entre 19 e 29 anos, sendo a segunda maior concentração de população jovem da cidade.

Também é um dos bairros com maior proporção de moradores do sexo masculino (95%), e nível educacional médio a superior, com destaque para a presença significativa de moradores com ensino médio (acima de 40%) e nível superior (30,6%).

Essas características indicam um bairro com:

- Potencial produtivo e de mão de obra jovem;
- Busca por mobilidade social, especialmente por meio da qualificação educacional;
- Perfil urbano em expansão, mas ainda sem consolidação plena da infraestrutura básica.
- Outro ponto relevante é a boa avaliação dos serviços gerais de saúde e gestão pública municipal, com moradores reconhecendo os esforços da administração nas áreas centrais e solicitando maior atenção ao bairro.

### Demandas Recorrentes

Os comentários revelam que o principal problema do bairro é a condição precária da infraestrutura urbana, especialmente em relação à pavimentação, limpeza, segurança e manutenção de espaços públicos.

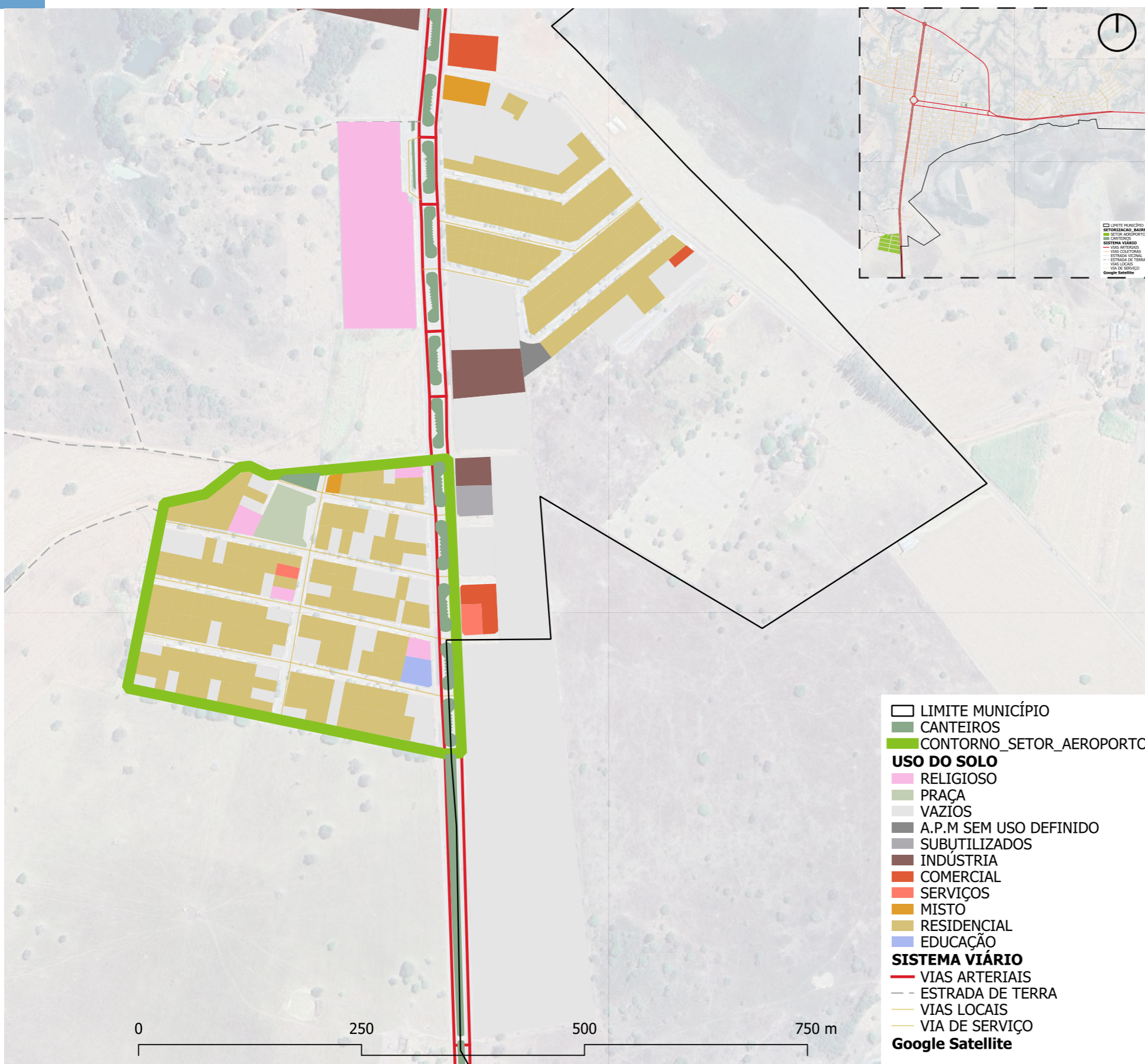
- **Mobilidade e Trânsito:** Termos como “buracos”, “crateras”, “insalubridade” e “impossibilidade de andar de bicicleta” foram utilizados para descrever as vias; Moradores relatam a falta de manutenção da malha viária, tanto nas ruas internas quanto nas avenidas que cortam o bairro; Há menção ao conflito de responsabilidade sobre a manutenção das ruas, por se tratar de área inicialmente privada, o que gera desinformação e negligência institucional; A pavimentação precária impacta diretamente na mobilidade urbana e no acesso aos serviços públicos. Há relatos de velocidade excessiva de veículos nas vias de entrada da cidade, que passam pelo bairro, o que representa risco à integridade dos moradores; Pedem instalação de semáforos, lombadas e faixas de pedestre, especialmente nas avenidas Bernardo Sayão, Rua São Paulo e Rua Espírito Santo, que são vias principais também afetadas pelo crescimento urbano e aumento do fluxo veicular devido à mineração e à ferrovia.
- **Lazer e Equipamentos Urbanos:** A única quadra esportiva do bairro encontra-se abandonada, tomada pelo mato, e sendo utilizada, segundo moradores, para uso de substâncias ilícitas, o que compromete a segurança da comunidade; Os relatos apontam a necessidade urgente de requalificação do espaço verde e de iluminação pública adequada; A falta de opções de lazer é citada como agravante para o bem-estar das famílias, especialmente dos jovens.
- **Infraestrutura e Saneamento:** Há relatos de que “as águas

das piscinas vão para a rua", indicando a inexistência de canalização apropriada; Acúmulo de águas pluviais também é mencionado, o que favorece a proliferação de doenças e degrada a qualidade ambiental urbana.

- **Limpeza:** Os moradores indicam que o bairro recebe serviços de limpeza esporádicos, o que contribui para a acumulação de lixo e mato alto em terrenos baldios; Apontam a falta de fiscalização em lotes desocupados, que geram desconforto e riscos ambientais.

O Residencial Vista Bela representa uma das áreas com maior potencial de crescimento urbano e integração ao dinamismo econômico de Mara Rosa, especialmente por sua população jovem e escolarizada, e por sua proximidade com eixos logísticos importantes. No entanto, enfrenta graves carências em infraestrutura básica, segurança, saneamento e espaços de convivência pública, o que compromete a qualidade de vida de seus moradores.

O bairro exige ações coordenadas entre a Prefeitura e agentes privados para resolver questões de competência sobre a infraestrutura, além de investimentos imediatos em pavimentação, requalificação de áreas verdes, ampliação do saneamento e planejamento urbano com foco na juventude e mobilidade.



## 6.7 SETOR AEROPORTO

### 6.7.1 PERFIL DO MORADOR

**Faixa Etária:** Observa-se que mais de 53% dos entrevistados estão entre 19 e 29 anos, e nenhum ultrapassa os 60 anos. A ausência de idosos e a predominância de jovens adultos evidenciam uma dinâmica populacional distinta de outras regiões da cidade, indicando que o bairro pode ser composto majoritariamente por famílias em formação ou por trabalhadores em início de carreira (IBGE, 2022).

**Gênero:** Cerca de 66% das pessoas entrevistadas se identificam como mulheres, enquanto 33% como homens. Esse dado pode estar relacionado à composição domiciliar do bairro, com domicílios compostos por famílias nucleares ou mulheres chefes de família, realidade observada em diversos contextos urbanos (Brasil, 2021).

**Etnia:** 60% dos entrevistados se autodeclararam pardos e 40% brancos. Esse dado segue a tendência geral do município, onde há prevalência da população parda, conforme apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

**Escolaridade:** 60% concluíram o ensino médio, 33% têm ensino superior, incluindo 6% com pós-graduação, e nenhum dos entrevistados é analfabeto.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Apenas um morador declarou possuir deficiência física, o que representa

aproximadamente 6% da amostra. A baixa incidência pode indicar subnotificação, ou ainda, limitações de acessibilidade no bairro, que afastam pessoas com deficiência.

**Composição Domiciliar:** Nenhuma residência tem mais de cinco moradores, e 40% das famílias são compostas por quatro pessoas. Essa estrutura familiar pode ser interpretada como indicativo de moradias voltadas a famílias jovens e de menor tamanho, o que deve ser considerado no planejamento habitacional e nos serviços de infraestrutura urbana.

**Ocupação:** Embora 40% dos entrevistados sejam servidores públicos – dado que confirma a dependência do setor público em municípios de pequeno porte (IBGE, 2022) – destaca-se a presença de 20% de trabalhadores com carteira assinada e 20% de desempregados. A taxa de desemprego, neste caso, é considerável para o padrão do município e pode estar associada à ausência de setores diversificados de emprego no bairro.

**Renda Familiar:** 40% dos entrevistados informaram viver com apenas um salário mínimo, enquanto apenas 20% recebem mais de R\$ 7.590,00. Outros 20% possuem rendimentos entre R\$ 1.518,00 e R\$ 3.036,00. Esses números indicam que o bairro tem predominância de famílias em situação de renda média-baixa, o que impacta diretamente o consumo, o acesso a serviços e a qualidade de vida dos moradores (Brasil, 2021).

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** 67% dos entrevistados nasceram em Mara Rosa e 27% vivem na cidade há vários anos. Cerca de 86% pretendem continuar morando no município, reforçando o sentimento de pertencimento e enraizamento no território. A permanência também indica que, apesar das limitações enfrentadas, o bairro oferece condições mínimas de estabilidade.

O Setor Aeroporto caracteriza-se como um bairro jovem, com boa escolaridade, mas ainda com desafios importantes relacionados à geração de renda e à empregabilidade. A elevada presença feminina, os baixos níveis de renda familiar e a estrutura domiciliar reduzida devem ser considerados no planejamento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura local, à ampliação da oferta de serviços e à promoção de oportunidades que favoreçam a mobilidade social dos seus habitantes.

### 6.7.2 BAIRRO E MORADIA

Segundo os resultados, **40% dos moradores consideram o bairro ótimo para se viver e outros 40% o classificam como bom, confirmando a percepção de qualidade de vida local.** Apenas uma parcela minoritária, 6,67%, o considerou ruim, indicando um índice de satisfação elevado com o ambiente urbano local.

**No que se refere à avaliação das moradias individuais, a maioria (54%) afirma que suas casas são ótimas,** 23% consideram boas, e 20% regulares, reforçando o padrão positivo de habitação no setor. Esse dado corrobora a ideia de que a qualidade da moradia é um dos pilares centrais na percepção de bem-estar urbano (Maricato, 2011).

**Em relação à infraestrutura urbana, a coleta de lixo foi destacada como um serviço eficiente, com aproximadamente 67% dos entrevistados classificando-a como ótima e 27% como boa.** A qualidade da coleta de resíduos sólidos é essencial para a saúde pública e preservação ambiental, sendo recomendada como prioridade nas diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico (Brasil, 2019).

A iluminação pública também é bem avaliada: 47% consideram o serviço bom, 27% ótimo e 27% regular. **A iluminação urbana é fator fundamental tanto para segurança pública quanto para promoção do uso dos espaços públicos no período noturno (ROLNIK, 2006).** O abastecimento de água também recebe avaliações positivas: 47% o consideram bom e 34%, ótimo. Apenas 20% veem como regular, demonstrando a eficiência da rede de abastecimento administrada pela SANEAGO.

Entretanto, a rede de esgoto ainda apresenta desafios. Cerca de 46% dos entrevistados a consideram regular, 40% ótima e 13% a classificam entre boa e ruim. **A avaliação mista indica que há áreas do setor que carecem de adequações na cobertura ou eficiência da rede, conforme o que já apontam relatórios do SNIS sobre municípios de pequeno porte (SNIS, 2022).**

A pavimentação foi avaliada positivamente por 34% (ótima) e 27% (boa), embora outros 27% a considerem apenas regular. **Um entrevistado apontou a pavimentação como ruim e outro como péssima, indicando que ainda há trechos com deficiência estrutural.** Já os serviços de limpeza e manutenção urbana são considerados satisfatórios por 47% dos moradores (ótimos), 34% (bons) e 20% (regulares), o que reforça uma percepção geral de eficiência administrativa no setor.

**A oferta de terrenos é um ponto de preocupação. Cerca de 40% dos entrevistados disseram que não há terrenos suficientes disponíveis,** o que pode refletir pressões do mercado imobiliário e necessidade de políticas de planejamento urbano mais eficazes, com foco em habitação e uso do solo (Villaça, 2001).

Portanto, o Setor Aeroporto apresenta bons indicadores de qualidade urbana e habitacional, mas ainda enfrenta desafios, especialmente no tocante ao acesso à terra urbanizada e à expansão e qualificação da rede de esgoto.

### 6.7.3 SAÚDE PÚBLICA

A maioria dos entrevistados (60%) considera o atendimento de saúde pública como ótimo, e 20% como bom, enquanto os demais (20%) avaliam como regular. **Isso demonstra que a rede de serviços básicos de saúde está, em grande medida, alinhada às expectativas da comunidade (Brasil, 1999).**

No que tange ao acesso às consultas, os resultados indicam que 53,3% dos moradores não enfrentam dificuldades, refletindo um serviço com capacidade razoável de agenda-

mento e acolhimento. Contudo, o fato de **33,3% conseguirem apenas parcialmente e 13,3% relatarem dificuldades revela a necessidade de melhorias no acesso, como reforço no número de profissionais e na organização dos fluxos de atendimento.**

Sobre a infraestrutura para atendimento das demandas locais, 60% acreditam que ela é suficiente, enquanto 40% avaliam que atende apenas parcialmente. Esse resultado reforça a importância de investimentos em equipamentos e pessoal, para garantir a integralidade e universalidade preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1990).

Em relação às ações de prevenção e campanhas de saúde pública, o cenário também é favorável: 66,6% dos entrevistados classificaram como ótimas e 20% como boas. Esse dado confirma a relevância das estratégias de promoção à saúde e prevenção de doenças como elementos essenciais na melhoria da qualidade de vida urbana (OMS, 2010).

Portanto, o setor Aeroporto apresenta um panorama positivo quanto aos serviços de saúde, mas evidencia pontos que ainda requerem atenção, **sobretudo no acesso às consultas e no fortalecimento da infraestrutura.**

### 6.7.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

**A infraestrutura das escolas foi classificada como ótima por 60% dos entrevistados, enquanto 33,33% a consideram boa e apenas 6,67% a veem como regular.** Esses resultados reforçam a percepção de que as unidades escolares locais possuem condições físicas e operacionais adequadas, alinhando-se ao conceito de qualidade na educação que envolve não apenas o currículo, mas também o ambiente escolar (Brasil, 2023).

Em relação ao currículo escolar, **73,3% dos moradores avaliam que ele atende às expectativas da sociedade,** o que demonstra conformidade com as metas educacionais e sociais estabelecidas para o ensino público. No entanto, o fato de 20% considerarem o atendi-

mento apenas parcial e 6,67% dizerem que não atende às expectativas revela um espaço para o aprimoramento dos conteúdos e metodologias pedagógicas, com vistas ao fortalecimento da aprendizagem e redução das desigualdades educacionais (INEP, 2023).

O acesso à matrícula na rede pública de ensino parece satisfatório para a maioria: **60% não têm dificuldades, enquanto 6,68% relatam barreiras no processo. É importante destacar que 33,3% dos entrevistados não possuem filhos, o que reduz a amostra diretamente impactada pelo tema.** A predominância de filhos na pré-escola (33,3%) e no ensino fundamental I (20%) reforça a necessidade de contínuos investimentos nas etapas iniciais do ensino, fase fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças (Carranza, 2015).

Esses indicadores evidenciam avanços no setor educacional do bairro, mas também apontam para a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso, a inclusão e a qualidade dos processos pedagógicos.

### 6.7.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Cerca de 26,66% dos entrevistados classificam as condições das ruas e avenidas como ótimas, **o mesmo percentual que considera boas ou regulares, enquanto 13,33% as veem como péssimas e 6,67% como ruins.** Essa variação na avaliação revela desigualdades na qualidade das vias, situação comum em municípios de pequeno porte e em expansão, como Mara Rosa, e que pode indicar a necessidade de manutenção periódica e de planejamento urbano mais integrado (Corrêa, 2011).

**A segurança no deslocamento ativo (a pé ou de bicicleta) é vista como adequada por 60% dos entrevistados, mas 33,33% apontam como parcialmente segura e 6,67% não se sentem seguros.** O fluxo de veículos e trânsito é considerado bom por 53,33% e regular por 26,66%, mas há registros de avaliações negativas (6,67% ruim). A sinalização viária é vista como adequada por 53,33%, sendo que 20% a consideram inadequada, o que reforça a necessidade de

ações voltadas à segurança viária e à acessibilidade (Gehl, 2013).

**Quanto ao uso do transporte, predomina o transporte individual motorizado: 53,33% usam carro e 33,33% motocicleta,** o que confirma a dependência do transporte privado em cidades com transporte público deficiente. **A maioria (66,66%) defende a necessidade de um sistema de transporte coletivo, e 80% afirmam que utilizariam ônibus urbano caso houvesse oferta no município, o que evidencia demanda reprimida por transporte público (Brasil, 2023).**

### 6.7.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Neste bairro, 53,33% dos entrevistados consideram ótima a existência de espaços de lazer, para 33,33% é boa; e para 13,33%, regular. Quanto à manutenção desses espaços, há certa unanimidade, já que 60% considera ótima e 26,66%, boa; os que consideram a manutenção regular, completam o número dos entrevistados: 13,33%. Em relação à preservação ambiental, 53,3% veem como ótima; 33,33% entendem que é apenas parcial, e 13,33% acham que não há preservação do meio ambiente no seu bairro.

### 6.7.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No Setor Aeroporto, os dados indicam uma percepção dividida quanto à representatividade política: **46,6% dos entrevistados afirmam sentir-se plenamente representados, enquanto outros 46,6% sentem-se apenas parcialmente representados.** Apenas 6,67% não se sentem representados. Quanto à participação em processos de consulta popular, **46,6% já participaram,** 40% nunca participaram e 13,33% demonstraram interesse em participar futuramente.

Esse cenário demonstra níveis moderados de engajamento cívico e uma percepção intermediária de representatividade, condizente com o que Avritzer (2002) chama de “espaços públicos imperfeitos”, onde há alguma abertura para a participação, mas ainda persistem barreiras culturais ou institucionais que limitam a

efetividade dessa participação. Souza (2006) complementa apontando que a qualidade da participação está diretamente relacionada ao nível de confiança institucional e ao grau de acesso à informação e formação política da população.

### 6.7.8 COMENTÁRIOS

O Setor Aeroporto apresenta uma população majoritariamente jovem: 66,65% dos moradores têm entre 19 e 29 anos, tornando-o o segundo bairro com maior concentração de juventude em Mara Rosa. Outro dado que chama atenção é a expressiva presença de mulheres, com 86,66% dos moradores identificados como do sexo feminino — uma das maiores proporções da cidade.

No aspecto educacional, predomina o ensino médio, seguido por uma presença significativa de moradores com nível superior e pós-graduação, o que evidencia potencial de qualificação da força de trabalho local. A ocupação principal é composta por autônomos, trabalhadores CLT e servidores públicos, refletindo uma estrutura de economia mista e urbano-periférica.

#### Demandas Recorrentes

As queixas se concentram em carência de espaços públicos, insegurança urbana e abandono de equipamentos sociais.

- **Mobilidade e Trânsito:** Melhorias na Avenida Bernardo Sayão, no trecho que liga o trevo de entrada da cidade até o trevo de Alto Horizonte, apontando para uso intenso da via por veículos pesados e ausência de manutenção regular; Melhor urbanização e investimentos em infraestrutura viária, o que dialoga com o aumento do fluxo urbano causado pela mineração e pelas obras da FICO (Ferrovia de Integração Centro-Oeste).
- **Lazer e Equipamentos Urbanos:** Diversos moradores **solicitam a criação de um clube municipal, parque aquático público ou mesmo um lago com área de lazer; Também há**

**sugestões para a implantação de campo society**, promovendo a prática esportiva e a socialização da juventude local; Essas solicitações são coerentes com o perfil etário e ocupacional do bairro, e apontam para a urgência de investimentos em espaços coletivos voltados à juventude e ao bem-estar comunitário.

- **Saúde:** Esse aspecto reforça a **importância de humanização nos serviços de saúde**, especialmente em uma cidade que concentra atividades mineradoras e demandas populacionais crescentes; **Também foi sugerida a construção de um centro de controle de zoonoses, em resposta à presença de muitos animais em situação de rua, o que representa risco sanitário e ambiental.**
- **Segurança:** Um dos entrevistados relata a presença de “trombadinhas” e a sensação de abandono na segurança urbana; A juventude desassistida, associada à ausência de áreas de convívio e projetos sociais, tende a agravar problemas como pequenos delitos e desordem pública.

O Setor Aeroporto é um bairro com forte presença jovem e feminina, alta escolaridade relativa e estrutura familiar de médio porte, reunindo características ideais para políticas públicas voltadas ao lazer, cultura, qualificação profissional e inclusão social. No entanto, o abandono da infraestrutura urbana, a carência de equipamentos públicos e a crescente percepção de insegurança prejudicam o desenvolvimento do território.

As demandas por clube municipal, parque aquático, quadras e centros de saúde humanizados mostram que o bairro necessita de um olhar estratégico da gestão pública, priorizando o lazer, a segurança e a promoção de bem-estar — especialmente para sua população jovem. A qualificação da malha urbana, associada a investimentos em mobilidade, esporte e controle ambiental, será essencial para consolidar o Setor Aeroporto como um espaço saudável, seguro e integrado ao crescimento de Mara Rosa.

## 6.8 RESID. CARLOS DIAS DE MEDEIROS

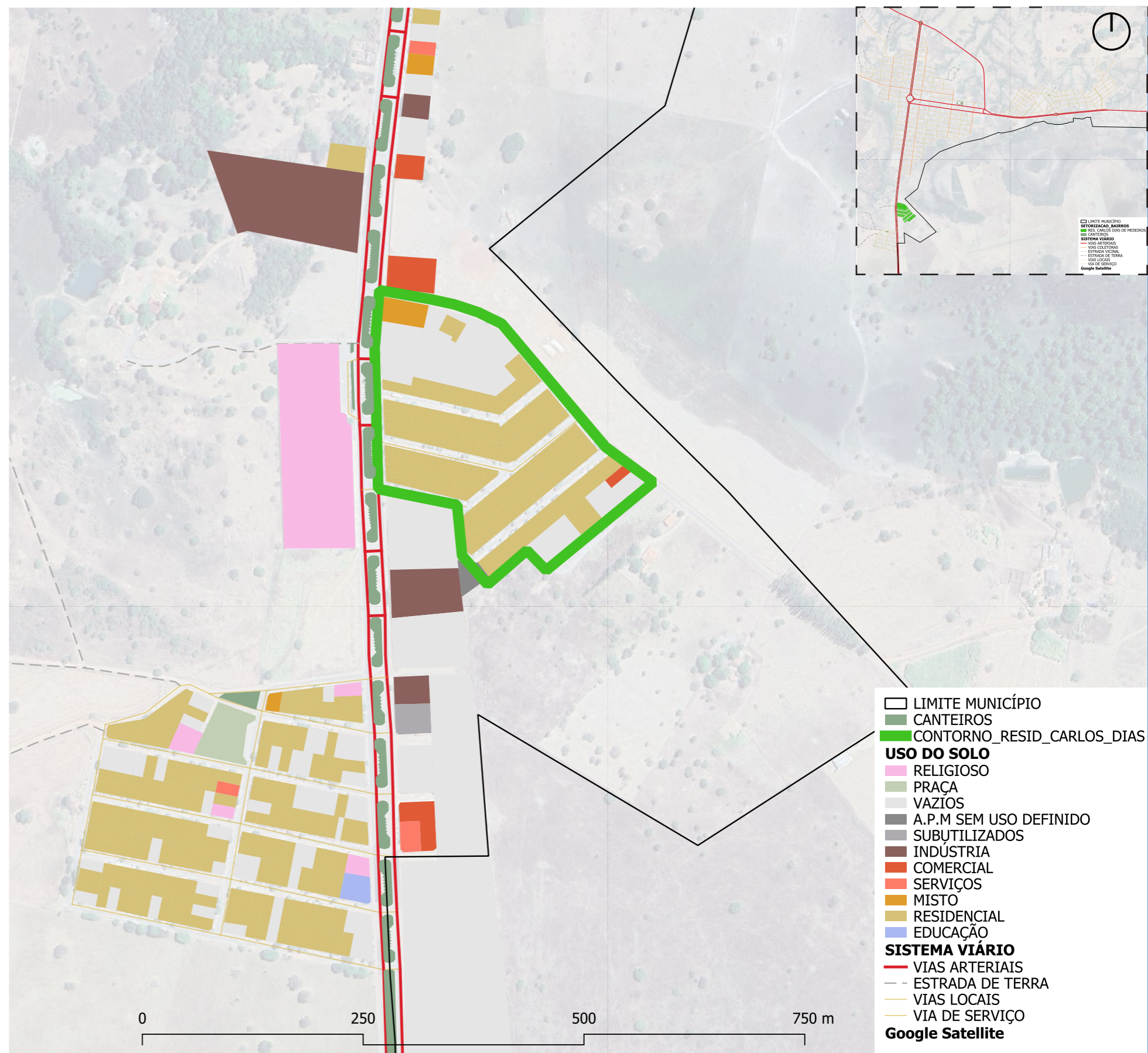
### 6.8.1 PERFIL DO MORADOR

**Faixa Etária:** os dados confirmam a tendência verificada em outros bairros do município: a ausência de idosos e a prevalência de moradores entre 30 e 39 anos (53,8%) e de 19 a 29 anos (23,4%). Isso evidencia um bairro composto majoritariamente por indivíduos em idade economicamente ativa, o que representa tanto um potencial para o desenvolvimento quanto a necessidade de ações que promovam emprego e qualificação profissional (IBGE, 2022).

**Gênero:** Relativamente equilibrada, com leve predominância masculina (53,8%) em relação às mulheres (46,2%). Embora a amostra seja pequena, essa paridade sugere uma composição domiciliar semelhante a de outras regiões, com predominância de núcleos familiares jovens.

**Etnia:** Observa-se a já conhecida predominância de pessoas que se autodeclaram pardas (70%), o que é coerente com o perfil racial do município de Mara Rosa e da região Centro-Oeste de maneira geral (IBGE, 2022). A presença de pretos (16%) e a equiparação entre brancos e amarelos (7,69% cada) reforçam a diversidade étnico-racial.

**Escolaridade:** 70% dos moradores têm ensino médio completo, enquanto 15% possuem apenas o ensino fundamental e outros 15% têm pós-graduação. Embo-



ra o número de moradores com ensino superior não tenha sido destacado separadamente, o fato de haver pessoas com pós-graduação reforça o potencial educacional do bairro. No entanto, essa qualificação não se reflete diretamente nos indicadores de emprego e renda.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Nenhum dos entrevistados diz ter qualquer deficiência.

**Composição Domiciliar:** Lares com três e quatro pessoas predominam (39% cada), indicando famílias nucleares com filhos ou coabitação entre parentes. Residências com dois ou cinco membros são minoria, com 7,69% cada.

**Ocupação:** 23% dos entrevistados estão desempregados, o mesmo percentual de servidores públicos e trabalhadores autônomos. Os celetistas representam apenas 15,5%. O alto índice de desemprego, aliado à significativa presença de autônomos, sinaliza instabilidade econômica e necessidade de estímulo a iniciativas de geração de renda e empreendedorismo.

**Renda Familiar:** A maioria (31%) declarou rendimentos entre R\$ 3.036,00 e R\$ 4.554,00; 23% vivem com um salário mínimo; e outros 15,4% (duas pessoas) recebem mais de R\$ 7.590,00. Há ainda uma parcela que preferiu não informar a renda (15,4%), o que é comum em pesquisas de autodeclaração (IBGE, 2022). Este perfil aponta para uma população em processo de estabilização econômica, mas ainda vulnerável.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** 77% dos entrevistados afirmaram ser naturais de Mara Rosa, e os demais residem na cidade há mais de uma década. Todos, com exceção de um, declararam intenção de permanecer na cidade, o que reforça o sentimento de pertencimento ao território e a necessidade de políticas

públicas voltadas à fixação digna da população local.

O Residencial Carlos Dias de Medeiros representa uma comunidade jovem, com boa escolaridade média, mas afetada por limitações na inserção profissional e em níveis de renda. A elevada taxa de desemprego, aliada a uma estrutura familiar típica e a uma disposição para permanecer na cidade, aponta para a urgência de investimentos em infraestrutura urbana, qualificação profissional e programas de incentivo à empregabilidade local, especialmente para jovens adultos.

## 6.8.2 BAIRRO E MORADIA

Os dados do Residencial Carlos Dias de Medeiros evidenciam uma avaliação predominantemente positiva quanto ao bairro e às condições de moradia. Para 53,8% dos entrevistados, o setor é bom, e para 30,7% é ótimo, reforçando a percepção de qualidade no local. Em relação às próprias moradias, 53,8% as consideram ótimas e 38,4% boas, mostrando satisfação habitacional (Corrêa, 2011).

Os serviços públicos básicos também receberam avaliações positivas: a coleta de lixo é tida como ótima por 76,9% e boa por 23%, e a iluminação pública, ótima para 46,1% e boa para 30,7%. O abastecimento de água é visto como bom ou ótimo por 100% dos entrevistados, e a rede de esgoto é avaliada entre ótima (46,1%) e boa (38,4%). A pavimentação segue o padrão de aprovação, com 61,5% considerando-a ótima e 23% boa. A limpeza e manutenção são bem avaliadas por 92% dos moradores (Brasil, 2023; Carranza, 2015).

Esses dados indicam um bairro com infraestrutura consolidada, refletindo qualidade de vida e efetividade dos serviços urbanos locais, alinhando-se ao conceito de espaço urbano funcional (Corrêa, 2011).

### 6.8.3 SAÚDE PÚBLICA

Entre os 13 moradores entrevistados, 38,4% classificam o atendimento como ótimo e outros 38,4% como bom, enquanto 23% avaliam como regular. **Esses números reforçam a confiança da comunidade nos serviços de saúde locais.**

**No que se refere à marcação de consultas, a maioria dos entrevistados (84,6%) afirmou não encontrar dificuldades, refletindo um sistema de acesso relativamente eficiente.** Contudo, há ainda um pequeno percentual (7,69%) que relata dificuldades, o que aponta para a necessidade de aperfeiçoamento no agendamento e na oferta de consultas para garantir maior equidade (OMS, 2010).

As campanhas de prevenção e ações de saúde pública são vistas como boas por 53,8% e ótimas por 38,4% dos moradores, indicando reconhecimento das políticas de saúde preventiva no bairro. Isso demonstra alinhamento com as diretrizes de promoção da saúde e prevenção de doenças defendidas em planos e normativas do SUS (Brasil, 1999; OMS, 2010).

### 6.8.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

**Entre os 13 entrevistados, 53,8% consideram a infraestrutura educacional ótima e 30% boa,** o que demonstra reconhecimento dos investimentos locais em equipamentos e instalações escolares. Apenas 15,3% classificaram como regular, não havendo menções a condições ruins ou péssimas (Brasil, 2023).

**Em relação ao currículo escolar, 76,9% dos moradores apontam que ele atende às expectativas da sociedade,** refletindo consonância com os objetivos da educação básica preconizados pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e alinhados ao IDEB como indicador da qualidade do ensino (Brasil, 2023; Brasil, INEP, 2023). Entretanto, 23% consideram que o currículo só atende parcialmente, indicando espaço para melhorias na adequação dos conteúdos às realidades e demandas locais (Carranza, 2015).

**Quanto ao acesso, 69,2% afirmam conseguir matricular os fi-**

**lhos na rede pública, enquanto 7,69% relatam dificuldades — índice que merece atenção, pois o acesso é um dos pilares da universalização do direito à educação (Brasil, 1996).** O perfil etário dos filhos matriculados mostra presença em todas as etapas da educação básica, desde a pré-escola até o ensino médio, o que reafirma a relevância da manutenção e expansão da oferta de vagas (Brasil, 1996).

### 6.8.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

**Dos 13 entrevistados, a maior parte classifica a condição das ruas e avenidas como regular (53,8%) ou boa (38,4%),** com apenas 7,69% considerando ótima, o que indica percepção de infraestrutura viária ainda aquém das expectativas de excelência (Carranza, 2015).

**Quanto à segurança viária, 53,8% afirmam que se sentem seguros ao caminhar ou pedalar, mas 46% apontam insegurança total ou parcial, o que demonstra a necessidade de ações voltadas à mobilidade ativa, conforme recomenda Gehl (2013), com priorização de espaços urbanos humanizados e seguros para pedestres e ciclistas.** A sinalização de trânsito é considerada adequada por 46,1% e parcialmente adequada por igual percentual, evidenciando um consenso sobre a existência de falhas na orientação do tráfego e proteção dos usuários vulneráveis (Corrêa, 2011).

**O uso majoritário do automóvel (53,8%) e da motocicleta (23%) como meios de transporte, e a baixa utilização da bicicleta (15,3%) e do deslocamento a pé (7,69%) refletem um padrão de dependência do transporte motorizado individual,** típico de cidades com estrutura de transporte coletivo limitada ou inexistente (Brasil, 2023). O desejo por transporte público é expresso por 61,5% dos moradores, e 76,9% afirmam que utilizariam o serviço caso existisse, apontando para a necessidade de políticas públicas que ampliem a oferta e a qualidade do transporte coletivo urbano (Brasil, 2023).

### 6.8.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

No quesito existência de espaços para lazer, dos 13 entrevistados, 38,4% entendem que é regular, mas 30,7% consideram ótimo e outros 30,7%, bom. Quanto à manutenção desses espaços, 53,8% entendem que é ótima, e todos os demais: 46,1%, entendem que é boa. Quanto à preservação do meio ambiente no bairro, todos os entrevistados afirmaram que ela ocorre sim.

### 6.8.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No Residencial Carlos Dias de Medeiros, **61,5% dos entrevistados afirmaram sentir-se representados pelo poder público**, enquanto 23% se sentem apenas parcialmente representados e 15,3% não se sentem representados. No que diz respeito à participação em audiências públicas, **38,4% já participaram, 38,4% nunca participaram** e 23% demonstraram interesse em participar futuramente.

**Esse quadro revela um equilíbrio entre participação efetiva e intenção de engajamento, o que reflete uma potencialidade democrática ainda em consolidação**, conforme aponta Avritzer (2002), ao discutir os limites e desafios da democracia participativa em contextos locais. A proporção significativa de moradores que nunca participaram, mas têm interesse em fazê-lo, sinaliza oportunidades para fortalecer os canais de escuta pública e ampliar a formação cidadã, como também defende Souza (2006), ao enfatizar o papel da gestão pública na promoção de espaços de participação inclusivos e acessíveis.

### 6.8.8 COMENTÁRIOS

O Residencial Carlos Dias de Medeiros é um bairro com características marcadas por sua vocação residencial e perfil socioeconômico de vulnerabilidade moderada, evidenciado pela alta proporção de moradores com renda até R\$ 1.518,00 e sig-

nificativa taxa de desemprego conforme dados da pesquisa.

Entre os moradores com ocupação, predominam os trabalhadores CLT, autônomos e servidores públicos, indicando uma estrutura de subsistência econômica dependente do serviço público e de atividades informais. A escolaridade predominante é o ensino médio, com baixa proporção de ensino superior ou pós-graduação.

Apesar das limitações estruturais, os comentários revelam apreço pelo bairro e vontade de permanência, desde que as condições de infraestrutura, transporte e acesso a serviços básicos sejam melhoradas.

#### Demandas Recorrentes

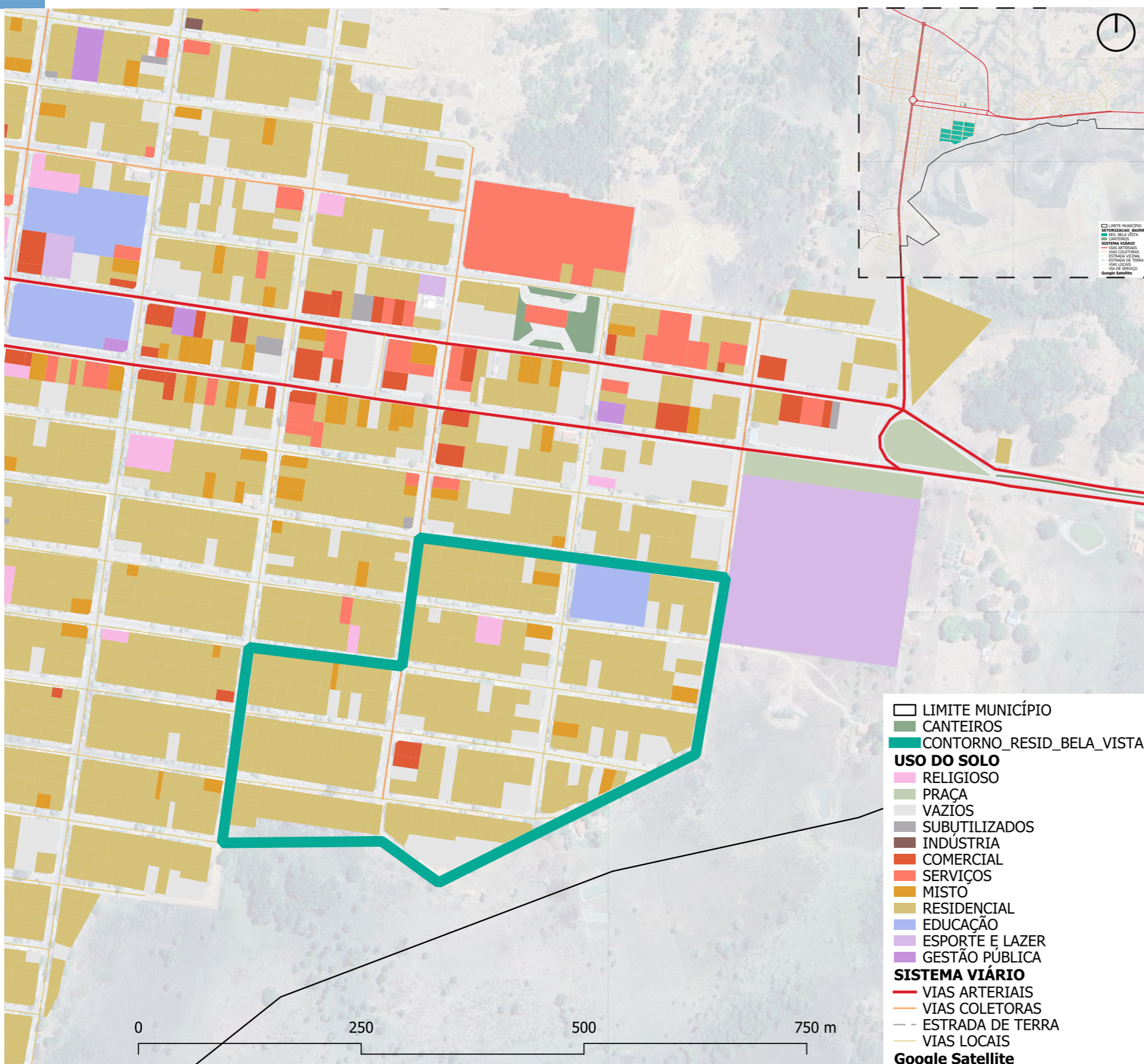
As demandas expressas pelos moradores do bairro Residencial Carlos Dias de Medeiros refletem uma busca por dignidade urbana, com ênfase em infraestrutura mínima, acesso à saúde e educação e direito à mobilidade e lazer.

- **Mobilidade e Trânsito: A solicitação de transporte público por parte dos moradores; Dificuldades de deslocamento para quem não possui carro ou moto;** Exclusão territorial, uma vez que a distância entre o bairro e os serviços essenciais localizados no centro (postos de saúde, bancos, prefeitura) dificulta o acesso aos direitos básicos. **Sinalização e segurança no trânsito**, com pedidos por sinalizadores e redutores de velocidade, visando maior proteção de pedestres e veículos. **Ausência de pontos de ônibus cobertos, dificultando o acesso dos estudantes e trabalhadores ao centro da cidade;**
- **Lazer e Equipamentos Urbanos:** Essa demanda é coerente com o perfil familiar do bairro e o número elevado de crianças e jovens, conforme apontado na pesquisa; Também evidencia a **carência de equipamentos coletivos de recreação e lazer na periferia urbana de Mara Rosa.**
- **Infraestrutura e Saneamento: Iluminação pública deficiente; Necessidade de limpeza regular dos lotes vagos, que**

**geram acúmulo de mato e lixo;**

- **Habitação e custo de vida:** Os relatos reforçam o impacto do **aumento acelerado dos aluguéis em Mara Rosa**, como já observado em outros bairros, e demonstram o desejo da população por **políticas habitacionais permanentes**; Essa situação também se conecta ao perfil de renda da comunidade, que apresenta forte concentração entre 1 e 2 salários mínimos.

O bairro Residencial Carlos Dias de Medeiros evidencia uma realidade urbana de periferização socioeconômica, marcada por déficits de infraestrutura, precariedade habitacional e exclusão da mobilidade urbana, ainda que com potencial comunitário e senso de pertencimento entre seus moradores.



## 6.9 RESID. BELA VISTA

### 6.9.1 PERFIL DO MORADOR

**Faixa Etária:** Mais da metade dos entrevistados (55%) tem entre 40 e 49 anos, seguidos por 36% com idade entre 50 e 59 anos. Apenas 9% estão na faixa de 19 a 29 anos, e não houve registro de idosos com mais de 60 anos. Esse dado contrasta com o padrão observado em outras áreas do município, onde há maior concentração de jovens, e sugere um núcleo de residentes mais estabilizados em termos de vida profissional e familiar (IBGE, 2022).

**Gênero:** A distribuição de gênero no bairro apresenta predomínio masculino, com 64% de homens e 36% de mulheres.

**Etnia:** A maioria dos entrevistados se autodeclara parca (56%), enquanto 27,5% se identificam como brancos. Houve também uma ocorrência de pessoa que se identificou como amarela (9%). Esse perfil está em consonância com a composição étnico-racial de outros bairros de Mara Rosa.

**Escolaridade:** Cerca de 54% possuem ensino superior, e desses, 18,18% cursaram pós-graduação. Outros 36% concluíram o ensino médio, e apenas uma pessoa declarou ter apenas o ensino fundamental. Nenhum dos entrevistados declarou ser analfabeto.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Apenas um entrevistado (9%) declarou possuir deficiência física. Embora

a amostra seja pequena, esse dado pode apontar para barreiras físicas ou sociais que limitam a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no bairro.

**Composição Domiciliar:** O padrão familiar é de núcleos médios, onde 37% dos entrevistados vivem com três pessoas e outros dois entrevistados relataram viver com quatro pessoas. Nenhum dos moradores vive sozinho, o que reforça a estrutura tradicional de convivência familiar.

**Ocupação:** O perfil ocupacional dos entrevistados destaca-se pela ausência de desemprego e estudantes, com predominância de empresários (36%), seguidos por servidores públicos (18%), trabalhadores celetistas (18%) e aposentados (18%). Esse dado revela estabilidade e diversificação econômica, além de forte presença de atividade empreendedora e vínculos empregatícios formais.

**Renda Familiar:** 36% dos entrevistados declararam receber entre R\$ 4.554,00 e R\$ 7.590,00, enquanto outros 27,5% recebem acima desse valor. Outro grupo de 27,5% tem renda entre R\$ 3.036,00 e R\$ 4.554,00. Apenas um entrevistado não declarou sua renda. Esse padrão confirma a relação entre escolaridade, ocupação formal e melhores rendimentos, posicionando o bairro como um dos mais favorecidos socioeconomicamente do município.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** É o primeiro bairro em que a maioria dos entrevistados (55%) veio de outras regiões, enquanto 45% são nativos de Mara Rosa. Ainda assim, a permanência é predominante, com a maior parte dos moradores pretendendo continuar residindo na cidade — uma sinalização positiva de pertencimento e estabilidade social.

O Residencial Bela Vista apresenta uma população madura, escolarizada, com ocupação formal e altos níveis de renda, for-

mada majoritariamente por migrantes com longa permanência no município. Esses fatores configuram um território consolidado do ponto de vista social e econômico, mas que requer atenção quanto à acessibilidade urbana e à manutenção de serviços públicos que sustentem o padrão de qualidade de vida percebido pelos moradores.

## 6.9.2 BAIRRO E MORADIA

**A maioria dos 11 entrevistados considera o bairro bom (63,6%) ou ótimo (36,3%), e as condições das moradias também recebem avaliações favoráveis, com 63,6% classificando como ótima e 36,3% como boa.** Esse cenário reflete um nível de satisfação elevado com a infraestrutura residencial, algo fundamental para a qualidade de vida urbana (Carranza, 2015; Corrêa, 2011).

Os serviços urbanos, como coleta de lixo (54,5% ótima e 45,4% boa), iluminação pública e abastecimento de água (ambos com 63,6% ótima e 36,3% boa), reforçam essa percepção de adequação da infraestrutura. **Contudo, a rede de esgoto apresentou maior diversidade de opiniões, com 54,5% considerando ótima, mas 27,2% regular e 9,09% péssima, apontando possíveis pontos de atenção para o planejamento urbano local (Brasil, 2023).**

A pavimentação e a limpeza/manutenção do bairro também são bem avaliadas, com maioria considerando ótima ou boa, o que reforça a boa aceitação dos serviços básicos e da gestão pública no setor. Esses dados indicam que o bairro possui potencial consolidado como área bem servida de infraestrutura, alinhado a boas práticas urbanas para cidades de pequeno porte (Gehl, 2013).

## 6.9.3 SAÚDE PÚBLICA

**4,5% dos entrevistados consideram bom o atendimento na área de saúde em Mara Rosa, e 63,6%, ótimo.** Na marcação de consultas, 81,8% dizem não ter maiores dificuldades, e 18,1% conseguem parcialmente. Para 63,6% dos pesquisados, a infraestrutura

de saúde atende sim, aos moradores, e 36,3% acreditam que é parcial este atendimento. 45,4% consideram ótima a política de saúde pública na área de prevenções e campanhas, e outros 45,4%, boa: 9,09% não quis opinar, por não ter conhecimento.

#### 6.9.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Para os pesquisados deste bairro, a infraestrutura da educação é realmente muito boa: 63,6% a consideram ótima; 18,1%, boa e 18,1%, regular. E 81,8% acreditam que o currículo escolar atende às expectativas da população, enquanto 18,1% acham que apenas parcialmente. 100% dos que tem filhos em idade escolar conseguem fazer matrícula na rede pública; 27,1% dos entrevistados tem filhos no ensino fundamental II; 9,09% no ensino fundamental I, 9,09% no ensino médio e 9,09% no ensino superior.

#### 6.9.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Para 45,4% dos entrevistados neste bairro, são boas as condições das ruas e avenidas, e 36,3% consideram ótimas, e o restante, 18,1%, regular. A grande maioria, 72,7% considera seguro andar a pé ou de bicicleta nas vias públicas, e 54,5% consideram bom o fluxo de veículos e trânsito, e para 36,3% é regular e 1 entrevistado considera ótimo: 9,09%. Para a grande maioria, 72,7% dos pesquisados, a sinalização de trânsito no setor é adequada, 18,1% consideram parcialmente adequada e 1 entrevistado (9,09%), não.

Quanto à necessidade de deslocamento para o trabalho, 36,3% trabalham em bairro próximo; outros 36,3% em bairro distante, enquanto 18,1% trabalham em outro município; e 1 pesquisado está desempregado (9,09%). O meio de transporte mais utilizado por 45,4% dos ouvidos no bairro é automóvel; seguido por motocicleta, 27,2%, e também bicicleta, 27,2%. A maioria acha que não precisa de transporte público em Mara Rosa: 72,7%, outros 18,1% não souberam opinar e 1 ouvido diz que é necessário (9,09%). Se

houvesse transporte público, 63,6% usariam, e 36,3%, não.

#### 6.9.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Neste bairro, 54,4% dos entrevistados consideram ótimos os espaços para lazer, outros 27,2% dizem que é regular, e 18,1%, entendem que são bons. E quanto à manutenção desses espaços, 63,6% dizem que é ótima; 27,2% entendem que é boa a manutenção, e 9,09%, regular. Já em relação à preservação ambiental a grande maioria afirma que o meio ambiente é bem preservado, mas 9,09%, ou seja, 1 entrevistado, acredita que é parcialmente preservado o meio ambiente, e outro entrevistado não sou opinar sobre o tema.

#### 6.9.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No bairro Residencial Bela Vista, **63,6% dos moradores entrevistados afirmaram sentir-se representados pelo poder público**, enquanto 36,3% se sentem apenas parcialmente representados. Em relação à participação cidadã, **54,5% dos entrevistados já participaram de consultas públicas**, 36,3% nunca participaram e 9,09% demonstraram interesse em participar futuramente.

**Essa distribuição demonstra uma atuação cidadã moderada, com significativo envolvimento em práticas de gestão democrática**, o que se alinha ao que defende Avritzer (2002) sobre a importância da participação social como meio de ampliar a legitimidade das decisões públicas. **A presença de um número expressivo de moradores que já participaram de audiências públicas pode ser interpretada como sinal de um nível razoável de engajamento político-social local**, mas que ainda requer maior incentivo para ampliar o acesso e a inclusão de novos participantes, conforme recomendam Souza (2006) e Brasil (2023).

### 6.9.8 COMENTÁRIOS

O bairro Residencial Bela Vista apresenta um perfil demográfico predominantemente masculino, com 90,9% dos entrevistados se identificando como do sexo masculino, o que o posiciona entre os bairros com maior proporção de homens na cidade. Essa característica pode estar associada à presença de ocupações que exigem força física ou ao uso da região como área de moradia temporária para trabalhadores vinculados a setores como a mineração ou a construção civil.

A renda familiar média dos moradores apresenta relativa diversidade, com presença significativa na faixa de R\$ 4.554,00 a R\$ 7.590,00, mas também com ocorrências nas faixas mais baixas. No que tange à escolaridade, o bairro possui moradores com nível médio e superior, além de casos de pós-graduação, demonstrando heterogeneidade educacional e potencial de desenvolvimento socioeconômico.

#### **Demandas Recorrentes**

As demandas expressas pelos moradores do bairro Residencial Carlos Dias de Medeiros refletem uma busca por dignidade urbana, com ênfase em infraestrutura mínima, acesso à saúde e educação e direito à mobilidade e lazer.

- **Mobilidade e Trânsito:** A solicitação de transporte público por parte dos moradores; Dificuldades de deslocamento para quem não possui carro ou moto; Exclusão territorial, uma vez que a distância entre o bairro e os serviços essenciais localizados no centro (postos de saúde, bancos, prefeitura) dificulta o acesso aos direitos básicos. Sinalização e segurança no trânsito, com pedidos por sinalizadores e redutores de velocidade, visando maior proteção de pedestres e veículos. Ausência de

## 6.10 SETOR SOL NASCENTE

### 6.10.1 PERFIL DO MORADOR

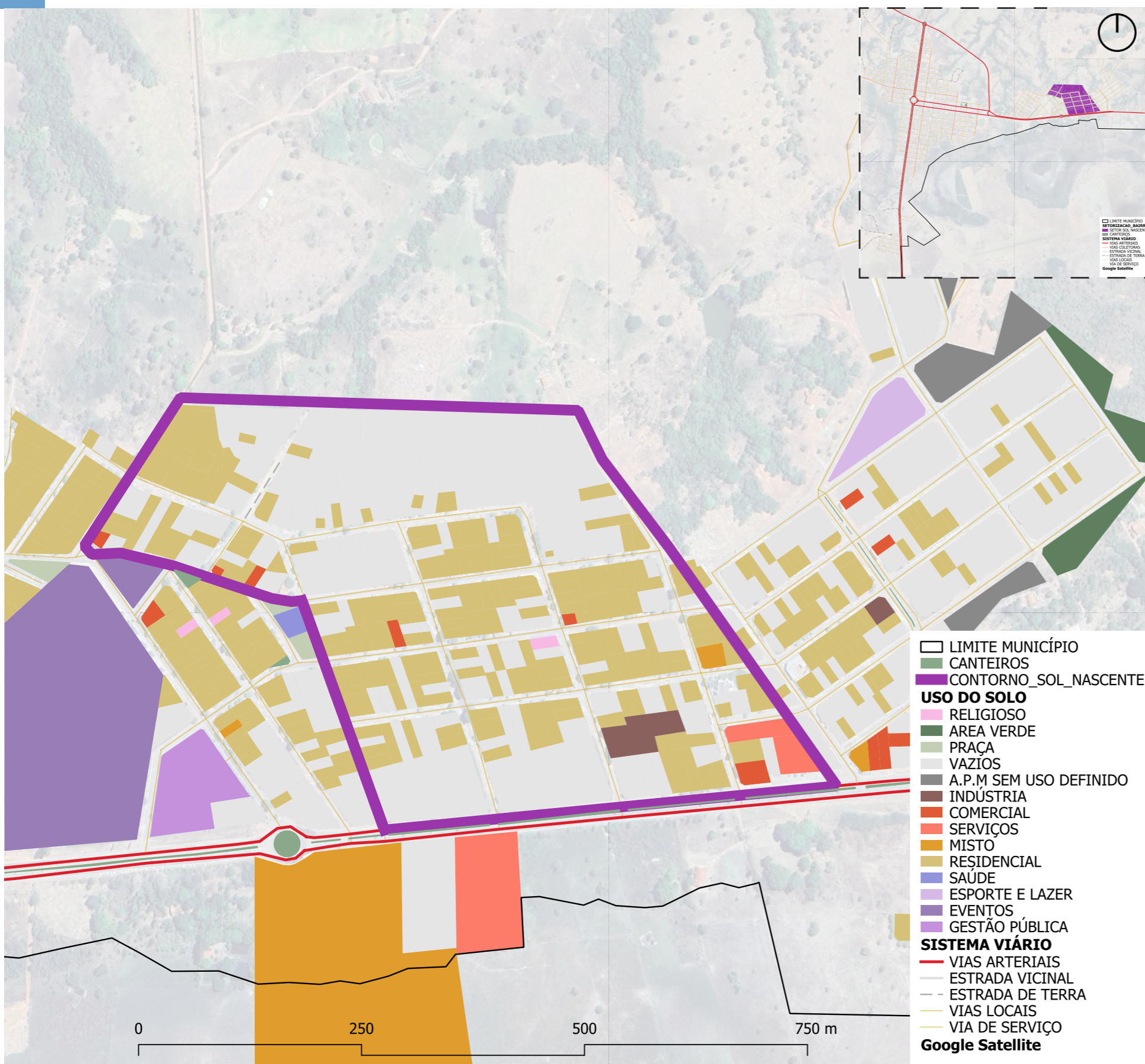
**Faixa Etária:** 45% dos entrevistados possuem entre 19 e 29 anos, enquanto outros 45% estão entre 40 e 49 anos. Apenas um dos entrevistados (9%) se encontra na faixa entre 50 e 59 anos. A ausência de idosos e a concentração de jovens e adultos em idade produtiva reforçam a ideia de uma população economicamente ativa, possivelmente em fase de consolidação de residência e carreira no município (IBGE, 2022).

**Gênero:** O bairro apresenta uma expressiva predominância masculina, com 82% dos entrevistados se identificando como homens, frente a 18% de mulheres.

**Etnia:** A maioria dos entrevistados (56%) se declarou parda, e o restante, branco. A ausência de autodeclarações de pretos, indígenas ou amarelos sugere uma homogeneidade étnica no bairro, ainda que dentro da diversidade observada em outras áreas da cidade (IBGE, 2022).

**Escolaridade:** O número de pessoas com ensino superior e pós-graduação (55%) supera os com ensino médio (45%), não havendo registros de pessoas com ensino fundamental ou sem instrução.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Nenhum dos entrevistados diz ter qualquer deficiência.



**Composição Domiciliar:** A maioria (55%) vive em residências com apenas dois moradores. Famílias com quatro ou três pessoas representam 18% cada, e não há registros de domicílios com mais de quatro moradores. Isso reflete uma estrutura familiar compacta, o que pode estar relacionado tanto à configuração econômica quanto à mobilidade urbana e ao perfil jovem dos residentes.

**Ocupação:** A ocupação dos moradores foge da tendência verificada em outros bairros da cidade, nos quais o serviço público é o principal empregador. Aqui, a maior parte dos entrevistados (38%) são trabalhadores com carteira assinada (CLT), seguidos de empresários e autônomos, com 27,5% cada. Apenas um entrevistado se declarou estudante. Essa composição revela um bairro com forte vínculo com o setor produtivo privado, sendo potencialmente mais exposto às oscilações econômicas locais.

**Renda Familiar:** Os dados são distribuídos entre faixas salariais intermediárias. Aproximadamente 45% informaram renda entre um salário mínimo e R\$ 3.036,00, enquanto apenas dois entrevistados situaram-se em faixas superiores, e outros dois preferiram não declarar. Isso sugere uma classe trabalhadora com renda modesta, condizente com o perfil ocupacional do bairro.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** 64% dos entrevistados são naturais de Mara Rosa, 27,5% residem há mais de um ano, mas menos de cinco, e apenas um reside há mais de uma década. Quanto à intenção de permanência, 73% pretendem continuar morando na cidade, enquanto dois consideram se mudar, o que pode estar relacionado a fatores como custo de vida, mobilidade ou busca por melhores condições de trabalho.

O Setor Sol Nascente caracteriza-se como um bairro de população jovem, masculina, com bom nível educacional e forte ligação com o setor privado. O perfil ocupacional e de renda aponta para uma classe trabalhadora em ascensão, ainda que vulnerável,

e que necessita de investimentos em infraestrutura urbana, políticas de habitação e geração de emprego, para consolidar a permanência dessa população no município.

## 6.10.2 BAIRRO E MORADIA

Neste setor a pesquisa foi respondida por 11 moradores também. E 36,3% dos pesquisados avaliam como ótimo as condições do bairro. Outros 27,2% consideram boa; 18,1% regulares e outros 18,1%, ruim. E quanto a casa de cada um, 45,4% consideram boas as condições de moradia; 36,3% avaliam como ótima; e 18,1%, regular. Para 45,4% dos entrevistados não é suficiente a oferta de terrenos no bairro, outros 36,3% não souberam avaliar e 18,1% acreditam que é suficiente.

Quanto à coleta de lixo, 45,4% dos entrevistados disseram que é boa; 36,3%, ótima; 1 entrevistado considera regular (9,09%), e outro, ruim (9,09%). Na questão da iluminação pública, 45,4% consideram bom, e 27,2%, ótimo. 18,1% regular e 1 entrevistado (9,09%), ruim. É bom o abastecimento de água para 45,4% dos pesquisados; ótimo para 36,3%; e regular para 18,1% dos entrevistados no bairro.

**E o esgoto continua sendo a questão de maiores divergências entre os entrevistados:** regular para 36, 3%; bom para 27,2%; ruim para 18,1% e péssimo para outros 18,1%. A pavimentação do bairro foi considerada boa por 45,4% dos entrevistados. Ótima por 18,1%; regular por também 18,1% e ruim pelo mesmo percentual: 18,1%. A maioria dos entrevistados, 54,5% consideram boa a limpeza e manutenção do setor; outros 27,2%, ótima; 1 entrevistado considera regular (9,09%) e outro péssima (9,09%).

## 6.10.3 SAÚDE PÚBLICA

Para 54,5% dos entrevistados, é bom o atendimento na rede pública municipal de saúde. Consideram o atendimento ótimo, 27,2%; e ruim, 18,1%. Para marcar consultas, 72,7% não vê proble-

mas, 18,1% consegue parcialmente, e 9,09% não consegue. Sobre a capacidade de atendimento da população diante da infraestrutura da saúde, 72,7% acreditam que atende, e 27,2% acreditam que esse atendimento é parcial. As políticas públicas de prevenção e campanhas são consideradas ótimas e boas por 45,4% dos entrevistados, respectivamente, e regular por 9,09%.

#### 6.10.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Consideram ótima a infraestrutura da educação pública no município, 45,4% dos entrevistados, sendo que outros 36,3% consideram bom e 18,1%, regular. Quanto ao currículo escolar, 81,8% acreditam que ele atende às expectativas; 18,1% acham que só parcialmente. Em relação a realização de matrícula, 45,4% afirmaram conseguir, 18,1% não conseguem e outros 36,3% disseram não ter filhos, ou não tê-los na idade escolar. Quanto aos filhos dos entrevistados, 54,4% têm filhos na pré-escola (1 a 5 anos); e 9,09% no ensino fundamental II. Um entrevistado disse que o filho já passou da idade escolar.

#### 6.10.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Pelo jeito as ruas e avenidas são boas em Mara Rosa. Também neste bairro, 36,3% consideram ótimas; 27,2%, boas e 27,2% regulares. Só 1 pesquisado considera ruim, correspondendo a 9,09%. A grande maioria, 81,1% considera seguro nadar a pé e de bicicleta pelas ruas; 9,09% entende que é parcialmente seguro e 9,09% diz que não é seguro.

Para 36,3%, o fluxo de veículos e trânsito são bons, outros 36,3% consideram regular; 18,1% ruim, e 9,09%, ótimo. 72,7% diz que é parcialmente adequada a sinalização de trânsito, 18,1% dizem que não é adequada, e 1 entrevistado (9,09%), considera adequada. Quanto ao deslocamento para o trabalho, 27,2% trabalham no próprio bairro; 18,1% em bairro distante; 9,09% na zona rural, e 9,09%

em outro município.

O meio principal de locomoção para os entrevistados é: 72,7%, automóvel; e de motocicleta, bicicleta e carona, 9,09% para cada opção. 63,6% dos entrevistados acreditam que é necessário o transporte público, enquanto 36,3% não souberam opinar. E se houvesse transporte público, 81,8% afirmam que usariam, enquanto 18,1%, não.

#### 6.10.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Neste bairro, 36,3% afirmam que os espaços de lazer existem e são bons, 27,2% consideram ótimos; 18,1% regulares, e outros 18,1%, ruim. A manutenção desses espaços é considerada boa por 63,6% dos entrevistados no setor, e ótima por 18,1%. Uma pessoa considera regular (9,09%), e outra (9,09%) ruim. Sobre a preservação ambiental no bairro, 45,4% dizem que ela ocorre; e outros 45,4% entendem que é parcial, 1 entrevistado não soube opinar (9,09%).

#### 6.10.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No Setor Sol Nascente, a percepção de representatividade política é moderada: **45,4% dos entrevistados afirmaram sentir-se representados, 36,3% sentem-se parcialmente representados**, enquanto 18,1% não se sentem representados pelo poder público. Em termos de participação social, **54,5% nunca participaram de consultas públicas**, contra 45,4% que já estiveram presentes, e nenhum demonstrou interesse futuro em participar de audiências públicas.

**Esses dados revelam níveis reduzidos de engajamento cívico e político**, o que, segundo Avritzer (2002), pode estar relacionado à ausência de canais efetivos de inclusão social e ao desinteresse causado por políticas públicas pouco responsivas às demandas da comunidade. **A falta de envolvimento futuro também indica um déficit na cultura de participação democrática**, conforme aponta Souza (2006), sugerindo a necessidade de estratégias para mobili-

zar os moradores e fortalecer os mecanismos de gestão participativa em bairros mais periféricos.

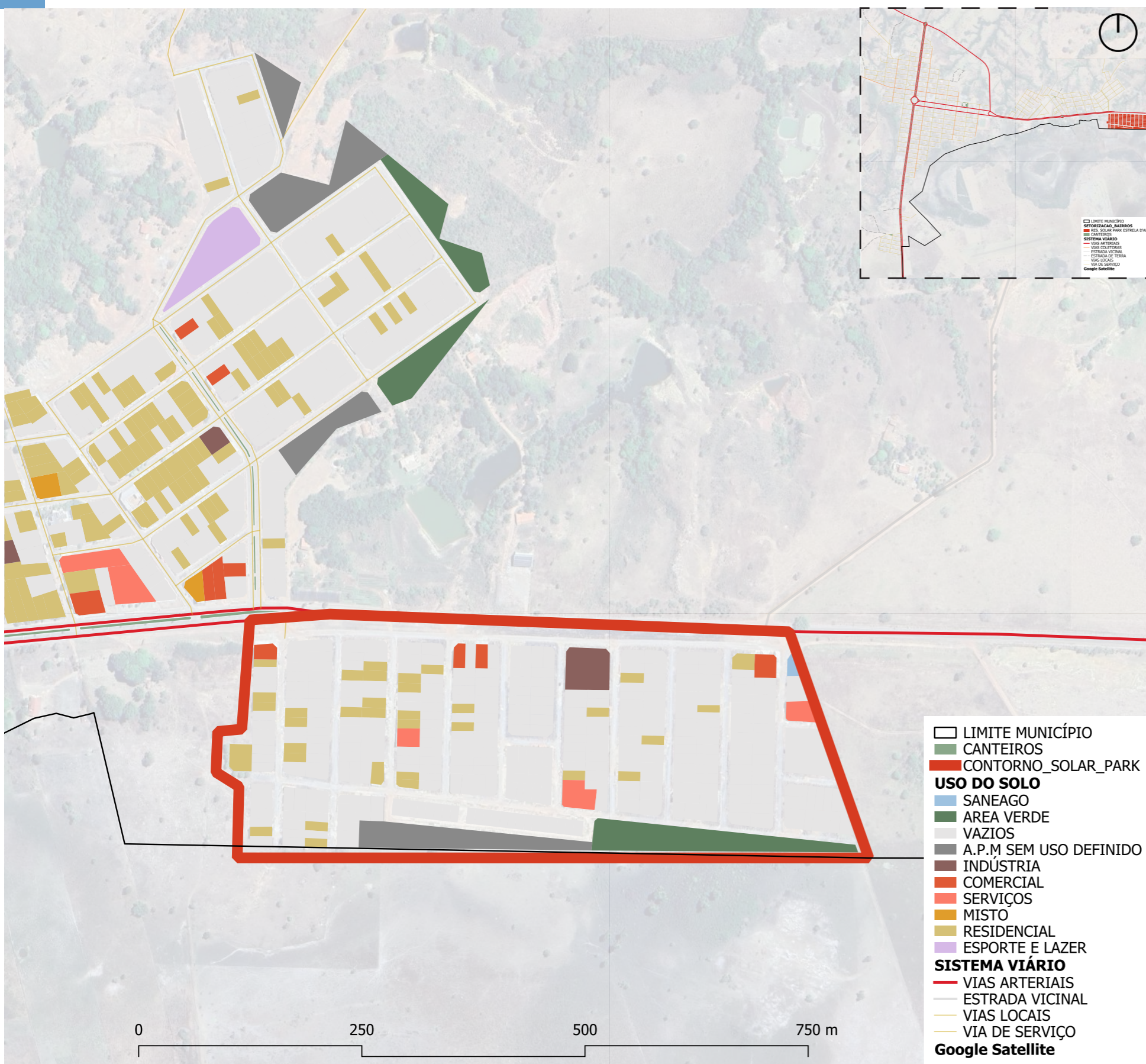
### 6.10.8 COMENTÁRIOS

Apesar da amostra reduzida de entrevistados no Setor Sol Nascente, os comentários revelam aspectos importantes da percepção da população local quanto às condições urbanas e necessidades estruturais do bairro. A ausência de críticas em alguns relatos, como o simples “Nenhuma” ou a menção positiva à possibilidade de criação de um “espaço público com um lago”, indica um sentimento de valorização do bairro enquanto território potencialmente bem localizado e com espaço para novos investimentos públicos.

#### **Demandas Recorrentes**

**O desejo por equipamentos de uso coletivo como áreas de lazer, espaços para eventos e infraestrutura urbana complementar,** demonstra que os moradores compreendem a importância da valorização do espaço público como fator de coesão social. Entre os comentários, destaca-se a solicitação por um redutor de velocidade nas imediações da “Praça do Milhão”, indicando a **urgência por ações de segurança viária e maior fiscalização sobre o tráfego de veículos no bairro** — preocupação que aparece de maneira recorrente em outras regiões da cidade e que se conecta a um aumento do fluxo urbano provocado por atividades econômicas recentes.

Além disso, foi identificada a reivindicação pela **responsabilização dos proprietários de lotes urbanos, no que tange à limpeza, manutenção e construção de calçadas.** Essa demanda está diretamente associada ao enfrentamento de problemas urbanos comuns em cidades em processo de expansão, como queimadas em épocas de seca e proliferação de vetores de doenças, reforçando a necessidade de regulamentação fundiária e aplicação de sanções administrativas. tendência de engajamento em crescimento entre os moradores.



## 6.11 SETOR SOLAR PARK ESTRELA D'ALVA

### 6.11.1 PERFIL DO MORADOR

**Faixa Etária:** Nenhum dos entrevistados tinha mais de 60 anos, e a totalidade estava distribuída nas faixas etárias de 19 a 39 anos, sendo 50% entre 19 e 29 anos e os outros 50% entre 30 e 39 anos, que acompanha tendências já identificadas em outros bairros do município de Mara Rosa (GO).

**Gênero:** A distribuição por gênero mostra predominância feminina (87,5%) com 7 mulheres entrevistadas e 1 homem.

**Etnia:** Há equilíbrio entre pardos e brancos (50% cada), padrão que também se repete em bairros vizinhos.

**Escolaridade:** 25% com ensino superior, 25% com pós-graduação, mas também 25% com ensino fundamental, 12,5% com ensino médio e 12,5% sem nenhuma escolarização formal.

**Pessoas com deficiência (PCD):** Nenhum dos entrevistados diz ter qualquer deficiência.

**Composição Domiciliar:** O setor confirma a tendência de domicílios com núcleos familiares pequenos: 25% vivem sozinhos, e o restante se distribui majoritariamente entre lares com duas a quatro pessoas.

**Ocupação:** 38% dos moradores atuam como servido-

res públicos, seguido por 25% de autônomos, além de um empresário, um celetista e um estudante. A ausência de desempregados sinaliza estabilidade econômica no bairro.

**Renda Familiar:** A renda familiar se distribui com 37,5% acima de R\$ 7.590,00 e 25% entre um salário mínimo e R\$ 3.036,00, sugerindo, ainda que com disparidades, uma condição socioeconômica razoável para o padrão local.

**Tempo de Moradia na Cidade e Permanência:** 37,5% dos entrevistados nasceram em Mara Rosa, mesmo percentual vive na cidade há mais de 10 anos e os demais, mesmo com menor tempo de residência, também manifestaram desejo de permanecer. Isso aponta para uma identidade local consolidada, importante para o planejamento urbano.

## 6.11.2 BAIRRO E MORADIA

A metade dos moradores entrevistados do bairro citado acima consideram que são ótimas as condições do setor. Nesta área foram entrevistados 8 moradores, dos quais 37,5% consideram um bom bairro e 12,5%, ou seja, 1 entrevistado, respondeu regular. Quanto às condições da moradia própria, 75% disseram ótima, e 25%, boa. 50% consideram suficiente a oferta de terrenos no setor; 25%, boa, e os demais 25% não souberam opinar.

Em relação à coleta de lixo, 62,5% consideram ótima; 25% boa, e 12,5%, regular. A iluminação pública mantém, neste bairro, ótima avaliação dos entrevistados: 62,5% consideram ótima; 25% regular e 12,5%, 1 entrevistado, boa. Quanto ao abastecimento de água as respostas também são bastante homogêneas e favoráveis ao trabalho da administração municipal: 62,5% consideram ótimo; 25% bom e 12,5%, regular.

A rede de esgoto continua dividindo mais as opiniões, embora 50% considerem ótima, 25% acreditam que seja regular, e 12,5%

boa e outro entrevistado, também 12,5%, considera péssimo o serviço. Em relação à pavimentação do bairro, 50% considera ótima e 25% regular. 12,5% disse que é boa e 12,5%, péssima. Para a limpeza e manutenção do bairro, a maioria avalia como ótima: 62,5%. Outros 25% boa, e 12,5%, ruim.

## 6.11.3 SAÚDE PÚBLICA

Neste bairro também é maioria os que aprovam a saúde pública local: 62,5% consideram ótimo o atendimento na saúde pública. 12,5% considera bom; 12,5%, regular: e 12,5%, péssimo. Quanto a marcação de consultas, 75% dos entrevistados neste bairro não tem problemas, e 25% dizem não conseguir. Para 75%, a infraestrutura da saúde atende bem, e para 25%, parcialmente. 75% consideram ótimas as políticas de prevenção e as campanhas de saúde, 12,5% considera boa; e 12,5% regular.

## 6.11.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Seguindo a tendência, 75% dos 4 entrevistados deste bairro, consideram ótima a infraestrutura das escolas municipais, e 25%, regular. Quanto ao currículo escolar, 75% acreditam que atende às expectativas da sociedade, e 25%, atende parcialmente. Os 4 entrevistados disseram que não tem filhos, mas 75% disseram que se consegue sim fazer matrícula, enquanto 25% disseram que não se consegue.

## 6.11.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Neste bairro, 37,5% das pessoas ouvidas na entrevista acreditam que é ótima a condição das ruas e avenidas locais. Outras 37,5% consideram regular; 12,5% ruim e 12,5% boa. Metade dos ouvidos considera seguro andar a pé ou de bicicleta nas vias públicas; 37,5%, parcialmente seguro, e 12,5% não considera seguro. Quanto

à fluxo de veículos e o trânsito em si, 37,5% consideram ótimo; 25%, bom; também 25% considera regular e 12,5%, ruim.

Para 62,5% a sinalização de trânsito é adequada, para 25%, não é adequada e 12,5% considera parcialmente adequada. 25% dos entrevistados trabalham em bairro próximo ao deles, outros 25% em bairro distante; 25% estão desempregados; 12,5% no próprio setor, e 12,5% na zona rural. O transporte usado pela maioria é carro: 62,5%; 25%, bicicleta, e 12,5% anda a pé. 75% acredita que é necessário haver transporte público, 12,5%, não; e 12,5% não soube opinar.

### 6.11.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Os entrevistados do bairro representam 1,98% de todos os entrevistados. Na pergunta sobre a existência de espaços de lazer, 62,5% disseram que existem e são ótimos, 25% consideram regulares esses espaços e 12,5%, ou seja, 1 entrevistado disse que é ruim. Sobre a manutenção desses espaços de lazer, 62,5% entendem que a manutenção é ótima, 1 entrevistado aponta como boa (12,5%), outros 25% são divididos igualmente entre regular e ruim. 75% consideram que o meio ambiente está preservado no bairro, enquanto 25% creem que essa preservação é parcial.

### 6.11.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

No Setor Solar Park Estrela D'Alva, os dados apontam para uma percepção amplamente positiva de representatividade política: **75% dos moradores afirmam sentir-se plenamente representados** e 25% parcialmente representados. No que se refere à participação social, **50% já participaram de audiências públicas**, 25% nunca participaram, mas manifestaram interesse em fazê-lo, o que indica uma tendência de engajamento em crescimento entre os moradores.

**Esse cenário é considerado favorável sob a perspectiva da gestão democrática**, como destaca Avritzer (2002), ao evidenciar que níveis mais altos de participação estão associados à confiança

nas instituições públicas e ao fortalecimento da cidadania ativa. Além disso, segundo Souza (2006), **a existência de mecanismos participativos efetivos contribui para políticas mais inclusivas e aderentes às demandas locais, algo fundamental em bairros em processo de consolidação como o Solar Park Estrela D'Alva.**

### 6.11.8 COMENTÁRIOS

As manifestações dos moradores do bairro Solar Park Estrela D'Alva demonstram um sentimento de satisfação geral com a gestão pública local, com destaque para a afirmação de que “está tudo ótimo, tudo muito bom”.

#### Demandas Recorrentes

Contudo, mesmo diante dessa percepção positiva, surgem demandas específicas que apontam fragilidades na infraestrutura e nos serviços urbanos, especialmente no que diz respeito à **poluição sonora causada por som automotivo alto**, uma queixa recorrente em bairros residenciais, que afeta diretamente o bem-estar e a qualidade de vida da população (Souza; Andrade, 2021).

Além disso, os moradores reforçam a importância de **melhorias na assistência médica, com destaque para a necessidade de mais médicos especialistas**, como pediatras, no hospital municipal.

**A falta de áreas de lazer também é mencionada como uma carência que precisa ser suprida**, sobretudo para atender à juventude do bairro, o que reforça a necessidade de políticas públicas de lazer e convivência comunitária voltadas a bairros em crescimento

## 6.12 SETOR VILA NOVA

### 6.12.1 PERFIL DO MORADOR

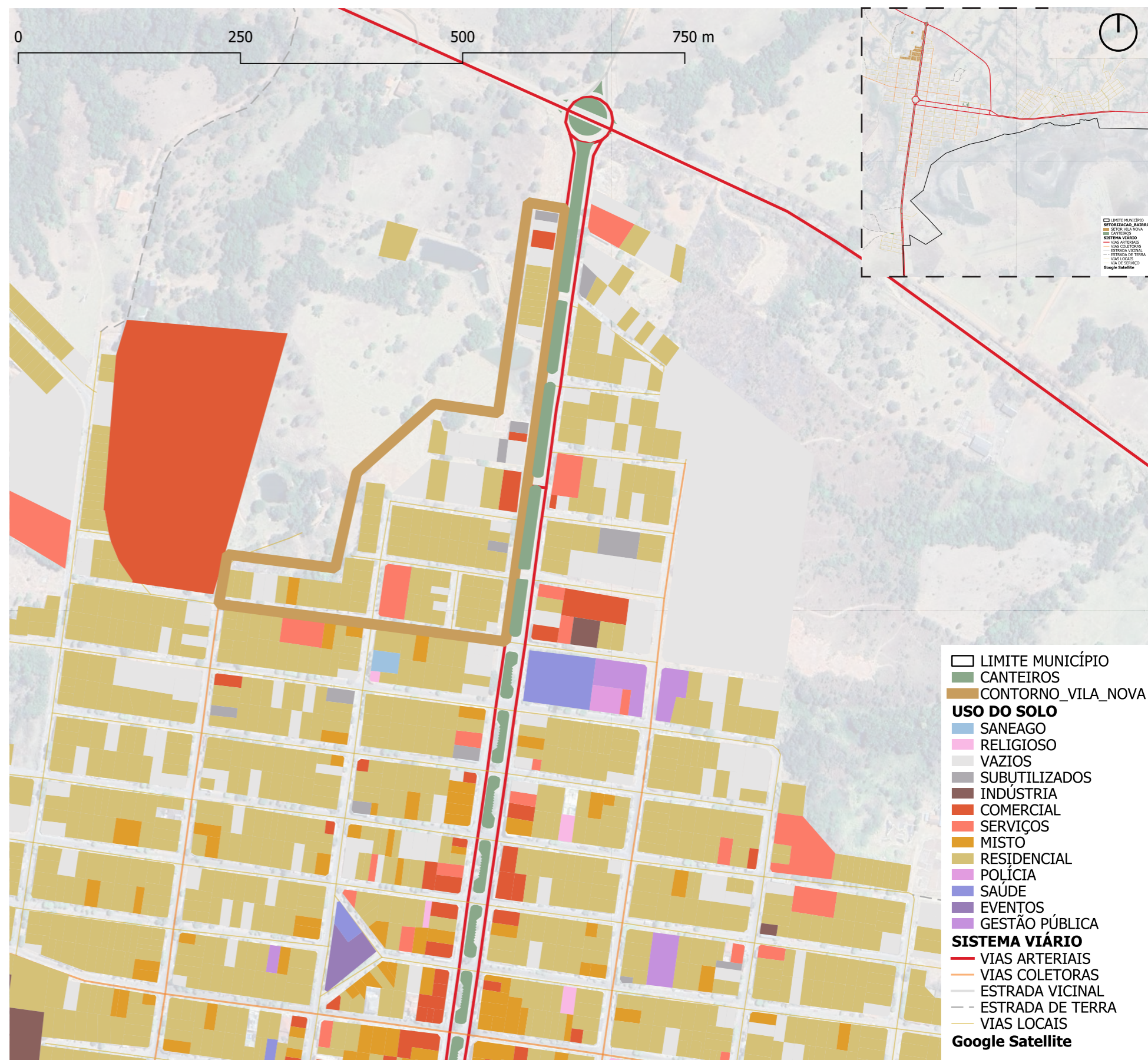
A análise do perfil dos moradores do Setor Vila Nova, com base em quatro entrevistadas, evidencia a manutenção de padrões observados em outros bairros de Mara Rosa (GO), mesmo com amostragem reduzida. A predominância de mulheres jovens (75% entre 30 e 39 anos e 25% entre 19 e 29 anos) indica um perfil etário ativo, com forte presença feminina e alto nível de escolaridade — 75% com ensino superior e 25% com ensino médio — o que reflete positivamente na qualificação da força de trabalho local (IBGE, 2022).

A totalidade das entrevistadas se identificou como parda, mantendo a tendência de maioria parda observada na cidade. Todas nasceram em Mara Rosa e manifestaram intenção de permanecer, revelando forte vínculo com o território. A ocupação é majoritariamente no setor público (75%), reforçando a dependência do funcionalismo como principal fonte de emprego. A renda familiar concentra-se entre R\$ 3.036,00 e R\$ 4.554,00 (75%), o que sugere relativa estabilidade econômica. Nenhuma entrevistada declarou possuir deficiência, e a composição domiciliar é reduzida, com residências de até três pessoas.

O perfil sugere um bairro com população jovem, predominantemente feminina, escolarizada e com vínculos profissionais e afetivos fortes com o município.

### 6.12.2 BAIRRO E MORADIA

Quatro pessoas foram entrevistadas neste bairro, e 50% respondeu que são regulares as condições



do setor; 1 entrevistado considera boa (25%), e outro ótima (25%). Quanto às condições de sua moradia própria, 50% diz que é ótima e outros 50%, boa. À pergunta sobre se é suficiente a oferta de terrenos no bairro, 75% responderam que não é, e 1 entrevistado (25%), não soube opinar.

Em relação à coleta de lixo não houve entre os entrevistados deste bairro avaliação baixa. 50% consideram ótima, 25% boa e 25%, regular. O quesito iluminação pública recebeu maior conceito: 75% ótimo, 25%, bom; bem como no abastecimento de água, 50% consideram ótimo e 50%, bom. Quanto à rede de esgoto: 50% disseram que é regular, 25% ótimo e 25%, bom. A pavimentação do bairro dividiu as opiniões: 25% ótimo; 25% bom; 25% regular e 25% ruim. E no último ponto: limpeza e manutenção, 50% disse que é ótimo o serviço e 50%, que é bom.

### 6.12.3 SAÚDE PÚBLICA

Embora apenas 4 pessoas tenham respondido a pesquisa neste bairro, a tendência permanece: 50% consideram ótimo o atendimento público de saúde, 25% entende que é bom e 25%, regular. A marcação de consultas é tranquila para 75% e parcial para 25% dos entrevistados. Também 75% acreditam que a infraestrutura atende bem à população local, e 25% acredita que só parcialmente. Quanto às campanhas de saúde e área de prevenção, 50% consideram regular, 25% ótimo e 25% bom.

### 6.12.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Neste bairro também responderam a pesquisa 4 moradores. 50% considera ótima a infraestrutura da educação e 50%, boa. 50% acreditam que o currículo escolar atende às expectativas da sociedade, e 50%, acredita que só parcialmente. Os 2 entrevistados que disseram ter filhos, conseguem realizar matrícula anualmente. 50% tem filho na pré-escola (educação infantil), e 50%, no ensino funda-

mental I (1º ao 5º ano).

### 6.12.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Neste bairro foi possível ouvir apenas 4 moradores, 50% consideraram as condições das ruas e avenidas boa, e 50%, regular. Quanto à segurança para se andar a pé ou de bicicleta nas vias públicas, 50% disse que é seguro sim; e 50%, que é parcialmente seguro. Quanto ao fluxo de veículos e trânsito, 50% considera regular; 25%, bom, e 25% péssimo. Quanto à sinalização de trânsito, 75% considera parcialmente adequada, e 25%, adequada.

Dos entrevistados, 50% trabalham em bairro próximo, 25% em bairro distante e 25% está atualmente desempregado. Dos 4 entrevistados, metade se desloca de motocicleta, 25% de carro, e o que está desempregado, diz que praticamente não tem utilizado nenhum meio de transporte. Quanto à necessidade de transporte público, 50% acredita que é necessário, 25% não, e 25% não soube opinar. E se houvesse transporte público, metade diz que utilizaria, e metade disse que não utilizaria.

### 6.12.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

A pesquisa contemplou apenas 4 moradores deste bairro. Perguntados sobre a existência de espaços de lazer adequados, 50% disseram que são ótimos, 25% regulares, e 25% ruins. E sobre a manutenção desses espaços, 50% considera ótima, 25% boa, e regular os outros 25%. A respeito da preservação ambiental na região do bairro, 75% disseram que as áreas naturais estão preservadas, e 25% não soube opinar.

### 6.12.7 GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

No Setor Vila Nova, observa-se uma distribuição equilibrada quanto à percepção de representatividade política entre os moradores. Dos entrevistados, **50% afirmam sentir-se re-**

**presentados pelo poder público**, 25% apenas parcialmente e 25% não se sentem representados. Esse cenário reflete um grau de satisfação política moderado, com espaço para aprimoramento na comunicação e inclusão institucional da população.

Quanto à participação social, destaca-se que nenhum dos entrevistados afirmou nunca ter participado ou não ter interesse em participar: **50% já participaram de consultas públicas e os outros 50% demonstraram interesse em participar futuramente**. Tal dado reforça o potencial latente de engajamento cívico e fortalece a perspectiva de que, com mecanismos participativos mais efetivos, esse bairro pode apresentar avanços importantes na gestão democrática local.

### 6.12.8 COMENTÁRIOS

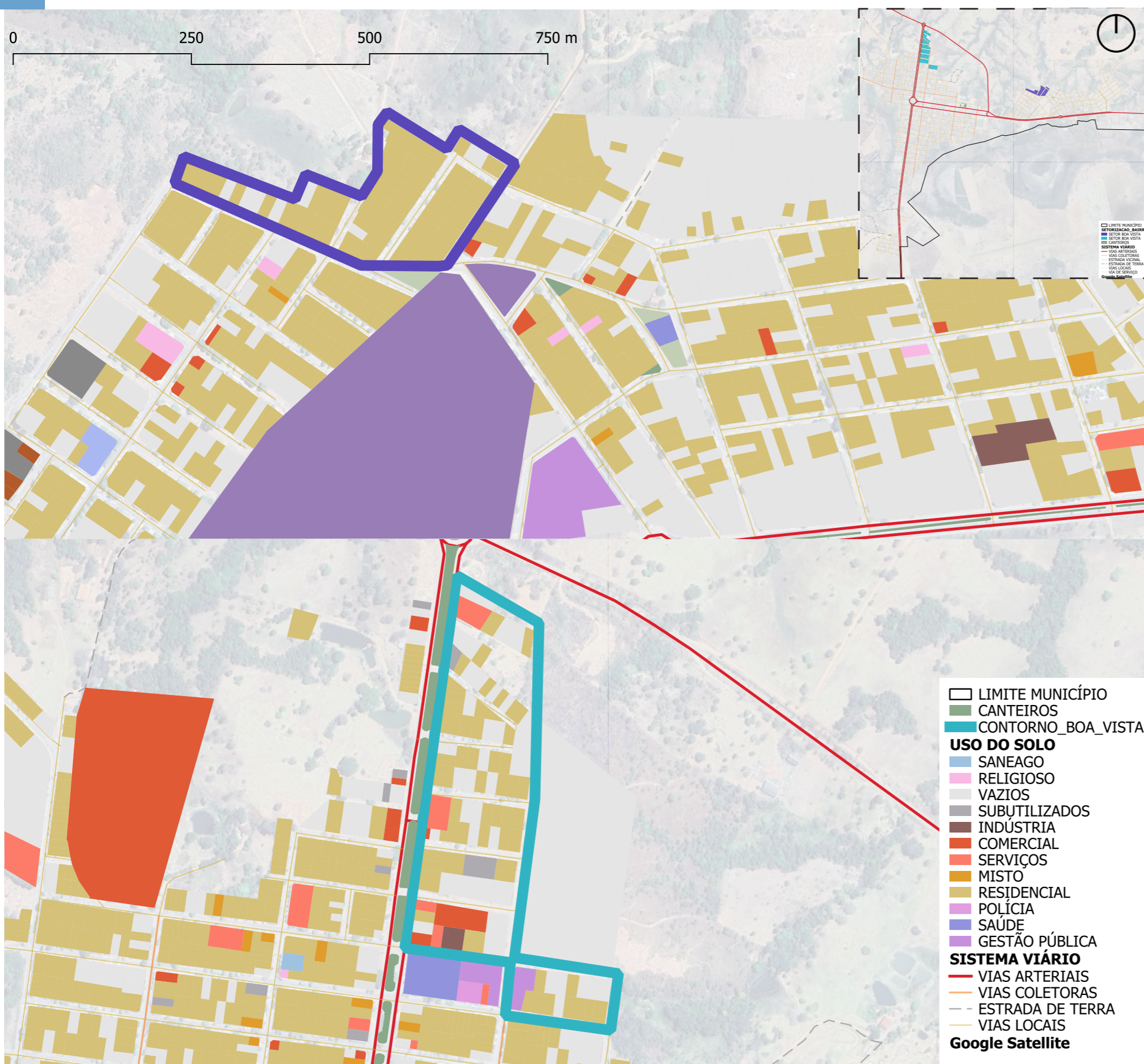
Os comentários demonstram também uma percepção positiva quanto ao momento atual da cidade, com reconhecimento de que Mara Rosa está em crescimento. Isso revela uma visão construtiva da população, interessada em colaborar para um crescimento urbano equilibrado e sustentável.

#### **Demandas Recorrentes**

Um dos principais apontamentos dos entrevistados refere-se à falta de **infraestrutura para o escoamento de águas pluviais**, o que, se não for tratado com planejamento adequado, pode comprometer a mobilidade urbana e gerar problemas de alagamentos, especialmente diante da expansão acelerada do município.

**A demanda por praças públicas, espaços de lazer e áreas verdes aparece de forma recorrente, o que evidencia a necessidade de infraestruturas que promovam o convívio comunitário**, o bem-estar social e a saúde da população — especialmente das crianças, público citado de forma específica nas sugestões. A criação de um parque arborizado, por exemplo, não apenas melhoraria a qualidade ambiental da área, mas também funcionaria como

equipamento urbano de requalificação paisagística e estímulo à convivência intergeracional (Lefebvre, 2000).



## 6.13 BOA VISTA

### OBSERVAÇÃO:

No processo de “setorização”, de acordo com o mapa da cidade fornecido pela prefeitura de Mara Rosa, duas localidades estavam nomeadas como “Loteamento Boa Vista”, ambos são setores ocupados de forma irregular. Até o momento da pesquisa, não foi esclarecida a situação, então considerou-se as duas localidades, uma vez que não foi possível identificar exatamente de onde vieram as respostas.

### 6.13.1 PERFIL DO MORADOR

A análise do perfil dos moradores do Setor Boa Vista, com base em três entrevistados, revela uma população predominantemente jovem — 66,6% até 29 anos — e de composição étnica diversa, com predominância de pardos (66,6%) e presença de um indivíduo indígena. A escolaridade é elevada: dois terços possuem ensino superior, o que mantém a tendência observada em outros bairros de Mara Rosa (GO), de níveis educacionais acima da média para pequenos municípios (IBGE, 2022).

Todos os entrevistados são servidores públicos, o que reforça a centralidade do funcionalismo no mercado de trabalho local. As composições domiciliares variam, indicando diversidade nas estruturas familiares. A renda declarada é baixa: apenas um entrevistado recebe entre R\$ 1.518,00 e R\$ 3.036,00, e outro apenas um salário mínimo, sendo que um preferiu não informar. Um dos pesquisados declarou possuir deficiência física. Todos nasceram no município, mas um indicou que talvez venha a deixar a cidade, o

que pode apontar para desafios em retenção da juventude local.

Esse perfil sugere um bairro com forte vínculo com o setor público, bom nível educacional, mas com limitações econômicas que podem influenciar a permanência dos moradores no território.

### 6.13.2 BAIRRO E MORADIA

A pesquisa conseguiu ouvir 3 pessoas deste bairro. E quanto às condições dele, cada uma teve opinião diferente, mas positivas: 33,33% ótimo: 33,33% bom, e 33,33% regular. E quanto as condições da própria moradia, 66,66% consideram regular e 33,33%, boa. 100% acham que é suficiente a oferta de terrenos no bairro. Quanto à coleta de lixo, 66,66% consideram que é ótima, 33,33%, boa.

As opiniões sobre a iluminação pública divergem: 33,33%, ótima: 33,33% regular, e 33,33%, ruim. Quanto ao abastecimento de água, 66,66% consideram bom e 33,33%, ótimo. Rede de esgoto, mesmo com tão poucos entrevistados neste bairro, manteve-se a tendência de opiniões divergentes: 33,33%, ótima, 33,33% regular e 33,33% péssima. E nos últimos quesitos: pavimentação e limpeza/manutenção do bairro, as respostas se mantiveram divididas entre ótima, regular e péssima.

### 6.13.3 SAÚDE PÚBLICA

Três pessoas foram entrevistadas, das quais, 66,66% considera ótimo o atendimento na saúde pública, e 33,33%, péssimo. 66,66% conseguem marcar consultas, e 33,33%, parcialmente. 66,66% entendem que a infraestrutura atende às necessidades da população, e 33,33% acha que só parcialmente. 66,66% consideram as campanhas e política de prevenção ótimas, e 33,33%, boa.

### 6.13.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Três pessoas foram entrevistas neste bairro, e 100% concordam

que a infraestrutura da educação é ótima em Mara Rosa. Os três também concordam que o currículo escolar atende às expectativas da sociedade. 66,66% dos entrevistados não tem filhos; 33,33% consegue matricular filho na rede pública. O entrevistado que é genitor, tem filho no ensino Infantil, pré-escola.

### 6.13.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Dos 3 entrevistados deste bairro, 66,66% consideram regular as condições das ruas e avenidas de seu bairro, e 33,33%, boa. E 66,66% consideram seguro se deslocar a pé ou de bicicleta, enquanto 33,33%, não. Cada entrevistado tem opinião diferente sobre a qualidade do fluxo de veículos e trânsito: 33,33%, ótimo; 33,33% bom, e 33,33%, regular. 100% entendem que a sinalização de trânsito é parcialmente adequada.

Um entrevistado trabalha no próprio bairro, outro em setor distante e o terceiro, na zona rural, e eles se locomovem de carro, outro de motocicleta e o terceiro de bicicleta. 100% entendem que é necessário transporte público na cidade, e caso houvesse, 100% dos entrevistados afirmam que utilizariam.

### 6.13.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Os 3 entrevistados no bairro concordam que existem espaços de lazer ótimos ali. 66,66% entendem que a manutenção desses espaços e equipamentos é ótima e 33,33%, que é boa. Quanto à preservação ambiental, 66,66% acreditam que ocorre plenamente, enquanto 33,33%, que ela é parcial.

### 6.13.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Com apenas 3 entrevistados no bairro, tivemos 33,33% de resposta para cada uma das opções da pergunta: você se sente representado politicamente? Um respondeu que sim, outro, parcial-

mente, e o terceiro disse que não. 66,66% dos entrevistados neste bairro, nunca participaram de uma consulta popular realizada no município, e 1 entrevistado (33,33%), disse que sim.

## 6.13.8 COMENTÁRIOS

### Demandas Recorrentes

As manifestações dos moradores do Setor Boa Vista evidenciam preocupações centrais relacionadas à infraestrutura urbana e aos serviços públicos essenciais, sobretudo no que tange à **qualidade do asfalto e ao acesso aos serviços de saúde**. Tais demandas dialogam com o crescimento do município e com a ampliação das necessidades urbanas decorrentes desse processo, demonstrando a urgência de investimentos públicos estruturantes para a região (Brasil, 2001).

A sugestão para a **criação de praças públicas voltadas ao lazer e ao convívio social também é uma demanda recorrente**, sinalizando a carência de espaços de uso coletivo e qualificados que favoreçam a permanência dos moradores no bairro. Essa carência de áreas verdes e equipamentos de lazer está diretamente relacionada à qualidade de vida urbana.

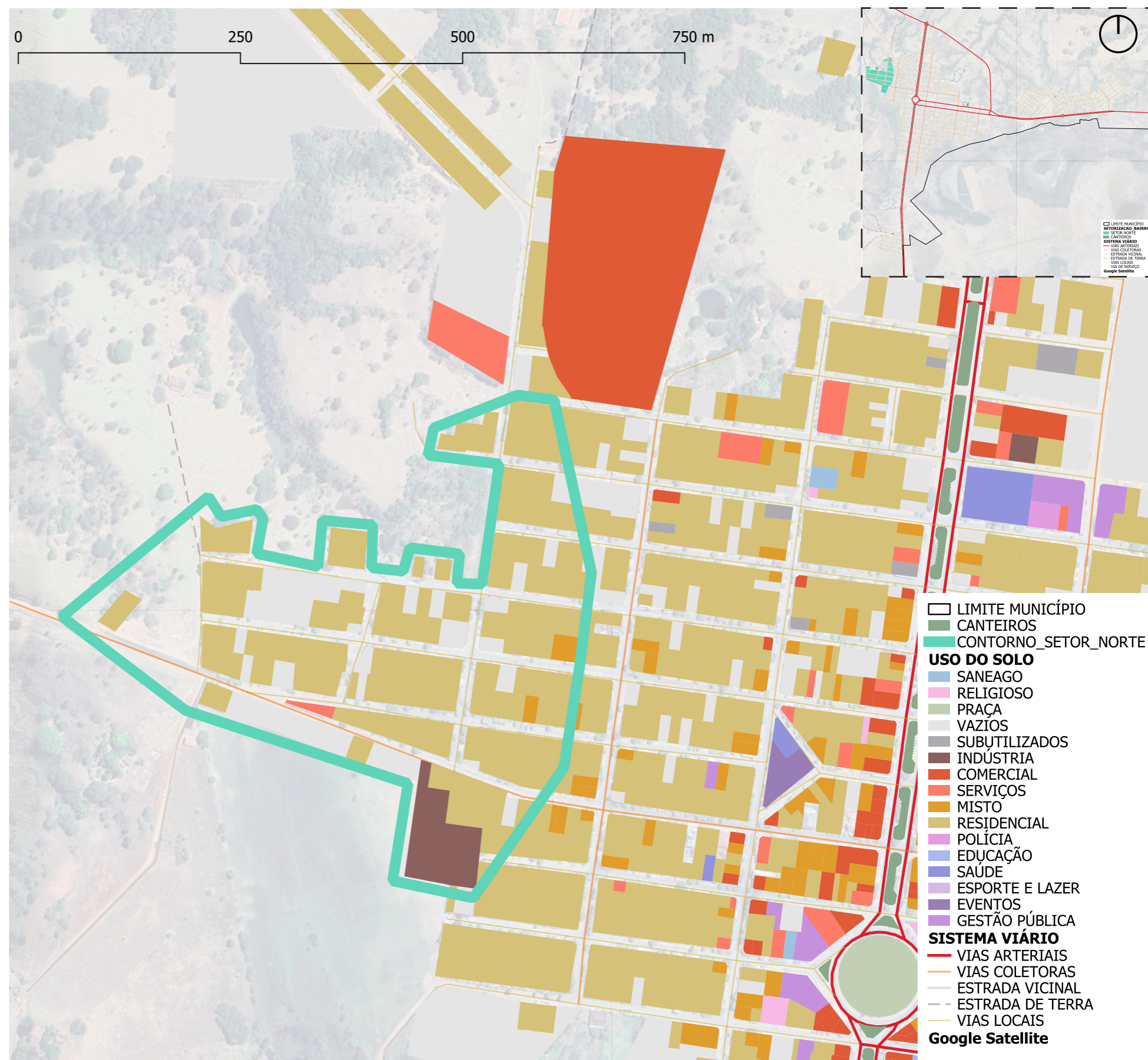
## 6.14 NORTE

### 6.14.1 PERFIL DO MORADOR

A análise do perfil das moradoras do Setor Norte, embora baseada em uma amostra reduzida de apenas três entrevistadas, revela um padrão socioeconômico elevado e homogêneo. Todas as respondentes são mulheres, com idade entre 30 e 59 anos, predominantemente brancas (66,6%) e com elevado grau de escolaridade: 100% possuem curso superior, sendo que 66,6% têm pós-graduação, o que reflete um capital educacional superior à média municipal, onde o ensino médio é a escolaridade predominante em muitos bairros.

A totalidade das entrevistadas atua como servidoras públicas, categoria ocupacional predominante em pequenos municípios e frequentemente associada à estabilidade econômica (IBGE, 2022). As faixas de renda também confirmam esse padrão: dois terços recebem mais de R\$ 7.590,00 mensais, valor que supera a média. Nenhuma das entrevistadas declarou possuir deficiência, e a composição domiciliar sugere domicílios pequenos e de perfil adulto, com até três moradores por residência.

Duas moradoras são naturais de Mara Rosa e a terceira reside há mais de uma década no município. Ademais, todas expressaram intenção de permanecer na cidade, o que pode refletir um alto grau de satisfação com as condições de vida do bairro. Essa estabilidade e qualificação das moradoras do Setor Norte reforçam o papel estratégico da administração pública no fortalecimento de políticas urbanas que garantam a permanência da população economicamente ativa e qualificada.



### 6.14.2 BAIRRO E MORADIA

Neste bairro também foram ouvidos apenas 3 moradores. 66,66% consideram boas as condições do bairro, e 33,33%, ótimas. Quanto à própria moradia, 66,66% acham ótima e 33,33%, boa. Para 66,66% não é suficiente a oferta de terrenos no setor, e 33,33%, sim. A coleta de lixo dividiu as opiniões: 33,33% ótima, 33,33% boa, e 33,33% regular. Quanto à iluminação pública, 66,66% disse que é regular, e 33,33%, boa.

Em relação ao abastecimento de água no bairro, 66,66% consideram bom e 33,33%, ótimo. Em relação à rede de esgoto as opiniões são parecidas: 66,66% bom e 33,33% ótimo. No quesito pavimentação asfáltica do bairro, 66,66% consideram regular, e 33,33% boa. E quanto à limpeza e manutenção do setor, para 66,66% é boa e 33,33%, regular.

### 6.14.3 SAÚDE PÚBLICA

Para 100% dos entrevistados no bairro, o atendimento no serviço de saúde é ótimo, e 66,66% não tem dificuldades para marcação de consultas, sendo que 33,33% encontra dificuldade parcial. Em relação à infraestrutura de saúde do município, se consideram capaz de atender à população, 100% acreditam que sim. Quanto às campanhas e trabalho de prevenção na saúde, 66,66% avaliam como bom, e 33,33%, como ótimo.

### 6.14.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Neste bairro também foi possível entrevistar apenas 3 pessoas. E aqui os posicionamentos são divergentes: 33,33% considera boa a infraestrutura educacional, 33,33% considera regular e 33,33%, ruim. 66,66% consideram que o currículo escolar atende parcialmente às expectativas da sociedade; 33,33% acredita que atende sim. 100% conseguiram realizar matrícula dos filhos no ensino público. Dos fi-

hos dos entrevistados, 66,66% já não estão mais em fase escolar e 33,33% faz curso superior.

### 6.14.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Neste bairro também foi possível colher respostas de apenas 3 moradores. Em relação à condição das ruas e avenidas do bairro, 33,33% disse que é boa; 33,33%, que é regular e 33,33%, que é ruim. Quanto à segurança dos pedestres e ciclistas, 66,66% vê como parcial, e 33,33% inexistente. Para 66,66% é regular o fluxo de veículos e o trânsito, e 33,33% acredita que é ruim. A maioria, 66,66% não consideram adequada a sinalização de trânsito, e 33,33%, considera adequada.

Todos os entrevistados trabalham em bairro próximo à sua residência, 66,66% se locomovem de automóvel e 33,33%, de motocicleta. Quanto à pergunta sobre se o entrevistado acredita que precisa de transporte público, um entrevistado respondeu que sim; outro, que não, e o terceiro disse que não saberia opinar. E respondendo à pergunta se usaria ônibus, se tivesse no bairro, 66,66% responderam que sim, e 33,33%, que não utilizaria do serviço.

### 6.14.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Neste bairro as opiniões tão bem divididas entre os 3 pesquisados: 33,33% considera os espaços de lazer ótimos; 33,33%, entendem que é bom, e 33,33%, vê apenas como regular. As mesmas opiniões de ótimo, bom e regular são aplicados quanto ao quesito manutenção dos espaços de lazer. Quanto à preservação ambiental, 66,66% disseram que não sabem opinar sobre o tema, e 33,33% disse que é parcial a preservação do meio ambiente em seu bairro.

### 6.14.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Com entrevista aplicada a 3 moradores do bairro, ao respon-

derem sobre a percepção de se sentirem ou não representados pelo poder público, cada um (33,33%) respondeu: sim, se sente representado; se sente parcialmente representado, e não se sente representado. E 100% dos entrevistados no Setor Norte já participaram de alguma audiência pública de consulta popular.

#### 6.14.8 COMENTÁRIOS

Os comentários referentes ao Setor Norte, embora provenientes de um número reduzido de moradores, revelam preocupações importantes com qualidade da educação, sustentabilidade urbana e permanência da população jovem no município. A comunidade demonstra um elevado nível de consciência cívica e crítica social, o que pode ser atribuído, em parte, ao perfil dos moradores identificado na pesquisa.

##### **Demandas Recorrentes**

Entre as principais demandas, destaca-se a **melhoria da infraestrutura escolar**, com sugestões detalhadas que vão desde salas de contra turno para alunos com dificuldades de aprendizagem até a criação de anfiteatros, salas de estudo e planejamento para professores, além de espaços apropriados para recreação e reuniões pedagógicas. Isso demonstra uma preocupação com a qualidade do ensino e o ambiente escolar como espaço de inclusão, desenvolvimento intelectual e social.

Outro destaque é a **valorização das políticas públicas voltadas à sustentabilidade urbana, com propostas de implantação de lixeiras fixas e arborização regular ao longo das calçadas, bem como a coleta de lixo diária**. Os comentários também reforçam a percepção de que o setor já possui uma ambiência limpa e agradável, com presença de áreas verdes, o que deve ser mantido e incentivado como parte de um plano urbanístico de longo prazo.

A menção à **criação de projetos voltados aos universitários** evidencia uma preocupação recorrente nas cidades de peque-

no porte: a evasão de jovens para centros maiores em busca de educação superior. Isso reforça a necessidade de políticas que foquem a permanência da juventude por meio de oferta de cursos técnicos, parcerias com universidades e incentivos ao empreendedorismo local.

## 6.15 NOVO HORIZONTE II

### 6.15.1 PERFIL DO MORADOR

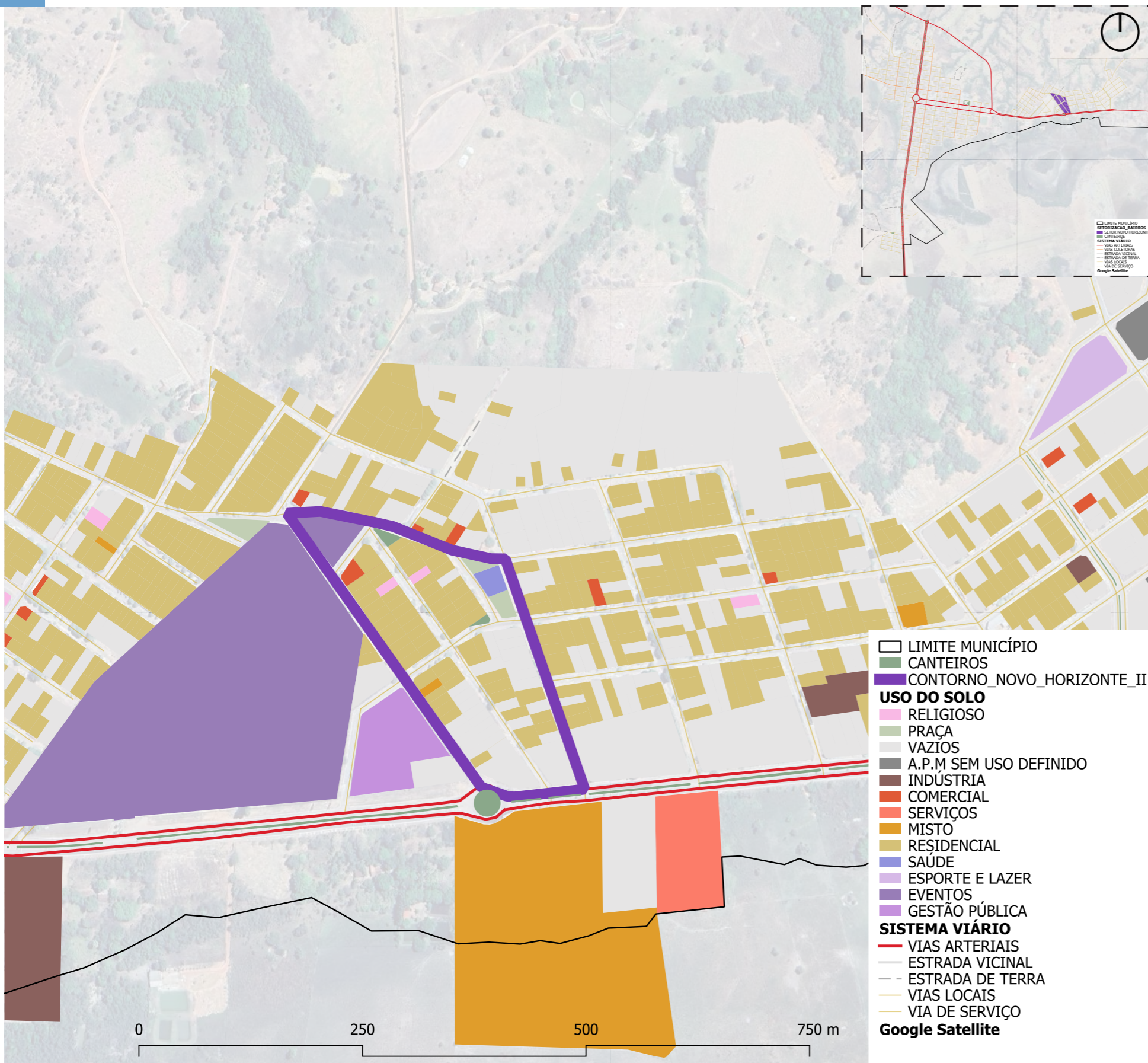
Com base no único questionário respondido durante a pesquisa, apresenta um panorama bastante restrito, mas ainda assim relevante para fins de diagnóstico urbano qualitativo. O respondente representa 0,2% do total da amostra e, apesar do tamanho limitado da base, seu perfil oferece pistas sobre as condições socioeconômicas e demográficas do bairro, principalmente quando comparado ao perfil dos demais setores de Mara Rosa (GO).

Somente um homem na faixa de 40 a 49 anos, pardo, respondeu o questionário neste bairro. Ele tem ensino médio, não possui qualquer deficiência física e trabalha como autônomo. Mora sozinho e preferiu não falar sua faixa de renda. Mora há mais de 6 anos na cidade e respondeu que talvez se mudará da cidade.

Mesmo sendo um dado isolado, essa configuração pode servir de alerta para o poder público no sentido de ampliar os instrumentos de escuta qualificada.

### 6.15.2 BAIRRO E MORADIA

Apenas 1 morador do setor respondeu o questionário proposto na pesquisa. Quanto às condições do bairro, o entrevistado considerou ótimas, bem como de sua própria casa. Ele entende que a oferta de terrenos no setor é suficiente e considera ótimo o serviço de coleta de lixo ali. A iluminação pública é ótima, bem como o abastecimento de água e rede



de esgoto no bairro. O entrevistado também avaliou como ótimo a pavimentação e a limpeza e manutenção dos espaços públicos em seu bairro.

### **6.15.3 SAÚDE PÚBLICA**

Apenas uma pessoa residente neste bairro respondeu o questionário proposto neste trabalho. Ela considera ótimo o atendimento no serviço público de saúde e não tem dificuldade na marcação de consultas. Acredita que a infraestrutura atende às necessidades da população de Mara Rosa, e avalia como ótimo o serviço de saúde na área de prevenção e campanhas.

### **6.15.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Neste bairro foi possível entrevistar apenas um morador, que considera ótima a infraestrutura da educação em Mara Rosa, e acredita que o currículo escolar atende às expectativas da sociedade. O entrevistado não tem filhos e por isso as demais questões ficam prejudicadas.

### **6.15.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE**

Também neste bairro foi possível entrevistar apenas um morador. O pesquisado afirmou que é péssima a condição das ruas e avenidas em seu setor, e considera parcialmente seguro nadar a pé ou de bicicleta nas vias públicas. Para ele o fluxo de veículos e trânsito é péssimo e a sinalização de trânsito não é adequada. O pesquisado trabalha em outro município e usa automóvel sempre. Acredita que é necessário transporte público ali e usaria, se houvesse.

### **6.15.6 MEIO AMBIENTE E LAZER**

Neste bairro foi possível entrevistar apenas um morador. Perguntado sobre a existência de espaços de lazer, e como os avalia, ele respondeu que são ótimos esses espaços. E em relação à manutenção desses espaços, o entrevistado também manifestou que tem sido ótima. E quanto à pergunta sobre a preservação ambiental em sua zona residencial, o entrevistado respondeu que sim, que ali ocorre preservação ambiental.

### **6.15.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO**

Neste bairro foi possível aplicar o questionário a apenas uma pessoa. Ela respondeu que sim, se sente representada pelo poder público, ou seja, politicamente, e nunca participou de uma consulta popular.

### **6.15.8 COMENTÁRIOS**

Não houve comentário.

## 6.16 PORTAL DO SOL

### 6.16.1 PERFIL DO MORADOR

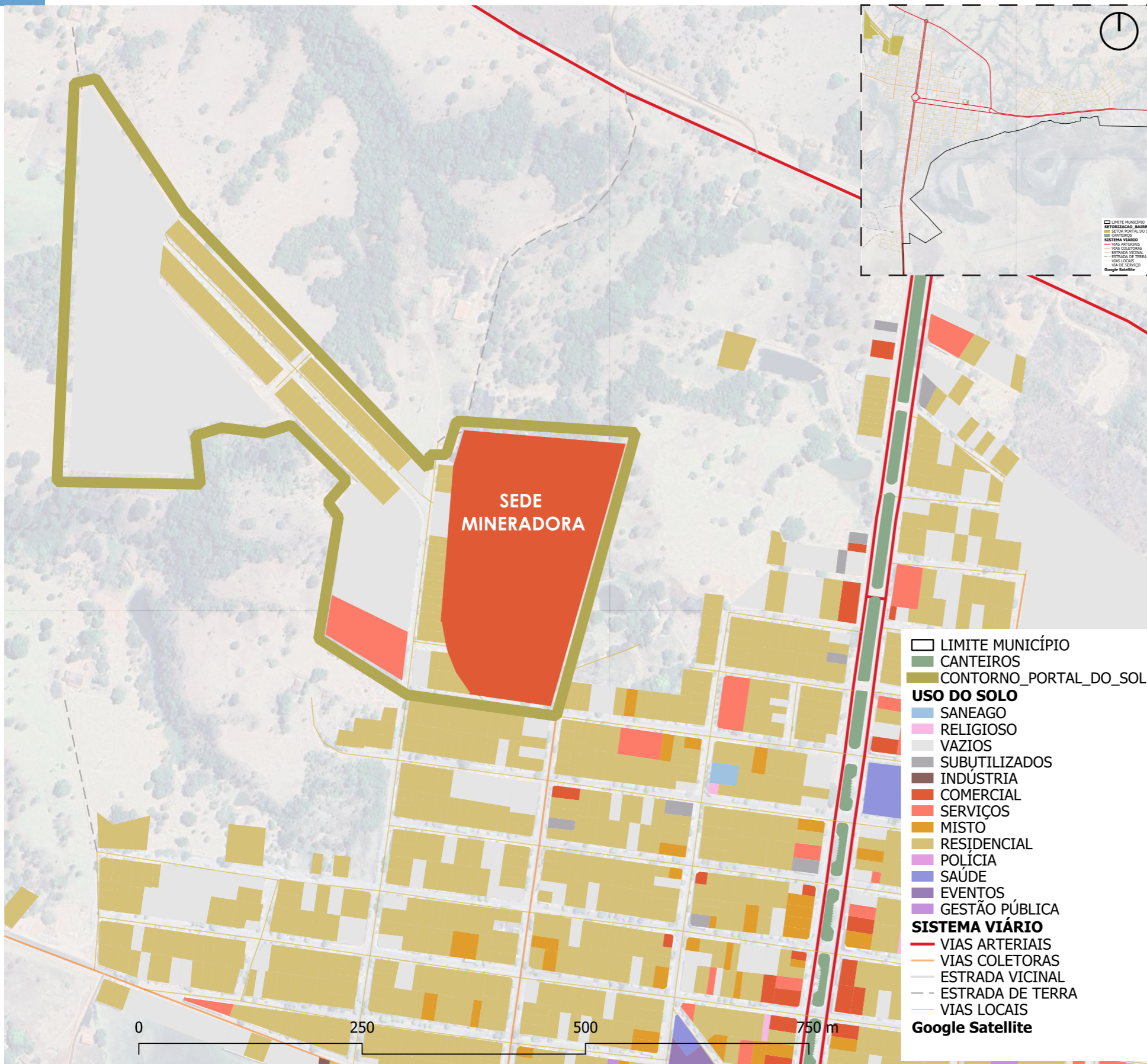
A análise do Setor Portal do Sol, é limitada em virtude do baixo número de respondentes da pesquisa de perfil socioeconômico — apenas uma pessoa, o que representa 0,2% do total de entrevistados. Apesar da amostra restrita, alguns apontamentos podem ser feitos, considerando-se as características da moradora e comparando-as às tendências gerais observadas nos demais bairros do município.

Uma jovem na faixa etária de 19 a 29 anos, branca, que possui curso superior, não possui nenhuma deficiência física e trabalha de carteira assinada. Mora sozinha e tem renda na faixa de R\$ 1.518,00 a R\$ 3.036,00. Vive há menos de 1 ano em Mara Rosa, mas não pretende mudar-se de lá.

Em síntese, embora a amostra reduzida impossibilite generalizações, o perfil identificado no Setor Portal do Sol evidencia características que se alinham a uma população urbana emergente, jovem, escolarizada e economicamente ativa. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à habitação, infraestrutura e acesso a serviços de qualidade para sustentar a permanência desses novos moradores e estimular o crescimento equilibrado do setor.

### 6.16.2 BAIRRO E MORADIA

Também foi possível entrevistar apenas 1 morador do local. Para ele as condições do bairro são péssimas, sua moradia é regular, a oferta de terrenos no bairro é insuficiente, a coleta de lixo é ótima, a ilumi-



nação pública, regular; o abastecimento de água é ótimo e a rede de esgoto, regular. E tanto a pavimentação quanto a limpeza e manutenção do bairro também considerou ótimas.

### 6.16.3 SAÚDE PÚBLICA

Também neste bairro somente uma pessoa participou da pesquisa proposta. Ela considera o atendimento de saúde péssimo e não consegue marcar consulta. Acha que a infraestrutura não atende às necessidades da população toda, e considera péssima a política municipal na área de prevenção e campanhas de saúde.

### 6.16.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Neste bairro também foi possível aplicar o questionário a apenas um morador. Segundo o entrevistado, é boa a infraestrutura da educação no bairro e no município. O ouvido entende que o currículo escolar atende apenas parcialmente às expectativas da sociedade. E como o entrevistado não tem filhos, as demais questões ficam prejudicadas.

### 6.16.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Foi possível entrevistar apenas um morador deste bairro. Ele responde que considera ótima a condição das ruas e avenidas do setor, e que é seguro andar a pé ou de bicicleta nas vias públicas. Quanto ao fluxo de veículos e trânsito, entende que é ótimo, embora a sinalização seja parcialmente adequada. O entrevistado trabalha na zona rural e normalmente se desloca de automóvel. Não precisa de transporte público, mas se tivesse, utilizaria.

### 6.16.6 MEIO AMBIENTE E LAZER

Também neste bairro foi possível entrevistar apenas um morador. Perguntado sobre a existência e opinião a respeito de espaços de lazer, a resposta foi que é ruim o serviço ali, embora a manutenção do pouco que tem lá é boa. Perguntado a respeito da preservação ambiental à sua volta, no seu bairro, o entrevistado disse que a área é sim, preservada.

### 6.16.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Neste bairro também, o questionário só foi respondido por 1 morador. Perguntado sobre seu sentimento de ser ou não representado pelo poder público, respondeu que se sente parcialmente representado. E sim, já participou de consulta popular realizada naquele município.

### 6.16.8 COMENTÁRIOS

#### Demandas Recorrentes

No Setor Portal do Sol, houve apenas um comentário indicando preocupações com a **mobilidade urbana**, especialmente pela **falta de organização no estacionamento de veículos, o que compromete a visibilidade e segurança nas ruas**. Outro ponto crítico é a **ausência de profissionais especializados na saúde pública**, como oftalmologistas, tanto nos postos quanto no hospital municipal.

Apesar dessas limitações, o bairro apresenta potencial de desenvolvimento, com moradores jovens, qualificados e inseridos no mercado de trabalho formal, o que sinaliza possibilidades de consolidação urbana e social, caso as demandas básicas sejam atendidas.

# 7 DIRETRIZES URBANAS

Diretrizes urbanas são orientações estratégicas que guiam o planejamento, o ordenamento e a gestão do território urbano, com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano, o bem-estar da população e o uso racional dos recursos naturais. Elas atuam como um conjunto de princípios e objetivos que informam as políticas públicas, os planos diretores, os projetos urbanos e a formulação de normas urbanísticas.

Conforme destaca o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), as diretrizes urbanas são instrumentos fundamentais para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana, e devem ser formuladas de forma participativa, envolvendo a população no processo decisório. Tais diretrizes devem ser incorporadas à revisão do Plano Diretor Municipal, garantindo um desenvolvimento urbano equilibrado, inclusivo e ambientalmente responsável, como previsto no Estatuto da Cidade.

TABELA XX - Quadro Síntese Diretrizes Urbanas

Eixo Temático	Problemas Identificados	Potencialidades
<b>Infraestrutura Urbana</b>	- Ruas com pavimentação precária ou inexistente em vários bairros - Ausência ou falhas em calçadas e drenagem - Ausência de um Anél Viário para desviar o trânsito pesado de dentro da cidade	- Presença de pavimentação em áreas centrais - Potencial para requalificação de espaços públicos
<b>Habitação e Loteamentos</b>	- Déficit habitacional crescente - Aluguéis caros - Lotes baldios sem uso social ou infraestrutura	- Espaço urbano disponível para expansão planejada - Interesse em loteamentos populares
<b>Saneamento Básico</b>	- Falta de rede de esgoto em vários bairros - Sobrecarga da ETE atual - Ligações irregulares de Água Pluvial	- Capacidade de ampliação do sistema existente - Água potável atendendo 100% da zona urbana
<b>Mobilidade e Trânsito</b>	- Ausência de sinalização adequada - Trânsito afetado por veículos pesados - Falta de redutores e semáforos	- Localização estratégica com acesso à FICO - Alta conectividade com municípios vizinhos
<b>Meio Ambiente</b>	- Queimadas em lotes baldios - Escassez de áreas verdes e arborização - Falta de gestão ambiental efetiva	- Clima e relevo favoráveis à implantação de áreas verdes - Percepção positiva da população sobre preservação em bairros centrais
<b>Espaços de Lazer</b>	- Déficit de praças - Manutenção irregular de áreas existentes - Solicitação de clube municipal	- Reconhecimento de bons espaços no Centro - Demanda forte por lazer comunitário sustentável
<b>Saúde</b>	- Falta de médicos especialistas (como pediatra e oftalmologista)	- Boa cobertura da atenção básica
<b>Educação</b>	- Falta de estrutura em escolas públicas	- Alto nível de escolaridade em diversos bairros
<b>Aspectos Socioeconômicos</b>	- Desemprego e informalidade em parte da população - Baixa renda em setores periféricos	- Forte presença de servidores públicos - Potencial para polo agroindustrial e ferroviário
<b>Gestão e Participação</b>	- Participação ainda tímida da população em consultas públicas em alguns bairros	- Percepção majoritária de representação política - Interesse crescente pela gestão democrática

Fonte: Autor, 2025.

## 7.1 Ordenamento Territorial e Uso do Solo

### Diretrizes propostas:

- Incentivar o adensamento urbano controlado nas áreas já servidas por infraestrutura.
- Reaproveitar vazios urbanos e coibir parcelamentos irregulares.
- Priorizar usos mistos (residencial/comercial) em áreas centrais para dinamizar a cidade.

**Exemplo:** Revisar o zoneamento para permitir maior diversidade de usos no entorno da Avenida Bernardo Sayão, otimizando a infraestrutura existente.

**Referência:** VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

## 7.2 Mobilidade e Acessibilidade

### Diretrizes propostas:

- Criar infraestrutura para ciclistas e pedestres.
- Melhorar a sinalização viária e controlar o tráfego de veículos pesados.
- Criação de um Anél Viário.
- Implantar calçadas acessíveis e seguras em todos os bairros.

**Exemplo:** Criar ciclovias ligando bairros populosos como Vila União e Setor Oeste ao Centro.

**Referência:** GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

## 7.3 Habitação e Inclusão Social

### Diretrizes propostas:

- Criar programas de habitação popular com infraestrutura completa;
- Promover regularização fundiária e acesso à escritura;

- Estimular construções em terrenos ociosos por meio de IPTU progressivo;

**Exemplo:** Desenvolver um programa municipal de habitação para famílias com renda de até 2 salários mínimos nos setores mais afastados, com apoio do Estado.

**Referência:** Brasil. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.

Uma das principais fragilidades do planejamento territorial de Mara Rosa refere-se à **ausência de regularização fundiária em determinadas áreas urbanas**. No município, diversos imóveis ainda se encontram em situação irregular, embora já exista a implementação de processos de regularização por meio da REURB – Regularização Fundiária Urbana.

Atualmente, os bairros Sol Nascente, Vila Nova, Jardim Novo Horizonte, e parte das regiões Vila União e Setor Oeste são considerados zonas prioritárias nesse processo de regularização, dado que apresentam ocupações informais que carecem de conformidade legal e urbanística.

O processo de implantação e expansão da atividade mineradora provoca alterações profundas no espaço urbano. A chegada de empresas extrativistas é comumente acompanhada por um aumento da população, atraída por oportunidades de trabalho direto e indireto, o que resulta em pressão sobre a infraestrutura urbana, como habitação, transporte, saúde e educação. Tais mudanças frequentemente ocorrem de maneira acelerada, dificultando o planejamento urbano e a gestão eficiente do território (Corrêa, 2007).

## 7.4 Meio Ambiente e Áreas Verdes

### Diretrizes propostas:

- Criar e manter parques urbanos e corredores verdes.
- Recuperar áreas degradadas e margens de cursos d'água.
- Implantar programa de arborização urbana com espécies

nativas.

**Exemplo:** Transformar vazios urbanos em áreas de lazer verde nos bairros com pouca cobertura vegetal como Setor Sol Nascente.

**Referência:** MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo urbano: planejamento e projetos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

## 7.5 Desenvolvimento Econômico

### Diretrizes propostas:

- Implantar um distrito agroindustrial com incentivo fiscal.
- Integrar a logística local à malha ferroviária e rodoviária regional.
- Incentivo

**Exemplo:** Aproveitar a conexão da FICO - FNS - FIOL para atrair indústrias de beneficiamento de grãos e mineração através da criação de um Porto Seco Ferroviário e polo logístico.

**Referência:** CARRANZA, Adriana. Pequenas cidades: um olhar sobre o urbano em Goiás. Goiânia: UFG, 2015.

A FICO oferece uma alternativa mais barata e eficiente ao transporte rodoviário para o escoamento da produção agrícola e mineral. Com o porto seco em Mara Rosa, a cidade se torna um ponto de transbordo, onde os produtos podem ser carregados diretamente nos trens para serem transportados para portos e mercados consumidores. Isso reduz os custos logísticos e aumenta a competitividade dos produtos da região.

A escolha de Mara Rosa para sediar o porto seco da FICO/FNS e FIOL representa uma oportunidade única para o município e a região Norte de Goiás, consolidando a cidade como um ponto estratégico no setor logístico Brasileiro. No entanto, o município precisa se preparar para lidar com os desafios que acompanham esse desenvolvimento, adotando práticas de crescimento sustentável e planejado.

## 7.6 Saneamento Ambiental e Infraestrutura

### Diretrizes propostas:

- Expandir a cobertura da rede de esgoto e drenagem pluvial.
- Melhorar o controle das ligações irregulares e prevenir contaminações.
- Implementar política de coleta seletiva de resíduos.

**Exemplo:** Ampliar a rede de esgotamento nos setores Novo Horizonte e Residencial Vista Bela até 2030, priorizando os pontos de expansão urbana.

**Referência:** BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB. Brasília, 2019.

## 7.7 Cultura, Lazer e Esporte

### Diretrizes propostas:

- Criar espaços de lazer públicos como praças, centros culturais e clubes municipais.
- Apoiar manifestações culturais locais e festas tradicionais.
- Promover o acesso democrático ao esporte nos bairros.

**Exemplo:** Construção de um clube municipal com piscinas, quadra e áreas verdes no Setor Oeste, como sugerido por moradores.

**Referência:** BRASIL. Ministério das Cidades. Caderno de Leitura do Território. Brasília, 2023.

## 7.8 Educação e Qualificação Profissional

### Diretrizes propostas:

- Implantar centros de ensino técnico e superior descentralizados, com parcerias com instituições públicas e privadas, visando reter os jovens no município.
- Garantir a inclusão de espaços de apoio pedagógico, como bibliotecas comunitárias, salas multifuncionais e áreas de estudo nos bairros periféricos.

- Ampliar a rede de equipamentos públicos educacionais, garantindo cobertura suficiente de creches, especialmente nos bairros em expansão urbana, como suporte às mães que trabalham, conforme proposto por moradores de bairros como Setor Novo Horizonte.

**Exemplo:** Construção de uma creche pública no Setor Novo Horizonte, combinada a um centro de apoio pedagógico com biblioteca e internet gratuita, considerando o crescimento da população jovem e a demanda expressa nos relatos de moradores por espaços que auxiliem mães trabalhadoras.

**Referência:** BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Brasília: MEC, 2014.

# 8 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou desenvolver um diagnóstico urbano do município de Mara Rosa (GO), com enfoque nas especificidades locais relacionadas à produção agrícola (açúcar), à atividade mineradora e à infraestrutura logística. O estudo demonstrou que Mara Rosa apresenta potenciais econômicos relevantes, mas enfrenta desigualdades territoriais e socioeconômicas persistentes, que se refletem em variáveis como renda, escolaridade, ocupação, gênero, etnia e composição familiar.

A análise territorial evidenciou padrões socioespaciais bem definidos entre os bairros, nos quais há concentração de melhores condições de vida nos setores centrais e residenciais consolidados — como o Centro, Residencial Vista Bela e Setor Oeste — e situações de maior vulnerabilidade em bairros periféricos e de expansão, como o Setor Aeroporto, Setor Vila Nova e Residencial Carlos Dias de Medeiros. A presença do funcionalismo público como principal ocupação em vários bairros, embora traga estabilidade de renda, aponta para dependência econômica do Estado e baixa diversificação produtiva (IPEA, 2020; Maricato, 2011).

A estrutura urbana do município também reflete as transformações trazidas pela mineração e pelas perspectivas de conexão com a malha ferroviária nacional, que poderão impulsionar o desenvolvimento regional, desde que acompanhadas de políticas de ordenamento territorial, inclusão social e sustentabilidade (PNUD, 2020; Rolnik, 2016).

Este diagnóstico contribui com subsídios técnicos e analíticos

para a formulação de diretrizes urbanísticas mais inclusivas e sensíveis à realidade local, podendo servir como base para a revisão do Plano Diretor de Mara Rosa.

A abordagem integrativa entre diagnóstico técnico e diagnóstico participativo, especialmente a partir da análise da pesquisa de satisfação dos moradores, permitiu captar as percepções subjetivas da população sobre os desafios e as prioridades do município, fortalecendo a dimensão democrática do planejamento urbano (Carlos, 2001; Ministério das Cidades, 2018).

Além disso, ao relacionar variáveis quantitativas como renda, escolaridade, faixa etária, gênero e raça/etnia à ocupação do território, o trabalho evidencia desigualdades estruturais que afetam diretamente o acesso aos direitos urbanos, como habitação, mobilidade, infraestrutura e oportunidades econômicas (IBGE, 2022; IPEA, 2020).

Embora o estudo tenha sistematizado um conjunto relevante de informações primárias e secundárias, algumas limitações foram identificadas. A primeira diz respeito à escassez de dados atualizados de nível desagregado por bairro, especialmente no que se refere à infraestrutura urbana e indicadores ambientais. Além disso, a baixa participação de alguns grupos sociais na pesquisa de campo, como pessoas com deficiência, indígenas e moradores da zona rural mais afastada, pode limitar a representatividade de certas análises.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento das dimensões ambientais e territoriais da mineração, com ênfase nos riscos ecológicos e sociais associados a barragens, cavas abertas e áreas contaminadas. Também é fundamental desenvolver estudos que avaliem a eficácia da aplicação dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e a sua relação com a promoção de desenvolvimento econômico sustentável e redução da minero-dependência (Brasil, 2015; Rolnik, 2016).

# 9 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 103-119, 2009.

AGÊNCIA RURAL. Dados sobre a produção de açafrão em Mara Rosa. Goiânia: Governo de Goiás, 2007.

ANDRADE, E. S. de. Aspectos econômicos da produção de açafrão no município de Mara Rosa – GO. Goiânia: UFG, 2004.

ARAUJO, F. F. de; NASCIMENTO, M. M. do; LIMA, I. M. C. de. Os impactos socioambientais da mineração no Brasil: um olhar sobre os conflitos em torno de empreendimentos minerários. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, v. 36, p. 51-68, 2014.

AVRITZER, Leonardo. *Democracia e as esferas públicas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AZEVEDO, E. B. *Toponímia e Urbanização em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.

BACELAR, J. E. *As cidades pequenas e os desafios da gestão urbana*. Salvador: UFBA, 2009.

BÁRBARA, Viníciu Fagundes; PEREIRA, Julião; SILVA, Daniela de Melo e; CARVALHO, Wanessa Fernandes; ANTONIOSI FILHO, Nelson Roberto. Avaliação química, ecotoxicológica e genotoxicológica de águas de cavas de minerações a céu aberto, Goiás, Brasil. In: *CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL*, 27., 2017, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: ABES/AESabesp, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340633951>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BARTHOLO, R. F. et al. Estudo socioeconômico da produção de açafrão em Mara Rosa. Brasília: Embrapa, 2005.

BRASIL. Como se caracteriza o município dentro da diversidade brasileira. In: *MINISTÉRIO DAS CIDADES. Caderno de Leitura do Território*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades>. Acesso em: 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *IDEB – Indicadores de Qualidade da Educação Básica*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade: Regula o art. 182 da Constituição Federal, institui diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 07 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.399, de 15 de dezembro de 1999. *Regulamenta as Normas Operacionais da Assistência à Saúde – NOAS-SUS*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 1999.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030)*. 178 p. Brasília. 2010.

BRASIL. Ordenamento Territorial Geomineiro. In: *BRASIL. Plano Nacional de Mine-*

ração 2030. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Mineração 2030: diagnóstico, diretrizes e ações. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2010.

BRASIL. Política Nacional de Royalties. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.465/2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.567, de 6 de novembro de 2018. Altera o Decreto nº 9.310/2018, que regulamenta a Lei nº 13.465/2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 2017.

BRASIL. Programa Mineração 2040: diretrizes para o setor mineral brasileiro. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2015.

CARAVELA INFORMAÇÃO. Economia de Alto Horizonte – GO. 2024. Disponível em: <https://www.caravela.info/dashboard/alto-horizonte-go>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, 2001.

CARRANZA, Adriana. Pequenas cidades: um olhar sobre o urbano em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2015.

CARVALHO, M. G. de; FONSECA, A.; FERNANDES, G. W. Compensação financeira pela exploração mineral: proposta de aplicação sustentável. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 5, n. 2, p. 345–360, 2012.

COELHO, M. C. N. et al. O contexto da mineração em Minas Gerais e em Itabira: uma leitura a partir das novas dinâmicas do capitalismo. Revista GEOgraphia, Niterói, v. 7, n. 13, p. 69–94, 2005.

COELHO, M. C. N. Minério-dependência e desigualdade em municípios mineiros. In: MINERAÇÃO EM GOIÁS: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS. 2021.

COIMBRA, D. M. Arranjos Produtivos Locais em Goiás. Goiânia: SEBRAE-GO, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 6. ed. São Paulo: Ática, 2011.

COUTINHO, Severino Alves. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. GeoTextos, [S. l.], v. 7, n. 1, 2011. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v7i1.5270. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5270>. Acesso em: 30 jul. 2022.

DATA SEBRAE. IG Mara Rosa, 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/>

[ig-mara-rosa/?utm\\_source=chatgpt.com](https://ig-mara-rosa/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 14 jun. 2025.

DE CASTRO, A. C.; SCHLAG, F.; CAMPOS, F. R. Análise das contribuições econômicas da Ferrovia Norte-Sul nos municípios goianos. Revista de Economia do Centro-Oeste, v. 4, n. 1, p. 31–48, 2018.

DE CASTRO, Aline Carvalho; SCHLAG, Fabricio; CAMPOS, Flávia Rezende. Análise das contribuições econômicas da Ferrovia Norte-Sul nos municípios goianos. Revista de Economia do Centro-Oeste, v. 4, n. 1, p. 31-48, 2018.

ENRIQUEZ, L. R. A mineração e a sustentabilidade local: o caso da CVRD em Parauapebas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 95–118, jan./fev. 2007.

ERICK, P. H. C.; COSTA, D. S.; REZENDE, S. E. F. Exploração do minério de cobre: impactos socioeconômicos na cidade de Alto Horizonte – GO. Revista Foco, v. 16, n. 11, 2023.

FERREIRA, Ana Lúcia. Urbanização e áreas de risco: desafios para a sustentabilidade urbana. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 58. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOIÂNIA (Município). Plano Diretor de Goiânia: Lei Complementar nº 336, de 13 de junho de 2022. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2022.

GOIÁS. Mineradora de ouro vai investir R\$ 1 bilhão em Goiás. Governo do Estado de Goiás, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/mineradora-de-ouro-vaiinvestir-r-1-bilhao-em-goias/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOVERNO DE GOIÁS. Mineradora de ouro vai investir R\$ 1 bilhão em Goiás. 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/mineradora-de-ouro-vai-investir-r-1-bilhao-em-goias/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biomas brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2020 – Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2025.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE. Produção agrícola municipal. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

- IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. Informações e análises da economia mineral brasileira. Brasília: IBRAM, 2013.
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. Informações e análises da economia mineral brasileira. Brasília: IBRAM, 2014.
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. Mineração e políticas públicas: análise e recomendações. Brasília: IBRAM, 2018.
- IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Mineração e cidades: os desafios do desenvolvimento territorial sustentável em municípios mineradores. Belo Horizonte: IGAM, 2020.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Indicadores Educacionais Municipais 2023. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- INFRA S.A. Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) – INFRA S.A. 2025. Disponível em: <https://www.infrasa.gov.br/ferrovias-da-infra-s-a/ferrovia-de-integracao-centro-oeste/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- INPI. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Indicação Geográfica: conceitos e benefícios. Rio de Janeiro, 2010.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Inclusão da pessoa com deficiência e políticas públicas no Brasil. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- JORNAL OPÇÃO. Conheça Alto Horizonte: 9º maior produtor de cobre e ouro do Brasil e saiba o que aconteceria com a economia se a mineração acabasse hoje. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/conheca-alto-horizonte-9o-maior-produtor-de-cobre-e-ouro-do-brasil-e-saiba-o-que-aconteceria-com-a-economia-se-a-mineracao-acabasse- hoje-712369/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LITMAN, T. Evaluating Public Transportation Health Benefits. Victoria Transport Policy Institute, 2020.
- LOPES, R. C.; ANDRADE, M. C. Diagnóstico urbano participativo: conceitos e metodologias. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 9, n. 1, p. 12-28, 2017.
- LUCK, H. Gestão educacional e suas interfaces. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LUNDIN MINING – BRASIL. Operação: cobre e ouro em Alto Horizonte. 2025. Disponível em: <https://lundinmining.com.br/operacao/>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- LYNCH, K. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1960.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARINOZZI, C. A. Avaliação da competitividade da produção de açafrão na microrregião de Porangatu – GO. UFG, 2002.
- MARQUES, A. C. Geologia e recursos minerais de Goiás: estrutura geológica e potencial econômico. Goiânia: UFG, 2011.
- MCHARG, I. Design with Nature. New York: Doubleday, 1969.
- MENDES, J. L. Planejamento urbano no Brasil: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora XYZ, 2014.
- MIDC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Produção agrícola e polos produtivos regionais. Brasília, 2007.
- MILANEZ, B. et al. (Org.). Mineração e desenvolvimento: uma crítica aos limites do neoextrativismo. Rio de Janeiro: FASE, 2017.
- MILANEZ, B. et al. A dinâmica da mineração e seus efeitos sobre as cidades: reflexões a partir de Paracatu (MG). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, n. 1, p. 23–39, jan./abr. 2019.
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C.; TAVARES, R. Mineração em Minas Gerais: uma análise das causas e impactos do rompimento da barragem em Mariana. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 10, n. 1, p. 7–32, 2010.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES (Brasil). Caderno de Diagnóstico Municipal: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Brasília: Ministério das Cidades, 2018.
- OLIVEIRA, Márcio José de. Mineração e urbanização: transformações territoriais no município de Alto Horizonte (GO). 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/113253>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World Health Statistics 2010. Geneva: World Health Organization, 2010. Disponível em: <https://www.who.int/whosis/whostat/2010>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- PEREIRA, R. M. Indicações geográficas: uma ferramenta de valorização regional. Revista Propriedade Intelectual, v. 5, n. 2, p. 44–52, 2010.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO HORIZONTE. Histórico da cidade. 2024. Disponível em: <https://www.altohorizonte.go.gov.br/historia-da-cidade/>. Acesso em: 14 JAN, 2025)

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARALINA – GO. História da cidade. Amaralina, GO. Disponível em: <https://amaralina.go.gov.br/historia-da-cidade/>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU – RJ. A cidade. Nova Iguaçu, RJ. Disponível em: <https://novaiguacu.go.gov.br/a-cidade/>.

QUINAN, L. R. Plano Diretor de Mara Rosa – GO. Goiânia: UFG, 2006.

REVISTA FERROVIÁRIA. Nasce uma ferrovia: FICO avança em Mara Rosa – obra estrutural para o Centro-Oeste. Junho 2024. Disponível em: <https://revistaferroviaria.com.br/2024/06/nasce-uma-ferrovia/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ROLNIK, Raquel. Cidade e democracia: direito à cidade e inclusão social. São Paulo: Boitempo, 2016.

SALAMONNI, M. Indicações geográficas: oportunidades para produtos tradicionais. Brasília: SEBRAE Nacional, 2010.

SANTOS, Silvio Humberto. A geografia da desigualdade racial no Brasil urbano. Salvador: EDUFBA, 2021.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2009.

SCLIAR, A. Políticas públicas para o setor mineral e o meio ambiente. In: Seminário Nacional sobre Política Mineral e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Planejamento estratégico para o arranjo produtivo local do açafraão de Mara Rosa. Goiânia, 2005.

SEPIN. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. Perfil socioeconômico de Mara Rosa. Goiânia: SEPIN, 2010.

SILVA, Carlos E.; GOMES, Mariana T. Infraestrutura urbana em áreas planas: desafios para cidades médias brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 1, p. 65-82, 2015.

SILVA, J. M.; SOUZA, A. A. Curcuma longa L. no Brasil: história e potencialidades. Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, v. 5, n. 2, p. 12–20, 1967.

SILVA, N. F. da. Cultura do açafraão. Horticultura Brasileira. Revista da Sociedade Brasileira de Olericultura. Brasília, v. 19, n.02, 2001.

SILVA, T. F. Diagnóstico participativo e a participação cidadã no planejamento urbano. Cadernos Metrôpole, v. 20, n. 41, p. 153-172, 2018

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2018.

SOUZA, Celina. Política urbana e gestão democrática das cidades. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Pedro Henrique; ANDRADE, Tânia Maria. Poluição sonora urbana: impactos na saúde e desafios à gestão municipal. Revista Brasileira de Planejamento Urbano, v. 9, n. 2, p. 45–60, 2021.

STARFIELD, Bárbara; Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia / Bárbara Starfield. Brasília : UNESCO, Ministério da Saúde, 2002

TAVEIRA, C. H. V. Impactos ambientais provocados pelas atividades de mineração e recuperação das áreas degradadas. Revista Engenharia Ambiental, Espírito Santo do Pinhal, v. 1, n. 1, p. 34–45, 2003.

TONIDANDEL, D. G. Gestão ambiental em municípios mineradores: análise das ações e políticas públicas implementadas. Revista Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 9, n. 18, p. 61–85, jul./dez. 2011.

UNITED NATIONS – UN. The future we want. New York: United Nations, 2012. (Resolução da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20)

VASCONCELLOS, E. A. Transporte urbano e mobilidade: políticas públicas e impactos socioambientais. São Paulo: Editora da USP, 2012.

VEIGA, J. E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se supõe. In: THEIS, Ivo M. (Org.). Desenvolvimento territorial: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

VILLAS BÔAS, R. C. A sustentabilidade na mineração: desafios e oportunidades. Revista Brasileira de Geociências, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 585–592, 2011.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Territórios minerários e conflitos sociais no Brasil contemporâneo. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 78–98, 2019.

# 10 ANEXO RESULTADOS

## PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO MORADOR

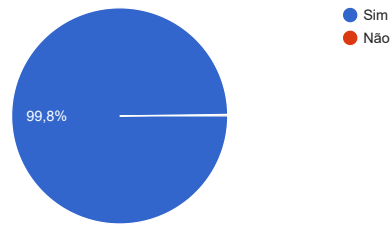
## Pesquisa de Satisfação do Morador

442 respostas

[Publicar análise](#)

### Você concorda em participar da pesquisa?

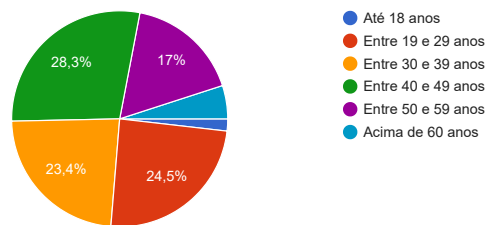
442 respostas



### PERFIL DO MORADOR

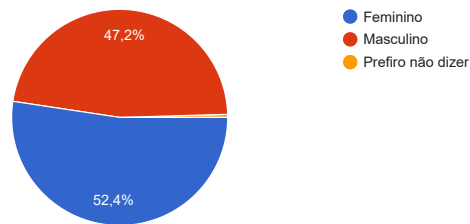
#### Qual é a sua faixa etária?

441 respostas



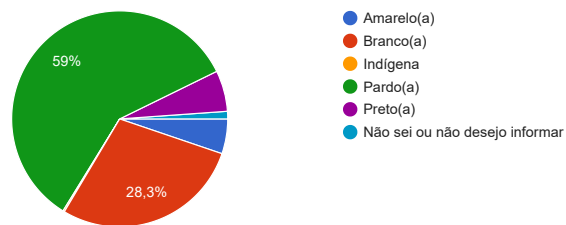
#### Qual o seu gênero?

441 respostas



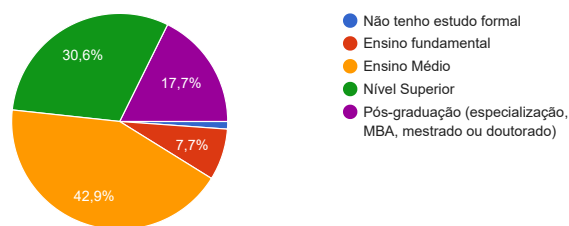
#### Como você se autodeclara?

441 respostas



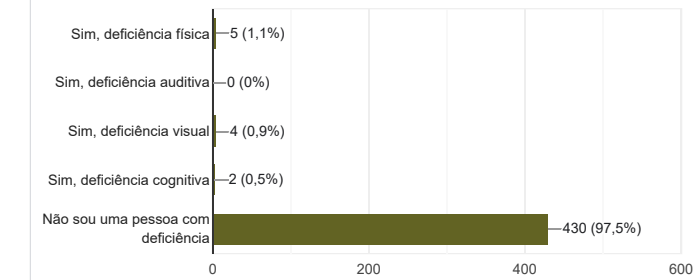
#### Qual é o seu nível de escolaridade?

441 respostas



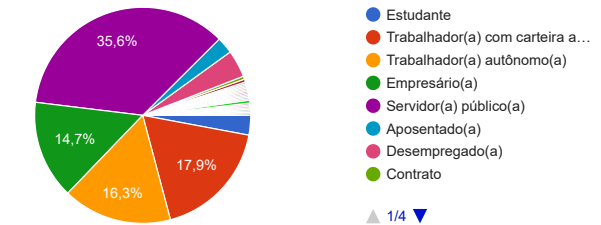
### Você é uma pessoa com deficiência? Você pode marcar mais de uma opção.

441 respostas



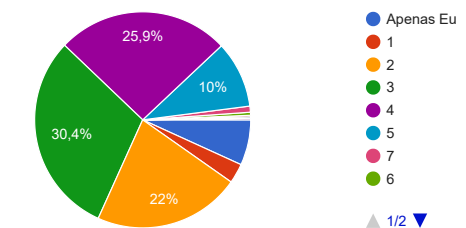
### Qual sua ocupação principal?

441 respostas



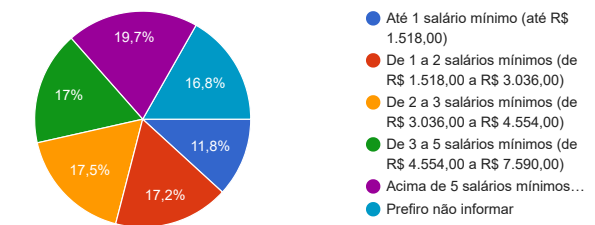
### Quantas pessoas moram na sua casa?

441 respostas



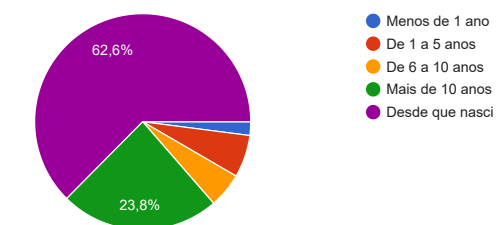
### Qual é a estimativa da sua renda familiar (soma de todos os rendimentos das pessoas que moram com você)?

441 respostas



### Há quanto tempo você mora em Mara Rosa?

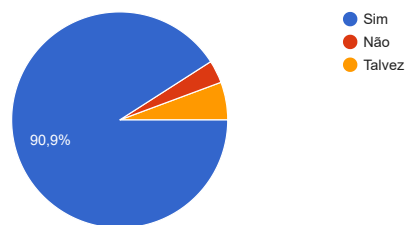
441 respostas



Você pretende continuar morando em Mara Rosa?

Copiar

441 respostas



BAIRRO E MORADIA

Em qual bairro de Mara Rosa você mora?

441 respostas

- Centro
- Centro
- Vila União
- Setor Oeste
- Setor oeste
- Setor oeste
- Setor Oeste
- Vila união
- Setor novo horizonte
- Zona rural
- Setor aeroporto
- Vista bela
- Central
- Setor sol nascente
- Oeste
- Caxias
- Sol nascente
- centro
- Novo Horizonte
- Novo horizonte
- Vista Bela
- Residencial Carlos Dias de Medeiros
- Vila uniao
- Vila União
- Oeste
- Setor vista bela
- Setor Aeroporto
- Bela vista
- centro
- Setor Bela Vista
- Central
- BELA VISTA
- Setor bela vista
- Residencial Vista Bela
- Zona Rural
- Carlos dias de Medeiros
- Setor central
- Vila uniao

Setor aeroporto  
Setor Novo Horizonte  
Carlos Dias de Medeiros  
Jardim novo Horizonte  
Caxias  
setor boa vista  
Solar park  
Residencial Carlos Dias d Medeiros  
Fazenda bom Jesus rumo da palmeirinha  
Vista Bela  
Chácara  
Fiicolândia  
Setor Aeroporto  
Moro próximo a subistacao  
Aeroporto  
Povoado de fiicolandia  
Residencial Carlos Medeiros  
Solar Park  
CENTRO  
Vila união  
Fiicolandia distrito  
Vila Nova  
Sol Nascente  
Jardim novo horizonte  
Setor bela vista  
Bela Vista  
Novo horizonte II  
Vila nova  
Setor Novo horizonte  
Setor Vista Bela  
Residencial vista bela  
Jardim novo horizonte  
Residencial Carlos dias de Medeiros  
bela vista  
Estrela dalva  
Solar Park Estrela Dalva  
vista bela  
Solar parque  
residencial Vista Bela  
Estrela Dalva

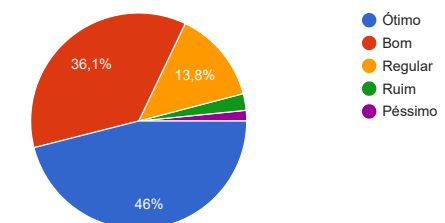
Setor Solar Park estrela D'alva  
Povoado Caxias  
St Oeste  
Rua PARÁ  
Cetral  
Vila nova  
Setor norte  
Zona rural  
Rua Pernambuco  
Uniao  
Rua São Paulo  
setor oeste  
Norte  
Boa vista  
Fazenda Belchior  
Rua Alagoas  
Continuacao da rua sao paulo  
Fazenda Gonçalo  
Cebtro  
Setor aeroporto carlos dias de medeiro  
Bela Vista  
Jardim Novo Horizonte

Mais 21 respostas estão ocultas

### Como você avalia as condições de moradia em seu bairro?

[Copiar](#)

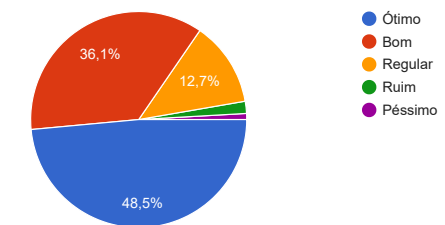
441 respostas



### Como você avalia as condições de moradia da sua casa?

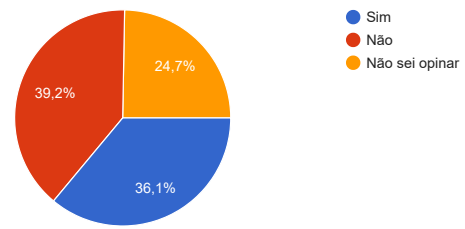
[Copiar](#)

441 respostas

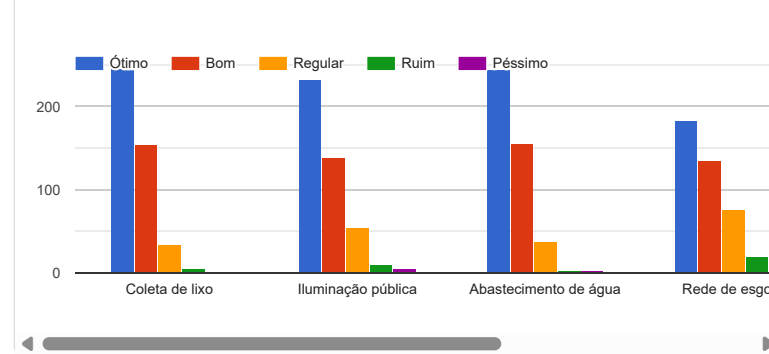


**A oferta de terrenos e habitações populares na cidade é suficiente?**

441 respostas



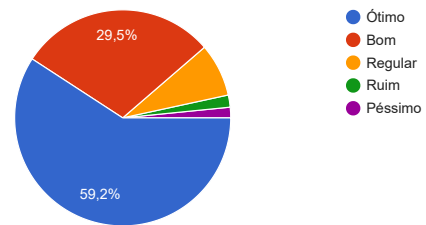
**Como você avalia os seguintes serviços em seu bairro?**



**SAÚDE PÚBLICA**

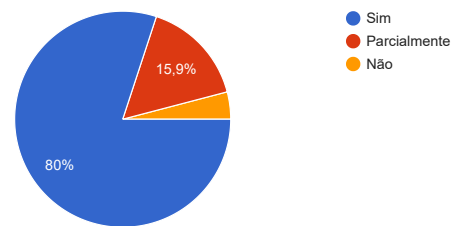
**Como você avalia o atendimento nos serviços públicos de saúde em Mara Rosa?**

441 respostas



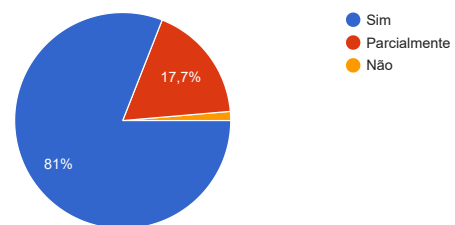
**Você consegue marcar consultas, exames e procedimentos médicos com facilidade na rede pública de saúde?**

441 respostas



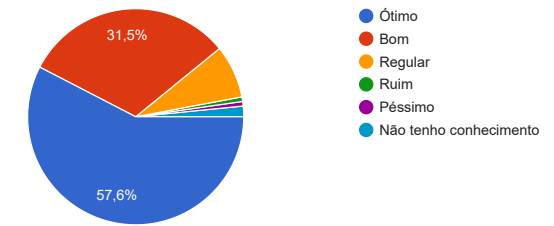
**Os postos de saúde e hospitais da cidade atendem às suas necessidades e de sua família?**

441 respostas



**Como você avalia as campanhas de prevenção e orientação sobre saúde realizadas pela Prefeitura de Mara Rosa?**

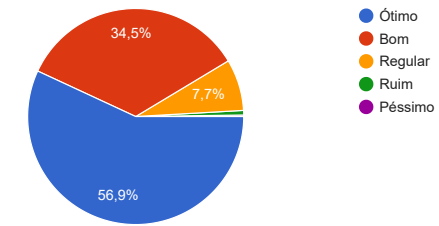
441 respostas



**EDUCAÇÃO PÚBLICA**

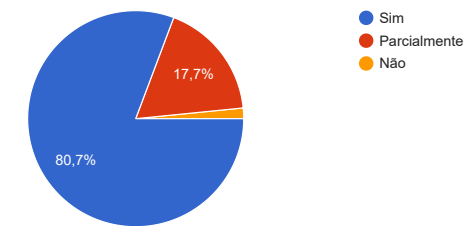
**Como você avalia a estrutura física e equipamentos das escolas públicas (salas de aula, laboratórios, banheiros, áreas de lazer)?**

441 respostas



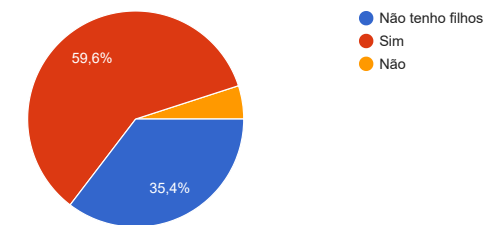
**O currículo escolar atende às necessidades educacionais dos estudantes ( conteúdos a serem estudados, formação dos professores, apoio pedagógico)?**

441 respostas



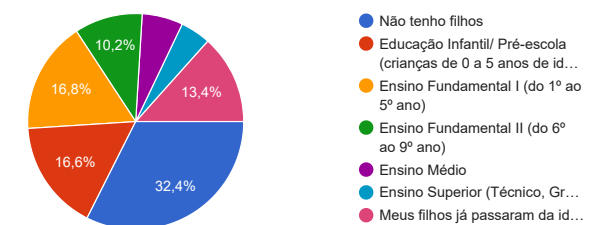
**Você consegue matricular seus filhos com facilidade na rede pública de educação?**

441 respostas



**Você tem filho(s) que estejam estudando atualmente?**

441 respostas

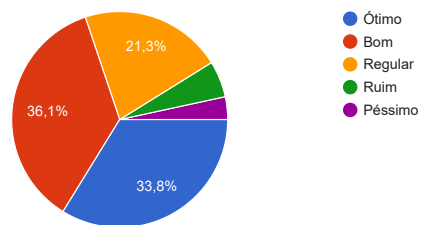


**MOBILIDADE E TRANSPORTE**



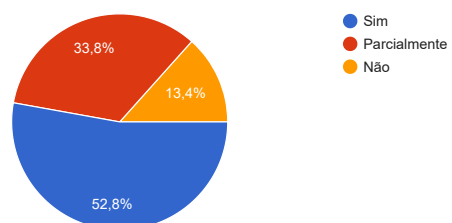
Como você avalia as condições das ruas e avenidas da cidade (asfalto, calçamento, iluminação, etc.)? [Copiar](#)

441 respostas



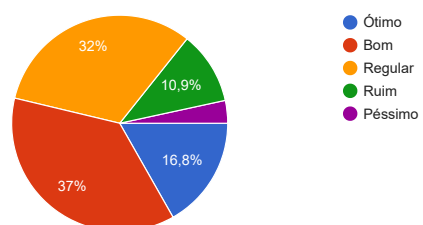
Você se sente seguro(a) ao andar de bicicleta ou a pé pelas ruas da cidade? [Copiar](#)

441 respostas



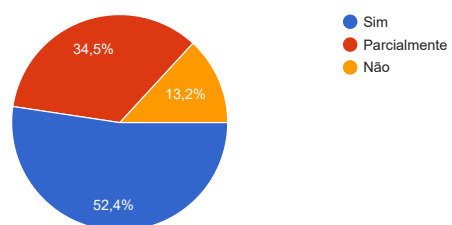
Como você avalia o fluxo de veículos e o trânsito em geral no município? [Copiar](#)

441 respostas



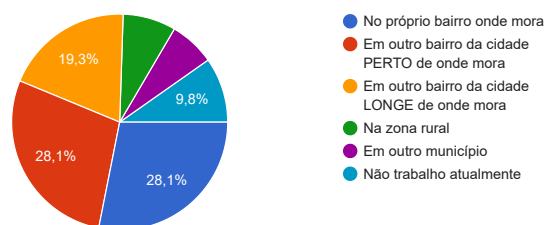
A sinalização de trânsito (placas, faixas, etc) no município é adequada e bem mantida? [Copiar](#)

441 respostas



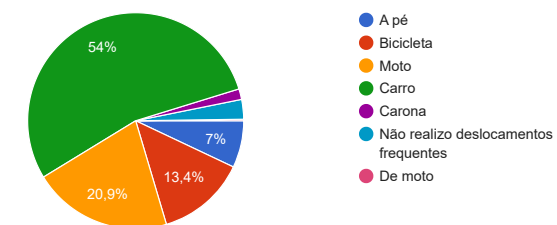
Você trabalha: [Copiar](#)

441 respostas



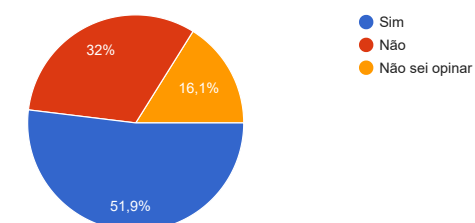
Qual meio de transporte você mais utiliza para ir ao trabalho ou realizar suas atividades diárias? [Copiar](#)

441 respostas



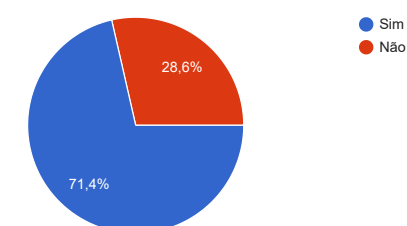
Você acredita que o município precisa implantar algum tipo de transporte público (como vans, ônibus ou transporte coletivo alternativo)? [Copiar](#)

441 respostas



Caso existisse um transporte público ou transporte coletivo alternativo na cidade, você utilizaria? [Copiar](#)

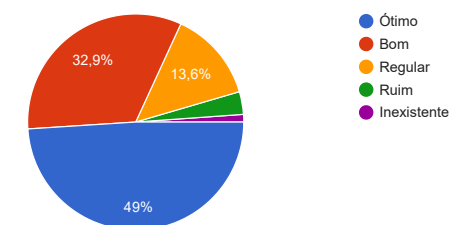
441 respostas



#### MEIO AMBIENTE E LAZER

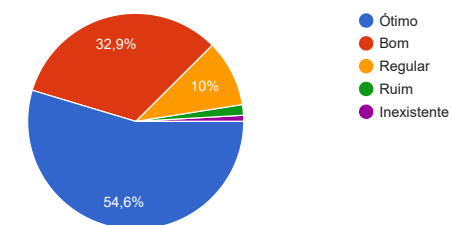
Como você avalia a existência de praças, áreas verdes e espaços de lazer? [Copiar](#)

441 respostas



Como você avalia a manutenção de praças, áreas verdes e espaços de lazer? [Copiar](#)

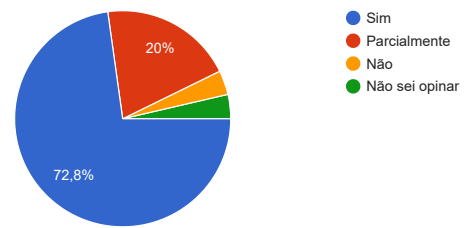
441 respostas



**Você considera que o município adota medidas adequadas para preservar o meio ambiente?**

[Copiar](#)

441 respostas

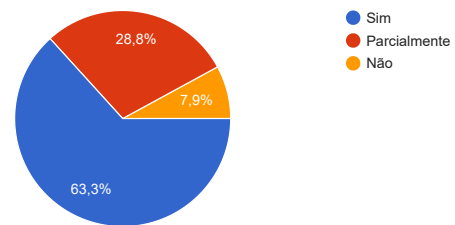


**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO**

**Você se sente representado(a) nas decisões sobre o planejamento urbano da cidade?**

[Copiar](#)

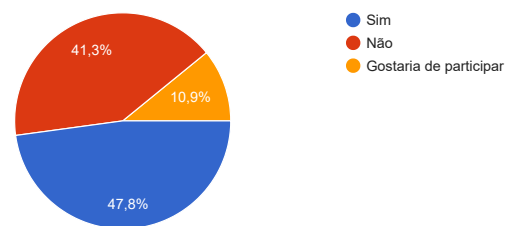
441 respostas



**Você conhece ou já participou de audiências públicas, conselhos municipais ou consultas populares?**

[Copiar](#)

441 respostas



**SUGESTÕES**

**Quais melhorias você gostaria de ver em seu bairro ou cidade?**

305 respostas

- Asfalto
- Área de lazer
- Clube municipal
- praças para passear
- Mais quebra molas em lugares específicos
- Mais investimentos no plano de carreira dos professores.
- Utilização de um tecido de qualidade para confeccionar os uniformes que somos obrigados a usar.
- Construção de um clube municipal.
- Igualdade
- Calçadas
- Uma área de lazer
- Melhorias da Iluminação,do asfalto, Legalização da documentação dos leites do setor Bela vista
- Ja está ótimo
- Em relação a segurança
- Um clube d lazer municipal
- O que eu acho que deveria ter era exames como Ressonância Magnética,Tomografia, Ultrassonografia morfológica,Pediatra pra não precisar de descolar pra outras cidades.No mais estou muito grata pela saúde de nós estamos tendo.Nunca tivemos um gestão como essa excelente.
- Nenhuma,já está ótima.
- Arrumar a estrada que dar palmeirinha
- Pra mim a gestão municipal está fazendo ótimo trabalho nota 10
- Campo de futebol Socayte
- Nenhuma.
- Não tenho nada pra reclamar para mim está tudo bom. única coisa que seria bom em nossa cidade pra ficar melhor que já está era ter um clube onde as familias poderiam passar o final de semana
- Melhorias no asfalto
- Mais espaço de laser como praças, revitalização das praças da avenida Bernardo Sayão, com calçadas lisas para caminhadas com carrinho de bebê, para cadeirantes...
- Gostaria de ver uma paisagem mais bonita no retorno do setor solar park e no avenida floresta no final da rua está muito mal iluminado,ali daria um ótimo Cristo pequeno e bem iluminado para evitar delinquentes
- Educação no nosso trânsito. Pois precisa melhorar , haja visto que, os veículos de menor porte , bicicleta, motocicleta nO dia respeitados em seus direitos .
- Moradia para a população e mais quebra molas para mais segurança no trânsito!
- Visando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos cidadãos, gostaria de sugerir algumas ações que podem transformar a dinâmica do trânsito e impulsionar a economia local. 1. Melhorias do Trânsito na Cidade Atualmente, temos enfrentado grandes desafios com o tráfego de veículos pesados, especialmente aqueles pertencentes à mineradora e à ferrovia, que não respeitam as normas de trânsito estabelecidas. Para melhorar essa situação, propomos as seguintes ações:  
\*Implantação de Restrição de Tráfego:\* Criar áreas de restrição para tráfego de caminhões pesados em horários determinados, limitando a passagem em áreas mais críticas da cidade, garantindo fluidez e segurança.  
- \*\*Sinalização e Fiscalização Eficientes:\*\* Reforçar a sinalização nas vias e aumentar a presença de agentes de trânsito em horários de pico. A instalação de câmeras de monitoramento também pode auxiliar na identificação de infrações.  
- \*\*Campanha de Conscientização:\*\* Promover campanhas de conscientização para

motoristas de grandes veículos sobre a importância do respeito às normas de trânsito e os impactos do tráfego intenso na vida dos moradores.  
### 2. \*\*Criação de Um Distrito Agroindustrial\*\*  
Em paralelo, sugerimos a criação de um distrito agroindustrial em Mara Rosa, valorizando nosso trevo ferroviário como um importante ponto logístico:  
- \*\*Incentivos para Empresas:\*\* Oferecer incentivos fiscais a empresas que se instalarem no distrito, atraindo indústrias que possam agregar valor à nossa produção agrícola e gerar novos empregos.  
- \*\*Infraestrutura de Qualidade:\*\* Investir na infraestrutura necessária, como transporte, energia e telecomunicações, para garantir que os novos empreendimentos tenham suporte adequado para se desenvolverem.  
- \*\*Parcerias e Capacitação:\*\* Estabelecer parcerias com instituições de ensino e organizações locais para oferecer capacitação profissional voltada para as novas demandas do mercado industrial e agroindustrial.  
Essas iniciativas, além de melhorar a qualidade de vida na cidade, têm o potencial de transformar Mara Rosa em um polo econômico dinâmico e sustentável, atraindo novos investimentos e diversificando sua economia.

Melhor o trânsito na cidade

Mais sinalização

Coleta seletiva de lixo e reciclagem

Melhoria no trânsito , sinaleiro

Questão asfáltico

Melhorias na pavimentação  
Na construção de quebra molas  
Mais faixas de pedestre  
Mais sinalização  
Melhoria na iluminação nos bairros mais afastados  
Atenção nas contratações de médicos que ainda estão aprendendo  
Melhoria na saúde  
E transporte escolares  
Principalmente dos universitários situação muito precária

Áreas de lazer principalmente para crianças! Clubes.

No meu bairro. Gostaria que fosse feito recapeamento Rua 01 e Rua 03 no Setor oeste.

Mais oportunidades de trabalho

Priorizar espaço de lazer para crianças

No meu setor gostaria que tivesse esgotos.

Médico plantonista nos finais de semana e feriados

> Melhoria no descanso dos acompanhantes das pessoas que ficam internadas no Hospital Municipal (pelo menos poltronas, pois o que tem são "cadeiras de fio").  
> Construir um Clube Municipal para lazer.  
> ...

Especialidades médicas : ortopedista, cardiologista, endocrinologista etc

Gostaria que tivesse lugar apropriado para os cachorros abandonados, comida e lugar para se alimentar.

Já está ótimo

No meu bairro gostaria que tivesse creches e na mais centro de lazer tipo um clube com piscina quadra de esportes

Um trânsito mais seguro, com mais faixas elevadas, planos de moradia popular, loteamentos populares, uma faculdade no nosso município. Na área da saúde, poderíamos ter um médico pediatra, um cardiologista atendendo no hospital municipal... Poderíamos ter uma ciclovia entre Mara Rosa e Caxias para prática de esportes....

Gosto do meu bairro, só tem muito trombadinha, e não tem como jogar eles fora né kkk

Uma área de lazer tipo um clube

Asfalto e eliminação pública não tem

Só que os donos de lotes se responsabilizam pelo seu bem, manter-se limpo e não deixasse pra última hora e colocar fogo na época da seca, fazer pelo menos a calçada, não deixar só valorizar o bem. mas fazer ele ter valor

Maia lazer p idosos e crianças

Minha opinião, seria voltado ao crescimento da cidade, criando loteamentos para pessoas de baixa renda, para q possa fazer sua própria casa, e também lotes empresariais para que o



pequeno empresário tenha uma oportunidade melhor para o crescimento da sua própria empresa, com isso conseguimos gerar mais empregos para a população de Mara Rosa.

Ter um clube municipal

A cidade está bem cuidada em todas as áreas

Melhor sinalização nas ruas

Sinalização de trânsito

Infelizmente no meu bairro ainda a muito a melhorar, como por exemplo: a limpeza da praça, assim como a reforma das nossas ruas, está ficando impossível andar pelo nosso bairro. Já na cidade se tratando de forma geral, as ruas e praças estão em ordem, mas também a melhorias a ser realizadas nos asfaltos de Mara Rosa.

Mais quebra mola no município de fiicolandia, adolescente anda de moto correndo, amplia PSF de fiicolandia

Sinaleiro

Atividades que envolve Educação no trânsito

Sinalização semaforica de trânsito, fiscalização de lotes urbanos desabitados e lazer.

Vias públicas ( asfáltico), controle sistemático poluição auditiva, segurança pública

Estou satisfeito muito obrigado

Implantação da rede de esgoto em todo município.  
Mais áreas de lazer.

Moradia

Lazer

Mais cestos coletores de lixo, só tem uma lixeira pra 4 casas

Pediatra

Melhoria no sentido de fluxo nas ruas e avenidas e principalmente em frente as escolas. E o tráfego de caminhões e máquinas pesadas nas vias mais expressas.

Loteamento ou casas gratuitas para quem não tem

No momento estou muito satisfeita cidade limpa, saúde e educação em dias isto é o mais importante.

Mas área de lazer

Tá tudo perfeito

Estacionamento num único lado das vias principais, como Rua Espírito Santo e Rua São Paulo

Infra estrutura, sinalização de trânsito,

GOSTARIA DE UM QUEBRA MOLA ENFRENTE AO CENTRO ESPIRITA DEUS É PARA TODOS, NA AVENIDA BERNARDO SAYÃO, SAÍDA PARA ALTO HORIZONTE.

Ruas ruim falta de um recapeamento completo (rua castelo branco )!

Construção de creche, área de lazer com piscina e parque infantil na praça

Mais sinalização na ruas !!

Um clube bem montado para lazer

Praças públicas e área de espaço pra criança

Implantar pelos menos duas UTI no hospital municipal. Instalar rede de esgoto em toda cidade, hoje só uma parte é atendida.

Melhoria na saúde, e que possamos escolher em qual período é melhor para nossos filhos

Lei para que donos de lotes vagos tenham obrigação de manter sempre limpos

Asfalto, limpeza das ruas, iluminação. na Cidade em geral, ter médicos capacitados, atendimento acessível quando necessário, ter faculdade local.

Gostaria que construísse uma APAE para as crianças com necessidades especiais tivessem as terapias e oficinas



Semáforos devido ao acidentes com idosos, faixa de pedestre pintada no chão e não só a placa principalmente em frente a escolas. Na avenida ter mais lombadas. Concientizar mais a população sobre o cuidado de idosos e crianças na rua e andar em alta velocidade. Na saúde implantar a parte de CD ( crescimento e desenvolvimento em crianças). Crianças serem acompanhadas nos postos de saúde desde o nascimento até a puberdade. Sou enfermeira e trabalhei em Brasília e isso seria essencial para mães adolescentes e de primeira viagem que necessita de orientação e também ter um acompanhamento dos profissionais de saúde e vigilância com a população.  
- Ofertar cursos profissionalizantes para pessoas carentes.  
- Ofertas de emprego;

Está tudo bem.

Como a cidade está crescendo sugiro transporte coletivo e pontos de ônibus para que as pessoas que moram longe e não tem condução ou volta tarde para casa, possam utilizar. Seria muito bom.

Mais sinalização medindo velocidade

Médicos especialistas,principalmente um ortopedista.

Pavimentação asfáltica, saneamento básico em toda a cidade, pois de suma importância para saúde, ajudaria até diminuir o fluxo de doenças, o que estaria diminuindo a quantidade de pessoas adoecidas.

Arrumar o asfalto na av Bernado Sayão saída pra Amaralina . Péssimo já teve muitas percas . Enfrete a forros e Cia , ponto referência .

Gostaria de ter uma limpeza mais adequada do meu bairro e ter algo de lazer para as crianças e a população

Ter uma condução para as pessoas que não tenha carros e nem meio de transporte pra sair dos setores onde mora pra ir até o centro resolver as coisas . É também um local de lazer para a comunidade...

Melhorar o asfalto e luminárias

Estruturação no trânsito e revitalização urbana.

Tampar os buracos

Colocar luz aonde não tem

Colocar guarda nas escolas com pessoas que tenha mais respeito com os pais

E sinalização

Fiscalização de trânsito, SMT da mesma forma de Goiânia

Médicos mais preparados

Arrumar os buracos das ruas do nosso setor.

Sinalização de trânsito e fiscalização rígida

Mais 200 respostas estão ocultas

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Entre em contato com o proprietário do formulário](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Relatório](#)

Google Formulários

